



Luis Otávio do Canto Lopes

É do Baixo Amazonas, Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (1989), Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1998) e Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade do Rio Grande do Sul (2012). Estudou Ciências Ambientais na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte (1990/1992) e na Université du Québec à Montréal, Canadá (2003/2004). Lecionou Geografia em diversos colégios de Belém e no Departamento de Geografia, hoje Faculdade de Geografia e Cartografia da FGC/UFPA, com destaque para as disciplinas Geografia Agrária e Biogeografia. Foi coordenador, em dois períodos, do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente PROFIMA/NUMA/UFPA. Atualmente é Professor Titular da UFPA, com atuação na Escola de Aplicação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia PPGEDAM/NUMA/UFPA. É autor do livro "Varzea e Varzeiros da Amazônia" (1997) e Coautor de "Transformação e Consciência" (1995); "O Espaço Amazônia: Sociedade e Meio Ambiente" (1997); "Ambiente: Ecologia para a Escola Básica" (2002); "São Luiz do Tapajós: uso do território na Amazônia" (2007); "Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)" (2007); "Sociedade, Território e Conflitos: BR-163 em questão" (2008); "Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia" (2008); "Caminhos e Lugares da Amazônia: Ciência, natureza e territórios" (2009); "Patrimônio do Nosso Meio" (2012); "Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local" (2012); "Geografia na Amazônia Paraense: Territórios e Paisagens" (2015); "Produção do espaço e territorialidade na Amazônia paraense: elementos para análise geográfica" (2016); "Os 'Nós' da Questão Amazônia" (2016), dentre outros trabalhos.

A obra destaca os conflitos socioambientais a partir de dinâmicas territoriais ocasionadas pela implantação do projeto da mineradora ALCOA. Trata-se da exploração da bauxita na região oeste do estado do Pará. Este projeto faz parte de um intenso investimento do capital nacional e estrangeiro que vem atuando há décadas na Amazônia ou, como muito bem discutido pelo autor, nas "amazônias", uma vez que a diversidade, pluralidade e complexidade se faz presente de forma extensiva neste espaço. Longe da homogeneidade que se possa pensar, dentre elas temos a Amazônia Atlântica; a Estuarina - aquela banhada pelo vai e vem das marés; bem como aquela na qual o ciclo das águas apresenta seis meses de enchente e seis meses de vazante.

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Diretor do NUMA/UFPA



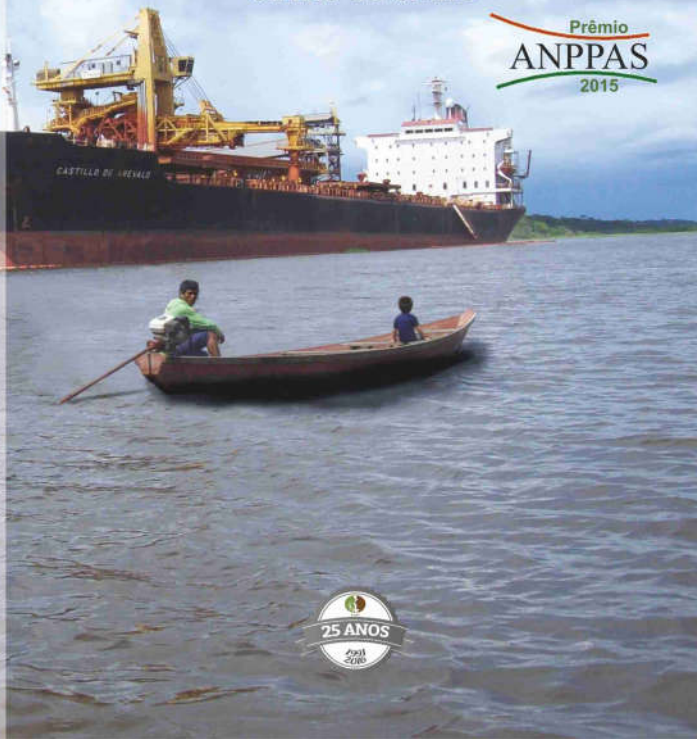
assimetria, território e conflito socioambiental

OTÁVIO DO CANTO

MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA

assimetria, território e conflito socioambiental

OTÁVIO DO CANTO



A história da implantação e operação de grandes projetos mineradores nas diferentes amazônias brasileiras tem apresentado dinâmica territorial eivada por graves conflitos socioambientais; e, pelo que se tem acompanhado, o Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da mineradora ALCOA, não é exceção. Embora se conheça a presença discreta da mineradora ALCOA desde a década de 1970, foi a partir de 2005 que a sociedade passou a perceber as intervenções sistemáticas tanto na zona rural quanto na zona urbana do município. Os contatos se tornaram mais frequentes, muitos deles amistosos e outros bastante conflituosos. Apesar de se preocupar em produzir uma imagem pública fundada no discurso do desenvolvimento sustentável, provocam-se, em linhas gerais, problemas similares de conflitos socioambientais presentes na órbita dos grandes empreendimentos minerários implantados nas amazônias brasileiras. Em síntese, a implantação e a operação da mineradora ALCOA colocaram comunidades em um conflito socioambiental sem precedentes na sua história. O processo compulsório de transformação do território abriga em território recurso para atender às demandas da mineradora ALCOA e o epicentro do conflito socioambiental, mas não há solução para o conflito enquanto a mineradora estiver operando no município, uma vez que a transformação deste território é intrínseca ao processo de operação da mineradora. Este estudo procura analisar o conflito socioambiental e a sua importância na (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, provocada pela instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da mineradora ALCOA, no município de Juruti. Para isso, investiu-se com o objetivo de identificar as formas de manifestação do conflito socioambiental, as principais mudanças territoriais decorrentes e analisar o conflito socioambiental como vetor das mudanças territoriais.

MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA:

assimetria, território e conflito socioambiental

OTÁVIO DO CANTO

MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA:

assimetria, território e conflito socioambiental



Belém
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Horácio Schneider

Pró-Reitor de Administração: Edson Ortiz de Matos

Pró-Reitora de Ensino e Desenvolvimento Institucional: Maria Lúcia Harada

Pró-Reitor de Extensão: Fernando Arthur de Freitas Neves

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ediliziete Eduardo Pinheiro de Aragão

Pró-Reitor de Relações Internacionais: Flávio Augusto Sidrim Nassar

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Raquel Trindade Borges

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

Diretor Geral: Sérgio Cardoso de Moraes

Diretor Adjunto e Coordenador Acadêmico: Norbert Fenzl

Coordenadora de Informação Ambiental: Olizete Nunes Pereira

Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação: Raimundo Lima da Silva Matos

COMISSÃO EDITORIAL DO NUMA/UFPA

Robert Walker - University of Florida, USA

Pierre Teisserenc - Université Paris 13, França

Carlos Walter Porto Gonçalves - Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Maria Vasconcelos - Universidade da Amazônia, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha - Universidade Federal do Pará, Brasil

Claudio Fabian Szlafsztein - Universidade Federal do Pará, Brasil

Olizete Nunes Pereira - Universidade Federal do Pará, Brasil

FOTO DA CAPA: Otávio do Canto

CAPA / PROJETO EDITORIAL: Ione Sena

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, Belém, PA

Canto, Otávio do

Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental / Otávio do Canto. — Belém : NUMA/UFPA, 2016.

366 p. : il.

Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012).

Inclui referências

Tese vencedora do Prêmio ANPPAS 2015

ISBN 978-85-88998-53-7.

1. Minas e recursos minerais - Amazônia. 2. Conflito social. 3. Comunidades. 4. Alcoa (Brasil). I. Título.

CDD: 22. ed.: 338. 209811

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo só foi possível graças ao empenho e colaboração de várias instituições, e a elas quero prestar os mais sinceros agradecimentos:

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Programa que me acolheu para desenvolver o projeto de doutoramento;

Ao Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS), pelas discussões e aprendizados;

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; à Escola de Aplicação e ao Núcleo de Meio Ambiente, todos da Universidade Federal do Pará, que ao longo dos anos têm estimulado a minha formação acadêmica;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela colaboração por meio da bolsa Prodoutoral;

À Coordenação do projeto *Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental*, do MPEG-MCT, pelo apoio logístico e constantes debates;

À Coordenação do projeto *Modelagem de Arranjos Institucionais e Mudanças de Uso da Terra em Múltiplas Escalas* (REDE GEOMA-INPE-MCT), pelo apoio logístico e constantes debates;

À Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (REDE GEOMA/MCT), pelo apoio logístico, estímulo e debates com seus pesquisadores;

Ao Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), pelo grande e valioso acervo e informações sempre disponíveis para a pesquisa;

Às secretarias municipais de Meio Ambiente e de Saúde de Juruti, pelas prontas informações sempre que solicitadas;

Ao Projeto Saúde Alegria (PSA), pelo apoio logístico em um dos momentos da pesquisa;

Ao Programa de Manejo Integrado de Quelônios (PMIQ/PQA/IBAMA), pela colaboração referente aos contatos com lideranças comunitárias;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro, permitindo a continuidade das pesquisas em Juruti.

Agradeço imensamente à minha família e a todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, colaboraram para que esta pesquisa chegasse ao final.

“Aqui nós fomos pressionados sem ter ninguém pra nos orientar a dizer não, não aceitar a oferta que eles (ALCOA) queriam dar pra nós [...]. Quem nos representava era aquele tal de Eládio, que trabalhava para a ALCOA. Aí ele chegou a dizer pra nós que se não quisesse pegar o dinheiro que eles queriam dar pra nós, a gente ia perder o direito porque a gente não tinha documento, não tinha nada da nossa terra, a terra era do Governo e eles já estavam autorizados para tirar a bauxita. Aí foi que muitas pessoas tiveram que pegar o dinheiro né? [...]. Aqui no nosso (terreno) que tinha muitas plantas [...] 12 castanheiras que saíram, sendo nove frutíferas e outras plantas que foram tiradas [...] 200 e poucas plantas [...]. Não tinha ninguém pra nos orientar [...]. O seu Carlinhos [...]. Foi ele que entregou todos nós pra ALCOA mesmo. Ele primeiro orientou que quando fosse pra fazer a negociação tinha que fazer tudo em grupo, pra que nenhum recebesse menos do que o outro, mas depois acho que eles se deram bem [...]. Ele nos abandonou e não orientou mais nada, cada um ficou por si [...]. Aí todo mundo aceitou a oferta dele (Brício). Aí, quando foi lá (escritório da ALCOA) eu falei: o senhor não falou, seu Brício, que o senhor ia pagar por unidade de planta? Como o senhor resolveu embolar tudinho e fazer só num preço, eu falei para ele. A minha casa está lá, velha, caindo e ainda não tirei de lá. Ele me obrigou a alugar esta casa pra nós morar aqui e depois nós compramos e nós abandonamos lá. Me obrigou (Brício) porque eles tinham que fazer a ponte lá e tinha minha meninada [...]. Me obrigou a vir pra cá”.

*Entrevista realizada na comunidade Santo Hilário,
Juruti-PA, no dia 8 de dezembro de 2010.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da área de influência direta e indireta do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, segundo CNEC, 2005	56
Figura 2	Supressão florestal pelo Projeto Mina de Bauxita de Juruti, Pará	60
Figura 3	Extração do minério de bauxita	62
Figura 4	Síntese do problema de pesquisa	66
Figura 5	Pará - Regiões de Integração	123
Figura 6	Mapa Distrital do município de Juruti (2012)	124
Figura 7	Mapa de uso da terra do município de Juruti (2012)	154
Figura 8	Mapa da estrutura fundiária do município de Juruti, 2012	164
Figura 9	Perfil do solo e a concentração de bauxita	172
Figura 10	Infraestrutura do Projeto Mina de Bauxita de Juruti da ALCOA	174
Figura 11	Igarapés atingidos pela instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti	177
Figura 12	Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: projetos implantados pelo CNEC e IVR	204
Figura 13	Carta-imagem do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Juruti-Pará	213
Figura 14	Trajetória temporal das comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho, Juruti-PA	217

Figura 15	Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho, Juruti-PA ...	231
Figura 16	Igrejas das comunidades do PAE Juruti Velho, Juruti-PA	241
Figura 17	Fazendas nas bordas do Lago Juruti Velho, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, 2006	245
Figura 18	Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: distribuição das comunidades (católicas e evangélicas) visitadas pelo projeto de pesquisa, 2012	247
Figura 19	Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: interesse mineral, 2011	259
Figura 20	Ambientes, usos e conflito socioambiental no PAE Juruti Velho	271
Figura 21	Ocupação da Base Capiranga da ALCOA pelo “Movimento Juruti em Ação”, sob a liderança da ACORJUVE, janeiro de 2009	280
Figura 22	Instrumentos de pesca utilizados no PAE Juruti Velho, Juruti-PA	287
Figura 23	Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: territórios de pesca, 2012	291
Figura 24	Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: atuação do Projeto Pé-de-Pincha e do Programa de Manejo Integrado de Quelônios, 2012	299
Figura 25	Operação de fiscalização contra exploração ilegal de madeira no PAE Juruti Velho, jun. 2011	308
Figura 26	Supressão vegetal para instalação da mineradora ALCOA	311
Figura 27	PAE Juruti Velho	313

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Instrumento utilizado pelas unidades familiares da comunidade Jararaca, PA Socó I, Juruti-PA, 2009 ..	126
Gráfico 2	Instrumento utilizado pelas unidades familiares da comunidade Bom-que-dói, PA Nova Esperança, Juruti-PA, 2009	127
Gráfico 3	Instrumento utilizado pelas unidades familiares da comunidade São Francisco do Aruã, Juruti/Santarém-PA, 2009	127
Gráfico 4	Evolução das principais lavouras temporárias (sem mandioca) do município de Juruti (2000-2009)	129
Gráfico 5	Evolução das principais lavouras temporárias do município de Juruti (2000-2009)	129
Gráfico 6	Área plantada de mandioca (ha) do município de Juruti (2000-2009)	131
Gráfico 7	Área plantada de mandioca (ha) do município de Juruti (2000-2008)	132
Gráfico 8	Valor da produção de mandioca do município de Juruti (2000-2009)	132
Gráfico 9	Evolução das principais lavouras permanentes do município de Juruti (2000-2009)	133
Gráfico 10	Evolução da pecuária do município de Juruti (2000-2009)	135
Gráfico 11	Evolução da pecuária do município de Juruti (2000-2009)	136

Gráfico 12	Evolução da produção de castanha-do-pará e açaí no município de Juruti (2000-2009)	137
Gráfico 13	Evolução da exploração da madeira em tora no município de Juruti (2000-2009)	137
Gráfico 14	Evolução da população de Juruti (1940-2010)	143
Gráfico 15	Evolução da população no oeste do Pará (1940-2010)	144
Gráfico 16	Evolução da população dos municípios de Óbidos e Juruti (1940-2010)	145
Gráfico 17	Evolução dos cinco maiores fluxos migratórios (sem o Pará) para o município de Juruti (1980-2000)	146
Gráfico 18	Estrutura etária e sexual do município de Juruti (1991 e 2000)	148
Gráfico 19	Estrutura etária e sexual do município de Juruti (2010)	148
Gráfico 20	Movimento anual das águas do rio Amazonas em Parintins-AM, 2001-2010 (médias mensais)	152
Gráfico 21	Assassinatos decorrentes da luta pela terra no Pará, Amazônia e no Brasil	156
Gráfico 22	Escolaridade dos chefes da comunidade Bom-que-dói, PA Nova Esperança, Juruti-PA, 2009	160
Gráfico 23	Escolaridade dos chefes da comunidade Jararaca, PA Socó I, Juruti-PA, 2009	160
Gráfico 24	Pirâmides populacionais da Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho (2007 e 2010)	238
Gráfico 25	Pirâmides populacionais de comunidades do PAE Juruti Velho (2010)	239
Gráfico 26	Nível de satisfação em relação à ALCOA: pessoas entrevistadas pela pesquisa, Juruti-Pará, entre dez. de 2010 e maio de 2012	262

Gráfico 27	Nível de escolaridade das pessoas entrevistadas pela pesquisa, Juruti-Pará, entre dez. 2010 e maio de 2012	263
Gráfico 28	Nível de satisfação em relação à ALCOA: Comunidades do Centro - PA Nova Esperança, Juruti-Pará.....	264
Gráfico 29	Nível de escolaridade das lideranças entrevistadas nas Comunidades do Centro - PA Nova Esperança, Juruti-Pará	264
Gráfico 30	Nível de satisfação em relação à ALCOA: Comunidades do Centro - PA Socó I, Juruti-Pará .	265
Gráfico 31	Nível de escolaridade das lideranças entrevistadas nas Comunidades do Centro - PA Socó I, Juruti-Pará.....	265
Gráfico 32	Nível de satisfação em relação à ALCOA: PAEs Balaio, Valha-me Deus, Santa Rita e Paraná de Dona Rosa, Juruti-Pará	266
Gráfico 33	Nível de escolaridade das lideranças entrevistadas nos PAEs Balaio, Valha-me Deus, Santa Rita e Paraná de Dona Rosa, Juruti-Pará	266
Gráfico 34	Nível de satisfação em relação à ALCOA, CONJUS, 2011	267
Gráfico 35	Nível de escolaridade dos membros do CONJUS, 2011	267
Gráfico 36	Nível de satisfação em relação à ALCOA, PAE Juruti Velho, Juruti-Pará, 2011	268
Gráfico 37	Nível de escolaridade dos membros do PAE Juruti Velho, 2011	268

Gráfico 38	Nível de satisfação em relação à ALCOA: lideranças locais e outras lideranças da sociedade civil, Juruti-Pará	269
Gráfico 39	Nível de escolaridade de lideranças locais entrevistadas em Juruti-Pará	286
Gráfico 40	Pescadores associados e segurados na Z-42	288
Gráfico 41	Manejo de quelônios no PAE Juruti Velho (2008- 2011)	300

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipologias de classificação dos conflitos identificados na Amazônia Legal	88
Quadro 2	Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas nas Comunidades do Centro, PA Sócio I, município de Juruti-PA, 2010-2012	107
Quadro 3	Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas nas Comunidades do Centro, PA Nova Esperança, município de Juruti-PA, 2010-2011	108
Quadro 4	Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas nas Comunidades Ribeirinhas do PAE Juruti Velho, município de Juruti-PA, 2010-2011	109
Quadro 5	Entrevistas (não gravadas) realizadas nos projetos agroextrativistas de várzea, município de Juruti-PA, 2012	110
Quadro 6	Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas com membros do CONJUS, município de Juruti-PA, 2010-2011	110
Quadro 7	Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas com outras lideranças locais, município de Juruti-PA, 2010-2011	111
Quadro 8	Síntese da estrutura analítica da pesquisa	119
Quadro 9	Produtos e Unidades de Produção da ALCOA no Brasil	170

Quadro 10 Licença Prévia, Licença Instalação e Licença Operação	186
Quadro 11 Titulares e suplentes do CONJUS definidos, na primeira Assembleia Geral realizada em 20 de agosto de 2008, para o biênio 2008/2010	196
Quadro 12 Titulares e suplentes do CONJUS definidos para o biênio 2010/2012	198
Quadro 13 Projetos financiados pelo FUNJUS – 1º EDITAL 2009/2010	205
Quadro 14 Ancianidade de moradores do PAE Juruti Velho	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Transferências constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF E IPVA (2000-2009)	141
Tabela 2	População residente - algumas características do município de Juruti (1991/2000)	149
Tabela 3	Projetos de assentamento no município de Juruti-Pará	158
Tabela 4	Projetos agroextrativistas no município de Juruti-Pará	161
Tabela 5	Projetos estaduais agroextrativistas de Juruti-Pará	162
Tabela 6	Glebas estaduais no município de Juruti-Pará	168
Tabela 7	Principais espécies e disponibilidade de captura nos respectivos ambientes, pelos pescadores do PAE Juruti Velho	296
Tabela 8	Autorizações dadas pela SEMA à ALCOA (2010 e 2011)	306

LISTA DE SIGLAS

ACEJ	Associação Comercial e Empresarial de Juruti
ACORJUVE	Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
ACOGLEC	Associação Comunitária da Gleba Curumucuri
ACP	Ação Civil Pública
ACOPRUM	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Muirapinima
ALCOA	<i>Aluminum Company of America</i>
APRAPANE	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Esperança
APRANP	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Novo Paraná
APRAS	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Socó I
CMJ	Câmara Municipal de Juruti
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUS	Conselho Juruti Sustentável
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente

CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPA	Companhia Paulista de Anagem
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPDH	Comissão Pastoral dos Direitos Humanos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DAP	Diâmetro da Altura do Peito
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico do Exército
DOU	Diário Oficial da União
EAESP/FGV	Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEAGLE	Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Diversidade
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FUNJUS	Fundo Juruti Sustentável

GAPTA	Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GVces	Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMI	Indústria e Comércio de Minério
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IVR	Instituto Vitória Régia
LI	Licença Instalação
LO	Licença Operação
LP	Licença Prévia
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCC	Matriz de Compensação Coletiva

MEB	Movimento de Educação de Base
MIN	Ministério da Integração Nacional
MME	Ministério de Minas e Energia
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF	Ministério Público Federal
MPE	Ministério Público Estadual
MRN	Mineração Rio do Norte
MS	Ministério da Saúde
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NCADR	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
NEAF	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PA	Projeto de Assentamento
PAE	Projeto Agroextrativista
PAM	Produção Agrícola Municipal
PCA	Plano de Controle Ambiental
PEAEX	Projeto Estadual Agroextrativista
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PMJ	Prefeitura Municipal de Juruti
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPJUR	Projeto de Pesquisa Juruti
PPM	Produção da Pecuária Municipal
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PQA	Projeto Quelônios da Amazônia
PMIQ	Programa de Manejo Integrado de Quelônios
RMC	<i>Reynolds Metals Company</i>
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SECTAM	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEIR	Secretaria de Estado de Integração Regional
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SEPE	Secretaria de Projetos Estratégicos
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Juruti
SPR	Sindicato dos Produtores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
STRJ	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UQAM	Universidade do Quebec

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VALE	Companhia Vale do Rio Doce
ZEE BR-163	Zoneamento Ecológico Econômico da BR-163
ZFM	Zona Franca de Manaus
Z-42	Colônia de Pescadores de Juruti

SUMÁRIO

	PREFÁCIO	29
	APRESENTAÇÃO	39
1	INTRODUÇÃO	43
2	O PROBLEMA	55
3	A ABORDAGEM TEÓRICA	69
3.1	Território usado: território abrigo, território recurso ...	70
3.2	Conflito e suas diferentes dimensões	78
3.3	Tipologia de conflitos socioambientais nas amazônias	
3.4	Territorialização de empresas mineradoras e conflitos socioambientais	89
4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	95
4.1	Revisitação dos “campos exploratórios” do baixo amazonas	96
4.2	Construção e ajustes das ferramentas de pesquisa para o campo e no campo	100
4.3	Escolha das amostras de pesquisa	112
4.4	Levantamento, organização e tratamento dos dados de campo	114

4.4.1	Levantamento dos dados de campo	114
4.4.2	Organização dos dados de campo	117
4.5	Síntese da estrutura analítica	119
5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	121
5.1	A configuração territorial do estado do Pará	121
5.2	A configuração territorial do município de Juruti	123
5.3	A economia do município de Juruti	125
5.4	Dinâmica populacional do município de Juruti	142
5.5	Os ambientes e suas mudanças recentes no município de Juruti	150
5.6	A complexa estrutura fundiária do município de Juruti	155
6	TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERADORA ALCOA E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JURUTI	169
6.1	A mineradora ALCOA no contexto brasileiro	169
6.2	A ALCOA no município de Juruti	171
6.3	Audiências públicas e conflito socioambiental	189
6.4	O Conselho Juruti Sustentável e sujeitos em disputa ..	194
6.5	O Fundo Juruti Sustentável e as disputas	205
7	DINÂMICA TERRITORIAL DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA JURUTIVELHO (PAE JURUTIVELHO): A TRAJETÓRIA DA VILA MUIRAPINIMA E ADJACÊNCIAS	211
7.1	O “tempo de dantes” e a produção de novas temporalidades	214
7.2	Vila Muirapinima e adjacências como espaço de vivência	230

8	NOSCAMINHOSDOPROJETOAGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO: CONFLITO SOCIOAMBIENTAL COMO VETOR DA DINÂMICA TERRITORIAL	253
8.1	ALCOA: a chegada do estranho	253
8.2	PAE Juruti Velho: conflito e ordenamento territorial ...	271
8.3	Territórios de caça, pesca, extração florestal, roças e roçados	282
8.3.1	Territórios de caça	283
8.3.2	Territórios de pesca	286
8.3.3	Territórios extrativistas florestais	301
8.3.4	Territórios de roças e roçados	311
9	CONCLUSÕES	321
	REFERÊNCIAS	333
	APÊNDICE A – Registro fotográfico do trabalho de campo	353
	APÊNDICE B – Registro fotográfico do trabalho de campo	354
	APÊNDICE C – Registro fotográfico do trabalho de campo	355
	APÊNDICE D – Registro fotográfico do trabalho de campo	356
	APÊNDICE E – Registro fotográfico do trabalho de campo	357
	APÊNDICE F – Registro fotográfico do trabalho de campo	358
	APÊNDICE G – Registro fotográfico do trabalho de campo	359

APÊNDICE H – Registro fotográfico do trabalho de campo	360
APÊNDICE I – Registro fotográfico do trabalho de campo	361
APÊNDICE J – Registro fotográfico do trabalho de campo	362
APÊNDICE L – Registro fotográfico do trabalho de campo	363
APÊNDICE M – Registro fotográfico do trabalho de campo	364

PREFÁCIO

O “ambiente” como "território em disputa"

Por Jalcione Almeida

[O ponto de partida hoje] se reporta a um fato: *questionar a capacidade daquilo que hoje se chama de desenvolvimento de responder aos problemas* [que ele próprio gerou]; trata-se, a partir de agora, de *arrombar uma porta aberta*. A ideia de que cabe a esse tipo de desenvolvimento, movido pelo crescimento, consertar o que ele mesmo ajudou a criar não desapareceu, mas ela não é mais evidente. O caráter intrinsecamente "insustentável" desse desenvolvimento, que alguns anunciavam há décadas, tornou-se agora um *saber comum*. E é precisamente esse saber, hoje comum, que cria o sentido distinto de que *outra história começou*. O que sabemos agora é que, se aguentarmos firme e continuarmos a ter confiança no crescimento, vamos, como se diz, "dar de cara com a parede".

[Isabelle Stengers, 2015 p. 8-9 - grifos acrescidos].

A implantação de grandes projetos nas amazônias (como também em outros lugares) tem caracterizado *dinâmicas territoriais* marcadas por *conflitos ambientais* e prejuízos às comunidades locais. Vários desses lugares, como no caso estudado por Otávio do Canto neste livro, não fogem à regra histórica daquilo que podemos

chamar de "territorialização de grandes empreendimentos", em detrimento de territórios tradicionalmente ocupados.

Pode-se adiantar que a problemática ambiental tem proporcionado, efetivamente, o desencadeamento de novos processos de reestruturação territorial das relações entre os seres humanos e entre estes e o meio natural. Contudo, pode-se perceber que isto possui um caráter paradoxal porque há, neste caso, a imposição de *novos processos de dominação*, que trazem consigo uma série de normas legais, padrões produtivos e valores morais antes inexistentes em alguns espaços. De fato, um dos resultados mais interessantes é a percepção de que tais processos incitam a busca pelo desenvolvimento e a introdução de "políticas ambientais" – e novas percepções sobre o ambiente – que têm se mostrado amplamente desiguais (tanto em relação à diversidade social desses espaços, quanto em relação às oportunidades disponibilizadas aos agentes sociais), desestruturantes (no que tange aos modos de vida existentes), pouco democráticas (demonstrado pela desconsideração das experiências dos agentes em relação ao ambiente onde vivem, trabalham, se divertem e retiram as condições para sua reprodução social) e degradadoras do meio natural (como evidenciam inúmeros problemas ambientais).

Se pensarmos que há meio século, ou um pouco mais, várias comunidades locais, em diferentes espaços, possuíam completo domínio sobre seus territórios – embora já existissem alguns efeitos do desenvolvimento –, podendo fazer uso deles como bem quisessem, veríamos que, naquela época também, esses agentes não imaginavam que em um futuro próximo perderiam a condição

de “poder total” sobre os "recursos naturais" existentes em seus territórios, inviabilizando modos de vida e de produção.

Assim, percebe-se que uma parte substancial de agentes sociais em comunidades "tradicionais" (sobretudo as localizadas nos mais variados tipos de territórios) não tinha condições de prever que, devido ao surgimento desses "efeitos da modernização" - que devem-se muito mais à aceleração dos processos produtivos industriais e extrativistas espoliativos como a mineração – e, mais importante, devido ao fato dessas questões terem sido, em um determinado momento, eleitas pela sociedade como “problemas prioritários”, seria requerido deles um processo de modificação radical dos seus comportamentos. Modificação das diferentes maneiras que estavam organizadas suas vidas e seu cotidiano até então e, obviamente, dos modos como percebiam e se relacionavam com o meio natural ao seu redor.

É neste contexto, com determinantes teóricos e bases empíricas, que Otávio do Canto desenvolve suas análises nesta brilhante obra que tem como origem sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual tive o privilégio de orientar. Do ponto de vista teórico-conceitual, essas análises, alicerçadas em evidências empíricas colhidas em exaustivo trabalho de campo, leva o leitor, entre outras incitações, a questionar o estatuto epistemológico do conceito de *conflitos ambientais* - hoje ainda um objetivo acadêmico relevante.

O conflito em torno da exploração de bauxita pela *Aluminum Company of America* (ALCOA), analisado pelo autor, parece ser esclarecedor das possibilidades de análises oportunas e inéditas que se abrem quando se detém a atenção aos conflitos ambientais.

É importante atentar, nestes casos, para as especificidades de tais conflitos enquanto reveladores de interpretações das *relações sociedade-natureza*.

O conflito analisado por Otávio do Canto também revela uma ampla rede articulando grupos sociais diversos – ribeirinhos, autoridades políticas, pesquisadores, ambientalistas, consultores, entre outros –, mapas, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, empresas de consultoria, organizações da sociedade civil e a floresta amazônica. Num primeiro olhar, essa rede, de forma controversa, *disputa a definição sobre os usos e apropriações desejáveis para o território*. Nesse sentido, configura-se um conflito ambiental tal qual definido por Acserald (2004), no qual há uma disputa por “unidades territoriais compartilhadas”.

No caso dos conflitos ambientais, há um lugar de enunciação híbrido, que se constrói buscando interpelar o discurso (e as práticas) da modernidade e que se sustenta no que alguns autores chamam de “cosmologia do desenvolvimento”. Alguns agentes sociais específicos (no caso, as comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho - PAE Juruti Velho), movimentos sociais e organizações da sociedade civil não aceitam os pressupostos do desenvolvimento como justificativa suficiente para a instalação e exploração da mineradora. Interpelam o discurso moderno e pedem tempo para se desacelerar e se repensar as prioridades, exigindo maior espaço de atuação nos “desígnios do desenvolvimento”. Neste sentido, Stengers (2007) nos fala de uma verdadeira *atitude cosmopolítica*, isto é, na possibilidade de se criar um espaço de hesitação e de desacelerar a expectativa pela construção de um mundo comum, ao se sugerir que “talvez possa existir algo mais importante” em jogo.

É desta forma que se concorre pela definição *do que está em disputa nos conflitos ambientais*. Ao se articular, em uma mesma rede, o lago Juruti, as comunidades ribeirinhas, os peixes, a floresta e o modo de vida particular, para argumentar contra a mineração, expande-se a lista de entidades passíveis de serem reconhecidas como interessadas na *definição do mundo* – ou do cosmos. Ou seja, expande-se para outras entidades a capacidade de exercer a *posição de sujeito*. Argumenta-se, portanto, que, ao colocar em pauta a capacidade de *exercer agência* e de disputar a formulação do que está em jogo, os conflitos ambientais também manifestam interpelações cosmopolíticas que desestabilizam a “caixa preta” da separação sociedade-natureza, necessária ao projeto moderno do desenvolvimento.

Do ponto de vista teórico e acadêmico, trata-se, portanto, de investigar *a emergência e configuração de conflitos ambientais*, atentando-se às possibilidades de interpretações das *relações sociedade-natureza expressas nesses conflitos*. A análise se concentraria então nas *interações sociais e naturais articuladas durante o conflito*, visando identificar posições e mapear as alianças e coalizões presentes nos embates políticos, mas também elementos cosmológicos, identitários e subjetividades subjacentes à configuração do conflito.

No caso empírico que trata o livro de Otávio do Canto, vale deter-se na análise que o autor faz da *dinâmica interna do conflito* em torno da exploração minerária da ALCOA, buscando identificar os distintos agentes envolvidos, analisando-os em interação entre si com seu meio biofísico e social, e levantando as reivindicações de cada grupo e as formulações de seus regimes de enunciação. Busca-se, portanto, identificar as interpretações das relações sociedade-natureza mobilizadas no conflito.

O que o trabalho do autor ajuda a compreender, em suma, é o que os conflitos ambientais apresentariam de inovador à análise mais geral dos conflitos sociais: informando quem são os sujeitos das disputas em questão, quais são suas demandas e quais são suas contribuições para a compreensão das relações sociedade-natureza. Mais do que uma "ambientalização dos conflitos sociais", a análise do autor mostra manifestações de disputas territoriais, identitárias e, de alguma forma, cosmopolíticas, características de contextos de modernidade, e reveladoras dos questionamentos acerca da separação sociedade-natureza pertinentes a uma crítica pós-colonial. Portanto, o que busca mostrar é que, ao definir o lugar do ambiente no desenvolvimento, define-se precisamente *qual sociedade se pretende construir*. Isto é, qual o modelo de desenvolvimento desejado, ou até mesmo, qual o significado de desenvolvimento para certos grupos sociais e para a nossa sociedade.

A reflexão de Otávio do Canto é tributária do entrecruzamento de dois campos de ação enquanto pesquisador e professor. O primeiro está vinculado às lembranças de infância e juventude que se aliaram na construção de um desejo: "produzir conhecimentos para além das reminiscências". O segundo se assenta na investigação com âncoras teóricas e metodológicas definidas e sólidas, fruto de reflexões realizadas antes, durante e depois de seu doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujos objetivos foram de "produzir conhecimentos para além daquilo que se expressam por meio de aparências manifestadas localmente" (CANTO, 2012 p. 217). A fusão dos dois campos de ação se fez presente em todas as fases de construção da tese de doutorado que sustenta esta obra. Da referida fusão, houve a formulação da questão-problema: *como o conflito ambiental influencia na (re)organização*

territorial de comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, a partir da instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, tendo em mente que o processo compulsório de transformação do "território abrigo" em "território recurso", pela ALCOA no PAE Juruti Velho, é a expressão maior de um conflito ambiental envolvendo vários agentes, artefatos e relações.

Otávio do Canto chega à conclusão de que negar a existência do conflito ambiental parece fazer parte de uma estratégia da ALCOA, uma vez que o aguçamento das disputas tem demonstrado a fragilidade do modelo de desenvolvimento local sustentável proposto e sustentado publicamente pela empresa, o que tem produzido críticas entre diferentes agentes sociais locais.

O conflito ambiental resultante da disputa entre ALCOA e os agentes locais, de acordo com o apontado por Canto, não resultaria da extração (ou não) do minério de bauxita. A pesquisa concluiu que "o problema real decorre da forma de apropriação desse 'recurso natural', na forma "como a infraestrutura e o funcionamento da mina territorializam a empresa" (CANTO, 2012 p. 218). E essa nova e intrusiva forma de territorialização espoliativa acaba por sobrepor os territórios preexistentes como os de caça, pesca, extrativismo vegetal e de roças e roçados, sem que muitos dos antigos ocupantes tenham sido adequadamente compensados, gerando disputas e níveis elevados de insatisfação demonstrados plena e empiricamente pelo autor.

Ao se esperar do leitor um posicionamento de recusa e refutação ao projeto de mineração em questão, de maneira contraditória, a maioria dos agentes envolvidos "não se manifesta contrária à implantação e operação do projeto de extração de bauxita, pois acredita ser importante seu processamento" (CANTO, 2012

p. 218). Todavia, questiona-se a forma de atuação da mineradora, principalmente a partir da sua operação.

A reflexão de Otávio do Canto acaba por reiterar, por fim, a perspectiva de que o território em questão se constitui em um *campo de possibilidades*, ou seja, um constante exercício de conflito ambiental, que envolve diferentes agentes humanos e não humanos, e que tende a (re)organizar indefinidamente o lugar, respondendo aos múltiplos interesses em conflito e às condições naturais. Para o autor, parece não haver solução definitiva para o conflito enquanto a mineradora estiver operando no PAE Juruti Velho e adjacências, uma vez que a transformação do "território abrigo" em "território recurso" é intrínseco ao processo de operação da mineradora.

Embora tentativas de mediação venham sendo feitas no conflito, seus efeitos parecem ser apenas paliativos para minimizar o atrito entre as partes em disputa e os efeitos na natureza. Por outro lado, segundo Otávio do Canto, "é o próprio conflito ambiental que tem provocado a (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, sejam (re)organizações consideradas 'negativas' ou 'positivas', dependendo da perspectiva dos agentes envolvidos no processo de mudanças no território abrigo" (CANTO, 2012 p. 222). Neste sentido, o autor identifica o *ambiente* dos conflitos como o "território em disputa" e vaticina: "o importante não é solucionar o conflito, porque ele não é passível de solução; o importante é criar mecanismos de oportunidades para o acesso democrático (...) aos bens naturais. Só assim seria possível construir um desenvolvimento local sustentável" (CANTO, 2012, p. 222).

O estudo em tela é, em alguma medida, devedor de discussões e reflexões no âmbito do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS - www.ufrgs.br/temas),

que foi integrado por Otávio do Canto quando em seu período de doutoramento. O trabalho de Otávio do Canto, que ora tenho a honra de introduzir a leitura, é um dos importantes produtos acadêmicos desse Grupo nos últimos 12 anos, tendo merecido o prêmio de melhor tese em ambiente e sociedade outorgado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) em seu último encontro.

Desejo a todos uma boa leitura.

Porto Alegre, junho de 2016.

APRESENTAÇÃO

É com extrema satisfação que tenho a honra de apresentar a obra “Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental”, de autoria de Otávio do Canto. Pesquisador e docente do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA) - órgão que em 2016 completa 25 anos de história -, Otávio do Canto apresenta obra integrante do conjunto de ações alusivas aos 25º aniversário do NUMA. Anos dedicados ao ensino, pesquisa, extensão e, sobretudo, à formação de recursos humanos voltados para reflexões críticas, ações relativas à gestão pública e gestão de áreas especiais e de recursos naturais. A caminhada do NUMA também tem como objetivo a redução das assimetrias entre os sujeitos que promovem o desenvolvimento local na Amazônia.

A obra destaca os conflitos socioambientais a partir de dinâmicas territoriais ocasionadas pela implantação do projeto da mineradora ALCOA. Trata-se da exploração da bauxita na região oeste do estado do Pará. Este projeto faz parte de um intenso investimento do capital nacional e estrangeiro que vem atuando há décadas na Amazônia ou, como muito bem discutido pelo autor, nas “amazônias”, uma vez que a diversidade, pluralidade e complexidade se faz presente de forma extensiva neste espaço. Longe da homogeneidade que se possa pensar, dentre elas temos a Amazônia Atlântica; a Estuária - aquela banhada pelo vai e vem das marés; bem como aquela na qual o ciclo das águas apresenta seis meses de enchente e seis meses de vazante.

É nesta última configuração onde se concentra o *locus* da pesquisa: o município de Juruti. Mais precisamente, o distrito Juruti Velho. O contexto de vazantes e de cheias permite aos ribeirinhos a polivalência de atividades, dada a sazonalidade da região. A várzea ganha destaque por propiciar atividades produtivas aos ribeirinhos como plantio de grãos, criação de pequenos animais, além da pesca artesanal. Estas atividades, mais do que uma caracterização de produção, representam uma contextualização cultural de gerações que mantém relações simbióticas com o ambiente em que vivem. O natural se mistura com o imaginário numa lógica própria destas populações. O produto da pesca é comercializado, mas também parte dele pode ser partilhado com vizinhos numa prática pouco comum sob a égide da acumulação do mundo capitalista.

Nesse espaço, o autor destaca a criação do Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti Velho. A partir deste, busca-se compreender os conflitos socioambientais a partir da configuração de um novo cenário que tem de um lado a mineradora ALCOA e de outro os ribeirinhos. O PAE Juruti Velho comporta na sua estrutura uma associação, organização social fundamental para buscar equidade dos direitos dos moradores da região, diminuindo suas assimetrias.

Os movimentos sociais se constituíram em um dos mais importantes elementos do associativismo brasileiro pois, a partir dos anos 1970, tiveram o poder de mobilizar as pessoas e gerar saberes e aprendizados coletivos. Nesta perspectiva, Otávio do Canto destaca o conflito socioambiental gerado no âmbito da dinâmica territorial entre os ribeirinhos e a empresa. Ganha destaque o procedimento metodológico adotado que valoriza tanto a literatura pertinente, quanto dá ênfase à pesquisa de campo, demonstrando originalidade

e riqueza de informações num esforço ousado que apresenta números significativos (tanto quantitativos como qualitativos) das entrevistas realizadas com sujeitos de diversos segmentos da sociedade. Elementos essenciais para as análises realizados e resultados obtidos.

Uma (re)organização territorial se configurou a partir da implantação do projeto minerário na Região que se estabeleceu, à medida que a empresa e suas contratadas estiveram mais presentes no município, gerando conflitos sem solução a curto prazo.

Chama atenção o posicionamento dos entrevistados em relação aos projetos minerários. Por um lado, a maioria apresentou posicionamento favorável à eles - desde que venham trazer benefícios para a Região e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida da população -, por outro lado foi muito criticada a forma como o projeto foi operacionalizado em Juruti, descaracterizando a Região e fomentando conflitos. Por fim, esta análise provoca uma reflexão: até que ponto e como as populações ribeirinhas interpretam a chegada de grandes investimentos que trazem conflitos de diversas ordens no cotidiano amazônico?

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Diretor do NUMA/UFPA

1 INTRODUÇÃO

Este livro tem como foco o conflito socioambiental e a (re) organização territorial das comunidades¹ ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho (PAE Juruti Velho), município de Juruti, Pará, provocados pela instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da *Aluminum Company of America* (ALCOA),

¹ O termo Comunidade foi bastante debatido por trabalhos considerados clássicos, como os de Wagley (1988), Cândido (1987) e trabalhos mais recentes como o de Fleury; Almeida (2007); Araújo (2009). Reconhece-se a importância desse debate, porém, nesse trabalho, não se almeja enveredar por ele. Não obstante, julga-se necessário esclarecer a razão da sua utilização. Em primeiro lugar, o termo foi largamente utilizado, nas amazônias pelo Movimento de Educação de Base (MEB) coordenado pela Igreja Católica, na década de 1960; para ela, comunidade parece encerrar um critério populacional, constituindo-se em um núcleo social, onde as pessoas devem ter objetivos comuns. Assim, nos mais diferentes ambientes que compõem as diversas amazônias, este termo passou a ser usado para designar populações que vivem no ambiente de terra firme (margens das estradas, igarapés, lagos, rios) ou de várzeas (ambientes inundáveis). Nesse estudo, o termo é utilizado para designar os grupos humanos que assim se autodenominam, a exemplo da “Comunidade Nova Macaiani” (localizada às margens do lago Juruti Velho); “Comunidade São Pedro” e “Comunidade Santo Hilário” (às margens da estrada que liga a cidade de Juruti ao Projeto Mina de Bauxita de Juruti), “Comunidade Maraca-Açu” (na várzea do rio Amazonas) e “Comunidade São Francisco do Aruã” (às margens do rio Aruã, nas brenhas da floresta). Ainda vale esclarecer que aqui se considera Comunidade como uma unidade territorial com as suas múltiplas expressões (ambiental, social, econômica e cultural), portanto, uma dimensão territorial híbrida, que não pode existir fora da relação comunitário-ambiente.

em mais um grande empreendimento de mineração na chamada Região Amazônica.

Algumas atividades de pesquisas motivaram e justificam a decisão de estudar o conflito socioambiental e a (re)organização territorial de Juruti, mais especificamente as comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, uma vez que, desde a década de 1990, o autor tem se dedicado a estudos de populações, sobretudo, ribeirinhas das amazônias, procurando identificar suas especificidades ambientais e territoriais. Assim tem sido nas comunidades dos rios Amazonas, Tapajós, Xingu, Mapuá, e, mais recentemente (desde 2005), no lago Juruti Velho.

Nesta introdução, entretanto, decidiu-se fazer alguns comentários gerais, da tão difundida Região Amazônica ao objeto de estudo no município de Juruti, uma espécie de sobrevoo para, introdutoriamente, auxiliar no entendimento do problema de pesquisa formulado a partir das diversas visitas a campo, reminiscências, observações, conversas, debates e das leituras teóricas e documentais relativas ao conflito socioambiental e da (re)organização do território no município de Juruti, mais especificamente ao PAE Juruti Velho.

Desde o período colonial, os portugueses, estimulados pela necessidade de produzir instrumentos de controle territorial, criaram a ideia de “Região Amazônica”, dando-lhe uma unidade que, de fato, não existia. As principais referências por eles utilizadas basearam-se em características ambientais observadas na perspectiva macro, ou seja, da floresta tropical densa que se mostrava a partir dos vales dos grandes rios. Assim sendo, essa ideia não surgiu como resultado de demandas sociais e nem pensando nelas, embora

fosse significativa a presença de diversos grupos indígenas e, mais tarde, de imigrantes de origem europeia e de caboclos amazônicos – formados pela composição étnica entre brancos e índios.

O que se convencionou chamar Região Amazônica é um sistema enxameado de contradições, tanto do ponto de vista dos ambientes, que lhe dão corpo, quanto dos processos sociais que, gradativamente, criaram formas de apropriação e uso do território, moldados à base de disputas e conflitos, inclusive sangrentos. Isso, de certo modo, denota o que alguns autores classificam como “a invenção da Amazônia”. (GONDIM, 1994; MAUÉS, 1999).

A “Região Amazônica” institucional (ora Amazônia Legal, ora Região Norte) existe enquanto instrumento territorial utilizado pelo Estado e, em alguns casos, pelas empresas que também fazem controle e regulação social. A Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da Lei n.5.173, de 27.10.1966, tem por objetivo definir a área de atuação político-administrativa da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e é constituída pelas seguintes unidades político-administrativas: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte oeste do Maranhão. Sua área representa aproximadamente 60% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011), incluindo o de Juruti, no oeste do Pará.

Por outro lado, a “Região Norte”, foi definida pelo IBGE, a partir do início da década de 1970, como seis unidades político-administrativas: Acre, Amazonas e Pará e pelos territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Não obstante, a partir da Constituição Federal de 1988 esta região passou a ser formada pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins,

pois, por força da nova Constituição, os territórios federais foram transformados em Estados, e no norte de Goiás foi criado o mais novo Estado brasileiro: o Tocantins.

É possível perceber que as regionalizações apresentadas, que colocam a Amazônia como uma unidade, têm caráter meramente político-normativo. A primeira delas está vinculada aos critérios de funcionalidade da SUDAM, e a segunda, do IBGE. Ambas são instrumentos que, entre outros objetivos, servem para a regulação e controle social por parte do Estado. Nenhuma delas está baseada nas diferenças existentes entre os grupos que nela habitam e tampouco nas suas demandas sociais. Assim sendo, percebe-se que foi fundamentalmente o Estado que produziu uma unidade que jamais existiu efetivamente, senão como instrumento normativo.

Na atualidade, existem vários autores que acreditam ser mais adequado considerar a Amazônia como “amazônias”, dentre eles Maués (1999) e Gonçalves (2001). Nessas circunstâncias, seria necessária uma verdadeira reinvenção da Amazônia dentro de uma perspectiva plural, como múltiplas amazônias, desprezando o velho paradigma da homogeneidade regional tão empregado enquanto objeto de estudo e planejamento regional.

Ao longo da história, entretanto, essas reinvenções têm ocorrido de maneira mais ou menos expressiva. Uma delas registra as mudanças estruturais decorrentes da apropriação e uso do território a partir da segunda metade do século passado. De acordo com Becker (2007a), destacam-se três aspectos de mudanças estruturais na história recente da chamada Amazônia: a conectividade, a econômica e a estrutura de povoamento.

A conectividade se manifesta pelo fato de que a Amazônia, até as décadas de 1950/1960, mantinha mais relações com o exterior do que com o restante do Brasil. Isso era estimulado pela dificuldade de conexão. Até essa fase, os produtos amazônicos eram destinados fundamentalmente para a Europa. Os maiores exemplos são exploração e comércio de borracha. Nesse período, tanto Belém quanto Manaus, de certo modo, procuravam reproduzir o estilo de vida europeu, dentre eles no aspecto arquitetônico. A *belle époque*, inclusive, que pode ser vista em trabalho de Santos (1980), ilustra bem essa condição. A conectividade, da qual Becker (2007a) se refere, decorre da construção das estradas, nas décadas de 1960/1970, com destaque para Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163). No entanto, o mais importante instrumento de conectividade se deu a partir das redes de energia e telecomunicações, permitindo ligação mais rápida e eficiente com o território nacional e com o exterior.

A segunda mudança estrutural encontra-se no plano econômico e foi promovida pela transformação de uma economia extrativista rudimentar para um extrativismo altamente tecnificado e provocador de conflitos socioambientais. Como resultado desse processo, a Amazônia apresenta hoje uma das maiores explorações minerais do Brasil e do mundo, cujos destaques empresariais no setor são a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), Mineração Rio do Norte (MRN) e ALCOA, entre outras.

Nesse cenário da exploração mineral é importante ressaltar que a Amazônia é detentora de depósitos minerais de grandes proporções, dos quais se destacam 26% do Ferro, 74% do Manganês,

80% do Cobre, 100% de Estanho, 85% do Alumínio, 26% do Cromo, 100% do Tântalo e 96% do Caulim produzidos no Brasil, de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério de Minas e Energia (MME). O Pará é o segundo maior Estado produtor de bens minerais do Brasil, ao lado de Minas Gerais. (MARINI, 2007).

Segundo Mártires (2009), a maior diversidade das substâncias minerais da região Amazônica é encontrada no Pará, com destaque para os minerais metálicos com alto valor comercial: minério de ferro, com produção de 85,5 milhões de toneladas, e a bauxita² com cerca de 17 milhões. Conforme os dados do DNPM, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), de 2010, dos principais municípios arrecadadores da região Norte estão localizados no Pará³.

Além disso, a Amazônia Legal hoje apresenta uma das maiores produções de bens de consumo duráveis do País, com o

² A bauxita é um minério de importância industrial para a obtenção do alumínio metálico e de seus compostos. O Brasil é o terceiro maior produtor deste minério com produção, em 2008, estimada em 26,6 milhões de ton., o que significa 13% da produção mundial, que foi de 205 milhões de ton. A Austrália é líder em produção, com 64 milhões de ton. em 2007, que correspondem a 33% da produção global, seguida da China com 17%. As principais empresas produtoras no Brasil são a MRN (70%), a CBA (12%), a Vale (12%) e outros (6%). As principais empresas produtoras no mundo são a Comalco, a Alcan, a ALCOA, a Rio Tinto e a BHP, na Austrália, Chalco, na China, a CVG na Guiné, a MRN, no Brasil. No Brasil, os principais estados produtores são o Pará (85%), Minas Gerais (14%) e outros (1%). Geofísica Brasil [2011?].

³ Parauapebas (ferro/manganês) – R\$ 137.931.789,70; Canaã dos Carajás (cobre) – R\$ 16.675.283,94; Oriximiná (bauxita) – R\$ 12.520.706,39; Juruti (Bauxita) – R\$ 7.674.089,71; Paragominas (Bauxita) – R\$ 6.744.243,14 e Ipixuna do Pará (caulim) R\$5.393.409,22. Brasil [2011?].

complexo industrial da Zona Franca de Manaus⁴. Em função disso, a economia da região registrou mudanças radicais nas últimas décadas, passando de mera produtora e exportadora de "recursos naturais"⁵, derivados das florestas para exportadora de minérios e produtos com alto grau de tecnificação.

A terceira mudança estrutural importante na Amazônia está vinculada à estrutura de povoamento. Nesse aspecto, é importante observar que, de acordo com o Censo 1960, dos 70.191.370 habitantes do País, aproximadamente 38,5 milhões viviam no campo e 31,5 milhões nas cidades. Na década seguinte (1970), passou a ter uma população urbana maior do que a rural - 52.084.984 e 41.054.053, respectivamente. Quatro décadas depois, o Censo 2010 indicou que, dos 190.732.694 milhões de habitantes, somente 29.852.986 (15,65%) viviam no campo e 160.879.708 (84,35%) nas cidades. Assim sendo, se for considerada a evolução da população brasileira, verifica-se

⁴ "A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus – ZFM. Ela foi criada pelo Decreto-lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. A Suframa atua como agência promotora de investimentos, que tem a responsabilidade de identificar alternativas econômicas e atrair empreendimentos para a região, objetivando a geração de emprego e renda". (SUFRAMA, [2012. p.01?]).

⁵ Recurso natural é uma expressão usada por muitos autores para designar os elementos abióticos e bióticos que compõem o que se convencionou chamar de natureza. Para Santos (2000), entretanto, "recurso natural" tem outro sentido: "Os recursos "naturais"... se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais" (SANTOS, 2000, p. 20). Assim sendo, decidiu-se usar, nesse projeto o termo entre aspas: "recurso(s) natural(is)".

que a população do campo retraiu, enquanto que a da cidade teve um expressivo crescimento.

A Amazônia Legal segue o mesmo ritmo, embora a superação da população rural pela urbana tenha sido registrada somente no Censo 1991, quando a população urbana atingiu 9.580.105 (55,74%) habitantes e a rural, 7.607.935 (44,26%). No Censo 2010, essa diferença se acentuou ainda mais - 18.294.459 (71,81%) habitantes na zona urbana e 7.179.906 (28,19%) na rural. Portanto, a população rural retraiu entre os referidos censos. Hoje a região é habitada por população predominantemente urbana.

O Pará, durante o período em questão, seguiu o mesmo ritmo. De acordo com o último Censo, sua população atingiu 7.581.051 habitantes, com 68,48% vivendo em áreas urbanas e 31,52% em áreas rurais. Em função de sua grande diversidade territorial e do processo de ocupação por diferentes grupos de migrantes, suas características populacionais se diferenciam bastante entre si. Assim, pode-se destacar a presença marcante de uma imensa população ribeirinha que tem, como fator diferencial, a estreita relação com os rios, lagos e igarapés. Isso provocou a fundação de vilas e cidades às margens dos rios, com forte expressão do modo de vida ribeirinho.

Outro aspecto relevante do ponto de vista da estrutura de povoamento está vinculado à sua espacialização. No passado, o povoamento ocorria principalmente nas margens dos rios, lagos e igarapés. Não obstante, ocorreu uma reorientação de povoamento a partir da abertura dos grandes eixos rodoviários, estradas vicinais e ramais. Uma nova forma de ocupação e dinamização econômica ajudou não só a mostrar as diferenças existentes, mas também produziu novas contradições, entre as quais o acirramento pelo uso da terra e apropriação dos “recursos naturais”.

Velho (1979) utilizou a ideia regional de “beira” e “centro” para se referir a dois importantes grupos sociais existentes nas amazônias e certamente no Pará. Ele entendeu que a “beira” tinha o sentido de lugar onde se situavam os povoados maiores e mais antigos, o que poderia se referir como sendo a *civilização*⁶. Em contraste estava o “centro”, ligado à ideia de centro da mata, mais próximo de uma natureza ainda não controlada pelos humanos. Assim, ligada ao “centro” estava a agricultura, o campo, a roça, o isolamento, muito próximo de uma natureza “intocada”; ligado à “beira” estava a cidade, a vila, com predominância da pesca e próximo de uma natureza controlada e conhecida.

Nas últimas décadas, o Pará é um dos Estados da Amazônia Legal que mais têm passado por acelerado processo de tecnificação do território. Os anos 1970 e 1980 foram marcados por grandes investimentos, em especial nos setores rodoviário, energético, agropecuário, comunicação e mineração. Além disso, na década de 1990 houve uma desaceleração dos investimentos estatais para esses setores, pois o modelo de intervenção até então vigente entrou em profunda crise. Após esse período, o governo federal colocou em curso um novo modelo de investimento, agora em parceria com a iniciativa privada, prevendo a ampliação do sistema de transporte para dinamizar o fluxo econômico, no qual o cultivo de grãos e a mineração para a exportação têm grande destaque.

Aliados aos interesses das grandes empresas, os governos estadual e federal estimularam a expansão do agronegócio e das atividades minerais com o uso de alta tecnologia em território paraense. Esse processo atualmente em curso certamente implica em mudanças radicais do ponto de vista do ordenamento territorial

⁶ Grifo no original.

do Pará. Eis a razão pela qual o governo federal, entre 2005/2006, ter investido no Zoneamento Ecológico Econômico da BR-163 (ZEE BR-163), que liga Cuiabá a Santarém-PA, para viabilizar o seu asfaltamento (atualmente em curso). Em 2010 fez a licitação para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, além de outras obras que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Interessados nos dividendos gerados pelos baixos preços das terras e reduzidas distâncias que representam em relação aos países importadores, além da expansão da linha de transmissão de energia da Hidrelétrica de Tucuruí, muitas empresas, principalmente do setor graneleiro (soja, arroz, milho), passaram a instalar seus negócios no território paraense. Também foram criadas expectativas em torno da execução de obras públicas de grande porte, incluindo a construção das hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu, e de São Luiz do Tapajós; das hidrovias do Tapajós, do Araguaia-Tocantins (a construção das eclusas de Tucuruí, em curso, faz parte dessa estratégia), do asfaltamento das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), entre outras. Percebe-se, assim, que novos territórios são emergentes no Estado do Pará, ampliados cada vez mais pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994a).

Esse processo em curso no Pará, produzido pela tecnificação do seu território, faz emergir novas (re)organizações territoriais, migrações, projetos de colonização, agropecuários, madeireiros, energéticos e de mineração. O último caso se aplica ao mais recente grande empreendimento de mineração na Amazônia, o Projeto Mina de Bauxita de Juruti, implantado pela ALCOA no município de Juruti, oeste do Pará, que é objeto central deste livro.

No Pará, a apropriação desigual da terra se tornou uma das mais importantes questões relativas ao espaço rural, mas o processo histórico mostra a negação do discurso oficial da reforma agrária no Estado. As terras nunca foram disponibilizadas de modo ordenado, para permitir o acesso dos menos favorecidos economicamente, também conhecidos como clientes ou demandantes da reforma agrária. Nessa situação, encontravam-se todas as comunidades ribeirinhas que habitam as adjacências do lago Juruti Velho, pelo menos até a instalação definitiva da ALCOA, a partir de 2005, para processar a extração de bauxita.

Acompanhando essa dinâmica, os conflitos socioambientais se evidenciam, principalmente porque a terra de trabalho (GARCIA, 1983; MARTINS, 1991) historicamente se constituiu em objeto de disputas territoriais entre os mais diferentes grupos sociais. Nesse sentido, a estrutura fundiária do município de Juruti é extremamente complexa, reproduzindo a lógica de ocupação e uso de terra no Pará. Assim, uma seção deste livro tratará dessa questão tão importante para que se entenda a (re)organização territorial em curso no município e, mais especificamente, nas adjacências do lago Juruti Velho, com a criação do PAE Juruti Velho, em 2005.

Observa-se que, em Juruti Velho, ao longo da história foram promovidas apropriação e uso livre da terra. As comunidades não tinham por preocupação os limites individuais ou regularização fundiária, pelo menos até a década de 1970, quando o uso sempre foi comunal, tanto para a produção de roças e roçados, quanto para coleta de “recursos naturais”. Porém, a partir dessa época, a presença constante de madeireiros ilegais começou a motivar preocupações em torno da regularização fundiária.

Do ponto de vista espacial, o cenário específico da investigação foi constituído pelas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho. Do temporal, o estudo considerou a temporalidade dos conflitos socioambientais decorrentes das disputas territoriais estabelecidas a partir do processo de instalação e operação da mineradora ALCOA em Juruti, em 2005.

2 O PROBLEMA

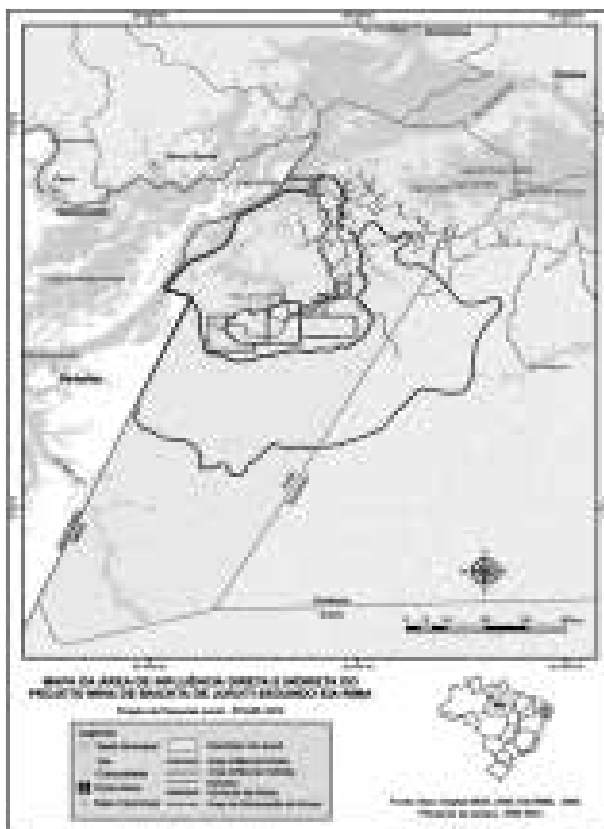
A história da implantação e operação de grandes projetos mineradores nas diferentes amazônias brasileiras tem apresentado dinâmica territorial eivada por graves conflitos socioambientais. Basta observar casos como da Mineração Rio do Norte (MRN), no município de Oriximiná (a partir da década de 1970), da antiga Companhia de Mineração Vale do Rio Doce (hoje Vale), no município de Parauapebas (a partir da década de 1980) e Canaã dos Carajás (a partir da década de 2000), entre outros. Pelo que se tem acompanhado nesses seis últimos anos, o empreendimento minerário em Juruti não é exceção.

Juruti, embora conheça a presença discreta da mineradora ALCOA desde a década de 1970, foi a partir de 2005 que passou a perceber as intervenções sistemáticas tanto na zona rural quanto na zona urbana do município, efetivadas pela empresa. A mudança ocorreu a partir da execução dos trabalhos para elaboração do EIA/RIMA (Figura 1). Dessa maneira, os contatos se tornaram mais frequentes, muitos deles amistosos e outros bastante conflituosos, imprimindo mudanças territoriais muito importantes em nível municipal, situação que se pretende focar ao longo deste livro.

O conflito motivado pelo interesse minerário se estabeleceu à medida que a ALCOA e suas contratadas passaram a incomodar os grupos sociais locais, seja por estes ao se depararem com os seus espaços de vivência invadidos, ou pela falta de esclarecimentos prestados pelos membros da própria empresa e suas terceirizadas

ou pelo grande número de pessoas atraídas diariamente, sobretudo para a sede do município. Por essa razão, em pouco tempo, a população da cidade de Juruti obteve um crescimento jamais conhecido na sua história, e os problemas sociais foram ampliados em pouco tempo.

Figura 1: Mapa da área de influência direta e indireta do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, segundo CNEC, 2005.



Fonte: Mapa elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); CNEC (2005) e Pesquisa de campo (2006-2012), 2012.

Na órbita do processo que envolveu pesquisas minerárias e elaboração dos instrumentos necessários para obtenção das licenças (prévia, instalação e operação) do empreendimento, foram criadas expectativas em torno do mercado, emprego e renda, mas ao mesmo tempo, se instalou um clima de insegurança e medo, principalmente nas populações rurais, cujos terrenos e roças foram afetados diretamente pelo empreendimento, com a instalação da mina, estradas, ferrovia e porto.

O Projeto Mina de Bauxita de Juruti da mineradora ALCOA, por outro lado, apesar de se preocupar em produzir uma imagem pública fundada no discurso do desenvolvimento sustentável, tem provocado, em linhas gerais, problemas similares de conflitos socioambientais presentes na órbita dos grandes empreendimentos minerários implantados nas amazônias brasileiras.

Um dos mais sérios problemas decorre da grande atração populacional, sem que tal crescimento seja acompanhado de infraestrutura necessária que, ao lado das múltiplas formas de apropriação e uso do território, provoca conflito socioambiental de diferentes ordens, demandando uma grande engenharia social para reivindicar a minimização e/ou compensação pelas perdas às quais as populações locais são submetidas.

Ao longo dos trabalhos de campo desta pesquisa (2006-2012) observou-se que, mesmo depois do processo de instalação (fase finalizada em 2009), considerado como fase mais crítica e agressiva, com a chegada das empresas contratadas para executar a instalação do projeto, o conflito socioambiental se mantém latente. Essa condição demonstra que o conflito faz parte da estrutura geral do projeto e não apenas de uma das suas fases, como preferem afirmar alguns entusiastas do empreendimento.

Uma forma de evidenciar a importância do conflito socioambiental decorrente do embate entre o Projeto Mina de Bauxita

de Juruti, da mineradora ALCOA e populações do município de Juruti, tem sido a própria ação do Ministério Público que, acionado pelas comunidades do Jabuti e Santo Hilário (localizadas na margem da estrada Juruti-Mina), foi levado a agir pedindo a suspensão da licença de operação do empreendimento em dezembro de 2009:

Em Juruti, o Ministério Público do Estado, por meio das promotoras de justiça Lilian Regina Furtado Braga e Dully Sanae Araújo Otakara, ingressou com Ação Civil Pública contra a ALCOA (OMNIA Minérios Ltda). A ACP quer garantir a cessação e recuperação dos danos ambientais causados ao ecossistema que abriga os igarapés das áreas de influência das rodovias, caminhos de serviços e ferrovia construídos pela empresa. O MP requer concessão de liminar que determine a imediata suspensão da licença de operação do empreendimento [...] A ação foi motivada após procedimento instaurado pelo MP, pelo qual foi constatado que ao se instalar em Juruti, a empresa não adotou medidas de proteção exigidas, e agiu sem atenção ao contexto local no planejamento e execução das obras viárias, com descuido e falta de zelo ao meio ambiente. Os autos noticiam a ocorrência de uma intervenção desastrosa, levada a efeito pela ré, em prejuízo dos igarapés', afirma a Ação Civil Pública. Os moradores das comunidades de Jabuti e Santo Hilário noticiaram ao Ministério Público o aterramento dos igarapés. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ, 2009 [p.01?]).

Até o presente, no município de Juruti, o maior conflito socioambiental tem como principais sujeitos a ALCOA, com o Projeto Mina de Bauxita de Juruti, e as comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho. No decorrer dos trabalhos de campo, esta condição chamou mais atenção pelo fato de se constituir no mais denso conflito absorvendo maior energia de observação e análise. Foi transformado, por isso, no epicentro desse estudo.

A partir de então, muitas questões foram levantadas, mas tomou-se a difícil decisão de limitar o campo de análise em torno da seguinte questão de pesquisa: Como o conflito socioambiental se configura e influencia na (re)organização territorial de comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, a partir do processo de instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da *Aluminum Company of America (ALCOA)*?

Em 2000, quando adquiriu a *Reynolds Metals Company (RMC)*, a ALCOA Inc. obteve o direito de explorar a mina de bauxita de Juruti. Por meio da sua subsidiária, a Omnia Minérios, fez pesquisas para confirmar o potencial mineral em uma área que, segundo a ALCOA, é de 270 mil hectares, nos municípios paraenses de Juruti e Santarém. A confirmação das maiores reservas aconteceu em uma área de 50 mil hectares, compreendendo os platôs Capiroanga, Guaraná e Mauari (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009), localizados na região de Juruti Velho, local de reprodução social por meio de territórios de coleta e caça de inúmeras famílias ao longo de diversas gerações.

A Figura 2 mostra uma área de supressão da floresta para implantação da Mina de Bauxita de Juruti em um dos territórios de coleta e caça de populações no interior do PAE Juruti Velho. Ao fundo, é possível observar o lago Juruti Velho, onde são encontradas diversas comunidades ribeirinhas, vivendo da coleta florestal, caça, pesca e roças. A distância desse desflorestamento, à margem do lago, fica em torno de 4 km, portanto, muito próximo ao lago e com forte risco de sua contaminação pela lama vermelha, resultado da lavagem do minério, apesar de existir um rigoroso monitoramento e contenção desse tipo de passivo.

Figura 2: Supressão florestal pelo Projeto Mina de Bauxita de Juruti, Pará.



Fonte: Autoria da foto e fonte desconhecidas (2007).

Pela experiência vivida nas comunidades de Prudente e Monte Sinai, com deslocamento de lama feito pelas chuvas na época de instalação do projeto de mineração, as demais comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho também temem pelo possível rompimento das bacias de contenção de resíduos, resultantes da lavagem da bauxita. Caso isso ocorra, existe grande possibilidade da lama vermelha ser deslocada por gravidade para o interior do lago, provocando prejuízos de sérias proporções para o ambiente e para as pessoas que dele fazem uso e ali vivem. Neste caso, evitar acidentes de grandes proporções, tal qual o recente acidente, registrado em Mariana, estado de Minas Gerais, requer muita

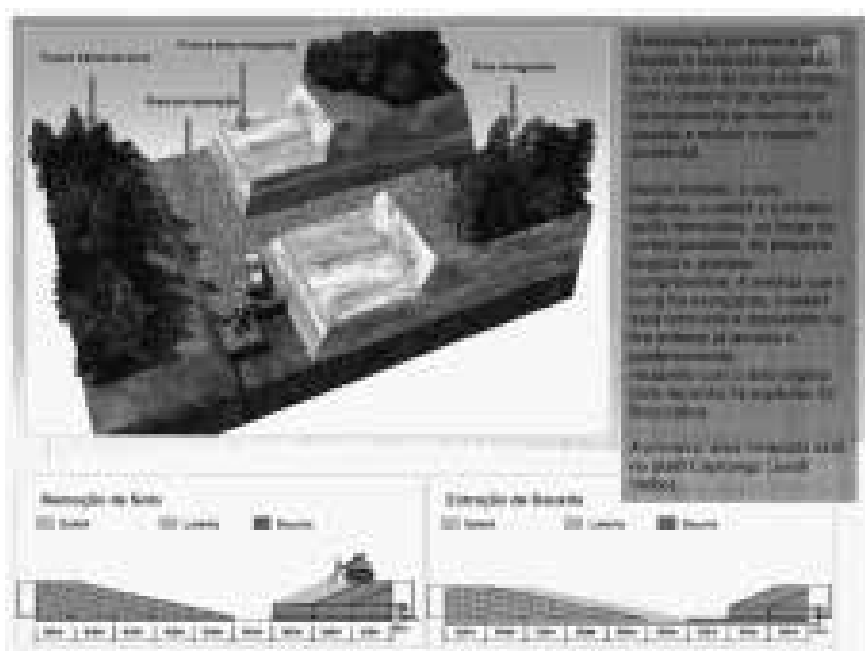
responsabilidade por parte da empresa, além da vigilância por parte do poder público e das populações locais organizadas.

A partir de setembro de 2009, a ALCOA passou a explorar bauxita a céu aberto, pelo método chamado extração em faixas, processo que exige inicialmente, a supressão da cobertura vegetal e total retirada das camadas de solo depositado sobre a mina, para, em seguida, extrair a bauxita que tem sua faixa de maior concentração, em média, a 15 m de profundidade, conforme representado a seguir (Ver Figura 3).

Trata-se de uma operação de mudanças significativas no meio natural e na vida das pessoas. São mudanças territoriais profundas, acarretando sérias consequências, desde o desaparecimento de um curso de drenagem (Igarapé do Fifi, localizado próximo à cidade de Juruti, assoreado durante o processo de instalação do projeto) até a destruição das redes de relações sociais e espaciais, e expulsão de grupos familiares vinculados ao uso da terra por várias gerações.

Desde as suas origens, a (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas na borda do Lago Juruti Velho vem sendo tecida em diferentes níveis, estimulada, entre outros fatores, pela qualidade técnica empregada em cada momento histórico – fator que está diretamente conectado a sua cultura e ao seu modo de vida. Vale ressaltar, comparativamente, o tempo hegemônico do sal e do gelo (ambos como instrumentos de conservação do pescado); o tempo hegemônico da canoa a vela/remo; e o tempo hegemônico do motor a diesel. Essas circunstâncias mediaram o grau de organização territorial das comunidades ribeirinhas, na qual é possível encontrar a coexistência dessas técnicas nas comunidades do lago (CANTO, 2008), contribuindo para a produção de um território singular.

Figura 3: Extração do minério de bauxita.



Fonte: ALCOA (2005).

Auxiliadas pelas técnicas (das mais remotas, utilizadas pela antiga tradição indígena, como a xiripana ou siripana, tratada em seção relativa à pesca, até as mais modernas, como o celular), as comunidades do lago ampliaram gradativamente o seu horizonte de relações com os outros lugares. Entretanto, ao longo da sua história, essas mudanças têm acontecido sem a desestruturação do seu modo de vida, garantindo a reprodução de sua vida comunitária.

A introdução de novas técnicas, principalmente ao longo das três últimas décadas, tem contribuído para requalificar as relações intra e intercomunitárias entre comunidade e a sede municipal.

Nesse sentido, pode-se destacar a chegada de alguns equipamentos, tais como rádio, geladeira, fogão a gás, motor a diesel, redes de nylon, aparelho de som, televisão, parabólica, telefone fixo e, mais recentemente, o celular.

Nos anos 1980, os territórios das comunidades do lago foram marcados pela construção de novos arranjos territoriais baseados nessas novas técnicas que foram difundidas nos mais diferentes recantos das amazônias. Esse conjunto de técnicas, ainda que não tenha introduzido um tempo rápido, certamente introduziu um tempo menos lento (SANTOS, 1996).

Hoje, porém, os territórios das comunidades do lago estão diante de um problema provocado pela aceleração técnica sem precedentes na sua história, imposta pelo processo de instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, no entorno do Lago Juruti Velho.

A técnica que, por um lado, pode significar a libertação de um “tempo lento”, favorecendo o fazer mais rápido e a possibilidade de grandes realizações, também pode significar uma mera utopia, uma vez que nem todos os indivíduos têm mecanismos para acessá-la, pois a técnica se espalha desigualmente nos lugares, produzindo arranjos de acessos restritos. Por outro lado, os resultados que decorrem do uso intensivo das chamadas “novas técnicas” não conseguem agradar a todos, principalmente aqueles que, por alguma razão, ficam alijados do seu uso, como os mais idosos, arraigados à tradição ou mesmo sem maiores pretensões ou interesses em mudanças do ponto de vista dos seus territórios, os “guardiões da tradição” (GIDDENS, 2000, p. 50).

As comunidades do lago, por meio do circuito espacial da produção (SANTOS, 1988) e de outras dimensões da vida

comunitária, habitualmente se articulam internamente e com uma série de comunidades localizadas nas várzeas do rio Amazonas, dos ramais, estradas e com a sede do município. Além disso, se articulam com outras cidades, entre as quais Parintins e Manaus, no Amazonas; Oriximiná, Óbidos, Santarém, Belém, no Pará; e com muitos outros lugares. Essa lógica tende a ser alterada, já que o território do município como um todo ingressou em um processo de (re)ordenamento territorial compulsório, provocado pela instalação e operação do projeto da ALCOA.

É preciso ressaltar que as comunidades do lago, pelo seu trabalho, auxiliados por instrumentais técnicos que historicamente foram sendo absorvidos, construíram seu modo de vida e (re) organizaram seu território, dando respostas às suas demandas e, por isso, não sucumbindo frente às adversidades. Porém, o processo de instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti tem provocado um conflito socioambiental de graves proporções e imposto uma (re)organização do território ribeirinho sem precedentes. Por isso, tornou-se indispensável estudar esse conflito, para que se possa entender a (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho.

É importante destacar que, no passado, a existência das comunidades do lago era vinculada sobretudo à ação do trabalho sobre a natureza, quando a coleta de “recursos florestais” tinha maior destaque. Na atualidade, embora ainda regidos pelo “tempo lento” (SANTOS, 1996), eles gradativamente vêm sendo compelidos a reduzir a ação do trabalho sobre a natureza e a aumentar a ação sobre o trabalho preexistente, uma vez que o seu território de coleta foi retraído em função da criação do território da empresa e do novo ordenamento territorial definido a partir da criação deste PAE.

A criação do PAE Juruti Velho passou a ser forte instrumento de controle e regulação da empresa ALCOA e pelo Estado. Dentro dessa lógica, é possível pensar que sua criação, em 2005, e a sua respectiva titulação coletiva da terra - concedida por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), assinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 30 de agosto de 2009, exatamente 15 dias antes da inauguração do projeto de mineração da ALCOA - forneceu importantes pistas de investigação para a pesquisa.

Em síntese, a implantação e a operação da mineradora ALCOA colocaram as comunidades do lago em um conflito socioambiental sem precedentes na sua história e, por conseguinte, frente a um problema territorial que tem exigido muita reflexão e organização comunitária em defesa do seu território, que lhe serve fundamentalmente como abrigo, o qual foi subtraído pelos interesses da empresa mineradora ao constituir seu território recurso (Figura 4). Esse conflito tem gerado preocupação, debate, revolta, organização e luta pelas comunidades do lago. Por outro lado, é importante entender como se configura e influencia na (re) organização do território comunitário ribeirinho, para que se possa produzir conhecimentos capazes de auxiliar as tomadas de decisão futuras.

Figura 4: Síntese do problema de pesquisa.



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

A partir do problema de pesquisa, se formulou a seguinte hipótese: o processo compulsório de transformação do território abrigo em território recurso para atender às demandas da mineradora ALCOA é o epicentro do conflito socioambiental, mas não há solução para o conflito enquanto a mineradora estiver operando no município, uma vez que a transformação do território abrigo em território recurso é intrínseco ao processo de operação da mineradora. Por outro lado, é a organização da sociedade civil que tem provocado o poder público na tentativa de mediar a tensão promovida pelos interesses da ALCOA e das comunidades, que reclamam prejuízos e contração do seu domínio territorial que, conseqüentemente, restringe o território de coleta, caça, pesca,

roça, provocando a (re)organização territorial compulsória no Lago Juruti Velho.

Assim, este estudo procura analisar o conflito socioambiental e a sua importância na (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, provocada pela instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da mineradora ALCOA, no município de Juruti. Para isso, investiu-se com o objetivo de identificar as formas de manifestação do conflito socioambiental. Também procurou-se descrever as formas conflitivas e as principais mudanças territoriais decorrentes. Por fim, buscou-se analisar o conflito socioambiental como vetor das mudanças territoriais.

3 A ABORDAGEM TEÓRICA

A partir dos anos 1970, diversos estudiosos, sob a influência do Materialismo Histórico-Dialético de Marx e Engels, sinalizaram para o fato de que o território deve ser tratado como ambiente politizado em conflito e em construção. Portanto, não deve ser mero receptáculo passivo como fora no passado, sob a influência da filosofia positivista de Augusto Comte. Na perspectiva de território, como construção social, onde se faz presente os conflitos e as lutas, destacam-se autores como Henri Lefèbvre (com a produção do espaço), David Harvey (com o ambiente construído), Alain Lipietz (com a estruturação do espaço), Milton Santos (com o espaço totalidade), entre outros.

Nota-se que duas correntes de pensamentos antagônicos concebem o território de modo diferenciado: em uma, sob influência empiricista-positivista, ele é estático, palco no qual as coisas se manifestam e se localizam; em outra, entende-se como construção social contínua e, por conseguinte, fruto dos conflitos e lutas sociais. Para Brandão (2007, p.16), “território é nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos”. Nesse sentido, procurou-se tratar o conflito socioambiental como algo que faz parte da realidade territorial no município de Juruati, onde se localiza o epicentro do problema deste estudo.

3.1 Território usado: território abrigo, território recurso

No texto *O Retorno do Território* (1994; 2005) e em uma das suas maiores obras, *A Natureza do Espaço* (1996), Milton Santos não poupou críticas ao legado moderno dos “conceitos puros” que trataram o Território como a-histórico e negaram seu caráter híbrido e mutável:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005a, p. 255).

Se o espaço é, como pretendemos, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, devemos causticar, com B. Latour (1991) em seu livro *Nous n'avons jamais été modernes* o equívoco epistemológico herdado da modernidade, de pretender trabalhar a partir de conceitos puros (SANTOS, 1996, p. 81).

É importante ressaltar que não existe consenso teórico em torno da categoria território, apesar de ser utilizada desde o século XIX e ser amplamente aplicada pelas Ciências Sociais, com destaque para Geografia, Sociologia, Economia, Antropologia, entre outras.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve [ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria

das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto 'força produtiva'); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do 'neotribalismo' contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Haesbaert (2004) classifica território em três vertentes básicas de análise. Na primeira, chamada de jurídica-política, ele é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual é exercido um dado poder, na maioria das vezes pelo Estado. Na segunda, chamada cultural ou culturalista, prioriza-se a dimensão simbólica, na qual o território é visto principalmente como produto da apropriação simbólica de um determinado grupo de indivíduos. Na econômica, finalmente, é destacada a dimensão espacial das relações econômicas, como fonte de recursos e/ou incorporando as relações entre capital e trabalho.

Dependendo da linha de trabalho e da filiação teórico-metodológica adotada pelos autores, suas abordagens podem variar bastante, inclusive com perspectivas opostas. Mas, no sentido mais geral e de uso corriqueiro, pode-se admitir que território é uma porção do espaço ocupado pelo indivíduo, grupo ou pelo Estado, com seus múltiplos desdobramentos.

Certamente, uma das grandes contribuições para o debate em torno do tema foi elaborada por Raffestin (1993). O autor parte da concepção de que existe uma expressiva diferença entre espaço e território, sendo o espaço anterior ao território. Assim sendo,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O autor faz uso de Henri Lefèbvre para sustentar sua argumentação:

Lefèbvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: 'A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc'. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Milton Santos pensou de uma forma inversa, ou seja, seria a partir do uso do território pelos indivíduos humanos que se criaria o espaço, no qual o território tem caráter histórico e responde às situações de ocupação e do trabalho de um determinado povo.

[...] um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: 1.o território; 2. um povo; 3. a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. [...]. O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas, em um dado momento, ele representa um dado fixo. Ele se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações

de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território (SANTOS, 1978, p. 189).

Para ele, na busca por uma abordagem integradora, provavelmente a maior contribuição de Santos no seio do debate tenha sido a de utilizar o fator “uso” como definidor do território. Ele propõe, inclusive, que o termo seja usado como sinônimo de espaço geográfico: “...na verdade, eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território” (SANTOS, 2004, p. 26), e que seja assumido como um conceito indispensável para se compreender o funcionamento do mundo atual. Para o autor, o território é forma, mas o território usado é objeto e ação. O território é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas.

Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço e todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social (SANTOS, 2000a, p. 104).

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostos (SANTOS, 2005, p. 256).

Portanto, o território usado, no entendimento de Santos (2005), não pode ser visto apenas como o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, uma vez que “...é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.14); na qual a identidade se traduz no sentimento de pertencimento, ou seja, pertencer àquilo que lhe pertence.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 248).

Por outro lado, para Santos (2007), o território usado é visto como uma totalidade, e campo privilegiado para a análise, visto que, de um lado, mostra a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso. Além disso, ressalta a distinção entre o território enquanto recurso e abrigo.

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a

uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo, que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS, 2000a, p. 108, grifos do autor).

Portanto, depois de passar por essas argumentações e definições em torno do conceito de território, a partir de Milton Santos (território usado – território recurso – território abrigo), entende-se ser necessário apontar caminhos que conduzam à aproximação entre a teoria e o problema de pesquisa formulado.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que esta pesquisa parte do princípio segundo o qual as amazônias são constituídas por múltiplos territórios, e que estes estão fortemente atrelados aos ambientes construídos pelos diferentes grupos humanos que neles vivem e fazem deles seus abrigos. Nessa perspectiva, por exemplo, o território de uma comunidade varzeira só poderá ser identificado por meio da relação de uso existente entre a várzea e seus habitantes, os varzeiros. Assim, identificar o varzeiro é também um ato identificador do seu território.

Para ser varzeiro é preciso viver às margens inundáveis dos rios e/ou lagos das várzeas. De acordo com moradores das várzeas da região do Baixo Amazonas, no Pará, as pessoas que vivem nesse ambiente são chamadas de “varzeiros”, e os que moram na terra firme são “terrafirmeiros” (CANTO, 1998). Essa concepção, entretanto, também pode ser utilizada para caracterizar o ribeirinho que mora em pequenos núcleos de povoamento, tanto na várzea quanto na terra firme. Assim, todo varzeiro é ribeirinho, mas nem

todo ribeirinho é varzeiro. De acordo com entrevista feita junto a um varzeiro do município paraense de Óbidos, o “ribeirinho é quem vive na beira do rio e lago [...] aí do Lago Grande do Curuai eles chamam pra gente de varzeiro e a gente chama eles de terrafirmeiro.” (CANTO, 1998, p. 18).

Outro aspecto de sua caracterização está no desenvolvimento de atividades múltiplas (McGRATH, 1991), em que se pode combinar agricultura, criação de gado, extrativismo e a pesca. Para definir o que foi chamado de ribeirinho, o autor utilizou dois critérios inseparáveis: localização e uso do ambiente. Pelo primeiro, são ribeirinhos aqueles que vivem às margens de igarapés, paranás, furos, lagos ou rios. Pelo segundo, aqueles que fazem uso e dependem do ambiente em que vivem.

Assim sendo, não pode haver ribeirinho sem relação interativa entre humano e ambiente. Seja por meio do uso da água para abastecimento, transporte, pesca e lazer, de modo racional e sustentável, seja por meio do uso destrutivo do ambiente herdado. É necessário aprofundar os conhecimentos, por meio das pesquisas, para que se possa contribuir em direção às definições mais precisas dessa categoria social.

As comunidades ribeirinhas das amazônias apresentam diferenciações marcadas, entre outros aspectos, pelos ambientes em que vivem e pelas formas de seu uso. Desse modo, pode-se dizer que as comunidades ribeirinhas apresentam múltiplos territórios, uma vez que os agrupamentos humanos se expressam nos lugares por meio de uma maneira peculiar de uso, devido a uma capacidade própria de se relacionar entre si e com o ambiente, (re)produzindo indefinidamente o seu território. Assim sendo, parte-se do princípio

de que o território em foco é um constructo social, um híbrido resultante da relação humanos-ambientes.

A situação acima pode ser exemplificada por meio de duas comunidades ribeirinhas: Vila Amélia (localizada no rio Mapuá, município de Breves, Ilha de Marajó, Pará) (CANTO; LÍRIO; FERRÃO, 2009) e São Luiz do Tapajós (localizada no rio Tapajós, município de Itaituba) (CANTO; VENTURIERI, 2007). As duas surgiram às margens de rios com grande concentração de borracha (*Hevea brasiliensis*), subordinadas aos padrões da atividade gomífera. Seus ambientes e contextos históricos levaram-nas à produção de territórios bem distintos.

A primeira comunidade substituiu o domínio territorial dos padrões seringueiros pelo dos madeireiros, e embora desenvolvam atividades múltiplas, continuam na condição de subordinados. A segunda, porém, diversificou as suas atividades via agricultura, pesca, criação de animais, comércio, etc., livrando-se da subordinação do velho sistema de aviamento.

De posse da teoria – o território usado (território recurso e território abrigo) de Milton Santos e do conhecimento empírico relativo às comunidades amazônicas –, procurou-se compreender a qualidade das mudanças recentes do território (fundamentalmente abrigo) das comunidades ribeirinhas do Lago Juruti Velho, provocadas pela produção compulsória do território da empresa ALCOA, a partir da instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, sem esquecer o território herdado de seus antecessores.

Esse processo de apropriação do território por grandes empresas mineradoras, como hoje se manifesta no PAE Juruti Velho, se intensificou nas amazônias a partir da década de 1960 e tem provocado conflitos de toda ordem, inclusive o socioambiental.

3.2 Conflito e suas diferentes dimensões

Uma maneira de tratar os conflitos seria a partir do entendimento de que eles constituem uma das múltiplas formas de interação entre indivíduos, grupos sociais, organizações, empresas, comunidades, etc., assumindo proporções e intensidades completamente distintas: “Pode-se afirmar que os conflitos são constituintes da vida e do tecido social e que os mesmos revestem-se de formas extremamente variadas.” (ALMEIDA, 2009, p. 44). Assim sendo, não pode haver conflitos iguais, pois eles têm naturezas próprias ao longo do tempo e dos lugares. Entretanto, não é estranho encontrar semelhanças entre eles no mesmo momento histórico em lugares diferentes, do mesmo modo, entre tempos históricos completamente diferentes no mesmo lugar.

Esta última condição, inclusive, nos dá a impressão de que a história se repete, porém são meras coincidências, uma vez que os sujeitos envolvidos nos conflitos são outros e cada lugar tem sua própria dinâmica, motivada, inclusive, pelos ambientes com maior ou menor expressão da natureza.

Diferentes cientistas sociais estudaram e forneceram interpretações diferentes sobre o conflito. Alguns, influenciados pela abordagem durkheimiana, partiram do princípio de que qualquer grupo social é harmônico e equilibrado. Se a harmonia e o equilíbrio fazem parte do estado “normal” das sociedades, nesse caso os conflitos surgem como perturbação (a anomia durkheimiana), e as suas motivações devem ser encontradas fora dos grupos sociais em que se manifestam. Desse modo, os conflitos devem ser reprimidos e eliminados, uma vez que eles podem ser considerados como patologias sociais.

Émile Durkheim considera “condição normal” tudo que está adaptado ao meio, assim como considera patológico todas as circunstâncias que perturbam o processo de adaptação ao meio e, por conseguinte, podem prejudicar a estabilidade do sistema social. Souza (2001) observa que essa adaptação ao meio é exatamente o que Robert Merton (1970) chamou de “funcional” ou “disfuncional”, o que demonstra ser essencialmente funcionalista o conceito de “normal” e “patológico” de Durkheim.

Os funcionalistas consideram a problemática dos conflitos como produto sistemático das estruturas sociais. Eles são vistos como instabilidade e situação de dificuldade para funcionamento e modo de difusão do sistema. Os conflitos são disfuncionais em dois sentidos - é produto do mau funcionamento de um sistema social, ao mesmo tempo em que produzem problemas, tensões e estresses para o seu funcionamento.

Outro grupo de pensadores – com maior destaque para Karl Marx e Friedrich Engels – acredita que na luta de classes está o sentido maior dos conflitos sociais. Entende os grupos sociais como marcados por constantes conflitos, uma vez que, em qualquer lugar, a harmonia e o equilíbrio não são “normais”. Nessa perspectiva, pensa-se a desarmonia e o desequilíbrio, que produzem as normas, como um grande feito social; são dos conflitos que surgem as mudanças e melhorias sociais necessárias.

Em suma, de maneira geral, o tema dos conflitos nas Ciências Sociais tende a ser abordado por duas vertentes bem distintas. A primeira aborda os conflitos como distúrbios nos sistemas sociais, requerendo empenho dos atores para retomar o equilíbrio do referido sistema; a segunda trata os conflitos como característica inerente de qualquer sistema social e que funcionam

como propulsores de mudanças. Neste caso, não haveria resolução definitiva dos conflitos, sendo o consenso uma mera contingência (FERREIRA, 2004).

Um determinado conflito poderá ser abafado por meio da força coercitiva dos sistemas autoritários, mas a supressão dos conflitos é praticamente impossível ou pelo menos algo muito raro. Da mesma maneira, pode-se pensar que raramente ocorre a plena solução de um determinado conflito, ou seja, a eliminação completa das tensões que estão na sua origem. Assim sendo, é possível acreditar que um conflito social não poderá ser resolvido ou ter solução definitiva.

O processo ou a tentativa mais frequente é o de proceder à regulamentação dos conflitos, isto é, à formulação de regras aceitas pelos participantes que estabelecem determinados limites aos conflitos. A tentativa consiste não em pôr fim aos conflitos, mas em regulamentar suas formas de modo que suas manifestações sejam menos destrutíveis para todos os atores envolvidos. Ao mesmo tempo, a regulamentação dos conflitos deve garantir o respeito das conquistas alcançadas por alguns atores e a possibilidade para os outros atores de entrar novamente em conflito. O ponto crucial é que as regras devem ser aceitas por todos os participantes e, se mudadas, devem ser mudadas por recíproco acordo. Quando um conflito se desenvolve segundo regras aceitas, sancionadas e observadas, há sua institucionalização. (REGALIA, [2010.p. 05?]).

Segundo Lockwood (1977), o fato de um determinado grupo possuir uma ordem normativa não significa que os conflitos desapareçam. Vale salientar que a própria existência de uma ordem normativa pode expressar a potencialidade dos conflitos. Assim, a cada vez que se evidencia a existência de ordem normativa, sinaliza-se a existência potencial de conflitos. Souza (2001), baseado em Lockwood, afirma que:

Os teóricos do conflito vêm, de uma maneira geral, que as normas e o poder devem ser considerados como modos gerais e alternativos de institucionalização de relações sociais. Também consideram os potenciais conflitos de interesse como endêmicos em todos os sistemas sociais que institucionalizam as relações de poder, dado que o poder (e a autoridade) é a mais corrente forma de 'bem raro', e ao mesmo tempo um bem raro apenas inerente às sociedades e não aos sistemas biológicos. Assim, se os potenciais conflitos de interesse entre os que exercem o poder e aqueles sobre quem o poder é exercido se revestem de um caráter normal na organização social, então a desinstitucionalização do poder e o uso do mesmo para manter instituições são possibilidades sempre presentes. Desta forma, toda a visão realista e dinâmica da institucionalização deveria atribuir um interesse capital ao papel do poder, simultaneamente na origem e no controle do conflito (SOUZA, 2001, p. 29).

Sob a presença de conflitos, um dado sistema social tende a produzir condições em que os sujeitos envolvidos adotem determinados comportamentos para controlar a amplitude do impasse e o número de sujeitos envolvidos. Moderar o conflito também faz parte do sistema em conflito, inclusive institucionalizando-o e criando regras e normas precisas e, se possível, aceitas por todos os sujeitos envolvidos no conflito.

Existem muitas formas e origens de conflitos. Dentre elas é possível destacar as de ordem familiar, religiosa, política, técnica, econômica, ambiental, etc. Os conflitos ambientais se estabelecem como resultados da disputa pelo controle dos chamados "recursos naturais", os quais são entendidos, pelos sujeitos envolvidos, como necessários para sua reprodução social. Por isso, na construção deste trabalho, renunciou-se ao uso da expressão "conflitos ambientais" para se utilizar a expressão "conflitos socioambientais", por se

entender que se aproxima muito mais do conceito de “território usado” desenvolvido por Milton Santos e que se faz uso como referencial teórico neste trabalho.

Estudos relativos aos conflitos socioambientais têm recebido especial atenção da Ecologia Política, cujo foco tem sido a justiça social em função do uso dos “recursos naturais”. Os conflitos socioambientais são decorrentes dos embates entre diferentes sujeitos e grupos sociais que disputam a apropriação e uso dos recursos. Assim sendo, nas amazônias, ocorrem conflitos de múltiplas formas, que decorrem do controle e uso de lagos, rios, igarapés, floresta, caça, madeira, minério, etc. Entretanto, se os estudos estabelecerem uma simples relação entre escassez de recursos e conflitos (como na “Tragédia dos Comuns”, de Hardin, 1968, que se baseia no fato de que a pressão demográfica sobre os recursos levaria a uma superexploração dos mesmos, levando-os à escassez), é possível que se reduza a complexidade dos conflitos em uma mera escassez quantitativa, esvaziando, por conseguinte, seu conteúdo sociopolítico.

Lopes (2006) se refere à “ambientalização” dos problemas sociais por meio do processo de institucionalização da temática ambiental. Fuks (2001) sugere que os conflitos ambientais sejam interpretados como problemas sociais, uma vez que eles se evidenciam no seio das aspirações e reivindicações dos diferentes grupos sociais e se expressam territorialmente.

Para se compreender a essência dos conflitos socioambientais é preciso considerar o espaço geográfico onde eles ocorrem, independentemente da sua escala de grandeza, que inclusive pode ser planetária. O espaço geográfico, aqui entendido como território usado (SANTOS, 2000a), não é o simples palco onde os conflitos

acontecem, mas é, sobretudo, resultado deles. Embora Acsehrad (2004) não foque no “território”, faz alusão clara a ele, se observando nítida disputa territorial entre os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos socioambientais:

[...] os conflitos ambientais podem ser classificados de duas formas: na primeira, o conflito por distribuição de externalidades, seria decorrente da dificuldade dos geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade por suas consequências; na segunda seria o conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais, decorrentes da dificuldade de se definir a propriedade sobre os recursos (ACSELRAD, 2004, p. 18).

Pode-se afirmar que os conflitos socioambientais estão diretamente conectados à dimensão territorial, surgindo a partir das diferentes formas de apropriação dos conhecimentos, das técnicas e dos “recursos naturais” pelos diversos sujeitos sociais que se articulam de acordo com os interesses e conveniências, que são históricas. Território e conflitos fazem parte de uma mesma realidade geográfica, que se materializa no espaço de vivência ou no “espaço vivido”, para lembrar Frémont (1980).

Os conflitos socioambientais, portanto, se expressam e se confundem com a construção e a dinâmica territorial, ou pelo menos como de forma amenizada, segundo Zhouri e Laschefski (2010). Eles entendem que a questão territorial e/ou espacial se encontram no cerne de muitos conflitos ambientais que envolvem as relações entre poder e meio ambiente. Nessa perspectiva, os autores apontam três diferenciações entre os conflitos socioambientais: distributivos, espaciais e territoriais.

Os conflitos ambientais distributivos se expressam pelas desigualdades sociais relativas ao acesso e ao uso dos “recursos

naturais”, conforme Zhouri e Laschefski (2010). Essa modalidade de conflito marca os debates ambientais internacionais desde o seu surgimento e o Relatório Brundtland já enfatizava a questão da distribuição dos recursos entre as gerações presentes e as gerações futuras. Nessa mesma direção, Fenzl e Machado (2009) alertam para o fato de que a forma como a sociedade global se apropria e consome os “recursos naturais” deve ser repensada e transformada, uma vez que os 20% mais ricos se apropriam e consomem mais de 85% dos “recursos naturais” e serviços. Isso demonstraria uma das faces da crise mundial, que está fundamentada na distribuição social dos recursos, evidenciando os limites da atual fase do modelo capitalista.

Os conflitos ambientais espaciais são resultantes dos efeitos ambientais que ultrapassam os limites entre territórios de diversos agentes ou grupos sociais, como da poluição provocada pela emissão de gases, águas servidas, efluentes industriais, etc. Neste contexto, é possível destacar o movimento pela justiça ambiental, cujo surgimento se deu nos Estados Unidos na década de 1980, com o objetivo de construir agendas comuns entre as lutas em torno de temas pontuais, a exemplo da questão sanitária e da justiça ambiental.

[...] as próprias vítimas da exposição a substâncias que afetam a saúde, que denunciam uma situação de injustiça, não necessariamente questionam a existência da fábrica em si, solicitando simplesmente a sua deslocalização. A construção de uma rede de solidariedade intraclasse ou intragrupo tem sido colocada, então, como um dos desafios para o movimento pela Justiça Ambiental. Outro aspecto refere-se ao fato de alguns conflitos ambientais espaciais em torno da poluição emitida por estabelecimentos industriais poderem ser resolvidos por meio da ‘modernização ecológica’ [...] sem que a indústria em si seja questionada (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 22-23).

De outro modo, os conflitos ambientais territoriais ocorrem em situações nas quais há sobreposições de interesses de diferentes grupos sociais, que apresentam identidades e lógicas culturais diversas sobre o mesmo recorte espacial (entende-se que esta situação é perfeitamente aplicável à questão central deste livro, pois o território da empresa está em permanente conflito com o território das comunidades do Lago Juruti Velho, uma vez que o território da empresa subtrai o território das comunidades).

Segundo Zhouri e Laschefski (2010), isso pode ser exemplificado por meio da construção de uma usina hidrelétrica *versus* territorialidades das populações afetadas. Os autores ainda chamam atenção para o fato de que, em geral, pode-se observar uma dialética entre os três tipos de conflitos e, em muitos casos, coexistem, por isso podem desencadear dinâmicas que são ao mesmo tempo espaciais, distributivas e territoriais.

De maneira geral, os conflitos socioambientais (leia-se territoriais, tendo em vista que todos os conflitos, de uma maneira ou de outra, ocorrem no seio do território usado) têm permeado a história de apropriação e uso dos “recursos naturais” nos mais variados lugares do mundo. Milton Santos chamou atenção para a existência do território abrigo e do território recurso, dependendo da sua forma de apropriação e uso. Nesse sentido, é legítimo pensar não só no conflito, mas também em uma tipologia de conflitos socioambientais nas amazônias, objetos de cobiça nacional e internacional pelos seus “recursos naturais”.

3.3 Tipologia de conflitos socioambientais nas amazônias

Considerando a diversidade e complexidade dos conflitos socioambientais nas amazônias brasileiras, tem sido oportuno o

esforço para produzir uma tipologia de conflitos. Esse mecanismo tende a favorecer um melhor entendimento acerca da apropriação e uso dos territórios, seja pela sociedade em geral, pelas empresas ou pelo próprio Estado.

Os sujeitos envolvidos nos conflitos são constituídos pelas entidades representativas da sociedade civil organizada, pelos grupos de trabalhadores, pelas empresas, pelas comunidades e pelo Estado, que interagem por meio de diferentes atividades socioeconômicas.

De maneira geral, pode-se pensar em uma tipologia dos conflitos a partir das interações entre múltiplos sujeitos e atividades que visam, sobretudo, à apropriação e ao uso dos “recursos naturais”. Dessa maneira, pode-se destacar conflitos socioambientais decorrentes das seguintes atividades:

- agrícolas e pastoris, tanto nas áreas de terra firme (áreas de antigas florestas ou em campos gerais) quanto nas várzeas periodicamente inundadas pelas águas dos rios, lagos e igarapés;
- florestais (extração de madeira, lenha, oleaginosas, essências, fibras, palha, entre outras);
- pesqueiras, tanto na costa marítima quanto nos cursos fluviais e lagos interiores;
- criação de unidades de conservação, tais como parques, florestas nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, reservas extrativistas, etc.;
- reconhecimento e demarcação das terras indígenas e quilombolas;
- produção industrial;
- implantação e funcionamento de usinas hidrelétricas;

- expansão das linhas de transmissão de energia elétrica;
- instalações e melhoramento de vias de circulação, tais como portos, rodovias e ferrovias;
- extração mineral.

Os conflitos socioambientais decorrentes das prospecções e explorações minerais nas amazônias, desde a década de 1950 têm registrado crescimento, principalmente da Indústria e Comércio de Minério (ICOMI), instalada na Serra do Navio, no antigo Território Federal do Amapá, até as mais recentes instalações de minas de cobre, em Canaã dos Carajás, e de bauxita, em Paragominas e Juruti, no Pará. Portanto, nesse cenário de disputa, apropriação e uso do território, destacam-se grandes empresas mundiais como Vale, MRN, Rio Tinto e ALCOA, entre outras, que, ao se territorializarem, promovem inúmeros conflitos socioambientais na região envolvendo populações locais. O quadro a seguir demonstra o esforço de se criar tipologia de conflito na Amazônia Legal.

Quadro 1: Tipologias de classificação dos conflitos identificados na Amazônia Legal.

1	Recursos hídricos	Comunidades locais sofrem restrições no uso e acesso à água, em função da ação de terceiros ou do uso privado de rios e igarapés; poluição e/ou assoreamento de rios, igarapés e nascentes.
2	Queimada e/ou incêndios provocados	Queimadas para atividade agrícola, incêndios provocados intencionalmente devido à ação de grileiros, fazendeiros.
3	Pesca ou caça Predatória	Atividade realizada por empresas ou por indivíduos de forma predatória, confronto entre pescadores artesanais e empresas pesqueiras e invasão de áreas pesqueiras por pessoas ou empresas de outras regiões ou comunidades.
4	Extração predatória "recursos naturais"	Extração e comercialização de "recursos naturais" sem planos de manejo, inclusive em TI, TQ e UC's, por moradores locais e/ou empresas, por exemplo, água com propriedades minerais, palmito, castanha, açai, bacuri, breu branco, argila, areia, seixo, calcário.
5	Desmatamento	Informações sem detalhar as causas, apenas a identificação de desmatamento em áreas específicas, como mata ciliar e em áreas de manguezais.
6	Garimpo	Atividade de garimpo para exploração de ouro, diamante, etc., realizado por indivíduos ou grupos; atividade ilegal, uso de mercúrio e contaminação de rios, igarapés, etc. comprometendo a população do entorno.
7	Pecuária	Criação extensiva de gado e/ou de búfalos; uso indiscriminado e contaminação por pesticida, uso de fogo e desmatamento para formação de pasto.
8	Monocultivos	Produção e comercialização de grãos, sobretudo, soja e arroz, plantio de eucalipto, uso de agrotóxicos e contaminação dos moradores do entorno.
9	Extração de madeira	Exploração e comercialização de madeira – inclusive em UC's, terra indígena por empresas madeireiras e/ou moradores locais.
10	Grandes projetos	Mineração, atividades siderúrgicas eletrointensivas, hidrelétrica, gasodutos, infraestrutura de transportes, tais como construção de estradas, portos e hidrovias.
11	Regularização fundiária	Regularização e demarcação de terras, conflitos fundiários relacionados à (re) distribuição e posse de terras envolvendo Estado, latifundiários e trabalhador rural: posseiros, pequenos proprietários, pequenos arrendatários e assalariados rurais.
12	Ordenamento territorial	Invasão/expropriação/disputa de terra: grilagem de terras públicas; expulsão de famílias de suas propriedades por grileiros e vendas ilegais de terra; conflitos entre comunidades locais devido à ausência de definição de limites de áreas locais e internacionais, invasão de projetos de assentamentos, áreas indígenas, áreas quilombolas, Unidades de Conservação, não demarcação ou reconhecimento de terras indígenas ou quilombolas.
13	Violência física declarada	Ameaças, conflito armado, assassinato, massacre, trabalho escravo, estupro, exploração sexual infanto-juvenil, destruição e incêndios de casas e propriedades, exploração do trabalho infantil.
14	Moradia	Ocupação urbana desordenada; ausência de titulação de áreas urbanas; ausência de infraestrutura de transporte, drenagem, pavimentação de estradas e pontes; não fornecimento de água de qualidade, energia elétrica e esgotamento sanitário. Coleta e disposição inadequada de resíduos sólidos – lixões – que implica em danos à saúde e qualidade de vida das populações que vivem no entorno, bem como poluição e contaminação de rios e lençóis freáticos.

Fonte: (PAIVA, [2010, p. 05-10?]).

3.4 Territorialização de empresas mineradoras e conflitos socioambientais

A territorialização das grandes empresas, estrangeiras ou não, historicamente tem sido epicentro de conflitos socioambientais nos mais variados rincões das amazônias. Desde a implantação e funcionamento da primeira grande empresa moderna, a *Ford Motor Company*, de Henry Ford, que tinha por objetivo produzir borracha para a indústria automobilística e que deu origem à vila de Fordlândia e à cidade de Belterra, nas primeiras décadas do século passado, até a recente instalação da ALCOA em Juruti, registram-se muitas experiências de conflitos socioambientais.

O projeto da Ford entrou em franco conflito com as populações ribeirinhas pelo uso do território nas margens do rio Tapajós. Várias famílias que ali moravam por várias gerações tentaram resistir lutando pela defesa do seu espaço de vivência, ou seja, do seu território. A *Ford Motor Company*, porém, se recusou a reconhecer o direito dos ribeirinhos que não apresentassem documento de posse das suas terras, situação até hoje comum na região. Por outro lado, muitos denunciaram que a compra de suas terras havia sido feita usando parentes analfabetos ou com pouca informação e sendo eles enganados por agentes da empresa Ford. Nesse mesmo período, Fordlândia chegou a ter mais de 5 mil pessoas, população maior que a da sede de vários municípios da região naquela época (GRANDIN, 2009).

A resistência imposta pelas populações ribeirinhas na defesa do seu território não foi suficiente para se sustentar frente à pressão exercida pela empresa e por seus aliados, assim:

[...] na Véspera de Natal encostou na doca da Fordlândia um barco transportando 35 soldados 'plenamente armados

e equipados com metralhadoras'. As tropas inspecionaram a plantação, confiscando facas e armas de fogo e qualquer outro objeto que pudesse ser usado como arma. Em seguida, Kennedy ordenou que os soldados expulsassem os moradores de Pau d'Água e de outras vilas que cercavam a Fordlândia e fechou os bares, restaurantes e bordéis que, por tanto tempo, incomodaram a plantação. 'Ponha tudo abaixo', disse ele aos soldados. Depois que as famílias foram forçadas a sair e suas casas foram derrubadas, Kennedy enviou o esquadrão de saneamento para 'fazer uma limpeza', queimar as latrinas e jogar cal virgem nas fossas. Pouco tempo depois, com o apoio do governo Vargas, finalmente forçou Francisco Franco a lhe vender as terras onde ficava Pau d'Água a 'preço de banana', nas palavras de Eimar Franco (GRANDIN, 2009, p. 239).

Os projetos de mineração, por sua vez, têm produzido inúmeros cenários de destruição dos ecossistemas amazônicos acompanhados de problemas de diferentes ordens sociais, desde as migrações desordenadas à prostituição de menores, acompanhados de outros tipos de violências e mazelas sociais.

Ainda que hoje se use um aprimorado aparato técnico e tecnológico, a extração mineral nas amazônias provoca grandes impactos, gerando sérios conflitos socioambientais. A extração da bauxita, por exemplo, demanda retirada inicial de todo o capeamento florestal, em centenas de hectares que, além da perda da biodiversidade, provoca a contaminação e, em alguns casos, faz desaparecer fontes e cursos menores de drenagem – os igarapés.

Os conflitos socioambientais provocados pela territorialização das mineradoras, frente aos povos e comunidades denominados de "tradicionais" nas amazônias, não decorrem do desejo pelos mesmos recursos (os minérios), mas pelo controle territorial e, certamente, pelos atributos materiais e simbólicos. Os povos e

comunidades “tradicionais”, compostos por ribeirinhos, varzeiros, índios, coletores, etc. têm como alvo principal os recursos da flora e da fauna.

Portanto, os objetos materiais da disputa entre esses dois grupos de sujeitos são diferentes, mas, para explorá-los, as empresas minerais agem a partir do controle total da área, uma vez que o domínio do território remete não somente ao uso do recurso, mas também ao controle de um determinado espaço, recursos e indivíduos (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, para viabilizarem seus projetos, as empresas geralmente não reconhecem. Ao contrário, procuram negar a existência do território dos povos e comunidades “tradicionais”, além de outros grupos sociais que, por eles, são desarticulados por meio da força e da introdução de significativos volumes de capital.

Torna-se importante ressaltar o papel do Estado no processo de territorialização das empresas nas amazônias. Ele tem colaborado com as empresas para tornar a exploração de determinadas jazidas como algo bastante atrativo para o capital e, ao mesmo tempo, com as populações locais, não sem contradições e conflitos socioambientais. Esse papel ambíguo, por um lado, estimula a ação da empresa:

- viabilizando as operações por intermédio de mecanismos que agilizam os trâmites burocráticos, ou melhor, tecnocráticos, tais como licenças para prospecção, instalação e operação;
- liberação de áreas para instalação e funcionamento dos projetos;
- legislação que facilita a ação do empreendimento, a exemplo da flexibilização dos limites de áreas destinadas à conservação de ecossistemas;

- instalação de infraestrutura, tais como rodoviária, portuária, energética, etc.;
- disciplina, controle e regulação social para dar segurança ao empreendimento.

Por outro lado, para estabelecer a disciplina, controle e regulação social, o Estado, por meio de múltiplas ações, estabelece diálogos e parcerias com as diferentes esferas organizadas da sociedade local. Por esse meio, busca atender algumas reivindicações, quase sempre às que não ferem os interesses das empresas. Ao mesmo tempo, o Estado procura criar mecanismos que facilitem a coexistência entre empresa e sociedade local.

Quando em determinadas situações os interesses da empresa são ameaçados por uma posição firme de grupos sociais locais, o Estado tem demonstrado a sua face repressora e autoritária em defesa do capital, leia-se, da empresa. Portanto, nesse contexto, o papel do Estado tem sido de proteger fundamentalmente os interesses vinculados à territorialização das mineradoras, mesmo que isso tenha custado a proliferação de conflitos socioambientais envolvendo principalmente populações locais, ávidas na defesa dos seus territórios usados.

Os conflitos socioambientais nas amazônias envolvendo empresas e populações locais decorrem das suas matrizes e estratégias diferenciadas de ação. Assim, em trabalho feito sobre conflitos socioambientais em área de mineração na região do rio Trombetas, Oriximiná, Pará, Coelho et al. (2010), afirma:

A grande empresa está quase sempre preocupada com a sua inserção na economia-mundo, com sua política de espacialização, enquanto as populações locais de quilombos e ribeirinhos, com a fixação e a continuidade de seus processos

de reprodução. A empresa vê nos múltiplos territórios dela a garantia de diversificação de fontes de matérias primas, o aperfeiçoamento da competitividade e, conseqüentemente, a continuidade de sua lógica de acumulação e, portanto, de viabilização de seus empreendimentos e interesses de permanência continuada nos mercados internacionais. A lógica norteadora das comunidades é a da reprodução social, de uma acumulação que permita tanto a continuidade do grupo quanto o financiamento dos projetos dos indivíduos e da família. Assim para as populações locais e para a grande empresa, os projetos territoriais são diferentes. Enquanto para a empresa tratar a área de concessão mineral como território implica adotar uma estratégia temporária que impeça o desenvolvimento de qualquer ameaça efetiva ou imaginária a seu empreendimento, para as comunidades a definição e a manutenção dos territórios significam muito mais que a posse e controle territorial, ou seja, podem significar o acesso à terra e a garantia de futuro, do devir (COELHO et. al., 2010, p. 278-279).

A territorialização das empresas de mineração e os conflitos socioambientais nas amazônias certamente não apresentam as mesmas modalidades em todos os lugares, embora, em linhas gerais, seja possível apontar que são resultados de um processo autoritário que emergiu na região a partir dos anos 1960 e que promoveu uma séria crise nas estruturas de poder local e, por conseguinte, nos sistemas tradicionais de apropriação e uso do território pelos grupos sociais locais, inclusive por aqueles hoje denominados de povos e comunidades “tradicionais”.

As modalidades dos conflitos frente ao processo de territorialização das empresas mineradoras em cada lugar ganha contornos específicos, decorrendo das escalas e práticas adotadas pelo projeto, ação do Estado e grau de organização dos sujeitos

envolvidos, além das condições e efeitos ambientais nos quais ocorrem as suas instalações.

Para efeito de análise do conflito socioambiental e a sua importância para a (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, provocada pela instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, foi construído um quadro-síntese contendo a questão central deste livro, os objetivos, categorias teóricas e sociais, instrumentos e técnicas metodológicas e sistematização de dados e que será apresentado ao final do próximo capítulo.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A reflexão sobre um determinado problema, o tempo necessário para organizar a pesquisa e os desafios que são colocados durante os trabalhos de campo têm, de maneira frequente, levado a pensar que a trajetória da pesquisa é sempre um aprendizado metodológico independente do tempo que o pesquisador já percorreu esse caminho.

Nessa seção, pretende-se apresentar os mais importantes passos metodológicos na construção do estudo que, inicialmente, se definiu como uma tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e agora na forma de livro.

Destacam-se os seguintes pontos como aspectos relevantes na escolha dos passos metodológico da pesquisa:

- revisitação dos “campos exploratórios” na Região de Integração Baixo Amazonas-Pará-Brasil;
- construção e ajustes das ferramentas de pesquisa para o (e no) campo;
- escolha das amostras de pesquisa;
- levantamento, organização e tratamento dos dados de campo;
- síntese da estrutura analítica.

4.1 Revisitação dos “campos exploratórios” do baixo amazonas

Antes do ingresso no PGDR/UFRGS (2009), tive a oportunidade de vivenciar experiências, como pesquisador, em diversos projetos de pesquisas desenvolvidos em diferentes lugares das amazônias, porém, de maneira mais densa na amazônia conhecida como Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, localizada no oeste do Pará. Essas experiências resultaram em diversas publicações na forma de relatórios, artigos e livros. Assim, no que tange à experiência em trabalhos de pesquisa nessa região, fundamental para a realização desta mais nova empreitada, pode-se destacar:

a) entre 1994 e 1998 desenvolvi pesquisa nas várzeas do município paraense de Óbidos, apoiada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse trabalho resultou na dissertação de mestrado em Geografia Humana (Geografia Agrária), na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), com o título *Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas*, publicada em 2007, pela Coleção Eduardo Galvão, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), sob o título *Várzea e Varzeiros da Amazônia*;

b) entre 2000 e 2001 participei, como pesquisador, da equipe responsável pelos levantamentos sobre os tipos e características das populações nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira-PA (relatório não publicado por ordem judicial), apoiado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP);

c) em 2002, fui membro pesquisador da equipe responsável pela elaboração do *Diagnóstico Socioeconômico das Populações Ribeirinhas do rio Mapuá, Ilha de Marajó*, município de Breves, Pará, cujo objetivo era subsidiar a criação de uma reserva extrativista na região do rio Mapuá. Esse trabalho foi apresentado na forma de relatório para a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). Foi parcialmente publicado na forma de capítulo, chamado *Ribeirinhos do Mapuá*, no livro intitulado *Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios*, publicado pelo GAPTA/UFPA, em 2009;

d) entre 2003 e 2005 fui bolsista do Projeto Caruso, coordenado por pesquisadores do Instituto de Ciências Ambientais da Universidade de Quebec (UQAM), no Canadá, cuja responsabilidade era promover levantamentos sobre o modo de vida de comunidades ribeirinhas do rio Tapajós, para subsidiar as três outras linhas de atuação do projeto - Mercúrio e Meio Ambiente, Mercúrio e Saúde Humana e Mercúrio e Rede de Informação. Os levantamentos foram publicados, dentre outras formas, no livro *São Luiz do Tapajós: uso do território na Amazônia* (EMBRAPA, 2007), organizado por mim e pelo pesquisador Adriano Venturieri, da EMBRAPA Amazônia Oriental. Este trabalho foi apoiado pela UQAM, UFPA e EMBRAPA Amazônia Oriental;

e) de 2005 a 2007 fui pesquisador da equipe responsável pelos levantamentos sobre populações nos estudos que resultaram no Zoneamento Ecológico-Econômico da Área da BR-163 (Cuiabá-Santarém), projeto do governo federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), gerenciado pela EMBRAPA Amazônia Oriental. O

ZEE foi publicado em meio impresso e digital (DVD). Além disso, os levantamentos foram parcialmente publicados na forma de capítulos de livros: *Estado e Sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial* (co-autoria) no livro intitulado *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão* (NAEA, 2008), organizado por Edna Castro, do NAEA/UFPA, e *Comunidades do Lago* (versando sobre o território ribeirinho de Juruti Velho frente ao empreendimento minerário da ALCOA), no livro *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia* (NUMA, 2008), organizado por Pierre Teisserenc (Universidade Paris XIII), Gilberto Rocha (NUMA/UFPA), Sônia Magalhães (MPEG) e Gutemberg Guerra (NCADR/UFPA);

f) entre 2008 e 2009 participei, como pesquisador, da equipe responsável pelos levantamentos sobre Agricultura Familiar para o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará, sob a coordenação da Secretaria de Projetos Estratégicos do Estado do Pará (SEPE). Documento publicado em meio impresso e digital (DVD);

g) finalmente, entre 2007 e 2010, participei, na condição de pesquisador, da equipe responsável pelos levantamentos sobre populações, no projeto *Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental*, coordenado pelo Antropólogo Roberto Araújo, da rede GEOMA – MPEG e INPE/MCT, apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Aguardando publicação.

Portanto, ao longo das duas últimas décadas, tive a possibilidade de acumular conhecimentos por meio de diversas

atividades de campo, tanto trabalhando em equipe (disciplinar ou multidisciplinar) quanto individualmente, dependendo da necessidade da pesquisa.

Esses trabalhos em muito contribuíram para trazer novos conhecimentos. Também serviram para alargar horizontes de interpretação, fundamentalmente acadêmicos, ampliando aquilo que eu já conhecia empiricamente desde a década de 1970. No tempo em que aprendi a remar, pescar, reconhecer as batidas dos peixes nas águas mansas dos lagos e respeitar os perigos dos banzeiros dos rios, sobretudo os do Amazonas. Reconhecer como uma balança podia subtrair os ganhos dos produtores de juta, malva, pescado, farinha, etc., para enriquecer os padrões compradores.

Foi nesse contexto que comecei a perceber que a propriedade privada da terra devia ser questionada, que o arrendamento da terra era uma forma injusta de apropriação do trabalho de outrem e que o sistema de apadrinhamento se prendia ao seio de uma escravidão consentida pela sociedade, que a justificava e lhe dava suporte de realização e chancela.

Para efeito de construção deste estudo, os trabalhos de campo feitos antes do ingresso PGDR/UFRGS passaram a constituir o chamado “campo exploratório”, que serviu como suporte para as incursões cujos objetivos eram levantar dados e informações importantes para ajudar na interpretação e sustentação do estudo.

É importante esclarecer que, no sentido pontual, os levantamentos sobre Juruti, epicentro da investigação, tenham começado no início de 2006, durante levantamentos de campo destinados à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163. Não obstante, a região em questão é do meu conhecimento desde a década de 1960, pois a

habitei e depois passei a visitá-la com frequência. Dessa maneira, carrego comigo uma memória do tempo de “dantes”, fator que em muito me ajudou a interpretar o conflito socioambiental e a (re) organização territorial em foco.

4.2 Construção e ajustes das ferramentas de pesquisa para o campo e no campo

Tanto nos chamados “campos exploratórios”, indicados anteriormente, quanto nas atividades de pesquisa visando especificamente à elaboração deste estudo, a construção e ajustes das ferramentas de pesquisa se deram de maneira frequente, ou seja, as idas e vindas ao campo provocavam o processo de ajustamento dos instrumentos de pesquisa (conversas livres, anotações de campo, fotografias, mapeamentos, cenários participativos, cartografia participativa, formulários, roteiros de entrevistas, etc.).

No primeiro caso (“campos exploratórios”) e, de modo geral, os procedimentos ocorreram da seguinte maneira:

- reconhecimento das áreas a serem investigadas. Essa condição sempre implicou em abstrair o ambiente e características gerais das unidades familiares ou populações que ali habitavam, valorizando a observação sobre as relações entre eles e deles com os ambientes que o circundavam, além das instituições que se faziam presentes no seu espaço de vivência e reprodução social. Dessa observação, procurava-se perceber se poderiam ser identificados como varzeiros, terrafirmeiros, ribeirinhos (CANTO, 2007), índios ressurgidos, quilombolas, habitantes do centro (da mata), beiradeiros (do rio, a exemplo daqueles que foram empurrados por proprietários de terras para a

beira do rio, mas que, sobretudo por questões de ordem cultural, não têm relação orgânica com o rio, estão como que “de costas para o rio”), e assim por diante;

- mapeamento das áreas de interesse da pesquisa e seu entorno. Ação foi desenvolvida com auxílio de cartas de navegação, com destaque para as da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG), as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Carta-imagem elaborada a partir da utilização da Imagem Landsat5, atualizada a cada retorno do trabalho de campo, além da cartografia participativa com as lideranças locais;
- reflexão relativa à forma de chegada junto aos ambientes e às pessoas que ali habitavam, do mesmo modo que os mais adequados instrumentos de pesquisa para cada situação identificada. Nesta condição, definia-se a estratégia e o uso de instrumentos de pesquisa, em muitos casos com os próprios pesquisados. A título de exemplo, vale destacar os “cenários participativos” feitos nas comunidades-alvo e com a participação efetiva das mesmas. Esse tipo de trabalho foi implementado em três comunidades do Projeto Agroextrativista do Lago Grande e uma comunidade do Projeto de Assentamento Moju, ambos no município de Santarém. Em outros casos, para atender a objetivos diferentes - por exemplo, identificar o perfil socioeconômico e demográfico de comunidades -, foi construído, testado e ajustado um formulário, com a participação dos membros das comunidades. Esse formulário, inclusive, foi utilizado para gerar as figuras relativas ao grau de escolaridade dos chefes de unidades familiares das comunidades de

Jararaca (PA Socó I) e Bom-que-dói (PA Nova Esperança), apresentadas na seção que se refere à estrutura fundiária do município de Juruti.

No segundo caso, situação que diz respeito aos passos da pesquisa (chamado pelo autor de Projeto de Pesquisa Juruti ou PPJUR), os procedimentos serão detalhados da seguinte forma:

- o trabalho desenvolvido nos “campos exploratórios” auxiliou na delimitação do problema de pesquisa: o Projeto Mina de Bauxita de Juruti, implantado pela mineradora ALCOA a partir de 2005, no município de Juruti, tem produzido conflito socioambiental de grande monta entre a empresa mineradora e as comunidades locais. Além disso, os marcos regulatórios não conseguem assegurar os direitos compensatórios às comunidades, pelas suas perdas socioambientais e pelas retrações territoriais, causando ainda mais insatisfação e revolta. O conflito socioambiental tem sua maior expressão nas comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho no interior do PAE Juruti Velho;
- os “campos exploratórios” também foram importantes para escolha e execução do recorte espacial e temporal da pesquisa. Nesse sentido, definiu-se o município de Juruti como área maior. O epicentro das análises foi definido, porém, nas comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho, no interior do PAE Juruti Velho;
- no sentido da temporalidade, estabeleceu-se uma flecha do tempo, fazendo uma tomada histórica desde o início do século XIX, momento da origem da principal povoação da região do Lago de Juruti Velho, para se ter uma ideia

geral do espaço de vivência comunitária do lago antes da chegada da ALCOA. Por outro lado e, de maneira mais precisa temporalmente, a análise se prendeu ao período de 2005, ano do início da implantação da mineradora, a abril de 2012, mês da última visita de campo para fechamento deste estudo;

- diferentes ordens de problemas, evidenciados com o andamento das pesquisas, exigiram a elaboração de uma série de mapas para facilitar uma visão espacial deles. Por essa razão, foram elaborados instrumentos de análise espaciais, que tiveram suas bases impressas e dialogadas com diferentes sujeitos envolvidos nas problemáticas em foco.

A maioria dos referidos mapas passou por ajustes no próprio campo. São eles:

- mapa referente à área de influência direta e indireta do Projeto Mina de Bauxita de Juruti;
- mapa dos distritos do município de Juruti;
- mapa referente ao uso da terra no município de Juruti;
- mapa relativo à estrutura fundiária do município de Juruti;
- mapa referente aos projetos implantados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC) e Instituto Vitória Régia (IVR);
- carta-imagem do Projeto Agroextrativista Juruti Velho;
- mapa relativo à distribuição das comunidades católicas e evangélicas do PAE Juruti Velho;
- mapa identificando os territórios de pesca do PAE Juruti Velho;
- mapa relativo à atuação de projetos de manejo de quelônios;
- carta-imagem do município de Juruti.

Posteriormente, parti para identificar quais seriam os grupos de sujeitos mais importantes no contexto geral da problemática de pesquisa. Esses grupos de sujeitos seriam os “porta-vozes” do movimento geral que passou a ser vivido no município de Juruti, a partir da instalação e funcionamento do Projeto Mina de Bauxita de Juruti.

Assim, conseguiu-se chegar a um primeiro agrupamento de sujeitos: empresarial, comunitário, administração pública, associações e sindicatos. Além disso, para reforçar a representatividade de visões em torno da problemática, preferi introduzir mais um grupo de escolha aleatório, constituído por pessoas apontadas como “de notória influência sobre a formação de opinião pública no município”, que não estivessem enquadradas como representantes de nenhuma das cinco categorias acima definidas (ex: professor(a), advogado(a), religioso(a), estudante, entre outros).

Após essa etapa, e de minuciosa observação das complexas relações institucionais nos arranjos, que vão da escala lugar à escala mundo, procurei fazer um segundo agrupamento de sujeitos que, ao mesmo tempo, contemplasse os grupos anteriormente definidos, mas que facilitasse a organização dos campos para a realização das entrevistas, potencializando tempo, recurso e eficiência na coleta das informações. Por essas razões, realizou-se um novo arranjo organizacional para as entrevistas, pelo qual defini cinco grupos de sujeitos com o total de 117 entrevistas, das quais 113 foram gravadas no sistema DVD e quatro apenas registradas em caderno de campo, a saber:

- a) membros e/ou lideranças das “comunidades do centro” – Projetos de Assentamentos Socó I e Nova Esperança (37 entrevistas);

- b) membros e/ou lideranças das “comunidades ribeirinhas” do PAE Juruti Velho (35 entrevistas);
- c) membros e/ou lideranças das “comunidades varzeiras” dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas nas várzeas (4 entrevistas não gravadas);
- d) membros do Conselho Juruti Sustentável – CONJUS (20 entrevistas);
- e) lideranças locais e outros membros da sociedade civil (21 entrevistas).

A seguir, serão apresentados seis quadros-síntese, contendo dados das 117 entrevistas feitas entre dezembro de 2010 e abril de 2012. Entretanto, vale esclarecer os seguintes aspectos:

- a) “comunidades do centro” estão localizadas às margens das estradas, cuja ideia de “centro” está ligada ao interior da floresta e distanciada do rio, o Amazonas, no caso. As “comunidades ribeirinhas” do PAE Juruti Velho são aquelas que vivem às margens dos lagos Juruti Velho e do Miri. As “varzeiras” estão localizadas nas várzeas;
- b) a identidade dos entrevistados foi substituída pela sua condição de “liderança”, de “comunitário(a)”, de “membro” ou de sua “ocupação”. Essa condição resultou do acordo entre o pesquisador e o entrevistado, momentos antes de cada entrevista, motivado principalmente por questões de segurança e para evitar possíveis constrangimentos, intimidações ou perseguição ao entrevistado, uma vez que o estudo trata de um conflito em curso, e alguns desses sujeitos já sofreram ameaças, inclusive de morte, com suspeitas de que tenham partido de grileiros e/ou madeireiros. É importante esclarecer que não há

registro desse tipo de ameaça por parte da mineradora ALCOA, nos arquivos levantados pelo estudo;

- c) maior parte das entrevistas foi feita em 2011, com os seguintes percentuais: 2010 (14,53%), 2011 (81,20%) e 2012 (4,27%);
- d) do total dos entrevistados, 69,25% cursaram, no máximo, o Ensino Fundamental completo; 11,1%, no máximo, o Ensino Médio completo, e 11,11%, o Ensino Superior, sendo que este grupo conta com pessoas atraídas pelo projeto de mineração da ALCOA;
- e) O “nível de satisfação sobre as atividades da ALCOA” foi resultado da análise das entrevistas e, para isso, foram considerados os seguintes critérios:
 - entrevistas que apresentam somente críticas ao projeto de mineração da ALCOA (incluindo os que se mostraram muito revoltados e admitiram não gostar de falar sobre o assunto). Esta situação foi entendida com nível de satisfação “muito baixo”;
 - entrevistas que apresentam críticas moderadas ao projeto de mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “baixo”;
 - entrevistas que apresentam críticas seguidas de ponderações em relação ao projeto de mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “médio”;
 - entrevistas que apresentam elogios seguidos de ponderações em relação ao projeto de mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “alto”;
 - entrevistas que apresentam defesa do projeto da mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “muito alto”.

Quadro 2: Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas nas Comunidades do Centro, PA Sócio I, município de Juruti-PA, 2010-2012.

Entrevista	Data	Local	Instituição	Entrevista	Principal Ocupação (auto denominação)	Escolaridade	Nível de satisfação em relação à Alcoa
1	07/dez/10	Araçá Preto	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
2	08/fev/11	Betanha (Ribeirinha)	Assoc. Comunitária	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
3	10/dez/10	STTRH - Juruti	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
4	07/fev/11	Cruzeiro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
5	07/fev/11	Cruzeiro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
6	07/fev/11	Cruzeiro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
7	08/dez/10	Jabutí*	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
8	08/fev/11	Lago Preto	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Alto
9	01/mai/12	Lago Preto	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
10	05/fev/11	Mariá*	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
11	05/fev/11	Mariá	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
12	07/dez/10	São Brás	Assoc. Comun.	Liderança	Aposentado/Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
13	08/dez/10	São Pedro	Assoc. Comun.	Liderança	Aposentado/Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
14	08/dez/10	São Pedro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
15	08/dez/10	São Pedro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
16	08/dez/10	São Pedro	Assoc. Comun.	Liderança	Serviço Escolar	Fund.	Muito baixo
17	01/jul/11	Seringal	UD - CNEC (Sítio Ouro Preto)	Liderança	Ex-CNEC/Ex-IVR	Superior incompleto	Baixo
18	07/dez/10	São Raimundo do Oriente	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
19	07/fev/11	Sít. Terezinha (Ribeirinha)	Assoc. Comun.	Liderança	Pescador	Fund. incompleto	Baixo
20	08/dez/10	Santo Hilário*	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
21	08/dez/10	Santo Hilário	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
22	08/dez/10	Terra Preta (Extinta)	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
23	09/jul/11	São Pedro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund.	Muito baixo

* PEAX Curumucuri

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2010-2012

Quadro 3: Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas nas Comunidades do Centro, PA Nova Esperança, município de Juruti-PA, 2010-2011.

Entrevista	Data	Local	Instituição	Entrevista	Principal Ocupação (auto denominação)	Escolaridade	Nível de satisfação em relação à Alcoa
1	08/dez/10	Bom-que-doi	Assoc. Comunitária	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
2	08/dez/10	Nova Esperança	Assoc. Comunitária	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
3	08/dez/10	Nova Esperança	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
4	04/fev/11	Paraense	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
5	04/fev/11	São Paulo	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Baixo
6	05/fev/11	Jararaca	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
7	05/fev/11	Jararaca	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
8	05/fev/11	Jararaca	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
9	05/fev/11	Pratinha	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
10	05/fev/11	Pratinha	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
11	05/fev/11	Santo Antonio	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Baixo
12	05/fev/11	Santo Antonio	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
13	07/fev/11	STTRJ - Juruti	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
14	08/fev/11	São Paulo	Sin. dos Trab. Rurais	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2010-2011.

Quadro 4: Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas nas Comunidades Ribeirinhas do PAE Juruti Velho, município de Juruti-PA, 2010-2011.

Entrevista	Data	Local	Instituição	Entrevista	Principal Ocupação (auto denominação)	Escolaridade	Nível de satisfação em relação à Alcoa
1	04/jun/10	Ingrácia	Assoc. Comun.	Liderança	Pedreiro	Fundamental	Médio
2	04/jun/11	Nova Macaiani	Assoc. Comun.	Liderança	Lavradora	Fundamental	Muito baixo
3	04/jun/11	Novo Horizonte	Assoc. Comun.	Liderança	Aposentado/Agricultor	Fundamental	Alta
4	04/jun/11	Capitão	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Médio incompleto	Muito baixo
5	18/jun/11	Muirapinima	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
6	22/jun/11	Muirapinima	Sub-Prefeitura	Liderança	Construtor civil	Fundamental	Muito baixo
7	18/jun/10	Muirapinima	Câmara Municipal	Liderança	Trabalho rural	Superior incompleto	Muito baixo
8	16/jun/11	Muirapinima	Diretoria da Acojupe	Liderança	Agricultor	Fundamental	Muito baixo
9	17/jun/11	Muirapinima	Ex-vereador	Liderança	Comerciante	Fundamental	Muito baixo
10	05/jun/11	Muirapinima	Assoc. Comun.	Liderança	Aposentado/Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
11	23/jun/11	Açailândia	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
12	22/jun/11	Maravilha	Grupo familiar	Comunidade	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
13	22/jun/11	Maravilha	Grupo familiar	Comunidade	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
14	22/jun/11	Capitanga	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
15	05/jun/11	Capitanga	Grupo familiar	Comunidade	Agricultor	Fund. incompleto	Médio
16	05/jun/11	Capitanga	Grupo familiar	Comunidade	Agricultora	Fund. incompleto	Médio
17	21/jun/11	Pompoim	Assoc. Comun.	Liderança	Lavradora	Fundamental	Muito baixo
18	20/jun/11	Nova Esperança	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Analfabeto	Baixo
19	20/jun/11	Nova Esperança	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
20	20/jun/11	Nova Esperança	Grupo familiar	Comunidade	Agricultora	Fund. incompleto	Alto
21	20/jun/11	Recordação	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
22	20/jun/11	Galiléia	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fundamental	Muito baixo
23	20/jun/11	Galiléia	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
24	20/jun/11	Galiléia	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
25	04/jun/11	Mocambo	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fundamental	Muito baixo
26	05/jun/11	Monte Sinal	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
27	22/jun/11	Monte Sinal	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
28	20/jun/11	Ordem Monte Alegre	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo
29	20/jun/11	Ordem Monte Alegre	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
30	19/jun/11	Diamantino	Assoc. Comun.	Liderança	Pescador/Pedreiro	Fund. incompleto	Muito baixo
31	19/jun/11	MHI Centro	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
32	19/jun/11	Alemamba	Assoc. Comun.	Liderança	Professor	Superior	Muito baixo
33	19/jun/11	Rio Jordão	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
34	19/jun/11	Rio Jordão	Assoc. Comun.	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Muito baixo
35	19/jun/11	Santa Rita de Cássia	Assoc. Comun.	Liderança	Aposentada/Agricultora	Fund. incompleto	Muito baixo

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2010-2011.

Quadro 5: Entrevistas (não gravadas) realizadas nos projetos agroextrativistas de várzea, município de Juruti-PA, 2012.

Entrevista	Data	Local	Instituição	Entrevista	Principal Ocupação (auto denominação)	Escolaridade	Nível de satisfação em relação à Alcoa
1	26/dez/12	Juruti	Diretoria Administrativa do PAE Balaio	Liderança	Pescador	Fund. incompleto	Baixo
2	26/dez/12	Juruti	Diretoria Administrativa do PAE Valha-me Deus	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
3	26/dez/12	Juruti	Diretoria Administrativa do PAE Paraná D. Rosa	Liderança	Agricultor	Fund. incompleto	Baixo
4	26/dez/12	Juruti	Diretoria Administrativa do PAE Santa Rita	Liderança	Agricultor	Médio	Baixo

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2012.

Quadro 6: Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas com membros do CONJUS, município de Juruti-PA, 2010-2011.

Entrevista	Data	Local	Instituição	Entrevista	Principal Ocupação (auto denominação)	Escolaridade	Nível de satisfação em relação à Alcoa
1	04/jun/11	Juruti	Assoc. de Defesa dos Direitos Humanos	Membro	Funcionário Público	Fundamental	Muito baixo
2	06/jun/11	Juruti	Assoc. Comercial e Empresarial de Juruti	Membro	Comerciante	Superior	Médio
3	09/jun/11	Juruti	Universidade Luterana do Brasil	Membro	Téc. de enfermagem	Superior incompleto	Médio
4	01/jul/11	Juruti	Assoc. dos Moradores do Bairro do Palmetras	Membro	Téc. de enfermagem	Médio	Médio
5	09/fev/11	Juruti	Colônia dos Pescadores Z-42	Membro	Pescador	Fundamental	Alto
6	09/jun/11	Juruti	Assoc. de Mulheres Trabalhadoras de Juruti	Membro	Téc. de enfermagem	Médio	Muito baixo
7	06/jun/10	Juruti	SINTECOLPEMI	Membro	Sindicalista	Médio	Alto
8	07/jun/11	Juruti	Prefeitura Municipal de Juruti	Membro	Secretário de Governo	Superior	Médio
9	05/jun/11	Juruti	GR S/A	Membro	Funcionário da GR S/A	Superior incompleto	Muito baixo
10	05/jun/11	Juruti	Emater	Membro	Funcionário público	Superior incompleto	Baixo
11	07/jul/11	Juruti	Assoc. dos Deficientes de Juruti	Membro	Pescador	Fund. incompleto	Muito baixo
12	07/jul/11	Juruti	Fundo Juruti Sustentável	Membro	Bióloga	Superior	Alto
13	01/ago/11	Juruti	Conselho Tutelar	Membro	Bióloga e pedagoga	Superior	Alto
14	09/jun/11	Juruti	Instituto Vitória Régia	Membro	Agrônomo	Superior	Médio
15	07/jul/11	Juruti	Cooperativa Agroindustrial de Juruti	Membro	Pecuarista	Médio	Médio
16	13/jun/11	Juruti	Alcoa	Membro	Ger. de Sustentabilidade	Superior	Muito alto
17	13/jun/11	Juruti	Trbo Mundurucu	Membro	Eng. agrônomo	Superior	Baixo
18	09/fev/11	Juruti	Sind. dos Trabalhadores Rurais de Juruti	Membro	Agricultor	Fundamental	Muito baixo
19	02/jul/11	Juruti	Sind. dos Produtores Rurais de Juruti	Membro	Pecuarista	Médio	Baixo
20	18/jun/11	J. Velho	Câmara Municipal	Membro	Vereador	Superior incompleto	Muito baixo

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2010-2011.

Quadro 7: Entrevistas (gravadas em DVD) realizadas com outras lideranças locais, município de Juruti-PA, 2010-2011.

Entrevista	Data	Local	Instituição	Entrevista	Principal Ocupação (auto denominação)	Escolaridade	Nível de satisfação em relação à Alcoa
1	07/jun/11	Juruti	Secretaria Adjunta de Saúde	Liderança	Secretaria	Superior incompleto	Baixo
2	30/jun/11	Juruti	APRAPANE	Liderança	Diretoria	Fundamental	Baixo
3	06/jun/11	Juruti	Ex-funcionário da CNEC	Comerciante	Comerciante	Médio	Baixo
4	13/jun/11	Juruti	Ex-funcionário da CNEC	Liderança	Coordenação de PMIQ	Téc. em zoologia	Baixo
5	08/jun/11	Juruti	Profissional liberal	Advogado	Advogado	Superior	Baixo
6	08/jun/11	Juruti	Sec. de Meio Ambiente de Juruti	Liderança	Secretário	Fundamental	Médio
7	07/jul/10	Juruti	APROSEIS	Liderança	Diretoria	Fundamental	Médio
8	07/jul/11	Juruti	Assentamento Novo Paraná	Liderança	Diretoria	Médio	Muito alto
9	03/dez/10	Juruti	Ex-funcionário da Alcoa	Aposentado	Aposentado	Fund. incompleto	Sem informação
10	06/dez/10	Juruti	Ex-funcionário público	Aposentado	Aposentado	Fund. incompleto	Sem informação
11	10/jun/11	Juruti	ACOMGLEC	Liderança	Diretoria	Fund. incompleto	Muito baixo
12	01/jul/11	Juruti	Hotel Sarah	Administradora	Adm. de Hotel	Superior	Baixo
13	06/jun/11	Juruti	Autônomo	Agrimensor	Agrimensor	Médio	Baixo
14	07/jun/11	Juruti	Assoc. dos Artesão de Juruti	Liderança	Diretoria	Médio	Muito baixo
15	10/fev/11	Juruti	Movimento 100% Juruti	Liderança	Paisagista	Médio	Muito baixo
16	06/jun/11	Juruti	Escola de Ensino Médio	Professora	Direção	Superior	Baixo
17	06/jun/11	Juruti	Escola de Ensino Médio	Professora	Professora	Superior	Baixo
18	10/jun/10	Juruti	Escola de Ensino Fund. e Médio	Professora	Professora	Superior	Muito baixo
19	09/fev/11	Juruti	Projeto Saúde e Alegria	Liderança	Coordenação em Juruti	Médio	Médio
20	11/jun/10	Juruti	Sec. de Interação Comunitária	Liderança	Secretaria	Médio	Médio
21	10/jul/10	Óbidos	Igreja Católica	Liderança	Religiosa	Superior	Muito baixo

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2010-2011.

4.3 Escolha das amostras de pesquisa

Procurei sempre estar atento ao fato de que, a todos os momentos da pesquisa, se promove pressão sobre nossas escolhas, até porque é impossível valorizar tudo que vemos com a mesma desenvoltura, intensidade, capacidade técnica, acadêmica e emocional. Por isso, a escolha é sempre desafiadora e, por vezes, muito cara ao pesquisador.

Tomando por base essas preocupações e todos os exercícios feitos anteriormente, procedi, com precaução, a escolha das pessoas para entrevistas, evitando dar mais ou menos peso para as diferentes tendências dentro do conflito. A escolha dos entrevistados ocorreu em função do papel social que desempenham.

Nesse sentido, para a pesquisa tornou-se cada vez mais importante ter acesso às mais diferentes opiniões, preocupações, formas de organização e de luta pelas conquistas dos direitos econômicos, ambientais e sociais - ao longo do trabalho também ficou perceptível que se apresentavam fundamentalmente no campo das lutas pelas compensações que não foram contempladas pelos marcos regulatórios e que, por isso, ensejam o acirramento dos conflitos socioambientais, principalmente motivados pelas perdas ambientais e territoriais impostas pela chegada do projeto Mina de Bauxita de Juruti da ALCOA.

A escolha dos sujeitos para entrevistas, organizados em cinco grupos, favoreceu o trabalho, destacado em dois aspectos: economizou recursos financeiros e minimizou esforço físico, além de facilitar os contatos e a aceitação por parte dos entrevistados, sobretudo quando se era indicado e/ou apresentado por alguém que já havia sido entrevistado e se reconhecia a seriedade e importância

do trabalho que vinha sendo desenvolvido. Nesse contexto, destacam-se:

a) as entrevistas com os gestores e lideranças locais e com os membros do Conselho Juruti Sustentável demandaram muitas idas e vindas, principalmente por se tratar de autoridades e, por conseguinte, geralmente muito atarefadas. Os sucessivos deslocamentos – apesar da maioria ter sido feito na cidade de Juruti – provocaram ônus financeiro. Assim sendo, para esta etapa não utilizei carro alugado e nem desloquei o carro da Rede GEOMA, evitando aumento dos custos. Por isso, utilizei mototáxis, táxis e, em outras ocasiões, fui caminhando. Isso não poderia ter ocorrido eficientemente sem a devida separação dos grupos;

b) durante as entrevistas com os membros comunitários do centro recebi apoio e suporte da Rede GEOMA, utilizando uma caminhonete L-200/diesel, que facilitou as idas e vindas às comunidades em busca de localizar as pessoas mais indicadas para entrevistas. Esta foi uma das mais longas etapas da pesquisa, e só foi possível por conta dos diversos contatos durante os “campos exploratórios”, apoiado pela rede GEOMA, uma boa cartografia que havia sido elaborada, além, é claro, da decisiva colaboração de algumas pessoas amigas, que entenderam a importância dessa pesquisa para mim e para a sociedade local;

c) os custos mais elevados - financeiro, físico e mental - foram empreendidos para fazer o levantamento nas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, onde, durante todo o período da pesquisa, incluindo os “campos exploratórios” desde 2006, se concentraram nossas maiores preocupações. Fazer esse

levantamento e seus registros foi uma árdua tarefa, por vezes burocrática, cansativa, porém seus resultados foram muito significativos academicamente, além do enriquecimento pessoal no contato com os entrevistados. A logística da atividade demandou aluguel de casa na Vila de Muirapinima e uso de lancha (tipo voadeira) para o deslocamento nas visitas às comunidades, uma vez que o lago de Juruti Velho mede cerca de 40 km de comprimento e abriga 35 comunidades ribeirinhas. Por isso, localizar uma pessoa escolhida para entrevista em alguns casos demandava várias viagens.

4.4 Levantamento, organização e tratamento dos dados de campo

Levantamento, organização e tratamento dos dados de campo se constituíram em uma das mais longas e fatigantes fases da pesquisa, por isso se decidiu, nesta seção metodológica, tratá-las em subunidades, como se segue:

4.4.1 Levantamento dos dados de campo

Este estudo conta com duas fontes básicas de investigação. Primeiro, foi feito um exaustivo levantamento de dados bibliográficos impressos e digitais disponíveis sobre Geografia, História, Demografia, Economia, Ambiente, Estrutura Fundiária, Cultura e vida comunitária no município de Juruti. Paralelamente a isso foram levantados documentos relativos à mineradora ALCOA, à implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti e ao conflito socioambiental da atividade mineradora. Além do levantamento dos dados secundários, houve levantamentos empíricos por meio de trabalhos de campo no município de Juruti. Assim sendo, os levantamentos de dados seguiram os seguintes passos:

- a) levantamentos nos arquivos institucionais e na literatura especializada (iniciados em março de 2006 e estendidos até a conclusão da tese);
- b) levantamentos de dados institucionais em Belém, Santarém, Juruti, além de outros municípios paraenses, com visitas sistemáticas ou esporádicas às seguintes instituições: UFRGS; NUMA/UFPA; NAEA/UFPA; NCADR/UFPA; MPEG; UFRA; INPE; EMBRAPA; SUDAM; IBGE; IDESP; SEMA; IBAMA; INCRA; ITERPA; PMJ e SMS;
- c) leitura e releitura da bibliografia especializada para a elaboração e ajustes do projeto de investigação e construção do texto;
- d) consulta às anotações detalhadas nos cadernos de campo feitas durante os chamados “campos exploratórios” e seus respectivos relatórios;
- e) realização de trabalhos de campo a partir de 2010, executados em três longas incursões a campo, a saber:
 - a primeira incursão ocorreu em aproximadamente 30 dias, em novembro e dezembro de 2010, cuja meta foi:
 - a) organização de uma base de apoio na cidade de Juruti;
 - b) instalação da infraestrutura necessária (no Lago Juruti Velho) para o desenvolvimento da pesquisa, incluindo aluguel do espaço para instalação e deslocamento de uma voadeira para o interior do lago;
 - c) levantamento de dados institucionais locais;
 - d) observações seguidas de anotações;
 - e) identificação dos principais sujeitos envolvidos no conflito, que poderiam ser entrevistados posteriormente;

- f) verificação da viabilidade ou não da aplicação do formulário previamente elaborado para caracterização das comunidades. Nesta etapa do campo, fui convencido de que não seria possível e necessária a aplicação do referido formulário, uma vez que se decidiu trabalhar com o máximo possível de comunidades envolvidas no conflito, usando roteiros de entrevistas, nas quais as informações passariam a ser mais de ordem qualitativa do que quantitativa. Por outro lado, teve-se acesso aos levantamentos feitos pelo Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB). Assim sendo, para efeito da caracterização das comunidades foram utilizados os dados levantados pelos agentes comunitários de saúde, que alimentam a plataforma do SIAB, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Juruti e ao Ministério da Saúde (MS);
- g) mapeamento com uso de cartas, imagens de satélite e Sistema de Posicionamento Global (GPS).
 - a segunda incursão foi feita em aproximadamente 40 dias, em janeiro e fevereiro de 2011, e teve como meta:
 - a) levantamento de dados institucionais locais;
 - b) observações seguidas de anotações;
 - c) aplicação de entrevistas, com os principais sujeitos identificados nas comunidades do centro; ribeirinhas, de várzea, membros do CONJUS, lideranças locais e outros integrantes da sociedade civil;
 - d) mapeamento com uso de cartas, imagens de satélite e GPS.
 - a terceira incursão foi concluída em aproximadamente 45 dias, de maio a julho de 2011 e teve como meta:
 - a) levantamento de dados institucionais locais;
 - b) observações seguidas de anotações;

- c) entrevistas com os principais sujeitos identificados entre gestores e lideranças locais, CONJUS e comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho;
- d) mapeamento com uso de carta-imagem para orientar as lideranças entrevistadas e GPS;
- e) checagem de dados levantados nas etapas de campo.

– a quarta incursão foi feita em abril de 2012 e teve como meta a checagem de alguns dados e foi o momento oportuno para realizar as últimas entrevistas com lideranças dos projetos agroextrativistas da região de várzea e uma liderança do Lago Preto, que ainda não havia sido encontrada nos trabalhos anteriores de campo.

4.4.2 Organização dos dados de campo

Foram organizados dois grandes grupos de dados levantados ao longo desses anos de pesquisa. Um deles constituído de materiais impressos: livros, teses, dissertações, monografias, artigos, revistas, jornais, documentos, mapas, figuras, fotografias, etc. O outro constituído de materiais digitais, adquiridos de múltiplas fontes, com destaque para a internet e trabalhos em multimídia.

Os dados de campo foram organizados em três bancos. O primeiro banco foi construído no programa *ArtView* e equivale aos dados e informações cartográficas. Por meio deste banco, foram elaborados os mapas que compõem este livro.

O segundo banco foi organizado em DVDs e corresponde às entrevistas gravadas no campo, totalizando 117, devidamente autorizadas para este fim e distribuídas em 50 DVDs.

Devido às condições tensas do conflito e do baixo grau de escolaridade de diversos entrevistados, se decidiu por não usar

qualquer tipo de assinatura em papel (termo de consentimento impresso), pelos entrevistados e pelo pesquisador, autorizando as gravações e sua utilização pelo autor da pesquisa. Entendeu-se que a assinatura em papel criaria dificuldades para o andamento e à qualidade da pesquisa. Entretanto, depois de se fazer todos os esclarecimentos necessários, a autorização para gravar e fazer uso acadêmico da entrevista era demandada e registrada (gravada em DVD) antes do início de cada uma delas. Também era esclarecido que, se no ato da entrevista ou ao seu final, o entrevistado solicitasse a supressão da gravação, a mesma seria imediatamente interrompida e apagada, o que não aconteceu em nenhuma delas.

O terceiro banco foi organizado no programa Excel e corresponde a um conjunto de tabelas de sistematização de dados gerados nas atividades de campo, tanto pelas entrevistas quanto pelas anotações no caderno de campo. Desse trabalho, foram apresentadas seis tabelas-síntese na seção anterior a esta.

O tratamento dos dados de campo conferiu com o auxílio direto dos programas acima citados. Com a ajuda deles, fez-se a organização e a triagem de dados para análise. Nesse sentido, o programa Excel foi fundamental, seja na construção de tabelas e gráficos como para ajudar a fazer quantificações, comparações e interpretações acerca dos fenômenos visualizados por meio das conversas, observações e entrevistas.

4.5 Síntese da estrutura analítica

Quadro 8: Síntese da estrutura analítica da pesquisa.

Questão Central da pesquisa	Objetivos	Categoria teórica e social	Instrumentos e técnicas metodológicas	Sistematização e pré-análise de dados
<p>Como o conflito socioambiental configura e influencia na (re)organização territorial de comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho (PAE Juruti Velho), a partir do processo de instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da <i>Aluminum Company of America</i> (ALCOA)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as formas de manifestação do conflito socioambiental; • Descrever as formas conflitivas e principais mudanças territoriais; • Analisar o conflito socioambiental como vetor das mudanças territoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito socioambiental • Território • Ribeirinho 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de dados secundários • Institucionais • Bibliográficos • Levantamento de dados primários • Visitas • Observação e anotações • Mapeamento por GPS • Entrevistas gravadas • Quantificação 	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio do programa Excel: quadros, tabelas gerais, tabelas para geração de gráficos, planilhas de transcrições de entrevistas. • Por meio do programa <i>Power Point</i>: registro fotográfico temático. • Por meio de Sistema de Informação Geográfica (<i>Arc View, Arc GIS</i>) cartas-imagem e mapas.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Procurou-se apresentar o amplo contexto espacial da área de estudo, por isso, ainda de modo sucinto, abordou-se sobre a configuração territorial do estado do Pará, do município de Juruti e suas dinâmicas econômicas, populacionais, ambientais e fundiárias.

5.1 A configuração territorial do estado do Pará

O Pará é o segundo maior Estado brasileiro em extensão territorial, sendo superado apenas pelo Amazonas, que também está localizado na região Norte. Sua dimensão é de 1.247.689 km² (IBGE, 2010) – aproximadamente 30 vezes o tamanho da Suíça, 13 vezes o de Portugal e mais de 2 vezes o da França. No Pará, existem reivindicações sistemáticas para sua divisão e criação de mais dois Estados: Tapajós e Carajás. Os setores que reivindicam tais divisões alegam a incapacidade do Estado em promover políticas de gestão territorial eficiente em função de sua grande extensão territorial, condição refutada por diversos estudiosos paraenses.

O território paraense está dividido em 12 RI e comporta no seu interior várias amazônias, dentre elas a marajoara, a do sudeste e sul do Estado, a do Salgado, a do Baixo Amazonas, a das várzeas, a das beiras de estradas, as ribeirinhas e assim por diante. Cada uma dessas amazônias apresenta configurações territoriais muito distintas. Por essas razões, se torna importante promover estudos que valorizem essas especificidades, adentrando na dinâmica

dos lugares, sem deixar de valorizar as indispensáveis conexões existentes entre o lugar e o mundo.

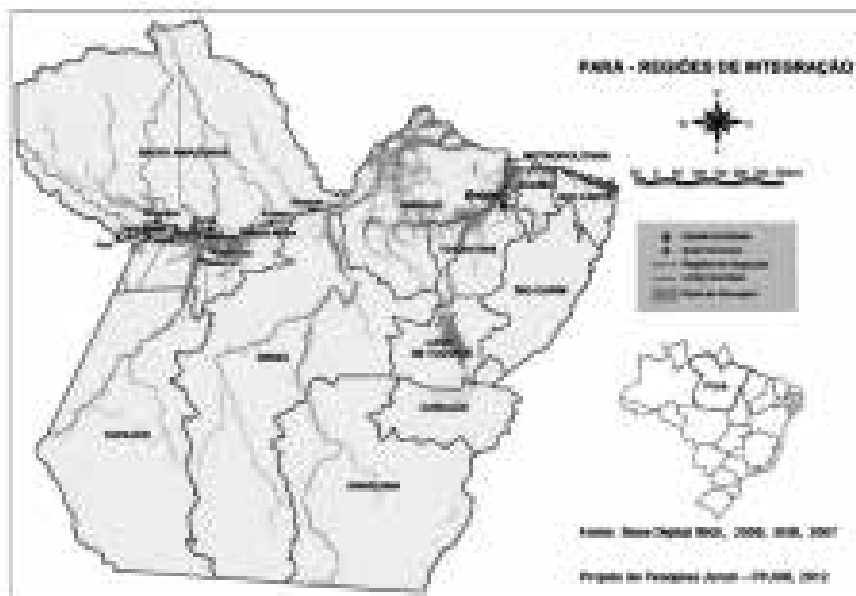
Na Figura 5, ao final desta seção, podem ser observadas as 12 grandes RI do Pará, com destaque para a RI Baixo Amazonas, onde estão identificados os municípios que a compõem e a localização das suas respectivas sedes municipais. Dentre esses municípios, pode-se notar a localização de Juruti, no extremo oeste do Pará.

Outro aspecto muito importante diz respeito ao processo de municipalização do território paraense nas últimas décadas, estimulado, dentre outros fatores, pela instalação de grandes projetos de infraestrutura, mineração, madeireiros e agropecuários. Em 1960, o Estado era composto por 63 municípios; na década seguinte chegou a 83, número inalterado até a década de 1980. No Censo de 1991, já atingia 105 e, atualmente, são 144 (com a recente criação do município de Mojuí dos Campos).

Assim sendo, o Pará apresenta poucos municípios, comparado a alguns Estados brasileiros, entre os quais o Rio Grande do Sul, que, embora seja aproximadamente cinco vezes menor que o Pará, é integrado por 496 municípios. Mesmo que os números populacionais não sejam tão diferentes, a ponto de justificar tal discrepância, segundo o IBGE (2010), a população do Rio Grande do Sul é de 10.693.929, enquanto a do Pará é de 7.581.051 habitantes.

Diante da grande extensão territorial da Amazônia, ou melhor, das amazônias e do próprio Estado do Pará, entendeu-se ser necessário recorrer à configuração territorial municipal como instrumento facilitador no recorte do problema de pesquisa, que colaborou para o planejamento, logística, levantamento de dados secundários, sistematização e levantamentos dos dados primários.

Figura 5: Pará - Regiões de Integração.

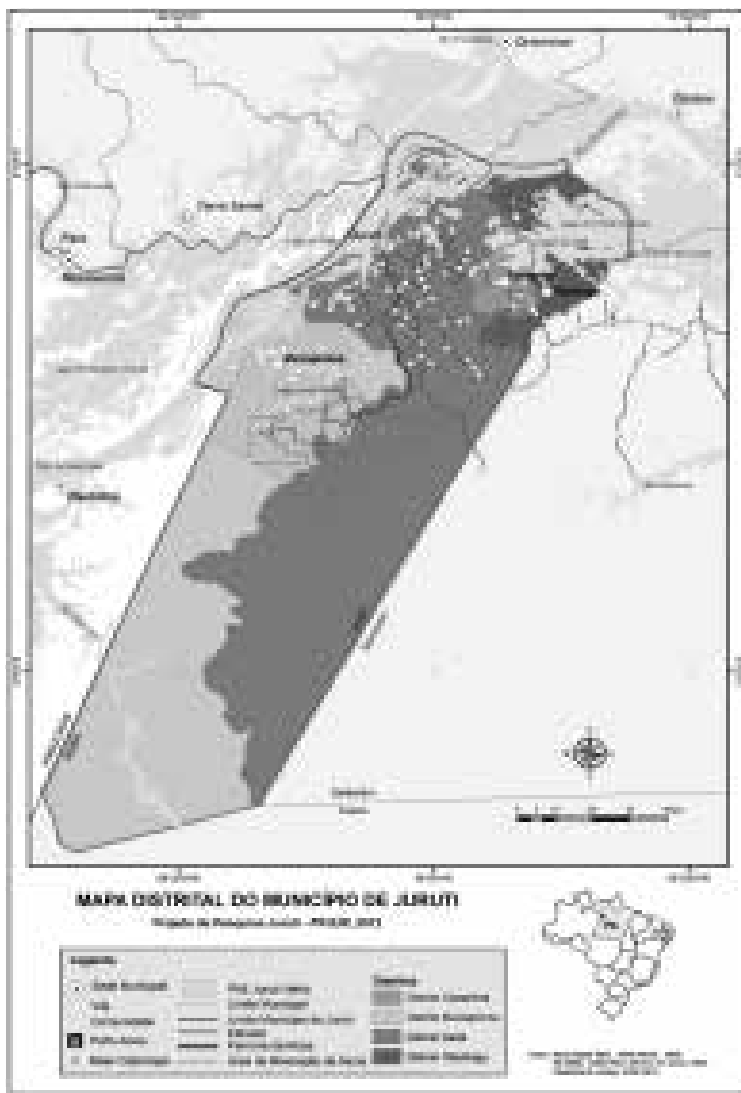


Fonte: Mapa elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); SEIR (2007), 2012

5.2 A configuração territorial do município de Juruti

O município de Juruti faz limites com o Estado do Amazonas e com os municípios de Santarém, Aveiro, Terra Santa, Oriximiná e Óbidos. Abrange uma área de 8.305,1 km² (IBGE, 2010) e, para efeitos administrativos e de organização do serviço público, foi dividido, pela Lei n. 996/2010, de 15 de setembro de 2010, em quatro distritos administrativos: Tabatinga, Castanhal, Muirapinima, principal referência política e econômica do PAE Juruti Velho, e Distrito-Sede (Figura 6). O município de Juruti está localizado a aproximadamente 850 km da capital do Estado do Pará.

Figura 6: Mapa distrital do município de Juruti, 2012.



Fonte: Mapa elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); Plano Diretor de Juruti (2006) e Pesquisa de campo (2006 a 2012), 2012.

Depois de várias incursões ao município de Juruti, tomou-se a decisão de estabelecer como recorte específico da área de estudo o território definido como PAE Juruti Velho. Não obstante, as escalas municipal, estadual e mundial foram consideradas a cada momento que se fizeram necessárias para a interpretação do problema de pesquisa, uma vez que parte das decisões de um dos principais sujeitos do conflito socioambiental, a ALCOA, foi tomada em escala não local. Assim sendo, a área específica da pesquisa foi circunscrita às comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho e seu entorno, localizado no interior do PAE Juruti Velho, em Juruti. Nesta área foi implantada uma das maiores explorações de bauxita na Amazônia, realizada pela ALCOA.

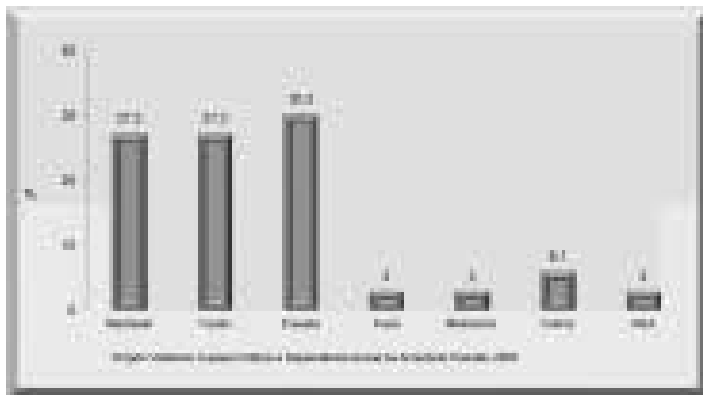
No sentido temporal, o recorte estabelecido ocorreu a partir do processo de instalação da mineradora, embora tenha sido feita uma retrospectiva histórica das comunidades da região do lago de Juruti Velho, para embasar a compreensão das manifestações e organizações territoriais comunitárias atuais.

5.3 A economia do município de Juruti

A economia de Juruti, tradicionalmente, está conectada ao pequeno comércio varejista e atacadista, por meio da redistribuição de alimentos, bebidas, vestuário, material de construção, combustível, etc. Alguns produtos semi-industrializados são produzidos no município e atendem parcialmente às demandas do município – alimentos, cerâmicas, móveis em madeira e vestuário. Outro aspecto importante da economia municipal gira em torno de serviços pouco especializados e do consumo por parte de funcionários públicos, aposentados, pensionistas e pequenos produtores rurais (CANTO, 2008).

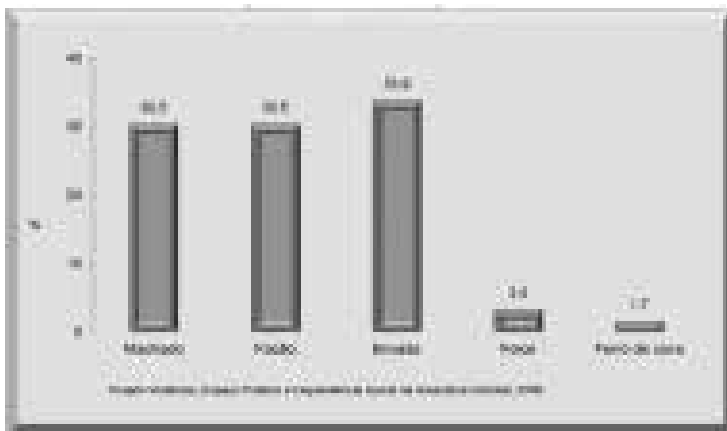
A economia local também tem sustentação na agricultura familiar de baixa densidade técnica. Em todas as comunidades visitadas durante os trabalhos de campo, os equipamentos agrícolas mais encontrados foram enxada, facão, machado, foice e motosserra. As comunidades visitadas, especificamente com esse fim, foram: Jararaca (Projeto de Assentamento Socó I - Gráfico 1), Bom-que-dói (Projeto de Assentamento Nova Esperança – Gráfico 2) e São Francisco do Aruã (Projeto Agroextrativista Lago Grande – Gráfico 3). Esta última, embora esteja localizada oficialmente no município de Santarém, é assistida pela Prefeitura de Juruti.

Gráfico 1: Instrumento utilizado pelas unidades familiares da comunidade Jararaca, PA Socó I, Juruti-PA, 2009.



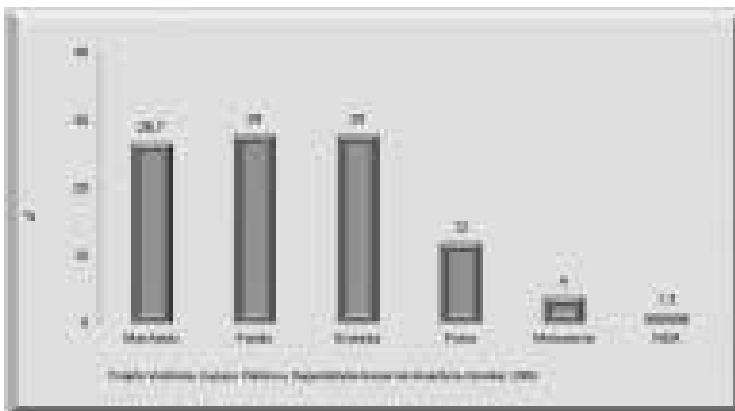
Fonte: Elaborado pelo autor no âmbito do projeto *Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental*, 2009.

Gráfico 2: Instrumento utilizado pelas unidades familiares da comunidade Bom-que-dói, PA Nova Esperança, Juruti-PA, 2009.



Fonte: Elaborado pelo autor no âmbito do projeto *Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental*, 2009.

Gráfico 3: Instrumento utilizado pelas unidades familiares da comunidade São Francisco do Aruã, Juruti/Santarém-PA, 2009.



Fonte: Elaborado pelo autor no âmbito do projeto *Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental*, 2009.

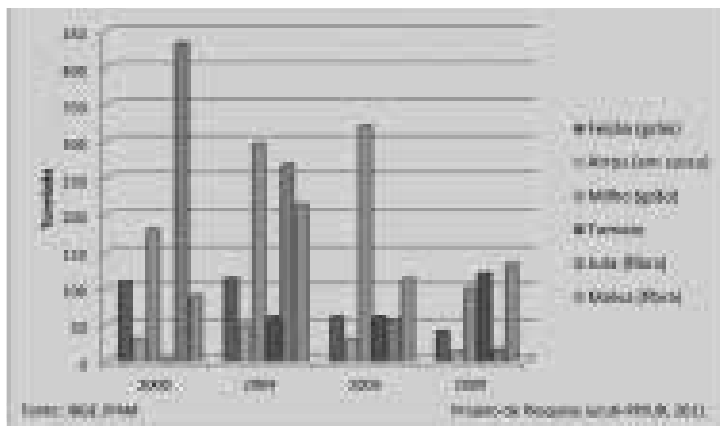
Outro instrumento técnico da maior importância no processo produtivo agrícola do município de Juruti são as casas de farinha. Esse espaço é geralmente erguido em lugares estratégicos para facilitar o trabalho de transporte da mandioca proveniente da roça e dos produtos finais, tais como farinha, beiju, tapioca, tucupi, etc. Outro fator relevante para sua construção é a necessidade de água. Por isso, geralmente são construídas próximas a igarapés, facilitando o trabalho de afogamento e amolecimento de parte da mandioca, utilizada para a fabricação de farinha e seus derivados.

A porção de mandioca amolecida na água, ao ser misturada com a outra porção triturada sem amolecimento, facilita a formação da liga e manipulação da massa para a produção de seus derivados. Comumente, as casas de farinha são constituídas por um barracão completamente aberto nas suas laterais e coberto de palha; um ou dois fornos de metal para torrar a farinha; um ou mais depósitos cavados em madeira rústica conhecidos como gareira, usados para manipular a massa da mandioca; peneiras e tipitis feitos por artesanato, com talas vegetais extraídas da floresta; prensa também em madeira rústica; pequeno motor a gasolina para triturar a mandioca, depois de descascada e lavada.

No território municipal, não foi encontrada agricultura mecanizada como a desenvolvida pelos sojicultores nos municípios de Santarém e Belterra, a partir da segunda metade dos anos 1990 (COELHO, 2008), mas a produção agrícola local é bem diversificada, tanto das culturas temporárias, quanto das permanentes, muito importantes para o abastecimento local.

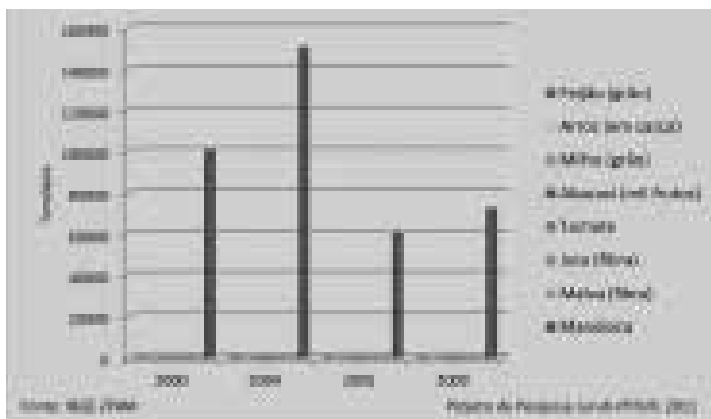
No âmbito dos cultivos temporários (Gráficos 4 e 5), a produção de mandioca também se faz necessária. Por isso, foi produzido um gráfico para representar a evolução das culturas temporárias, sem a presença da mandioca e um outro, mostrando seu absoluto destaque entre as culturas temporárias.

Gráfico 4: Evolução das principais lavouras temporárias (sem mandioca) do município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção Agrícola Municipal-PAM/IBGE (2000-2009), 2011.

Gráfico 5: Evolução das principais lavouras temporárias do município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção Agrícola Municipal-PAM/IBGE (2000-2009), 2011.

A seguir, gráficos mostram a área plantada em hectare (Gráfico 6), o percentual de área plantada (Gráfico 7) e o valor da produção da mandioca em nível municipal (Gráfico 8). O objetivo da sequência é destacar ainda mais a importância do cultivo da mandioca para a economia de Juruti. Além disso, ele mostra que há uma expressiva curva declinante da produção agrícola temporária no município a partir da implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, iniciado em 2005.

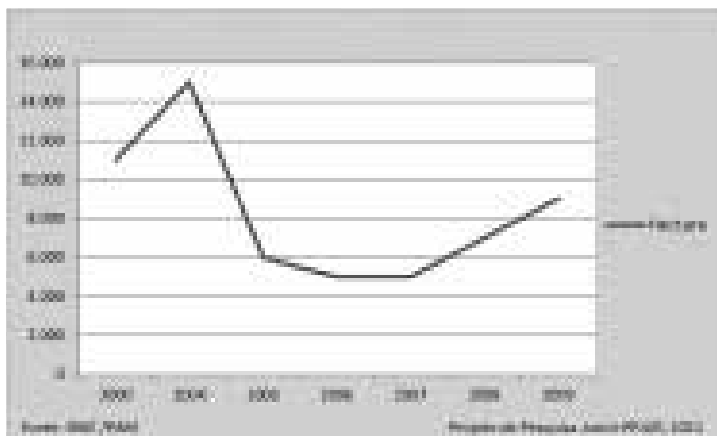
Portanto, a análise dos dados levantados pelo IBGE mostra que há um efeito negativo sobre as atividades agrícolas temporárias, fazendo com que a produção decline de modo a ser observado nos três gráficos apresentados a seguir.

Observa-se ainda que o período mais crítico, não só para o cultivo de mandioca, mas também para a agricultura de um modo geral em Juruti, de acordo com os produtos analisados, foram os anos que vão de 2005 a 2007.

No início das obras da ALCOA, muitos agricultores abandonaram suas roças por acreditarem que haveria oportunidade de trabalho na empresa em instalação, outros negociaram suas terras com a mineradora (quando era na área de interesse dela) e seguiram para as cidades de Juruti, Manaus, além de outros lugares. A exemplo desta condição, um morador da Terra Preta vendeu um terreno de sua propriedade para a empresa e comprou uma casa na cidade de Juruti, mas seus familiares não se adaptaram à nova morada. Por isso, ele resolveu, junto com alguns parentes, retornar para o campo. Se realocaram em um antigo terreno da família, próximo da ferrovia, e lá construíram uma nova comunidade, denominada Cruzeiro, passando a viver em péssimas condições - barracos improvisados e sem nenhuma infraestrutura comunitária.

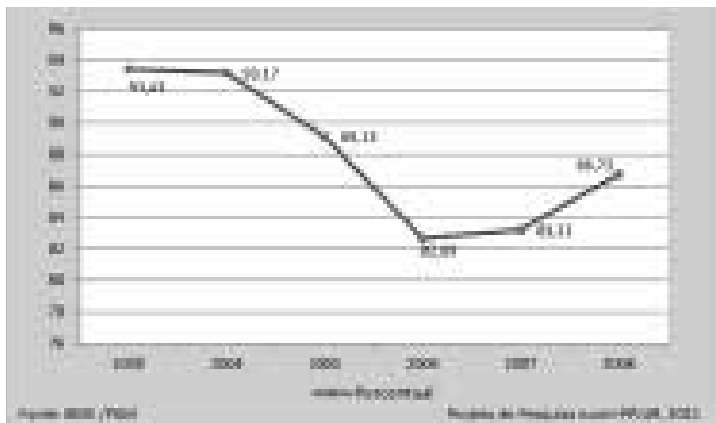
Por volta de 2007-2008, os agricultores perceberam que, de fato, não havia emprego para eles na mineradora. Somente alguns foram absorvidos pelas empresas empreiteiras para desenvolverem trabalhos de baixa qualificação somente até a instalação do projeto. Diante disso, novas roças foram plantadas por muitos dos que conseguiram manter as suas terras e a estrutura mínima de trabalho.

Gráfico 6: Área plantada de mandioca (ha) do município de Juruti (2000-2009).



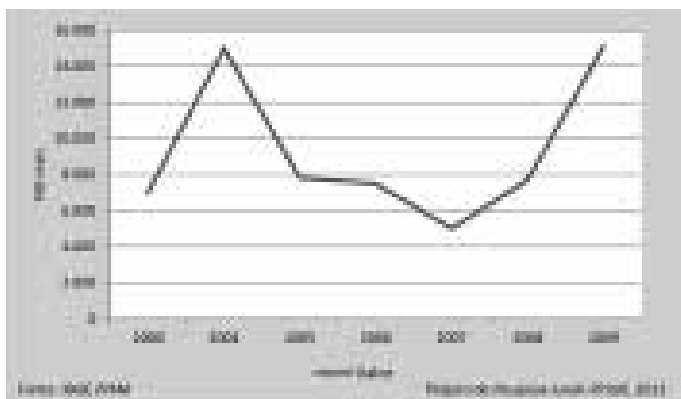
Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção Agrícola Municipal-PAM/IBGE (2000-2009), 2011.

Gráfico 7: Área plantada de mandioca (ha) do município de Juruti (2000-2008).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção Agrícola Municipal-PAM/IBGE (2000-2008), 2011.

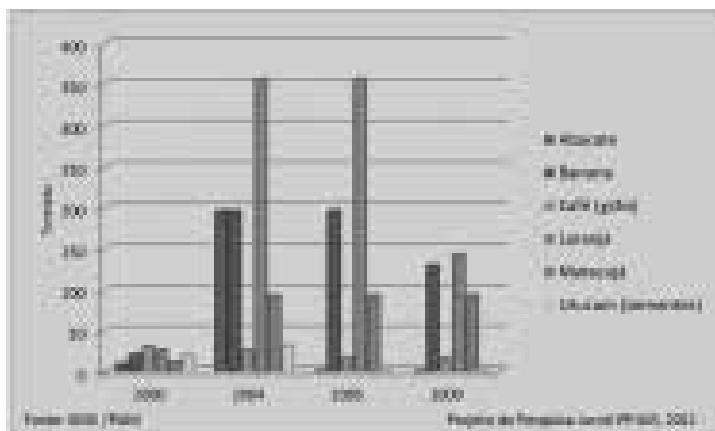
Gráfico 8: Valor da produção de mandioca do município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção Agrícola Municipal-PAM/IBGE (2000-2009), 2011.

Por outro lado, também com base nos dados do IBGE, pode-se inferir que o mesmo processo experimentado pelos cultivos de culturas temporárias motivou a queda dos cultivos de culturas permanentes. Independentemente do advento do projeto minerador da ALCOA, não havia e não há grandes plantações de culturas permanentes (Gráfico 9), entretanto, os sítios, principalmente os localizados mais próximos da cidade – entre eles os da Terra Preta -, que cederam lugar para a instalação da infraestrutura portuária da ALCOA, apresentavam acentuada produção de cultivos permanentes. Lamentavelmente, não há registro estatístico sobre essa produção. As informações citadas foram levantadas com base em relatos de antigos moradores e pelo testemunho ocular do autor, que conhece com detalhes essa área desde os anos 1970.

Gráfico 9: Evolução das principais lavouras permanentes do município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção Agrícola Municipal-PAM/IBGE (2000-2009), 2011.

No seu site, quando se questiona o número de famílias que precisaram sair de seus terrenos por conta da construção do terminal portuário, a ALCOA responde: “Foram identificadas 49 famílias relacionadas a 55 imóveis, sendo 44 famílias na condição de proprietários e 31 delas residentes nos imóveis localizados na área. Desta forma, 31 famílias foram realocadas” (ALCOA, 2011a, [p.05?]).

A pecuária praticada em Juruti é por excelência do tipo extensiva e com baixo rendimento dos seus rebanhos. Dois tipos de ambientes são utilizados para a criação dos animais. O de terra firme ocorre a partir da retirada da floresta densa e substituição pelo plantio de capim para a formação dos pastos, uma vez que, no território municipal, não existem campos naturais de terra firme, a exemplo daqueles encontrados no PAE Lago Grande, no município vizinho de Santarém.

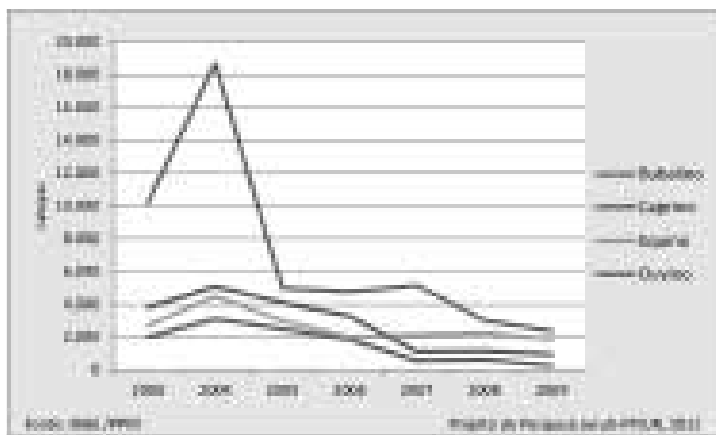
O método de substituição de floresta por pasto tem sido utilizado pelos criadores mais capitalizados, uma vez que o processo requer maior grau de investimento e capacidade de manutenção, implicando em capina, replantio do capim e descanso da área. Poucos agricultores familiares terrafirmeiros tem condições de utilizá-lo como estratégia de obtenção de renda. Por isso, se dedicam muito mais à criação de animais menores, como suínos, ovinos, caprinos e, em maior destaque, galináceos.

O outro ambiente utilizado para o desenvolvimento da pecuária municipal é a várzea, que, embora formem os campos “naturais”, principalmente nas áreas que, no passado, foram desflorestadas para dar lugar ao cultivo de juta, é periodicamente invadida pelas águas do rio Amazonas. As chamadas enchentes, por um lado, ajudam a revigorar o pasto; por outro, limitam a ampliação dos rebanhos. Nas várzeas, é tradição a existência do

chamado “gadinho”, que funciona como um tipo de poupança para as famílias varzeiras.

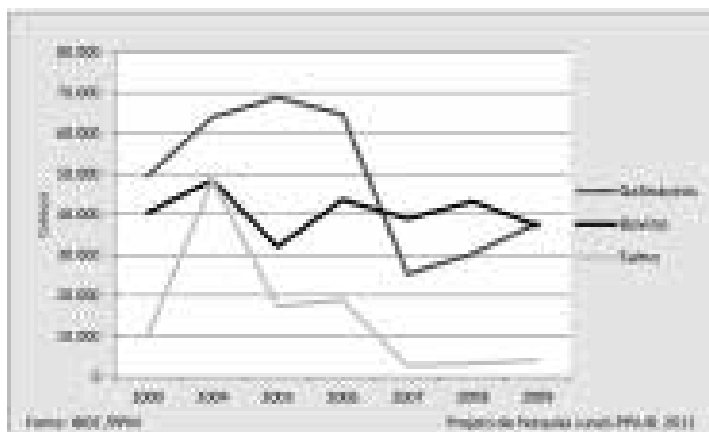
No período de 2000-2009, a pecuária jurutiense apresentou como três maiores destaques a criação de galináceos, de bovinos e de suínos. No mesmo período também houve significativa queda na produção, principalmente a partir de 2004/2005, momento em que a expectativa criada pelo projeto da ALCOA fez com que muitos agricultores familiares abandonassem várias de suas atividades no campo. Nesta fase, entre as três principais produções, o rebanho bovino foi o que menos sofreu queda, em função dos maiores investimentos por parte dos produtores rurais e maior consolidação da atividade, auxiliados pelo seu nível de organização por meio do seu sindicato. Tais informações podem ser confirmadas pelos gráficos 10 e 11.

Gráfico 10: Evolução da pecuária do município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção da Pecuária Municipal-PPM/IBGE (2000-2009), 2011.

Gráfico 11: Evolução da pecuária do município de Juruti (2000-2009).

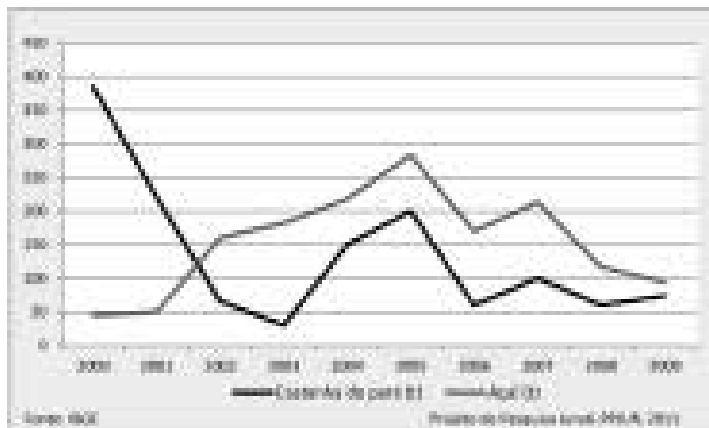


Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados da Produção da Pecuária Municipal-PPM/IBGE (2000-2009), 2011.

No período compreendido entre 2000-2009, os produtos comestíveis derivados do extrativismo vegetal com maior destaque foram o açaí (*Euterpe oleracea*) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*). O primeiro provém de uma palmeira, naturalmente encontrada em áreas úmidas ou alagadas por rios, lagos e igarapés. O segundo, de uma árvore gigantesca encontrada nas áreas de floresta densa. As atividades extrativas desses dois produtos oscilam de acordo com a safra determinada anualmente pelas condicionantes naturais.

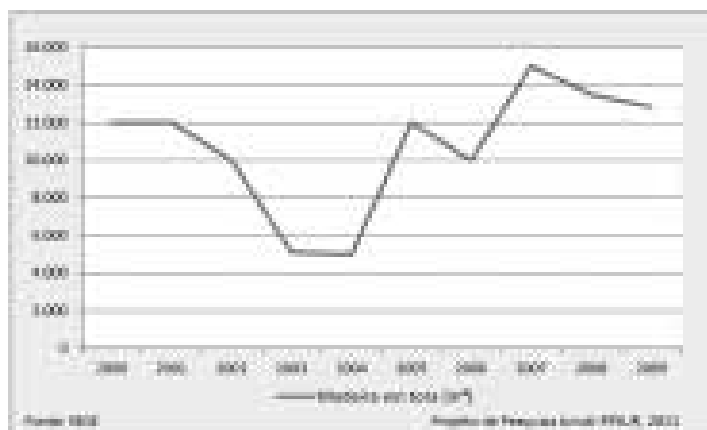
Não obstante, os dados dos gráficos 12 e 13 mostram que, a partir de 2005, ano que marca o início das instalações do projeto de mineração da ALCOA, a queda da produção foi significativa e que, no mesmo período, a exploração madeireira aumentou consideravelmente. Mesmo com a proibição do corte, foi comum encontrar, durante os trabalhos de campo, caminhões transportando árvore de castanheira em tora.

Gráfico 12: Evolução da produção de castanha-do-pará e açaí no município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do IBGE (2000-2009), 2011.

Gráfico 13: Evolução da exploração da madeira em tora no município de Juruti (2000-2009).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do IBGE (2000-2009), 2011

A área de supressão vegetal para extração de bauxita, localizada a aproximadamente 15 metros da superfície, era de coleta de castanha dos antigos moradores, principalmente das comunidades do lago Juruti Velho, que hoje se ressentem de não poderem mais fazer uso do seu antigo território.

Em síntese, no período de implantação do projeto da mineradora ALCOA houve acentuada queda na produção dos principais produtos agrícolas, pecuários (exceção para o gado bovino, que se manteve equilibrado) e florestais (exceção para a madeira, com significativo crescimento).

Por outro lado, considerando os dados dos censos 1991 e de 2000, as pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca em Juruti correspondiam a 71,12% e 57%, respectivamente.

Verifica-se que o processo de instalação do projeto de mineração da ALCOA, entre 2005 e 2009, afetou a estrutura produtiva dos setores agrícola, pecuário e extrativista, pela compra da terra de trabalho dos agricultores familiares, seja pela expectativa que criou pelos discursos de convencimento para que houvesse a aceitação e apoio à instalação do projeto, uma vez que havia muita resistência, embora, através do seu site, a empresa mineradora afirme: “Pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) aponta que 89% da população são favoráveis ou aceitam o empreendimento da ALCOA no município.” (ALCOA, 2011a.[p.08?]).

Segundo opinião de diversas lideranças locais entrevistadas entre 2010 e 2011, a ALCOA, por meio de seus funcionários e de empresas contratadas, no início da sua implantação, prometia

oportunidades para todos. Não obstante, tais promessas não se concretizaram na mesma proporção, provocando descontentamento e sentimento de que teriam sido enganados pelos defensores e entusiastas da implantação e operação do projeto minerador. Dessa maneira, pode-se observar a insatisfação de lideranças locais em relação ao empreendimento da ALCOA:

Liderança: [...] a ALCOA quando chegou dizia o seguinte: - Nós vamos dar quinze mil empregos, mas não dizia pra quem. Quando ainda na implantação ela pegou (empregou). Aí o caboclo que sabe muito é roçar e trabalhar no pesado da juquirá [...] Então muitas pessoas se empregaram nas empresas terceirizadas pela ALCOA e deixaram de plantar suas roças, de produzir, e depois que ela começou a tirar o minério e levar a bauxita [...] Ela simplesmente demitiu os funcionários [...], e esses funcionários não tinham mais roça e o município passou a comprar farinha de outros lugares (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

Diante de tal quadro, é possível inferir que o conflito socioambiental tem norteador as ações dos diferentes grupos sociais envolvidos na defesa dos seus territórios em Juruti, uma vez que suas atividades produtivas - que garantem a reprodução material da vida e o seu próprio modo de vida - passam por transformações compulsórias, à medida em que foi imposta uma (re)organização territorial na qual a ALCOA, apoiada pelo governo federal, estadual e municipal, é a maior interessada.

Embora apresente atividades econômicas bem diversificadas, o município se caracteriza com uma economia frágil. O setor produtivo é pouco organizado e conta com baixo nível de formação profissional, uma vez que, de acordo com o Censo de 1991 e de 2000,

respectivamente 95,88% e 88,08% da população apresentavam, no máximo, sete anos de escolaridade.

A maior movimentação financeira, além da estimulada pela presença da mineradora, fica por conta das transferências constitucionais, que cresceram bastante entre 2005 e 2009, período que coincide com a implantação do projeto de mineração da ALCOA. Assim, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que, entre o primeiro período (2000-2004), foi da ordem de R\$ 18 milhões, no segundo período (2005-2009) foi superior a R\$ 35 milhões, ou seja, seu crescimento praticamente dobrou. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) passou de aproximadamente R\$ 14 milhões para mais de R\$ 50 milhões. Por outro lado, a soma total das transferências constitucionais apresentadas na tabela abaixo é de R\$ 35.799.638,69, para o primeiro período, e de R\$ 94.248.382,38 para o segundo.

Os números da Tabela 1 demonstram claramente a participação do Estado como facilitador do empreendimento da empresa mineradora ALCOA em Juruti, ainda que sejam transferências constitucionais.

Tabela 1: Transferências constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF E IPVA (2000-2009)⁽¹⁾
(R\$ 1,00)

Período	Anos	Transferências constitucionais					Transferência do IPVA	Total
		do ICMS	do FPM	do IPI	do FUNDEF	do IPVA		
I	2000	528.809,00	2.469.733,00	40.479,00	1.989.982,00	545	5.029.548,00	
	2001	619.318,01	3.001.357,76	41.754,08	2.210.693,20	463,41	5.873.586,46	
	2002	694.279,39	3.923.286,22	36.392,41	2.860.555,99	475,86	7.514.989,87	
	2003	907.055,76	4.089.868,09	31.874,95	3.264.713,15	950,57	8.294.462,52	
	2004	972.915,04	4.517.451,23	32.480,28	3.561.659,84	2.545,45	9.087.051,84	
	Total do Período	3.722.377,20	18.001.696,30	182.980,72	13.887.604,18	4.980,29	35.799.638,69	
II	2005	1.151.808,99	5.581.684,13	36.682,16	5.343.620,85	4.629,73	12.118.425,86	
	2006	1.399.569,74	6.171.904,79	47.186,28	5.480.115,35	13.839,38	13.112.615,54	
	2007	1.528.252,21	7.060.661,15	53.592,13	9.508.474,69	39.634,20	18.190.614,38	
	2008	1.805.503,50	8.637.468,10	71.126,22	13.159.742,63	129.476,15	23.803.316,60	
	2009	1.814.644,08	8.037.627,54	52.018,98	16.912.864,18	206.255,22	27.023.410,00	
	Total do Período	7.699.778,52	35.489.345,71	260.605,77	50.404.817,70	393.834,68	94.248.382,38	

Fonte: IDESP, 2011.

Nota: Valores Nominais (1). Menos 15% do FUNDEF, 2009. Tabela 7: Transferências constitucionais (2000-2009).

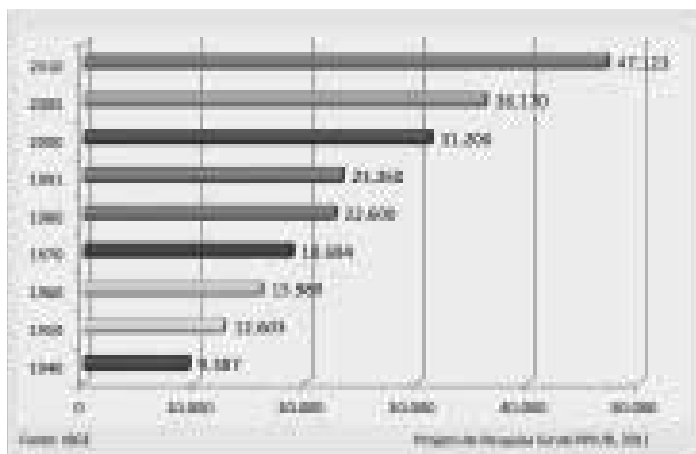
5.4 Dinâmica populacional do município de Juruti

A origem do município de Juruti remonta o início do século XIX (PENNA, 1973). A Freguesia Nossa Senhora da Saúde, efetivada pela Lei n. 339, de 3 de dezembro de 1859, foi o embrião que resultou na formação da cidade.

O município passou por várias criações e extinções. A primeira foi pela Lei Provincial do Pará, em 9 de abril de 1883. Sua instalação ocorreu apenas em 9 de março de 1885. Somente com a Lei Estadual n. 8, de 31 de outubro de 1935, que seu status municipal foi definitivamente restabelecido.

Em 1940, o município apresentava uma população absoluta muito modesta: apenas 9.387 habitantes. Em 2000, a população atingiu 31.200 habitantes, com crescimento de 69,91% em seis décadas, ao passo que, em apenas uma década (2000-2010), ela cresceu 33,79%, chegando a 47.123 habitantes. Somente entre 2005-2010, período da instalação e início de funcionamento do projeto de mineração da ALCOA, o crescimento atingiu 23,24% (Gráfico 14). Este rápido crescimento se manifesta e tenciona vários aspectos do espaço de vivência, nas área da saúde, segurança, ambiental, etc. Portanto, o acelerado crescimento da população, provocado pela chegada do projeto, estimulou os conflitos socioambientais em Juruti.

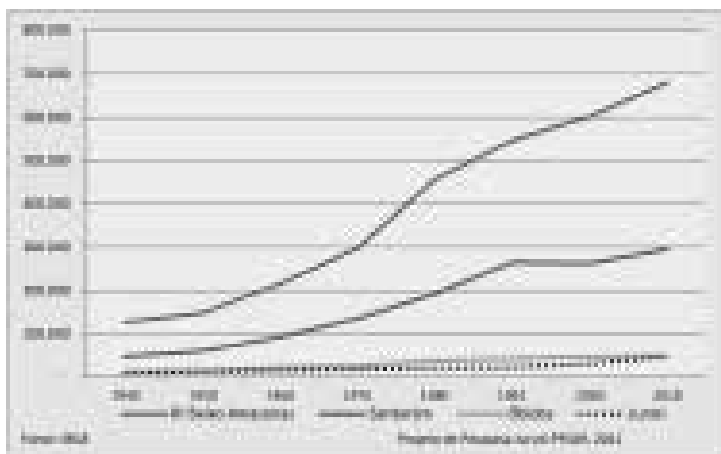
Gráfico 14: Evolução da população de Juruti (1940-2010).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do IBGE (1940-2010), 2011

A RI Baixo Amazonas é formada pelos municípios de Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Belterra, Alenquer, Curuá, Óbidos, Oriximiná, Faro, Terra Santa e Juruti. De acordo com o censo 2010, a RI era habitada por 678.936 pessoas. Deste grupo de municípios, Santarém, hoje com 43,41% da população total, historicamente lidera em termos populacionais, dinâmica econômica e serviços. Estes são alguns dos argumentos utilizados pelos defensores da divisão do Estado do Pará, criando o Estado do Tapajós, que teria Santarém como capital. Por outro lado, o município de Faro é o menos populoso, com apenas 1,20%. Neste cenário, os municípios vizinhos de Óbidos e Juruti contribuem respectivamente com 7,25% e 6,94%, do total de habitantes dessa RI (Gráfico 15).

Gráfico 15: Evolução da população no oeste do Pará (1940-2010).

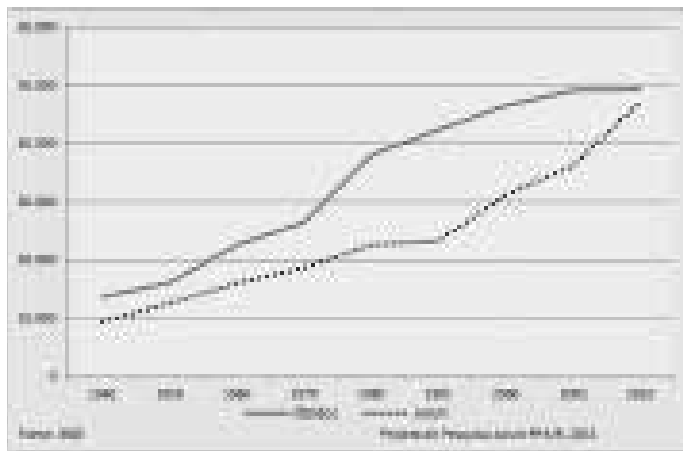


Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do IBGE (1940-2010) 2011.

Embora Óbidos e Juruti sejam municípios que, historicamente, cedam população para Manaus, Santarém e Belém, eles conseguem manter um ritmo de crescimento positivo, como pode ser observado no gráfico 16. Essas pessoas migram geralmente em busca de novas oportunidades de estudo, emprego, serviços ou mesmo seguem os estímulos de parentes, por meio da rede de solidariedade que, inclusive, produz um vaivém constante de pessoas entre a terra natal e a terra de acolhimento.

A população de Juruti, na última década, cresceu mais de 30% e se aproximou da população do seu município vizinho: Óbidos, que mantém hegemonia populacional desde a década de 1940, conforme gráfico 16. Esse fenômeno de crescimento populacional, principalmente entre 2005 e 2010, se explica pela atração populacional provocada pelo processo de implantação e operação do projeto de mineração da ALCOA no município.

Gráfico 16: Evolução da população dos municípios de Óbidos e Juruti (1940-2010).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do IBGE (1940-2010), 2011.

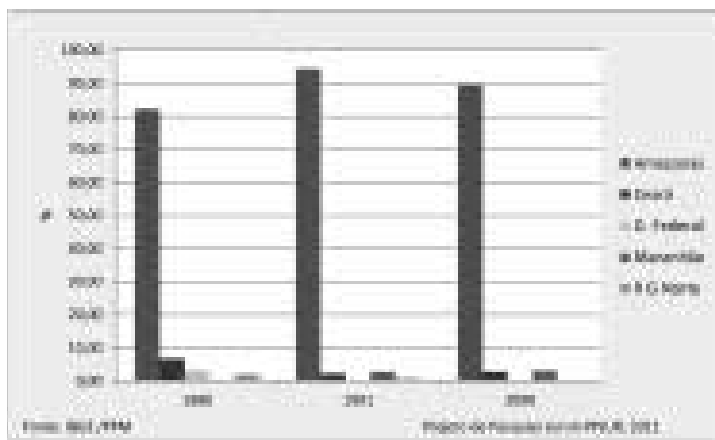
Tradicionalmente, a população rural de Juruti é maior que a população urbana. De acordo com o Censo 1940, a população rural era constituída de 94,28% dos habitantes do município. Seis décadas depois, o Censo 2000 apontou queda da população rural em relação à urbana, porém mantendo sua hegemonia com 65,45% da população vivendo na zona rural. Por outro lado, o último censo (2010) não só reafirma a hegemonia absoluta da população rural, com 66,33% do total de habitantes, mas também demonstra seu aumento em relação ao percentual do Censo anterior.

O fenômeno decorreu do retorno de muitos antigos moradores da zona rural, em decorrência da instalação do projeto de mineração da ALCOA. Muitos viram nesse processo a oportunidade de ganhos financeiros por meio de possíveis compensações provenientes da empresa pelo uso da terra. Para outros, o objetivo foi assegurar

o direito de uso da terra, evitando possíveis invasões dos seus terrenos, tanto por parte da empresa como por outras pessoas. Esta condição estimulou ainda mais o conflito socioambiental imposto pela (re)organização territorial em curso neste município.

Juruti se caracteriza como um município de baixa receptividade de imigrantes, de acordo com os censos 1980, 1991 e 2000. Os maiores fluxos foram constituídos de amazonenses, respectivamente com 376, 619 e 701 migrantes. Em seguida, muito distanciado, vieram os cearenses, respectivamente com 31, 14 e 22 migrantes. No gráfico 17, se pode verificar o percentual dos cinco maiores grupos de migrantes. Isso deverá provocar significativas mudanças a partir do censo 2010 (dados de migração ainda não disponíveis), uma vez que o crescimento populacional na última década foi superior a 30%. Parte significativa dele foi motivado pela migração de indivíduos atraídos pela chegada do projeto de mineração da ALCOA.

Gráfico 17: Evolução dos cinco maiores fluxos migratórios (sem o Pará) para o município de Juruti (1980-2000).



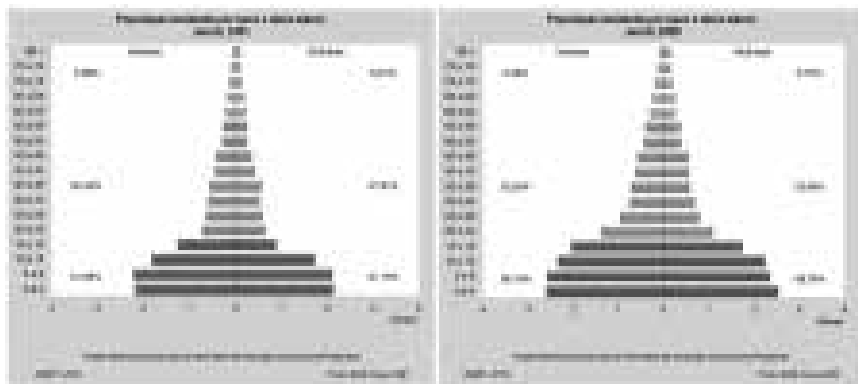
Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do IBGE (1980-2000), 2011.

A composição por sexo e faixa etária de Juruti reflete as mesmas características das pirâmides etárias de regiões ou países com baixo grau de desenvolvimento social, ou seja, reduzida expectativa de vida e elevadas taxas de natalidade, fazendo com que as pirâmides apresentem bases ampliadas e cume muito estreito. Isso é observado nas pirâmides que representam a três últimas décadas - 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que, embora a longevidade da população brasileira tenha dado saltos qualitativos (até o Censo de 1980, o IBGE adotava no topo das pirâmides 70 anos ou mais, a partir do Censo de 1991 passou a adotar 80 anos ou mais, como se vê no gráfico 18), a estrutura etária da população jurutiense pouco se alterou em relação à idosa, na qual os percentuais sempre estão abaixo ou igual a 6,91%. Por outro lado, o grupo mais jovem gira em torno de 50% da população total, colocando o município como de forte crescimento vegetativo ou natural.

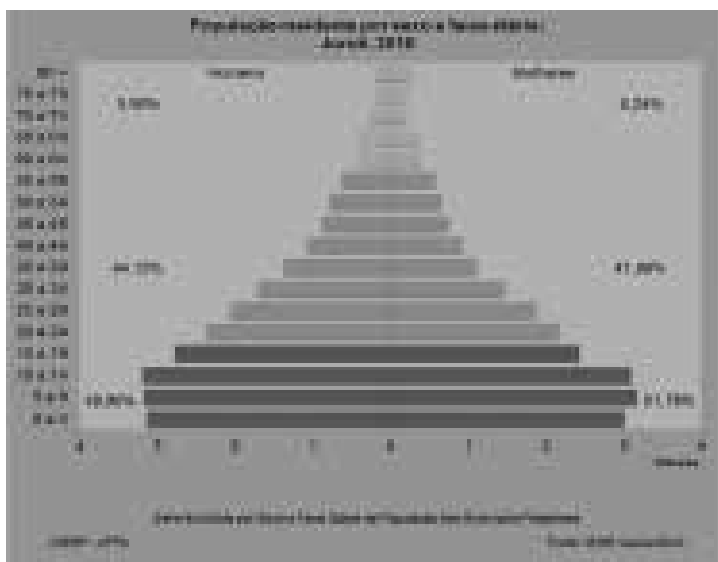
De acordo com a pirâmide de 2010 (Gráfico 19), 49,90% do sexo feminino e 51,78% do sexo masculino estão entre 0 e 19 anos, portanto, aproximadamente a metade da população está em fase de formação, demandando os maiores investimentos em saúde e educação para que se possa criar indivíduos saudáveis e com capacidade de leitura crítica da realidade, peças indispensáveis para promover o desenvolvimento local. Considerando os dados do IBGE 2000 e referentes aos “anos de estudos”, percebe-se que 56,92% estão entre os sem instrução ou com menos de um ano de estudo e pessoas com um ou três anos de estudo, o que coloca em risco parte de sua população, quando o assunto é formação.

Gráfico 18: Estrutura etária e sexual do município de Juruti (1991 e 2000).



Fonte: CANTO (2009; 2010).

Gráfico 19: Estrutura etária e sexual do município de Juruti (2010).



Fonte: CANTO (2012b).

Considerando os dados do IBGE, sistematizados na tabela a seguir pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), pode-se, de modo geral, inferir que a população jurutiense é predominantemente mestiça, católica e que apresenta baixo grau de escolaridade (Tabela 2).

Tabela 2: População residente - algumas características do município de Juruti (1991/2000).

Continua

Características	1991		2000	
	População	%	População	%
<i>Cor ou Raça</i>				
Branca	2.363	10,16	7.748	24,83
Preta	330	1,42	184	0,59
Amarela	33	0,14	-	-
Parda	20.118	86,48	22.956	73,58
Indígena	6	0,03	11	0,04
Sem Declaração	-	-	299	0,96
<i>Religião</i> ⁽¹⁾				
Católica Apostólica Romana	20.184	86,76	25.294	81,08
Evangélicas	2.528	10,87	5.707	18,29
Espírita	-	-	-	-
Umbanda e Candomblé	-	-	-	-
Judaica	-	-	-	-
Religiões Orientais	-	-	-	-
Outras Religiosidades	103	0,44	-	-
Sem Religião	260	1,12	90	0,29
Não Determinadas	-	-	10	0,03
<i>Estado Civil</i>				
Casado(a)	2.322	15,87	6.937	32,76
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	-	-	94	0,44
Divorciado(a)	-	-	53	0,25
Viúvo(a)	631	4,31	809	3,82
Solteiro(a)	6.763	46,22	13.282	62,72
<i>Anos de Estudos</i> ⁽²⁾				
Sem Instrução e menos de 1 ano	3.825	26,14	2.608	12,32
1 a 3 anos	6.264	42,80	9.445	44,60
4 a 7 anos	3.942	26,94	6.619	31,26
8 a 10 anos	370	2,53	1.415	6,68

Tabela 2: População residente - algumas características do município de Juruti (1991/2000)

Características	1991		2000		Conclusão
	População	%	População	%	
11 a 14 anos	182	1,24	756	3,57	
15 anos ou mais	15	0,10	22	0,10	
Não determinados	36	0,25	310	1,46	
Tipo de Deficiência ^(3 e 4)					
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	4.606	14,76	
Deficiência mental permanente	-	-	585	1,88	
Deficiência Física			255	0,72	
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente.	-	-	174	77,33	
Falta de membro ou de parte dele ⁽⁵⁾	-	-	51	22,67	
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar.	-	-	3.713	11,90	
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	-	-	672	2,15	
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	-	-	1.394	4,47	
Nenhuma destas deficiências ⁽⁶⁾	-	-	26.411	84,66	

Fonte: IDESP, 2011.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de religião; (2) Considerou-se a população de 10 anos ou mais; (3) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; (4) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências; (5) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e (6) Inclusive a população sem qualquer deficiência.

5.5 Os ambientes e suas mudanças recentes no município de Juruti

Do ponto de vista dos ambientes naturais e da sua conservação, Juruti, como a maioria dos municípios da RI Baixo Amazonas, é privilegiado. Dois grandes ambientes se destacam: a várzea e a terra firme. Com suas particularidades, ambos são apropriados e inseridos na lógica dos modos de vida das comunidades e da produção econômica em escala local e mundial, à medida que

a recente instalação da mineradora ALCOA colocou em escala mundial a bauxita extraída do seu subsolo.

A várzea é o ambiente constituído por grandes faixas marginais ao rio Amazonas, formados por terrenos recentes, do período geológico Quaternário, e são periodicamente inundados pelas águas amazônicas. Essas grandes faixas, cobertas por vegetação que variam de arbórea densa à herbácea, no passado fora chamada de igapó - que significa lugar inundado, em nheengatu ou tupi amazoniano.

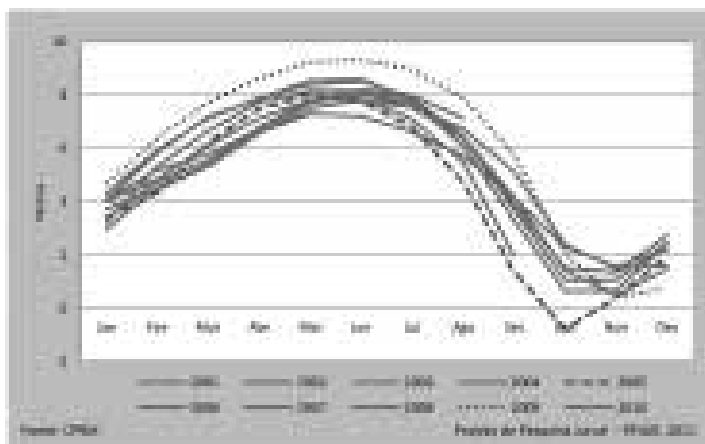
Hoje, adota-se com frequência o termo várzea em oposição à terra firme. A expressão igapó para designar planície de inundação, há muito caiu em desuso, embora distingamos na várzea a ocorrência de igapó - mata permanentemente inundada, cujos solos nunca secam por completo. Na Vila Viera, por exemplo, o igapó é reconhecido como área permanentemente inundada, ao passo que a área de várzea só temporariamente é tomada pelas massas líquidas (CANTO, 2007, p. 30).

Foi no ambiente de várzeas, precisamente na Vila Amazônia, em território amazonense, em 1937, que imigrantes japoneses começaram a desenvolver o cultivo de juta - planta de origem asiática cultivada para produção de fibras para a indústria têxtil (CANTO, 2007b; HOMMA, 2007). A partir de então, ela se difundiu por vários municípios do Estado do Amazonas e pelos municípios paraenses de Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Santarém e Monte Alegre, todos localizados na região do Baixo Amazonas.

O desenvolvimento desta cultura, a partir da década de 1940, em muito contribuiu para alterar os ambientes de várzea de Juruti, principalmente em função da retirada das florestas inundáveis para implantação dos roçados de juta, que transformou o município em um dos maiores produtores de fibra do Estado.

Após a fase de retirada do capeamento florestal e cultivos sucessivos de juta, muitas áreas foram transformadas em pastagens utilizadas para a criação extensiva de gado. Não obstante, toda dinâmica de uso das várzeas sempre esteve engrenada ao movimento anual das águas. No Gráfico 20, é possível observar a movimentação das águas do rio Amazonas ao longo do ano, registrada pela régua de maré em Parintins (cidade do Estado do Amazonas próxima do lago Juruti Velho). Assim, em 2005 e 2009, respectivamente, foram registradas as maiores seca e cheia dos últimos 100 anos.

Gráfico 20: Movimento anual das águas do rio Amazonas em Parintins-AM, 2001-2010 (médias mensais).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base em dados do CPRM (2001-2010), 2011.

Leandro Tocantins chamou atenção para a importância dos rios na vida amazônica, inclusive com o título “O rio comanda a vida”. Nas últimas décadas, a vida amazônica vem sendo cada vez menos comandada pelos rios, porém, eles continuam na primeira

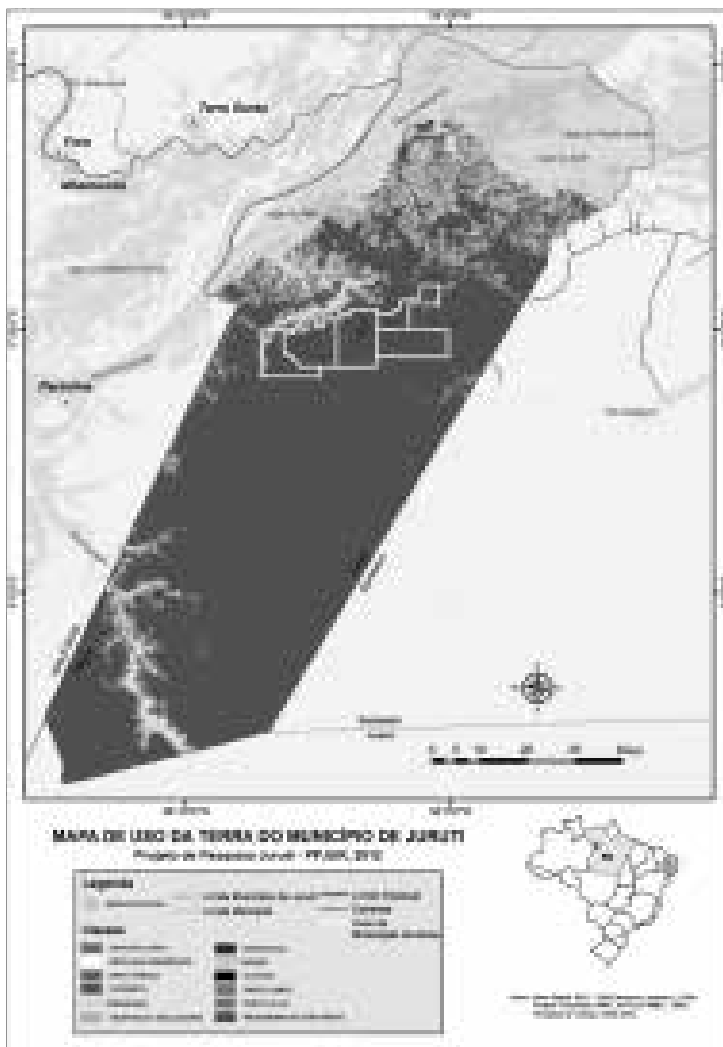
ordem quando o assunto é a dinâmica dos ambientes e do uso das várzeas. O ciclo das águas produz um relógio organizativo das atividades ao longo do ano e, através dele, se pode falar em “o tempo das águas” e “o tempo das terras” (CANTO, 2007).

No “tempo das águas”, compreendido entre os meses de novembro/dezembro a maio/junho, as atividades agrícolas são muito limitadas e o gado geralmente precisa ser protegido em currais elevados ou flutuantes denominados de marombas (quando em pequenas quantidades) ou transportado para a terra firme. No “tempo das terras”, entre junho/julho a novembro/dezembro, o gado é solto nos campos para pastar. O tempo é propício para cultivo de culturas de ciclo rápido, como melancia, jerimum, tomate, feijão, milho, entre outras.

Apesar da expressiva importância do ambiente de várzea para o município de Juruti, a maior parte do seu território é constituída pelo ambiente de terra firme. Neste ambiente, cinco lagos se destacam: Jará, responsável pelo abastecimento de água da cidade de Juruti e, hoje, com sérias ameaças de degradação principalmente por ficar muito próximo da área urbana; Curumucuri, Piranhas, Miri e Juruti Velho. Nas adjacências deste último lago, estão localizados os platôs Guaraná, Mauari e Capiranga, no polígono da mina de bauxita explorada pela ALCOA.

De acordo com o mapa de uso da terra (Figura 7), elaborado a partir da interpretação da imagem de satélite *Landsat5*, no interior do Projeto Terraclasse, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Embrapa Amazônia Oriental, pode-se perceber que, até 2008, há o predomínio, na maior parte do território municipal de Juruti, de densa floresta ombrófila e latifoliada, representadas pela cor verde escura.

Figura 7: Mapa de uso da terra do município de Juruti, 2012.



Fonte: Mapa elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando Imagem *Landsat/5* (2008); Projeto TerraClass - INPE e EMBRAPA (2011); Base Digital do IBGE (2008); CNEC (2005) e Pesquisa de campo (2006 a 2012), 2012.

Embora, durante várias gerações, os jurutienses tenham praticado atividades agrícolas familiares, a pecuária do tipo extensiva e o extrativismo de recursos florestais imprimiram mudanças muito lentas sobre a floresta, dando oportunidade, inclusive, à regeneração florestal, mantendo um aspecto muito próximo do natural. Por outro lado, a extração ilegal de madeira teve como sujeitos de comando agentes externos, aliados a membros da sociedade local, que viram na ação oportunidade de se capitalizar e promoveram marcas territoriais importantes, principalmente, quando aliaram a extração madeireira à pecuária extensiva, às proximidades do lago Juruti Velho.

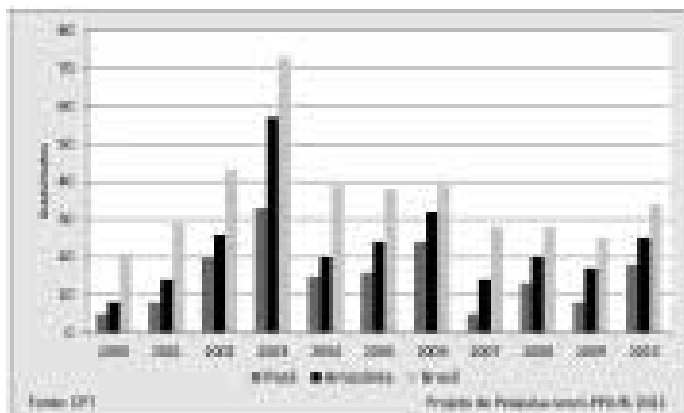
Hoje, pela interpretação de imagem de satélite e dos trabalhos de campo, é possível detectar as marcas da aliança entre a exploração madeireira e a pecuária extensiva no município de Juruti. Não obstante, os desmatamentos ou suas maiores evidências são feitos ou estimulados de modo direto ou indireto, pelo Projeto Mina de Bauxita de Juruti, cuja temporalidade lenta passou a ser atributo do passado.

5.6 A complexa estrutura fundiária do município de Juruti

As formas de apropriação e uso da terra, baseadas em condições ilegais e ilegítimas, no Pará, historicamente têm promovido um cenário desolador no campo, fundamentalmente para as famílias menos favorecidas, tanto do ponto de vista econômico quanto da informação. São estas formas de apropriação e uso da terra e de controle territorial que se destacam como responsáveis por parte significativa dos conflitos envolvendo extrativistas e agricultores terra-firmeiros, varzeiros e ribeirinhos, com rebatimentos sociais que vão de intimidações, agressões,

medo, fuga em direção às cidades e assassinatos decorrentes da luta pela terra. O gráfico 21 ilustra a gravidade do problema em diferentes níveis no território nacional, na Amazônia e no Pará.

Gráfico 21: Assassinatos decorrentes da luta pela terra no Pará, Amazônia e no Brasil.



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base nos dados da CPT (2000-2010), 2011.

Juruti não tem tradição em registrar assassinatos motivados pela posse da terra, porém, a partir de janeiro de 2011, foi feito o primeiro registro com o assassinato do trabalhador rural Jurandir Soares Nunes, da comunidade de São Francisco do Aruã. A intensificação dos problemas vinculados à estrutura fundiária influiu recentemente com o processo de expansão da fronteira capitaneada pela atividade madeireira, cujo objetivo é incorporar terra para futura expansão do cultivo de grãos, bastante difundido nos municípios vizinhos de Santarém e Belterra, e o interesse minerário, presente desde os anos 1970, mas que somente em 2006, com o projeto da ALCOA, passou de fato a ser instalado.

Para este estudo, é muito importante metodologicamente valorizar a estrutura fundiária de Juruti (Figura 8), pois, por meio dela, é possível observar as diferenças dos conflitos socioambientais no contexto territorial. Além disso, permite estabelecer uma tipologia de usos dos diferentes ambientes, nos quais vários espaços se definiram por políticas públicas, federais e/ou estaduais vinculadas à arrecadação das terras, programas de assistência, estímulos ou relativo abandono. Por outro lado, também se destaca, neste cenário, a iniciativa privada.

No primeiro caso, ressaltam-se dois Projetos de Assentamentos (PA) e seis projetos agroextrativistas (PAEs), implantados pelo INCRA, responsável pela federalização de 29,35% das terras do município, ou seja, 243.725 hectares, com capacidade para 3.578 unidades agrícolas familiares (INCRA, 2011) ou 17.890 pessoas (multiplicado pela média de 5 membros por família), compreendendo a 37,96% da população total do município.

Por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), foram criadas duas unidades do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) em Juruti. A soma dos projetos corresponde a 128.977 hectares, correspondendo a 15,53% da área total do município, com capacidade para 1.813 unidades agrícolas familiares (ITERPA, 2010) ou 9.065 pessoas (multiplicado pela média de cinco membros por família), representando 19,23% da população total do município. Portanto, a soma das terras controladas por esses projetos corresponde a 44,88% da área total do município de Juruti e 57,19% de sua população total.

No segundo caso, a iniciativa privada, representada sobretudo pela potência de investimento do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, provoca superposições territoriais e, em consequência, sério conflito

socioambiental com grupos familiares que aí vivem por várias gerações. Esse conflito tornou-se mais acirrado no PA Socó I e no PAE Juruti Velho, uma vez que a área requerida - Processo n. 2003/298668, Omnia Minérios S.A, de 45.307,934 hectares (5,45% da área do município) - faz superposição principalmente com os dois projetos.

Na década de 1990, depois de muitas reivindicações e lutas para que o poder público reconhecesse o direito à terra por parte de antigos moradores, o INCRA criou dois projetos de assentamento no município. O PA Socó I se constitui no maior projeto de assentamento de Juruti, atingindo 23.700 hectares para 250 unidades agrícolas familiares beneficiadas, distribuídas nas seguintes comunidades: São Brás, Araçá Preto, Café Torrado, São Pedro, Jararaca, Seringal, Betânia, Santa Terezinha e Lago Preto (Tabela 3).

Tabela 3: Projetos de assentamento no município de Juruti-Pará.

Nome	Portaria de Criação	Data	Área (ha)	Unidades Agrícolas Familiares
PA Socó I	INCRA SR 01 nº 91	22/12/1997	23.700	250
PA Nova Esperança	INCRA SR 01 nº 209	10/11/1998	3.574	90
TOTAL			27.274	340

Fonte: Elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012, com base nas Portarias INCRA, 1997 e 1998.

Em 2008, depois de se percorrer todas as comunidades desse PA, pelo projeto *Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental*, escolheu-se Jararaca (11 Unidades Familiares) como amostra do perfil socioeconômico e demográfico do PA Socó I. Assim, 90,9% dos chefes de unidade familiar e 96% de membros familiares foram identificados como nascidos em Juruti, 2% em Oriximiná e 2% originários do Maranhão.

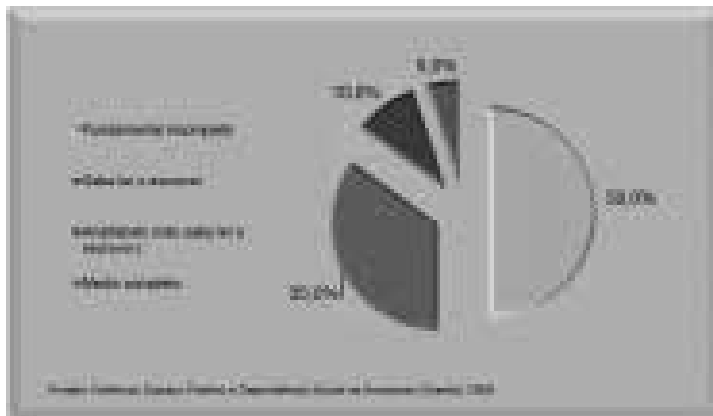
Criado também na mesma época, o PA Nova Esperança abrange uma área de 3.574 hectares e 90 unidades agrícolas familiares beneficiárias. No interior desse assentamento estão localizadas as seguintes comunidades: Bom-que-dói, Paraense, Santo Antônio, Pratinha, Nova Esperança e São Paulo. Delas, a comunidade Bom-que-dói (24 Unidades Familiares) foi escolhida para amostragem do perfil socioeconômico e demográfico do PA. Encontrou-se 95% dos chefes de unidades familiares nascidos em Juruti e apenas 5% nascidos no município vizinho de Óbidos. Quando a referência passou a ser os membros das unidades familiares, foram encontrados 99% nascidos em Juruti e 1% em Manaus. As origens dessas comunidades estão ligadas às ancestralidades locais, embora apareçam pessoas que nasceram em outros lugares.

Por meio destes dados, pode-se observar que estes projetos de assentamento atenderam fundamentalmente às demandas locais pela reforma agrária. Mostrando ainda que Juruti, no oeste do estado do Pará, não reproduziu a lógica da migração nordestina e, mais especificamente, de maranhenses para o sudeste do Pará, atraídos pelas dinâmicas locais.

Não obstante, é preciso acompanhar o movimento migratório para o município em função da nova condição imposta pela órbita dos investimentos minerários, principalmente, se ocorrerem os investimentos que têm sido anunciados, tanto pelos interesses minerários da empresa Vale quanto da possível implantação do pólo siderúrgico pretendido pela ALCOA.

Os níveis de escolaridade de Juruti são muito baixos, principalmente, na zona rural. Do mesmo modo, os projetos de assentamento Nova Esperança e Socó I reproduzem este nível. Basta verificar os levantamentos feitos nas comunidades Bom-que-dói e Jararaca (Gráficos 22 e 23).

Gráfico 22: Escolaridade dos chefes da comunidade Bom-que-dói, PA Nova Esperança, Juruti-PA, 2009.



Fonte: Projeto Violência [...] 2009.

Gráfico 23: Escolaridade dos chefes da comunidade Jararaca, PA Socó I, Juruti-PA, 2009.



Fonte: Projeto Violência [...] 2009.

Outra modalidade de assentamento do INCRA é o Projeto Agroextrativista (PAE), criado por meio da Portaria n. 268, de 30 de outubro de 1996, em substituição ao Projeto Extrativista, criado pela Portaria n. 627, de 30 de julho de 1987.

O PAE é uma modalidade destinada à exploração de área dotada de potencial extrativista, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Sua gestão deve ser compartilhada entre associação de assentados e outras organizações sociais, relação na qual os assentados terão a concessão de direito real de uso e responsabilidades sobre as mesmas.

Em Juruti, na década de 2000, foram criados seis PAEs (Tabela 4), dos quais cinco em ambiente de várzea e um (PAE Juruti Velho) em terra firme, compreendendo o total de 216.451 hectares, atendendo aproximadamente 16 mil pessoas (multiplicado pela média de cinco membros por família), conforme portarias de criação dos Projetos Agroextrativistas da SR30/INCRA.

Tabela 4: Projetos agroextrativistas no município de Juruti-Pará.

Nome	Portaria de Criação	Data	Área (ha)	Unidades Agrícolas Familiares
PAE Valha-me Deus	INCRA SR 30, nº 67	13/12/2006	5.100	200
PAE Santa Rita	INCRA SR 30, nº 66	13/12/2006	12.700	150
PAE Balaio	INCRA SR 30, nº 69	13/12/2006	21.000	210
PAE Paraná de Dona Rosa	INCRA SR 30, nº 65	13/12/2006	23.800	330
PAE Salé	INCRA SR 30, nº 68	13/12/2006	44.300	350
PAE Juruti Velho	INCRA SR 30, nº 18	10/11/2005	109.551	1.998
TOTAL			216.451	3.238

Fonte: Elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012, com base nas Portarias INCRA, 2005 e 2006.

Além das citadas modalidades de assentamento, o Governo do Estado do Pará, por meio do Decreto n. 2.295, de 27 de maio de 2010, homologou a criação do PEAEX Prudente – Monte Sinai, com uma área de 5.646 hectares, atendendo a 51 famílias e, através da Portaria n. 913/2010, de 7 de maio de 2010, criou também no interior da Gleba Curumucuri (274.118 hectares desta gleba correspondem a 33% das terras do município), o Projeto Estadual Agroextrativista Curumucuri, com 123.331 hectares, atendendo a 1.762 famílias (Tabela 5).

Tabela 5: Projetos estaduais agroextrativistas de Juruti-Pará.

Nome	Criação	Data	Área (ha)	Unidades Agrícolas Familiares
Curumucuri	Portaria nº 913/2010	07/05/2010	123.331	1.762
Prudente-Monte Sinai	Decreto nº 2.295/2010	27/05/2010	5.646	51
TOTAL			128.977	1.813

Fonte: Elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012, com base nas Portarias ITERPA, 2010.

Sobre o PEAEX Curumucuri:

No PEAEX Curumucuri não há títulos individuais de terra, mas um título que legaliza a ocupação tradicional dos moradores em “propriedades” agrárias. Consequentemente, a comercialização de terras com pessoas estranhas ao projeto é proibida, sendo que a cessão de benfeitoria entre os beneficiários poderá ocorrer, desde que com a intermediação da ACOGLEC (ITERPA - PU do PEAEX, 2010, p. 4).

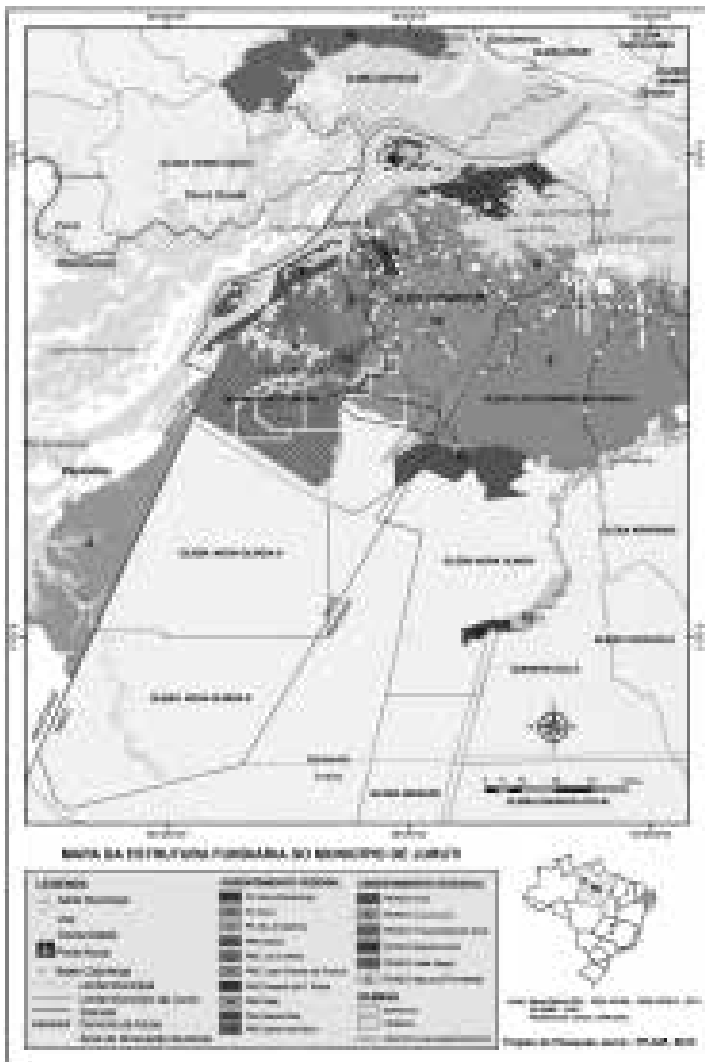
O fórum de decisão para entrada de novas famílias no PEAEX Curumucuri é a Assembléia Geral da associação e o Iterpa, ficando, para o momento, vetado os ingressos de novas famílias para compor o projeto, com exceção dos residentes que ainda não tiveram oportunidade de serem incluídos no programa

de reforma agrária, ou filhos de beneficiários, residentes no PEAEX, que atingirem a maioridade, construírem família e atenderem às demais exigências para inclusão em Relação de Beneficiários, respeitando-se, sempre, a capacidade de suporte do Projeto (ITERPA - PU do PEAEX, 2010, p. 22).

A criação deste PEAEX é objeto da organização e das lutas desencadeadas sobretudo pela Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri (ACOGLEC). A sua criação, entretanto, não ocorreu pelo desejo unânime das pessoas que ali vivem, ou que lá têm os seus negócios, seja envolvendo terra e agropecuários, entre outros. Nesse sentido, de acordo com a informação prestada pela ACOGLEC, podem ser destacadas as seguintes situações:

- a comunidade Esperança optou por regularização fundiária individual, ficando, portanto, fora do PEAEX Curumucuri;
- 100 hectares para o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti;
- 160 hectares para a construção do Matadouro e do Aterro Sanitário Municipal;
- 299 hectares da área titulada do Sr. Elias Farias;
- a área de expansão da légua patrimonial da cidade de Juruti, que até o término do campo (julho de 2011) ainda poderia passar por ajustes;
- as reivindicações junto ao ITERPA para que seja feita a regularização fundiária individual de 33 pessoas que compõem a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Novo Paraná (APRANP), numa área contínua de 12.862,95 hectares, em destaque na Figura 8.

Figura 8: Mapa da estrutura fundiária do município de Juruti, 2012.



Fonte: Mapa elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); INCRA (2009); ITERPA (2011); CNEC (2005) e Pesquisa de campo (2006- 2012), 2012.

Além disso, existem outras áreas dentro do PEAEX onde os conflitos são latentes. Dentre eles é possível destacar o que vem sendo provocado por interesse minerário não só da ALCOA, mas também da mineradora Vale. Na entrevista feita em 13 de junho de 2011 com o representante da ACOGLEC foi registrado o acirramento do conflito entre a mineradora Vale e as comunidades locais.

Segundo o representante da ACOGLEC, os funcionários da Vale, encarregados de fazer pesquisas minerárias, ignoraram a presença das comunidades, provocando indignação e insegurança em seus membros. Por esse motivo, a Vale foi chamada para uma reunião que ocorreu na Prefeitura Municipal de Juruti, com a participação de políticos locais, representantes da empresa mineradora e lideranças comunitárias, para buscar acordo entre as partes, o que só aconteceu depois que as comunidades, revoltadas com a presença de agentes da Vale no seu território, exigirem a criação de um canal de diálogo.

Verificou-se que os conflitos, nos últimos anos, têm crescido envolvendo comunidades, pecuaristas, madeireiros, grileiros e contratados, incluindo pistoleiros. Em janeiro de 2011, por exemplo, houve o assassinato de um trabalhador rural da comunidade São Francisco do Aruã, que caçava próximo à área onde morava, reivindicada por Celso Pezzini Hech (Processo ITERPA n. 2003/133490). A esse respeito, expressa o texto contido no Requerimento do Deputado Federal Cláudio Puty, em março de 2011, assim:

O MOVIMENTO JURUTI EM AÇÃO encaminhou ao meu gabinete parlamentar denúncia sobre a morte do trabalhador rural, Jurandir Soares Nunes, ocorrido no dia 14 de janeiro de 2011, no município de Juruti, no Estado do Pará, bem como suas reivindicações a partir do fato ocorrido, cujo conteúdo gostaria de dar conhecimento a esta Secretaria Especial de Direitos Humanos, bem como solicitar por parte deste órgão o

acompanhamento das investigações e as diligências realizadas para elucidação do crime e punição dos responsáveis junto ao Governo do Estado do Pará Na mais recente ação do “MOVIMENTO JURUTI EM AÇÃO”, nos dias 15 e 16/02/2011, foram para as ruas de Juruti mais de 1.500 moradores das glebas Juruti Velho, Curumucuri, Rio Mamuru e Nova Olinda III, onde, indignados, repudiaram o assassinato covarde e bárbaro do trabalhador rural da comunidade São Francisco do Aruã, JURANDIR SOARES NUNES, exigindo das autoridades agilidade nas investigações, apuração e punição dos assassinos e dos mandantes do crime. O ato culminou com missa campal na comunidade São Francisco do Aruã e caminhada/manifestação na área onde ocorreu o assassinato, prestigiadas por aproximadamente 1.000 pessoas. No dia 14/01/2011 o trabalhador rural familiar, casado, pai de três filhos, morador da comunidade São Francisco do Aruã, JURANDIR SOARES NUNES ao sair para caçar na área que integra o PEAEX CURUMUCURI, onde a pessoa conhecida por Celso Rech diz ter a posse regular, juntamente com seu companheiro, da mesma comunidade, Gilvane Máximo dos Santos, foi covardemente assassinado com disparo de espingarda, em que seu rosto ficou completamente perfurado. O corpo só foi localizado no dia 15/01/2011, pela manhã, por seu irmão, Francinaldo Soares Nunes, justamente na área que a pessoa conhecida por Celso Rech afirma ter a posse regular. O caso está sendo investigado pela Unidade Policial de Juruti/PA. (PUTY, 2011, p.2).

Ainda sobre esse aspecto, a ACOGLEC se reporta sobre ameaça de morte, supostamente feita por subordinados de grileiro, dentro do PEAEX Curumucuri, como se segue:

Liderança: [...] na época, eles ameaçaram o companheiro do ITERPA, na comunidade do Jabuti. Eles me procuraram, dando pressão em cima de mim, o pessoal do Celso. Ai o companheiro Jorge não quis chegar até a área deles, porque tinha muita pressão. Mas não apresentou título, não

apresentou nada, não existe título de lá, existe protocolo que não é título... É uma área onde as comunidades se utilizavam para o extrativismo, para tirar castanha, caçada, bacaba, cipó e hoje a companheirada não pode mais fazer sem a ordem deles. Já tomaram várias caças, eles escutam o tiro e vão lá pra tomar a caça e mandam os caras ir embora e que não volte lá e, se voltar, eles matam... (Entrevista realizada em Juruti-PA, no dia 13 de junho de 2011).

Portanto, trata-se de uma estrutura fundiária municipal muito tensa, na qual os conflitos socioambientais estão em completa ebulição e se estendem por toda a zona rural de Juruti, inclusive ao sul do território municipal, onde a exploração madeireira ilegal é intensa. Uma das formas de luta das comunidades locais é o pedido de criação do PEAEX Nova Olinda III e do PEAEX Mamuru Rio, como pode também ser observado no texto que integra o requerimento do deputado Puty:

CRIAÇÃO DO PEAEX NOVA OLINDA III – Este é um território que integra parte do chamado Imóvel Vila Amazônia, que não foi arrecadado pelo INCRA no momento da arrecadação da Gleba Juruti Velho e cuja área está sendo objeto de ação judicial proposta pelo Estado do Pará e INCRA contra os presumíveis proprietários Antônio Cabral Abreu e espólio de Luiz do Vale Miranda, tramitando na Justiça Federal de Santarém, há mais de dois anos. Sendo que essa demora vem impedindo a regularização daquele território, seja pelo INCRA ou pelo ITERPA, o que está favorecendo a atuação de grileiros e madeireiros ilegais na área. Assim, solicitamos seu empenho para que o Estado do Pará, ITERPA e INCRA, em ato conjunto, intercedam junto ao Juiz Federal de Santarém para agilizar a resolução da ação judicial e criar o PEAEX NOVA OLINDA III, conforme Laudo Agrônomo realizado pelo INCRA de Santarém e que já é do conhecimento do ITERPA. **CRIAÇÃO DO PEAEX MAMURU RIO** – Como

outros territórios de comunidades tradicionais do nosso Estado, há uma forte pressão de grileiros e madeireiros para regularizar individualmente áreas dentro dessa gleba. Assim, é necessário, também, que Vossa Excelência tome conhecimento de que há necessidade de urgente intervenção do Estado do Pará, por meio do ITERPA, e posteriormente seja DECRETADO, com a devida urgência, a criação do assentamento coletivo PEAEX MAMURU RIO, em que já existe o Decreto de Pró-Assentamento – PROA MAMURU RIO. (PUTY, 2011, p.3).

Outro aspecto bastante confuso e que torna a estrutura fundiária de Juruti ainda mais complexa resulta da discrepância dos dados (na ordem de 61.240 hectares) apresentados pelo ITERPA e pelo INCRA. De acordo com o ITERPA, as glebas estaduais, em território jurutiense, atingem 648.014 hectares (Tabela 6). O INCRA aponta que a soma das áreas dos projetos de assentamentos (2) e dos projetos agroextrativistas (6) equivale a 243.724 hectares. Dessa maneira, ao somar tais dimensões, Juruti teria 891.739 hectares. De acordo com a área indicada pelo IBGE, o município abrange 830.500 hectares. Assim sendo, os dois principais órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial rural no município, ainda não conseguiram pôr fim às distorções, impondo maiores desafios para resolver o problema fundiário local.

Tabela 6: Glebas estaduais no município de Juruti-Pará.

Glebas	Portaria de Criação	Data	Área em Juruti (ha)	Área no Estado
Nova Olinda	ITERPA, nº 798	22/12/1999	2.907	181.875
Curumucuri	ITERPA, nº 2.555	22/10/2002	274.118	274.118
Nova Olinda II	ITERPA, nº 0932	19/09/2006	191.088	470.012
Nova Olinda III	-	-	179.901	-
TOTAL			648.014	926.005

Fonte: Elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012, com base nas Portarias ITERPA, 1999, 2002 e 2006.

6 TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERADORA ALCOA E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JURUTI

A ALCOA Inc. foi criada em 1888, nos Estados Unidos. Seu fundador, Charles Martin Hall, inventou o método de redução eletrolítica do alumínio, permitindo a viabilização econômica da sua fabricação. Posteriormente, se tornou a líder mundial na produção de alumínio primário, alumínio e alumina. A empresa emprega 63 mil funcionários em 31 países. Na América Latina, conta com mais de sete mil, atendendo aos mercados aeroespacial, automotivo, de embalagens, construção, transporte comercial e industrial (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009). No Brasil, seu processo de territorialização vem ocorrendo há décadas, como é possível conferir a seguir.

6.1 A mineradora ALCOA no contexto brasileiro

No Brasil, a ALCOA opera desde 1965 e é uma das maiores subsidiárias da ALCOA Inc., produzindo em torno de 1/5 do alumínio primário fabricado no País. Conta com mais de 6.000 funcionários, trabalhando em diversos empreendimentos em cinco Estados brasileiros (Quadro 9): São Luís (MA), Alphaville, Utinga e Sorocaba (SP), Itapissuma (PE), Poços de Caldas (MG), Tubarão (SC) e, mais recentemente, em Juruti (PA) (ALCOA, 2004).

Quadro 9: Produtos e Unidades de Produção da ALCOA no Brasil.

PRODUTOS E UNIDADES EM QUE SÃO PRODUZIDOS	
Produto	Unidade
Alumina	Poços de Caldas (MG) e São Luís (MA)
Alumínio	Poços de Caldas (MG) e São Luís (MA)
Pó de Alumínio	Poços de Caldas (MG)
Químicos	Poços de Caldas (MG)
Chapas	Itapissuma (PE)
Revestimento de alumínio	Itapissuma (PE)
Telhas	Itapissuma (PE)
Folhas	Itapissuma (PE)
Perfis	Itapissuma (PE), Utinga (Santo André, SP) e Tubarão (SC)
Sistemas elétricos para veículos automotivos	Itajubá (MG)
Tampas plásticas	Alphaville, Barueri (SP) e Itapissuma (PE)

Fonte: ALCOA (2004).

A Empresa detém 50% de participação e controla as operações da AFL do Brasil, situada em Itajubá (MG), onde produz fiação elétrica para veículos automotivos. Controla, também, o consórcio Alumar – um dos maiores pólos produtores de alumínio e alumina no País, localizado em São Luís (MA) –, do qual possui 35,1% das ações da refinaria e 53,6% da área de redução. Possui 8,5% de participação na mineração de bauxita da Mineração Rio do Norte (MRN), no município de Oriximiná-Pará. (ALCOA, 2004, p. 14).

O alumínio e seus subprodutos têm papel econômico importante no Brasil, sexto maior produtor mundial de alumínio primário, segundo dados da ABAL. Em 2004, a produção de alumínio primário no País chegou a 1.457,4 mil toneladas, representando 1,3% do PIB nacional e 3,3% do

PIB industrial. O faturamento da indústria alcançou R\$ 22,9 bilhões e contribuiu com R\$ 7,9 bilhões na balança comercial, representando 2,8% do total das exportações brasileiras naquele ano. [...] A ALCOA é a segunda maior produtora de alumina e a terceira maior produtora de alumínio primário e de bauxita no Brasil. A produção de alumínio primário (301.350 t) e a de alumina (1.074.340 t) representaram, respectivamente, 20,7% e 21% do total produzido no Brasil, em 2004 (ALCOA, 2004, p. 30).

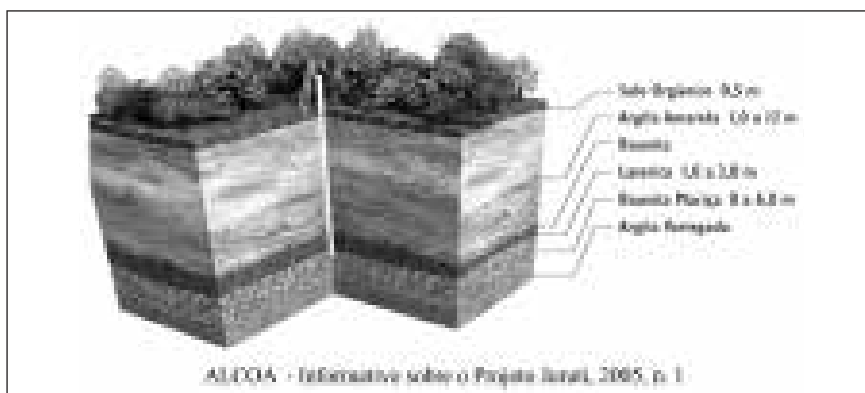
A ALCOA também investe na área de geração de energia elétrica. Além das usinas de Barra Grande e Machadinho, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possui consórcios nas usinas de Estreito, entre o Maranhão e o Tocantins, e Serra do Facão, entre Minas Gerais e Goiás.

6.2 A ALCOA no município de Juruti

Em 2000, quando adquiriu a *Reynolds Metals Company* (RMC), a ALCOA Inc. obteve o direito de explorar a mina de bauxita de Juruti. Por meio da sua subsidiária Omnia Minérios foram feitas pesquisas para confirmar o potencial mineral em uma área que, segundo a ALCOA, atinge 270 mil hectares nos municípios de Juruti e Santarém. A confirmação das maiores reservas ocorreu em uma área de 50 mil hectares, compreendendo os platôs Capiroanga, Guaraná e Mauari (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009).

A partir de setembro de 2009, a empresa passou a explorar bauxita a céu aberto, por meio de um método chamado “extração em faixas”. O processo exige, inicialmente, a supressão da cobertura vegetal e total retirada das camadas de solo depositado sobre a mina, para, em seguida, extrair a bauxita que tem sua faixa de maior concentração, em média, a 15 metros de profundidade (Figura 9).

Figura 9: Perfil do solo e a concentração de bauxita.



Fonte: ALCOA (2005).

Com base no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), elaborados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC), em 2005, a pedido da Omnia Minérios, subsidiária da ALCOA, observa-se a fragilidade do ambiente em questão:

A área de implantação deste empreendimento minerário compreende formações vegetais em diferentes níveis de conservação e complexidade. Em parte dos platôs onde ocorrerá a exploração, a vegetação já sofreu muitas modificações devido a outras atividades antrópicas como o fogo e a exploração seletiva de madeiras para comercialização florestal, apresentando características de formações secundárias com diversidade mais baixa. Entretanto, parte destes platôs ainda apresenta formações vegetais em diferentes estágios de regeneração, com diversidade de espécies e interações específicas.

O desmatamento destas áreas provocará pressão sobre os ecossistemas e, conseqüentemente, a biodiversidade local, além de desequilíbrios nas populações vegetais e

consequentemente na sua fauna associada, principalmente no que se refere à regeneração da espécie clímax, que terão dificuldades de se instalar novamente nas áreas desmatadas por um longo tempo, até que os processos de sucessão vegetal, realizados sem a intervenção humana ou com a implantação dos programas de recuperação de áreas exploradas, detalhado neste estudo, tornem o ambiente adequado ao crescimento de espécies mais exigentes quanto às condições ambientais.

Outro fator a ser considerado neste impacto é a presença nas áreas de exploração mineral de espécies protegidas pela legislação ambiental devido suas condições peculiares de conservação. Dentre as espécies presentes nas áreas dos platôs destaca-se a castanheira (*Bertholletia excelsa*) e o pau-cravo (*Dicypellium caryophyllatum*), com ocorrência confirmada na área de estudo e o pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), que apesar de não ter sido identificado nas amostragens fitossociológicas e nem nos levantamentos florísticos é uma espécie com ocorrência potencial na região, pois foi muito explorada no passado (CNEC, 2005, p.17).

A ALCOA, em material de divulgação do Projeto Juruti, disponível no seu site, não faz qualquer alusão à existência dessa fragilidade ambiental:

A extração da bauxita no município de Juruti será feita a céu aberto, por meio da chamada “extração em faixas”. Nesse método, a área da mina é dividida em lotes retangulares. Para remover a bauxita do primeiro lote, são retirados a cobertura vegetal e o solo que cobrem o minério. O solo orgânico deverá ser guardado para reposição após a lavra. Quando a extração é concluída, o mesmo solo que havia sido retirado volta para seu lugar e é iniciado o processo de reabilitação da área. Esse processo repete-se em todas as faixas, lado a lado. Assim, quando a extração na última faixa de bauxita for concluída, a primeira já estará com sua cobertura vegetal restaurada, e o

monitoramento do retorno da fauna local será o indicador de sucesso da reabilitação. Ao final do empreendimento, toda a área minerada estará reabilitada (ALCOA, 2005, p. 4-5).

Como parte do projeto de extração mineral, encontra-se instalado à margem direita do rio Amazonas, a aproximadamente 2 km da cidade de Juruti, o porto para exportação do minério, com capacidade para receber navios com capacidade de carregamento de até 75 mil toneladas. Para fazer a conexão do referido porto à mina de bauxita, foi construída uma ferrovia de 55 km (Figura 10).

Figura 10: Infraestrutura do Projeto Mina de Bauxita de Juruti da ALCOA.



10A - Base Capiroanga no Lago Juruti Velho, março de 2006; 10B- Estrada Cidade de Juruti - Mina de Bauxita, março de 2010; 10C- Ferrovia Mina-Porto, dez. de 2010; 10D - Porto no rio Amazonas, abril de 2010.

Fonte: Fotos do autor da pesquisa (2006 e 2010).

Embora a presença da ALCOA na região do Baixo Amazonas remonte à década de 1970, inclusive contratando pessoal de apoio, o conflito socioambiental envolvendo a empresa e as comunidades do município tiveram seus primeiros indícios no ano de 2000, quando a ALCOA adquiriu a *Reynolds Metals Company* e iniciou a prospecção mineral nos platôs Capiranga, Guaraná e Mauari.

Em 2005, começaram a ser elaborados, pelo CNEC, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), para a obtenção da Licença Ambiental Prévia e consequente instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, em 2009.

O conjunto de imagens na figura 11 demonstra que, dentre os problemas reclamados pela sociedade local, estão os relacionados à destruição de cursos de drenagens e suas necessárias compensações, inclusive aqueles de uso local, como é o caso do Igarapé do Fifi e do lago do Jará, ambientes historicamente utilizados como pontos de referência e lazer da população de Juruti. O Igarapé do Fifi (Figuras 11A e 11B), por exemplo, foi completamente destruído a partir do processo de territorialização do Projeto Mina de Bauxita de Juruti.

O EIA/RIMA apontou aproximadamente 50 fatores geradores de impactos considerando as três fases do empreendimento. Na fase de instalação, o relatório apontou 18 fatores geradores de impactos:

- a) divulgação da obra;
- b) recrutamento e contratação de mão de obra e serviços de terceiros;
- c) negociação com os superficiários para aquisição ou servidão da terra;

- d) mobilização de máquinas, equipamentos, pessoas e insumos;
- e) abertura e/ou melhorias de vias de acesso;
- f) implantação de canteiros;
- g) remoção da cobertura vegetal para a construção de instalações e canteiros;
- h) terraplenagem para instalações e acesso;
- i) preparação de locais de deposição de estéril e rejeitos;
- j) instalação de geradores a diesel para o fornecimento de energia elétrica;
- k) implantação de sistema de drenagem;
- l) implantação de sistema de captação e armazenamento de água;
- m) construção de estradas principais;
- n) aquisição e construção de moradias na cidade de Juruti;
- o) construção de alojamentos temporários;
- p) implantação de melhorias urbanas na cidade de Juruti;
- q) geração de resíduos sólidos (domésticos e industriais);
- r) implantação de viveiros de mudas.

Figura 11: Igarapés atingidos pela instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti.



11A- Foto da imagem do Igarapé do Fifi na década de 1990; 11B- Igarapé do Fifi em 2008; 11C- Igarapé da Ponte em 2008; 11D- Igarapé da Comunidade Jararaca em 2008.

Fonte: Fotos do autor da pesquisa (2008).

Na fase de operação, o relatório apontou 24 fatores geradores de impactos:

- a) remoção da cobertura vegetal;
- b) salvamento do horizonte orgânico do solo;
- c) decapeamento da jazida;
- d) desestruturação prévia do minério;

- e) extração do minério por escavação mecânica;
- f) carregamento e transporte do minério;
- g) deposição do estéril;
- h) recuperação inicial das áreas mineradas;
- i) estocagem do minério em pilhas;
- j) britagem primária;
- k) lavagem, peneiramento e ciclonagem;
- l) deposição de rejeitos em bacias de adensamento;
- m) bombeamento do rejeito espessado para as áreas lavradas;
- n) armazenamento do concentrado em pilhas;
- o) transporte do concentrado para área do porto por ferrovia;
- p) estocagem e carregamento de navios;
- q) geração de resíduos sólidos;
- r) recolhimento de impostos;
- s) estímulo à integração de residências na cidade de Juruti;
- t) transporte de pessoas e insumos entre a cidade de Juruti e a área da mina;
- u) transporte e armazenamento de combustíveis e lubrificantes;
- v) manutenção de máquinas e veículos;
- w) aquisição de bens e serviços;
- x) operação de alojamentos na mina e nas estruturas secundárias.

Na fase de desativação, o relatório apontou seis fatores geradores de impactos:

- a) recuperação definitiva das áreas alteradas, com trabalho de reafeiçoamento físico e revegetação;
- b) remoção das instalações, insumos e resíduos;
- c) devolução da área para novos usos;
- d) dispensa da mão de obra;
- e) desocupação de imóveis na cidade de Juruti;
- f) interrupção do recolhimento de impostos.

O estudo também apontou a engenharia com seus múltiplos suportes, a metodologia que seria capaz de fazer a exploração do minério e recuperar a área degradada, o aparato técnico que um projeto dessa ordem exige e definiu os limites do que chamou de Área de Impacto Direto e Área de Impacto Indireto. Além disso, apontou as ações de cunho social e ambiental necessárias.

O EIA/RIMA tornou-se objeto de discordâncias, ampliando ainda mais as disputas no município de Juruti, envolvendo os proponentes do estudo e os diferentes grupos sociais envolvidos. Primeiro, pelo fato da área de impacto definida pelo EIA/RIMA ter sido subestimada, correspondendo somente a uma parte do município (Ver figura 1), condição que, embora aceita pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), hoje Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), responsável pelo licenciamento, se tornou objeto de questionamento por parte da sociedade civil organizada, uma vez que o megainvestimento da ALCOA, de aproximadamente

R\$ 3 bilhões de reais, segundo informações contidas no site da mineradora, passou a promover mudanças territoriais no município de Juruti e adjacências, alterando os arranjos produtivos e modos de vida locais. Esse processo induziu o município a uma (re)organização territorial compulsória sem precedentes na sua história para atender, fundamentalmente, aos interesses da mineradora em questão.

Depois, porque a infraestrutura necessária para atender às demandas sociais sempre esteve aquém da infraestrutura produtiva do projeto, gerando descontentamento principalmente nas áreas vitais, como saúde e segurança. Assim, o projeto começou a ser instalado em 2006. Foi inaugurado e fez o primeiro embarque de bauxita em setembro de 2009. Porém, até abril de 2012, mês da última visita de campo desta fase da pesquisa, o hospital construído pela ALCOA ainda não havia entrado em funcionamento, mesmo que, desde 2006, o CNEC, por meio do “Programa de Ordenamento Urbano da Cidade de Juruti” houvesse chamado atenção para essa necessidade:

[...] o atendimento à saúde é muito deficitário. Há um Hospital Municipal com 28 leitos; o quadro funcional é composto por dois médicos, 4 técnicos de diferentes especialidades, três enfermeiros; é dotado de três ambulâncias. Anexo à estrutura do hospital encontra-se a Casa da Saúde da Mulher. Há dois postos de Saúde (localizados nos bairros Maracanã e Sapupira) que contam, cada um, com clínico geral e equipe de apoio. (CNEC, 2006, p. 24).

[...]

Como visto, o atendimento à saúde no município e mesmo na cidade de Juruti é muito deficiente. Com o incremento populacional, o atendimento ficará mais comprometido, considerando ainda que a presença de migrantes acarreta tendências de aumento na incidência de doenças infecto-contagiosas, parasitárias, avitaminoses e de doenças

sexualmente transmissíveis. Mesmo que o empreendedor implemente serviços de saúde voltados ao atendimento dos trabalhadores da obra e do empreendimento, haverá um contingente populacional, não vinculado diretamente às obras mas por estas atraído, que deverá aumentar a demanda por tais serviços. Este fato demanda intervenções no setor, como aumento da capacidade e melhoria do atendimento hospitalar (número de leitos, recursos humanos e equipamentos)(CNEC, 2006, p. 29-30).

Leônidas Velloso concluiu, na sua dissertação de mestrado, que versa sobre programas ambientais e educação ambiental no contexto da mineração ALCOA, no município de Juruti:

A implantação e operação da ALCOA no município de Juruti vêm trazendo mudanças significativas na estrutura organizacional do município, que até o momento não se mostram capazes de atender o desenvolvimento local em direção ao bem-estar da população. A empresa em seu estudo de impacto ambiental se colocou a disposição de construir novas estruturas para a saúde e para a educação, isto demonstra que a realidade atual de dificuldades com a educação e a presença de enfermidades já era prevista, no entanto, a saúde vem absorvendo um elevado número de enfermidades e o hospital que a empresa se comprometeu em construir ainda não saiu do papel (VELLOSO, 2010, p. 75).

Em terceiro, porque o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) não levaram em consideração a existência das famílias que faziam uso do território para coleta de castanha-do-pará (*Bertholetia excelsa*) e de outros “recursos florestais”. Entende-se que essa condição foi uma forma de silenciar e negar a existência do território abrigo e que dele os comunitários se beneficiavam por várias gerações.

O EIA/RIMA negligenciou essa condição de tal maneira que levou o promotor de justiça Raimundo Moraes, na reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), que autorizou a liberação da Licença Prévia do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, a se posicionar da seguinte maneira:

Os estudos de impacto ambiental e social encomendados pela ALCOA ignoraram as mais de 9 mil famílias que fazem parte das comunidades tradicionais de Juruti e dos municípios vizinhos [...] Este estudo é incompleto, precisa ser refeito. (MORAES, 2007, [p.1?]).

Com base no EIA/RIMA e em outros documentos que poderão ser vistos no quadro a seguir, além das audiências públicas ocorridas em Juruti, Santarém e Belém, a SECTAM concedeu licença⁷ permitindo o início da instalação do projeto, uma vez que o governo do Pará era um dos maiores interessados no empreendimento. A partir de então, a implantação da logística produtiva do projeto tornou-se frenética. Porém, o andamento das obras de caráter social, necessárias para acompanhar a chegada das pessoas atraídas pela obra, não tiveram o mesmo ritmo. Essa condição, portanto, resultou em sérias disputas, tanto na área urbana quanto na rural.

De acordo com o EIA/RIMA, seria implantada infraestrutura para locação de recursos humanos no município de Juruti:

Será desenvolvido um Plano Diretor para implantação da infraestrutura de locação de recursos humanos para

⁷ Este licenciamento ambiental está previsto na Lei Estadual n. 5.887/95 e na Lei Federal n. 6.938/91. O licenciamento consiste em Licença Prévia (LP) – primeira fase do licenciamento ambiental; Licença Instalação (LI) – que autoriza a construção das obras e a Licença Operação (LO) – que libera as atividades de operação (LP, LI, LO nos Anexos).

instalação do Projeto Juruti. Este Plano Diretor deverá ser conduzido junto à Prefeitura de Juruti e com apoio do Governo do Estado. A ALCOA terá participação em todas as fases do planejamento enfatizando colaborar com a reforma de escolas, criação de cursos profissionalizantes, para treinamento e preparação de mão-de-obra, melhorias das condições do hospital local, construção de um posto de saúde avançado e centro de assistência social, apoio na segurança pública e policiamento, construção de estações de tratamento de água e esgoto. A localização destas instalações será no núcleo urbano e imediações da cidade de Juruti, com a previsão de transporte diário dos colaboradores para as áreas de exploração da mina. Não está prevista a criação de vila exclusiva para os funcionários. As acomodações serão implantadas em diversos locais objetivando com isto, integrá-las ao Plano Urbano do município (CNEC, 2005, p. 19).

A partir de 2006, foram instalados alguns equipamentos urbanos de cunho social e cujo objetivo, em primeiro lugar, era assegurar o controle social, em meio ao caos em que a cidade de Juruti fora transformada, promovido pela chegada de pessoas e equipamentos para a instalação do Projeto. Dessa maneira, a cidade ganhou um alojamento militar, maior número de policiais e viaturas; recebeu também instalações novas para abrigar membros do Judiciário, importante para controlar a população, caso se fizesse necessário.

Por outro lado, a população foi contemplada com a ampliação de 16 salas de aula, equipamentos de coleta de lixo, instalação do Conselho Tutelar e reforma do hospital municipal, além de outras iniciativas importantes para mitigar os problemas e demandas sociais geradas. Essas instalações foram feitas pela

Prefeitura em parceria com a empresa mineradora, por meio da chamada “Agenda Positiva”⁸.

Ao perceber que o seu território estava se transformando rapidamente para atender aos comandos impostos pela velocidade e exigências do cronograma da mineradora, a sociedade local passou a se organizar em torno de debates e opiniões. Passou a exigir esclarecimentos da ALCOA para suas incertezas e dúvidas relativas ao futuro da população do município. Isso também promoveu reação das comunidades rurais, principalmente das que mais se sentiam prejudicadas, incluindo as comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho. Assim, a nova (des)ordem territorial estava diretamente conectada ao nível das novas disputas que passaram a se estabelecer no seio da sociedade jurutiense.

O processo de licenciamento ocorreu em meio a muitas disputas envolvendo vários sujeitos e interesses. De acordo com Moraes (2007) e Monzoni et al. (2008), pode-se reconhecer as seguintes etapas desse processo (Quadro 10):

- a) elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado à SECTAM, em janeiro de 2005;
- b) realização de Audiências Públicas (AP) em Juruti e Santarém, em março de 2005, e Belém, em abril do mesmo ano;

⁸ Instrumento de planejamento e gestão construído pela ALCOA e pelo poder público local, visando responder às demandas geradas pelo empreendimento minerário no município de Juruti.

- c) pedido de Audiência Pública para Juruti Velho, negado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), em maio de 2005;
- d) concessão da Licença Prévia, com mais de 50 “condicionantes”, junho de 2005;
- e) concessão da Licença Instalação, em agosto de 2005;
- f) ocorrência de Ação Civil Pública, em setembro de 2005;
- g) mobilizações sociais com passeatas e outras formas de manifestações dos vários segmentos sociais, em 2006 e outros anos;
- h) início das atividades de construção do empreendimento, em junho de 2006;
- i) Ministério Público fez procedimento de investigação, em janeiro de 2007, para verificar os impactos socioambientais, apurar as responsabilidades administrativa, civil e penal e revisar o licenciamento ambiental;
- j) LI foi renovada em dezembro de 2007;
- l) LO em setembro de 2009.

Quadro 10: Licença Prévia, Licença Instalação e Licença Operação

LICENÇA PRÉVIA - LP	LICENÇA INSTALAÇÃO - LI	LICENÇA OPERAÇÃO - LO
Requerimento da LP	Requerimento da LI	Requerimento da LO
Declaração de Informações Ambientais (DIA)	Declaração de Informações Ambientais (DIA)	Declaração de Informações Ambientais (DIA)
Documentos da firma empreendedora (ata de construção da firma ou estatuto social, CNPJ, inscrição estadual e municipal, cópia da identidade e CPF do responsável pelo empreendimento, procuração se for o caso)	Documentos da firma empreendedora (ata de construção da firma ou estatuto social, CNPJ, inscrição estadual e municipal, cópia da identidade e CPF do responsável pelo empreendimento, procuração se for o caso)	Documentos da firma empreendedora (ata de construção da firma ou estatuto social, CNPJ, inscrição estadual e municipal, cópia da identidade e CPF do responsável pelo empreendimento, procuração se for o caso)
EIA/RIMA	Plano de Controle Ambiental (PCA)	Portaria de lavra concedida pelo DNPM
Publicação do pedido da LP em 30 dias no DOE e no jornal de maior veiculação na localidade do empreendimento e sua devida comprovação junto à SEMA	Cópia da Licença Prévia	Cópia da Licença Instalação
	Autorização de desmatamento (dada pelo IBAMA)	Publicação do pedido da LO em 30 dias no DOE e no jornal de maior veiculação na localidade do empreendimento e sua devida comprovação junto à SEMA
	Publicação do pedido da LI em 30 dias no DOE e no jornal de maior veiculação na localidade do empreendimento e sua devida comprovação junto à SEMA	Plano de Monitoramento dos Impactos

Fonte: TERRA (2004 apud CNEC, 2005).

Os conflitos se evidenciaram em todas as fases de instalação e operação da mina de Juruti. É possível observar suas marcas em diversos momentos das manifestações dos sujeitos como, por exemplo:

No fim de janeiro as famílias haviam bloqueado os acessos à base da ALCOA em Juruti, em um protesto contra a falta de diálogo da mineradora com os comunitários, que

queriam discutir os impactos socioambientais decorrentes da implementação da empresa na área. Só depois da manifestação os ribeirinhos conseguiram ser atendidos. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2010 [p.1?]).

Na mesma direção, é possível observar a manifestação de Gerdeonor Pereira, presidente da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), em entrevista para Rogério Almeida:

Almeida - O que motivou a manifestação de ribeirinhos afetados pelas obras da mineradora ALCOA?

Gerdeonor Pereira - A primeira motivação foi aproveitar a oportunidade de chamar a atenção do mundo para os problemas sociais e ambientais que estamos sofrendo por conta da mineração da ALCOA. Era a época do Fórum Social Mundial (FSM). O mundo estava de olho em nós. A gente queria aproveitar isso e chamar a atenção da sociedade brasileira. O segundo momento foi pressionar a empresa a assinar um termo de compromisso que tentamos negociar desde 2005. A empresa não levou a sério. Ela saiu da mesa de negociação após conseguir a licença prévia (LP). (ALMEIDA, 2009, [p.1?]).

A disputa entre ALCOA e os sujeitos locais não se estabeleceu simplesmente em decorrência da extração ou não da bauxita. Ocorreu em uma região dotada de múltiplos recursos, que gradativamente foram sendo subtraídos da esfera de sobrevivência das comunidades ribeirinhas, ou seja, o seu território foi substancialmente reduzido.

A questão foi ganhando amplitude à medida que a empresa revelava os interesses do seu projeto: instalação da mina, construção da ferrovia e porto exportador. Essa infraestrutura, indispensável para o funcionamento do empreendimento, territorializou a empresa, se sobrepondo aos territórios preexistentes como, incluindo os de caça, extração de pau-rosa (*Aniba rosaedora*), da

coleta da castanha-do-pará (*Bertholetia excelsa*), da andiroba (*Carapa guianensis*), da copaíba (*Copaifera reticulata*), do leite-de-amapá (*Hancornia amapá*), do leite de sucuba (*Plumeria sucubua*), do cumaru (*Coumaro unaadorata*), do tucumã (*Astrocaryum vulgare*), do patauá (*Oenocarpus pataua*), da bacaba (*Oenocarpus distichus*), do açaí (*Euterpe oleracea*), do uxi (*Soccollottis verrucosa*), de palha e de cipós, etc., gerando sérias disputas territoriais.

O INCRA, que não tomava providências para resolver o problema fundiário na região, mesmo com as reivindicações dos ribeirinhos para a legalização de suas terras desde a década de 1980, foi acionado e, rapidamente, respondeu com a criação do PAE Juruti Velho⁹. A alternativa apresentada pelo INCRA sugere a existência de uma manobra, por parte do Estado, para facilitar a implantação da mineradora ALCOA.

Por meio da regularização fundiária, a empresa, auxiliada pelo Estado, passou a exercer maior e melhor controle territorial, enquanto que os ribeirinhos tornam-se mais “vigiados”¹⁰ pela empresa. Além

⁹ A titulação do PAE Juruti Velho, assentamento criado em 2005, foi concedida por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), assinado pelo superintendente regional do INCRA no Oeste do Pará, Luciano Brunet, e pelo presidente da ACORJUVE, Gerdeonor Pereira: “Chegamos a um ponto culminante após uma longa luta dos tradicionais que vivem e trabalham na região de Juruti Velho, reconhecendo que eles são os donos desta terra”, declarou Brunet. O título beneficia 45 comunidades na região, onde estão cerca de 2.000 famílias cadastradas como clientes da reforma agrária. (JUSBRASIL, [2010?, p.1?]).

¹⁰ Aqui é importante lembrar a grande obra Vigiar e Punir, de Michael Foucault (1977), em que o corpo do condenado é o objeto da pena, mas o objetivo da pena criminal é o povo, o qual é chamado para ver e testemunhar a vitória do poder constituído, sobre aqueles que se rebelam e ousam desafiar-lo.

disso, durante o processo de instalação, as comunidades tiveram problemas com a ALCOA, entre outros motivos, pela disputa da madeira retirada para implantação da mina e da ferrovia. Segundo informações provenientes das comunidades do lago Juruti Velho, parte da madeira apodreceu depois de ficar, por muito tempo, empilhada ao relento. Além do mais, segundo lideranças comunitárias, a ALCOA teria ocultado parte da madeira extraída, enterrando-a. O empilhamento e apodrecimento de madeira foram constatados em trabalhos de campo por esta pesquisa, em 2008 e 2010.

6.3 Audiências públicas e conflito socioambiental

O processo de licenciamento do Projeto Mina de Bauxita de Juruti exigiu a realização de várias audiências públicas, expressando o grau de disputa que o licenciamento envolveu, mesmo que a ALCOA tenha afirmado, por meio da pesquisa contratada junto ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), entre janeiro e fevereiro de 2008, que 89% da população eram favoráveis ou aceitavam o empreendimento da ALCOA no município (ALCOA, [2010? p.5?]).

Em março de 2005, ocorreu a maior das audiências públicas vinculadas ao processo de licenciamento do projeto de mineração em Juruti com a participação de seis mil pessoas (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009), de acordo com os promotores do evento. Essa audiência foi organizada pela SECTAM como necessidade de legitimação do licenciamento. Várias instituições se fizeram presentes, como: Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual

(MPE); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); além de outras instituições governamentais e não-governamentais.

Os trabalhos de campo para esta pesquisa mostraram que a grande participação das pessoas, principalmente das comunidades rurais, foi motivada pelo estado de insegurança que se instalou entre elas, marcadamente depois que funcionários e pessoas contratadas pela empresa passaram a fazer pequenas reuniões nas comunidades, principalmente nos dois meses que antecederam às audiências. Nessas reuniões, segundo dados levantados nos trabalhos de campo, representantes da ALCOA criaram uma esfera de insegurança relativa à possibilidade de perda das terras pelos comunitários. Por outro lado, criou-se uma grande euforia favorável à implantação do projeto, condição gerada pelo discurso desenvolvimentista e da “oportunidade para todos”, cultivado pela empresa e seus aliados, por meio de uma relação completamente assimétrica entre a empresa e a sociedade local. A situação pode ser notado nas falas captadas por intermédio de entrevistas:

Pesquisador: Por que vocês saíram da Terra Preta?

Liderança 1: Porque quando eles chegaram (ALCOA) já tinha sido liberado pelo governo (do Pará) pro (para fazer o) Porto. Todo mundo tinha histórico de posse, só que eles (ALCOA) alegaram que a gente tinha direito a um palmo de terra. De um palmo pra baixo era do governo, e quem não quisesse negociar, eles iam trabalhar ao redor. Aí, com o tempo, aquilo ali ia ficar sem valor e a gente não ia ter como sair dali... Aí foi o jeito, foi uma pressão. Sair da Terra Preta foi uma verdadeira pressão. O preço foi, a bem dizer, preço de banana (R\$ 1,25 m²). Na época teve um vereador que disse que o pessoal da Terra Preta estava chorando por um cacho de banana... Mas eu acho que, uns dois anos depois que a gente saiu da Terra Preta, eu tive a oportunidade de dizer pra ele que, na época, o pessoal chorou pra não vender um cacho de banana, mas

Juruti não tinha vivido aquilo que está vivendo, porque nunca se via uma criança catando lixo na rua e pedindo: - me dá um real, cinquenta centavos [...]. A comunidade da Terra Preta era a mais próxima da cidade e farta de tudo...e eles estão aí. A ALCOA nos prejudicou". (Entrevista realizada na comunidade Nova Esperança, PA Nova Esperança, Juruti-PA, no dia 8 de fevereiro de 2011).

Liderança 2: Aqui nós fomos pressionados sem ter ninguém pra nos orientar a dizer não, não aceitar a oferta que eles (ALCOA) queriam dar pra nós [...]. Quem nos representava era aquele tal de Eládio, que trabalhava para a ALCOA. Aí ele chegou a dizer pra nós que se não quisesse pegar o dinheiro que eles queriam dar pra nós, a gente ia perder o direito porque a gente não tinha documento, não tinha nada da nossa terra, a terra era do Governo e eles já estavam autorizados para tirar a bauxita. Aí foi que muitas pessoas tiveram que pegar o dinheiro né? [...]. Aqui no nosso (terreno) que tinha muitas plantas [...] 12 castanheiras que saíram, sendo nove frutíferas e outras plantas que foram tiradas [...] 200 e poucas plantas [...] Não tinha ninguém pra nos orientar [...] O seu Carlinhos [...]. Foi ele que entregou todos nós pra ALCOA mesmo. Ele primeiro orientou que quando fosse pra fazer a negociação tinha que fazer tudo em grupo, pra que nenhum recebesse menos do que o outro, mas depois acho que eles se deram bem [...]. Ele nos abandonou e não orientou mais nada, cada um ficou por si [...]. Aí todo mundo aceitou a oferta dele (Brício). Aí, quando foi lá (escritório da ALCOA) eu falei: o senhor não falou, seu Brício, que o senhor ia pagar por unidade de planta? Como o senhor resolveu embolar tudinho e fazer só num preço, eu falei para ele. A minha casa está lá, velha, caindo e ainda não tirei de lá. Ele me obrigou a alugar esta casa pra nós morar aqui e depois nós compramos e nós abandonamos lá. Me obrigou (Brício) porque eles tinham que fazer a ponte lá e tinha minha meninada [...]. Me obrigou a vir pra cá. (Entrevista realizada na comunidade Santo Hilário, PEAEX Curumucuri, Juruti-PA, no dia 8 de dezembro de 2010.

Pesquisador: Quem é o Brício?

Liderança 1: Ele era o gerente de Sustentabilidade da ALCOA e era ele que fazia a negociação, era ele o mediador das negociações. Então toda negociação era ele quem fazia. Ele tinha os [sic] porta-vozes dele, mas tudo era fechado lá dentro do escritório com ele. Então lá ele manipulava as pessoas, a gente fazia perguntas pra ele, mas ele nunca respondia a pergunta que a gente fazia pra ele, porque ele era treinado pra fazer esse trabalho e a gente nunca conseguia ouvir uma resposta correta do Brício, porque a gente fazia uma pergunta pequena pra dizer um objetivo concreto e ele fazia um arroteio de quase uma meia hora de sermão de conversa e a gente acabava esquecendo o que a gente tinha perguntado e a gente não entendia nada do que ele respondia pra gente, era aquela enrolação toda. Então era isso que fazia com que a gente fracassasse e acabava aceitando as propostas deles. A gente colocava um valor que a gente colocava que valesse o trabalho das plantas e ele fazia de tudo pra pagar menos da metade do que a gente cobrava. Então eles pagavam só o que bem eles queriam pagar pra gente, e não o que a gente cobrava, o que era de direito nosso [...]. Eles vinham com tipo de chantagem dizendo que se a pessoa não aceitasse o que eles estavam oferecendo, seria difícil deles pagarem porque o Projeto estava licenciado e eles precisavam passar com a rodovia e a ferrovia...e que, quisessem ou não, eles iam passar. Então a gente fazia algum manifesto, contrariando a vontade deles e que pra eles não perderem o emprego deles, eles vinham negociar com a gente. (Entrevista realizada na comunidade Santo Hilário, PEAEX Curumucuri, Juruti-PA, no dia 8 de dezembro de 2010).

Embora a maioria das pessoas presentes na audiência pública em Juruti tenha sido tomada por um otimismo desenvolvimentista, acreditando na possibilidade de oportunidades de emprego e renda para os jurutienses, muitas delas, mantiveram as suas desconfianças

e preocupações em relação ao futuro. Além disso, a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), apoiada pelas irmãs franciscanas de Maristella, vinculada à Igreja Católica e sediada em Juruti Velho, não concordou com os resultados apresentados pelo EIA/RIMA, que negava a existência de parte do território usado pelas comunidades que vivem no entorno do lago Juruti Velho. Nessa relação, reside uma das mais expressivas disputas envolvendo a ALCOA e comunidades rurais no município de Juruti.

Além dos vários aspectos de ordem ambiental, incluindo a recuperação dos igarapés e vegetação afetados pela implantação do projeto, a ALCOA teria a responsabilidade de prevenir os impactos, prevendo investimentos em cadeias produtivas para que o município não passasse a depender exclusivamente da economia mineral e apoiasse as comunidades locais, além de outras exigências.

No mesmo período, também foram realizadas audiências em Santarém e Belém, uma vez que Santarém é a cidade que polariza a RI Baixo Amazonas e sofrerá pela ação do empreendimento, e Belém por ser a capital do estado. Observou-se, entretanto, que as duas últimas audiências ocorreram como forma de atender à sugestão do Ministério Público Estadual, uma vez pressionado pelas demandas sociais locais e não por iniciativa da mineradora, visando promover maior transparência no processo de implantação do seu projeto.

Outro aspecto observado a partir dos trabalhos de campo mostra que as audiências públicas, ainda que muito importantes para esclarecer os sujeitos envolvidos no conflito, sobre possíveis vantagens e desvantagens da instalação e operação do projeto, serviram fundamentalmente para legitimar a instalação da mineradora ALCOA em Juruti.

6.4 O Conselho Juruti Sustentável e sujeitos em disputa

Em meio aos conflitos estabelecidos em Juruti, principalmente a partir do processo de instalação da mineradora ALCOA em 20 de agosto de 2008, o Conselho Juruti Sustentável (CONJUS) foi instituído como possível canal de diálogo entre os sujeitos em disputa. Não obstante, o seu potencial foi limitado à condição consultivo, ainda que o mesmo tenha surgido no interior dos debates e reivindicações por espaço deliberativo com a presença da sociedade civil organizada, com destaque para o “Movimento 100% Juruti”, que ganhara muita força no momento em que a ALCOA e seus aliados defendiam o “Movimento 100% ALCOA”.

Trata-se de um órgão sem poder de deliberação sobre qualquer ação positiva ou negativa que esteja sendo implementada no município, independentemente de ser pública ou privada. Assim sendo, o CONJUS, sem capacidade deliberativa, tornou-se um mero instrumento de legitimação das ações definidas pela ALCOA e pelo poder público, quando é o caso. Percebendo essa condição, alguns sujeitos importantes não aceitaram participar do Conselho e outros, insatisfeitos, resolveram se retirar por entenderem que o Conselho é um instrumento controlado pela ALCOA.

Os sujeitos envolvidos nos conflito socioambiental em Juruti podem ser identificados, no seu embate local, por meio de três principais grupos: a mineradora e suas contratadas, poder público municipal e sociedade civil organizada nas suas múltiplas formas.

Além disso, cada grupo tem suas capilaridades e conta com seus aliados, os quais se estruturam em diferentes escalas no campo político, podendo ir do local ao global. Essa condição torna as manifestações dos conflitos locais ainda mais complexas. Assim sendo, os conflitos resultantes da diversidade de interesses desses

grupos formam um emaranhado complexo de relações que, por vezes, são negociadas para minimizar seus efeitos explosivos, provocando a sensação de superação do conflito. Entretanto, o fato de se ter ordem normativa não assegura o fim dos conflitos (LOCKWOOD, 1977).

A composição do primeiro colegiado do Conselho Juruti Sustentável, instituído pela primeira assembléia geral, realizada em 20 de agosto de 2008, foi formado por 15 representantes titulares, sendo nove da sociedade civil, três das empresas e três do poder público. A coordenação geral foi composta pelo Movimento 100% Juruti, na condição de Coordenação Geral; Prefeitura Municipal, na Secretaria Geral; e ALCOA, na Tesouraria.

Na sua estrutura, o CONJUS conta com oito câmaras técnicas, para atender às demandas sociais em áreas estratégicas, como meio ambiente, saúde, educação, economia e trabalho, infraestrutura, saneamento, cultura e turismo, criança e adolescente. Não obstante, sujeitos importantes no conflito socioambiental de Juruti, como a ACORJUVE, a Igreja Católica de Juruti e as Irmãs Franciscanas de Maristella não concordaram em participar do CONJUS.

Por outro lado, instituições e movimentos que inicialmente compunham o Conselho, decidiram sair, incluindo a Pastoral da Criança e o Movimento 100% Juruti, este, inclusive, ocupava a coordenação geral. É possível observar as mudanças ocorridas entre os membros do CONJUS, comparando a primeira composição dos seus titulares e suplentes para os biênios 2008-2010 (Quadro 11) e 2010-2012 (Quadro 12).

Quadro 11: Titulares e suplentes do CONJUS definidos, na primeira Assembleia Geral realizada em 20 de agosto de 2008, para o biênio 2008/2010.

Continua

COLEGIADO	
Sociedade Civil	
Titulares	Suplentes
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti (STTR)	Colônia de Pescadores Z-42
Pastoral da Criança	Associação Beneficente do Bom Samaritano, da Assembleia de Deus
Movimento 100% Juruti	Cooperativa Mista dos Profissionais de Embarcações Marítimas do Lago Juruti Velho (CMPEMJV)
Conselho Tutelar	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Esperança (APRAPANE)
Associação Comercial e Empresarial de Juruti (ACEJ)	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Socó I (APRAS)
Comissão de Direitos Humanos (CDH)	Associação Comunitária da Gleba Curumucuri (ACOGLEC)
Sindicato dos Produtores Rurais (SPR)	Associação de Mulheres Trabalhadoras de Juruti (AMTJU)
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada e Afins do Município de Juruti (SINTCOPEMJ)	Associação Amiga das Crianças e Adolescentes (ACA)
Associação dos Deficientes de Juruti (ADJ)	Associações Folclóricas – Tribos
Poder Público	
Prefeitura Municipal	Polícia Militar
Câmara Municipal	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará)
EMATER	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Quadro 11: Titulares e suplentes do CONJUS definidos, na primeira Assembleia Geral realizada em 20 de agosto de 2008, para o biênio 2008/2010.

Conclusão

COLEGIADO					
Empresas					
ALCOA		CNEC Engenharia		SENAI	
Camargo Corrêa		GRSA		Terra Meio Ambiente	
Hotel Garcia		CONJUR		ULBRA	
COORDENAÇÃO GERAL					
Coordenação		Movimento 100% Juruti			
Secretaria Geral		Prefeitura Municipal			
Tesouraria		ALCOA			
COMITÊ DE ÉTICA					
Conselho Tutelar, EMATER e Camargo Corrêa					
COMITÊ FISCAL					
Sindicato dos Produtores Rurais, Câmara Municipal e Hotel Garcia					
COORDENAÇÃO DE CÂMARAS TÉCNICAS - ASSESSORIA TÉCNICA					
Titulares	Suplentes	Apoios	Titulares	Suplentes	Apoios
MEIO AMBIENTE			EDUCAÇÃO		
SEMMA	CNEC	ICMBio	SEMED	TMA	ALCOA
DESENVOLVIMENTO RURAL, ECONOMIA E TRABALHO			CIDADANIA, CRIANÇA E ADOLESCENTES		
SEMAGRI	ACEJ	CNEC e Pajiroba	Pastoral da Criança	Conselho Tutelar	SEMAS
SEGURANÇA			SAÚDE		
CDH	Polícia Militar	ALCOA/Iser	SEMSA	ADJ	ALCOA
CULTURA E TURISMO			INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO		
SEC DT	SEGOV	Scientia e ICM-Bio	SEMOUT	SEMPLAG	ACEJ

Fonte: CONJUS (2008).

Quadro 12: Titulares e suplentes do CONJUS definidos para o biênio 2010/2012.

Continua

COLEGIADO DIRETOR		
Organização Titular	Organização Suplente	À parte
Sindicato dos Produtores Rurais (SPR)	Associação de Moradores do Bairro do Maracanã	Sociedade Civil
Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ADDHJUR)	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti	
Colônia dos Pescadores Z-42	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	
Associação de Mulheres Trabalhadoras de Juruti (AMTJU)	Associação Beneficente e Promocional Bom Samaritano, da Assembleia de Deus	
Associação Comercial e Empresarial de Juruti (ACEJ)	Associação dos Deficientes de Juruti (ADJ)	
Associação dos Produtores Rurais de Famílias Grupos Unidos (ASPROFAGU)	Rádio Oriente	
Associação dos Moradores do Bairro do Palmeiras	Associação Folclórica Tribo Muirapinima	
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil Leve e Pesada do Município de Juruti (SINTICOLPEMJ)	Associação Folclórica Tribo Mundurukus	
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativista de Minerais não Ferrosos do Oeste do Pará (STIEMNFOPA)	Conselho de Saúde	

Quadro 12: Titulares e suplentes do CONJUS definidos para o biênio 2010/2012.

Conclusão

COLEGIADO DIRETOR		
Organização Titular	Organização Suplente	À parte
Cooperativa Agroindustrial de Juruti (COOPA-JUR)	ALCOA	Empresas
Hotel Garcia	Scientia Consultoria	
MF Pinheiro	Instituto Vitória Régia	
Prefeitura Municipal de Juruti	Câmara Municipal de Juruti	Poder Público
Conselho Tutelar		
EMATER		
COORDENAÇÃO GERAL		
Coordenação	Colônia dos Pescadores Z-42	
Suplência	Associação Comercial e Empresarial de Juruti	
Secretaria Geral	Prefeitura Municipal de Juruti	
Suplência	Conselho Titular	
Tesouraria	Cooperativa Agroindustrial de Juruti	
Suplência	ALCOA	
Comitê Fiscal	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Novo Paraná; Hotel Garcia e EMATER	
Suplência	Conselho de Saúde e Scientia Consultoria	
Comitê de Ética	Universidade Aberta do Brasil (UAB-Polo Juruti), MF Pinheiro e Câmara Municipal	
Suplência	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Instituto Vitória Régia	

Fonte: CONJUS (2010c).

Uma vez definido como consultivo, os objetivos do CONJUS seriam de observar e acompanhar as mudanças recentes que estão ocorrendo no município, incluindo as obras da chamada Agenda

Positiva, dos Planos de Controle Ambiental, Matriz de Compensação Coletiva e das demais iniciativas. Entretanto, o papel do CONJUS é questionado por diversos segmentos da sociedade organizada, inclusive negando a sua prerrogativa de representante legítimo dos interesses sociais locais. A esse respeito, em entrevista com uma liderança da Câmara dos Vereadores de Juruti, obteve-se o seguinte comentário:

Liderança: A ALCOA, nesse processo de construção, de implantação [...], uma das regras era criar um fundo pra apoiar os projetos, que é aí que eles dizem que têm o projeto sustentável em Juruti. Criou-se o CONJUS [...] e tentaram pegar membros da sociedade, inclusive tem membros da Câmara lá. Só que é um conselho que, na nossa avaliação, não tem o poder de deliberar, ele só é de construir. Então só é deliberado ali o que a ALCOA decidiu, o que ela acha que deve fazer, então pra nós não tem validade. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

A Agenda Positiva foi criada por meio de uma parceria entre ALCOA e a Prefeitura Municipal de Juruti, para atender demandas sociais crescentes devido à instalação do projeto de mineração da empresa. Nesses termos, essa agenda responderia com investimentos nas dimensões afetadas pelas mudanças territoriais e conflitos socioambientais derivados da instalação e operação da mineradora ALCOA, no município de Juruti, com destaque setorial para os seguintes pontos: saúde, educação, assistência social, segurança/justiça, cultura, infraestrutura, meio ambiente e ações emergenciais acordadas em função de demandas levantadas pela Prefeitura de Juruti, no início de 2007. Segundo a ALCOA (2009), entre os investimentos já realizados, podem ser destacados:

- a) construção de um hospital de alta complexidade;
- b) reforma e ampliação do Hospital Municipal Francisco Barros;
- c) construção da Unidade Mista da Vila Tabatinga;
- d) construção de 16 salas de aula;
- e) construção do Centro de Formação Técnica no bairro Maracanã;
- f) construção do Conselho Tutelar;
- g) construção do Complexo Judiciário de Juruti;
- h) construção de alojamento da Polícia Militar.

O Plano de Controle Ambiental (PCA), desenvolvido por meio dos programas de meios físico, biótico, socioeconômico e programas gerenciais, resultou da necessidade de acompanhar e monitorar os constantes conflitos decorrentes da implantação do projeto de mineração da ALCOA.

As insatisfações e reivindicações de variados grupos sociais que se organizaram em várias frentes exigiram, em diferentes ocasiões, a intervenção do MPE para que os danos socioambientais fossem mitigados e/ou compensados, tanto na área rural quanto na urbana. Um desses conflitos se materializou pela perda da qualidade das águas dos igarapés, incluindo São Pedro, Jararaca, Fifi, além do lançamento de efluentes sanitários no lago do Jará, um dos locais de captação de água para atendimento da sede municipal.

A ALCOA, embora sob protestos relativos às evidências de poluição e assoreamento de igarapés, conforme a seção “Perguntas e Respostas”, contidas no seu site, não reconhece o problema:

Os mananciais que abastecem o Rio Juruti, o Lago Jará e o Igarapé do Fifi foram poluídos por atividades da ALCOA? Não há poluição dos mananciais. Medidas de conservação de solo e proteção dos cursos d'água são aplicadas na Mina de Juruti. Os PCAs de monitoramento das águas e solo cuidam da proteção dos mananciais com barreiras físicas e práticas de drenagem. Além disso, o efluente final apresenta excelente qualidade e total enquadramento dos parâmetros estabelecidos pela Resolução 357/05 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). (ALCOA, [2010?, p.3?]).

Ao se observar a prática da empresa ALCOA e os conflitos estabelecidos em Juruti, constatou-se que os programas desenvolvidos no interior do PCA não são resultantes da consciência empresarial ou do seu compromisso com a chamada sustentabilidade. Trata-se de um instrumento criado para atendimento das exigências legais e implementadas a partir das reivindicações sociais, surgidas no interior do conflito socioambiental que Juruti passou a conhecer com a instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita. Entretanto, para a empresa, os 35 programas implantados pelo PCA, disponibilizando recursos da ordem de R\$ 30 milhões, é “um compromisso legal da ALCOA com o município de Juruti e o do Pará, que direcionaram diversas ações socioambientais na região” (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009, p. 59).

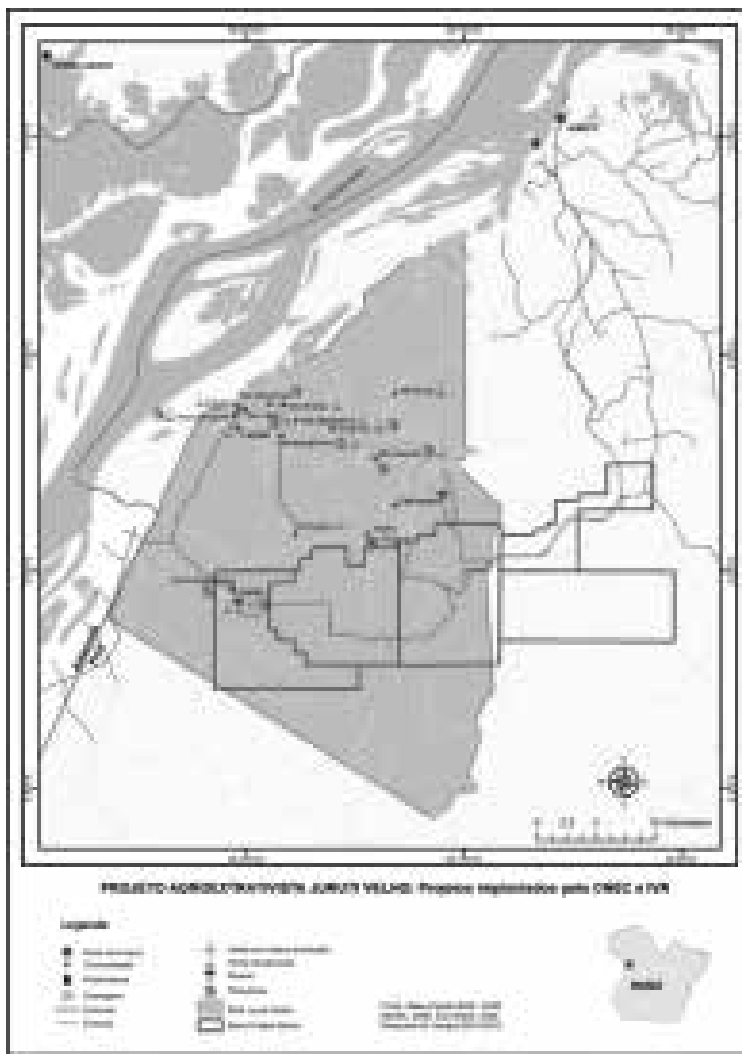
Outra iniciativa provocada pelo acirramento dos conflitos, no município de Juruti, corresponde à Matriz de Compensação Coletiva (MCC), que foi baseada na Agenda Positiva e tem por objetivo compensar as “comunidades do centro” afetadas pela construção da ferrovia e pelo asfaltamento da PA-257. Esses empreendimentos provocaram muitos conflitos envolvendo comunidades do PA Socó I, incluindo Santa Terezinha (Lago

Piranha), São Pedro, Jararaca, Café Torrado, São Raimundo do Oriente, São Braz, Araçá Preto e Seringal.

Nessa perspectiva, foi possível identificar, durante os trabalhos de campo, algumas edificações, como casas de farinha, em São Pedro e Café Torrado (a segunda foi encontrada sem uso, justificado, localmente, pela falta de mandioca), escolas nas comunidades de Jabuti e Santa Terezinha, reforma da escola de São Pedro e implantação de sistema de água em comunidades que reivindicaram de modo firme frente à deterioração das suas fontes de abastecimento natural (os igarapés).

Existem comunidades, entretanto, que continuam sem sistema de abastecimento de água ou com sistema funcionando de forma muito precária, como nas comunidades de Jararaca, Mariá, etc. Por outro lado, também se verificou *in loco* que muitas iniciativas feitas por empresas contratadas (entre as quais o Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores e do Instituto Vitória Régia) pela ALCOA desenvolveram projetos importantes de geração de renda (horta, criação de galinha caipira, caprino, mudas, peixe, etc.). Entretanto, depois de alcançado o licenciamento para operar, a maioria dos comunitários visitados pelo pesquisador alegou abandono por parte das empresas contratadas pela ALCOA e inviabilidade da continuidade dos projetos, tanto que a maioria das hortas visitadas entre dezembro de 2010 e julho de 2011 estava desativada por falta de recursos e viabilidade econômica do negócio. A situação encontrada no PAE Juruti Velho está espacializada na figura 12.

Figura 12: Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: projetos implantados pelo CNEC e IVR.



Fonte: Mapa elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008), CNEC (2005), INCRA (2011) e Pesquisa de campo (2010 a 2012), 2012.

6.5 O Fundo Juruti Sustentável e as disputas

A ALCOA, por meio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em parceria com o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), realizou um estudo intitulado “Juruti sustentável: uma proposta de modelo de desenvolvimento local” (MONZONI, 2008). A proposta é constituída por um “tripé de sustentabilidade”, no qual estão presentes o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, o CONJUS e o Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS). Eles constituem o que se passou a chamar de “Agenda de Desenvolvimento Local Sustentável”.

O Fundo é gerenciado pelo Funbio, mas sob a supervisão da empresa “doadora”, a ALCOA. O conselho do Fundo é quem faz a avaliação e a seleção dos projetos que serão apoiados. Assim, para o Edital 2009/2010, foram selecionadas as propostas contidas no quadro 13:

Quadro 13: Projetos financiados pelo FUNJUS – 1º EDITAL 2009/2010.

Continua

PROJETOS TIPO 1 – ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS SEM CNPJ – ATÉ R\$ 10 MIL			
Proponente		Projeto	Objetivos
1	APROFASP	Cheiro Verde	Melhorar estrutura das hortas dos produtores
2	Ass. Produtores de São José	Apoio aos Avicultores	Reformar e ampliar o aviário para criação de galinha caipira
3	CTPJ	Estruturação e Adequação de Casa de Farinha	Construção de casa de farinha com estrutura para produção de derivados de mandioca de qualidade melhorada
4	Ass. Produtores Araçá Preto	Apoio aos Produtores de Hortaliças Orgânicas	Fortalecer a atividade produtiva pela implantação de horta comunitária e regularização da associação

Quadro 13: Projetos financiados pelo FUNJUS – 1º EDITAL 2009/2010.

Continuação

PROJETOS TIPO 1 – ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS SEM CNPJ – ATÉ R\$ 10 MIL			
	Proponente	Projeto	Objetivos
5	APROSEIS	Criação de Tambaqui em tanques-rede	Criação de tambaqui em tanques-rede (200 kg de pescado)
6	Ass. Produtores São Braz	Criação de Abelhas Nativas	Implantação da criação de abelhas nativas da Amazônia
7	Ass. Produtores de São Pedro	Geração de renda para a produção Familiar Rural pela criação de galinha poedeira	Gerar renda com a produção familiar rural pela criação de galinha poedeira caipira
8	Ass. Comunidade de São Benedito	Amarrando Sonhos	Geração de renda pelo artesanato e o extrativismo para a sustentabilidade familiar
9	ASPROFAGU	100% Alevinos – Criação de Tambaqui em Tanques-Rede	Criação de tambaqui em tanques-rede (200 kg de pescado)
10	Ass. Produtores Nova Galiléia e Nova Esperança	100% CURUPIRA - Criação de Tambaqui em Tanques-Rede	Criação de tambaqui em tanques-rede (200 kg de pescado)
11	Ass. Produtores Santa Terezinha e Lago Preto	Consolidação e fortalecimento de Associações na Região do Planalto	Consolidação e fortalecimento da APROFASP, APROSEIS e ASPRUFARSHI
12	Ass. Produtores Grupo Unidos	Consolidação e fortalecimento de Associações na Região do Lago Juruti Velho	Consolidação e fortalecimento das associações CTPJ, A S P R O F A G U , ASPEFANGE

Quadro 13: Projetos financiados pelo FUNJUS – 1º EDITAL 2009/2010.

Conclusão

PROJETOS TIPO 1 – ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS SEM CNPJ – ATÉ R\$ 10 MIL			
Proponente	Projeto	Objetivos	
13	Ass. Produtores do Santo Hilário	Estruturação de hortas familiares das comunidades da região do Santo Hilário	Melhorar a estrutura das hortas dos produtores
PROJETOS TIPO 2 – ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E CIVIS COM CNPJ – ATÉ R\$ 50 MIL			
Proponente	Projeto	Objetivos	
14	MOPEBAM	Acordo de Pesca Lago Grande e Curuai	Desenvolver e implementar Planos Comunitários de manejo de pesca
15	Ass. Pró-Tartarugas	Puxirum dos Curumins - I Encontro do Clubinho da Tartaruga	Realizar o 1º encontro do Clubinho da Tartaruga
16	APRAPAEB	Projeto Juruti Pescados	Capacitar os sócios para execução do Projeto por meio de cursos que contribuirão para o desenvolvimento de habilidade e competências dos envolvidos, a fim de garantir o sucesso do negócio de criação de peixe e comercialização
17	APRAPAEVID	Pesca Milagrosa - Criação de Tambaqui em Tanques-Rede	Criação de tambaquis em tanques-rede
18	ACEJ	Programa 5S - Juruti	Criar a cultura da Qualidade Total

Fonte: Arquivo do CONJUS (não publicado).

No chamado “tripé de sustentabilidade”, o FUNJUS é o apoio financeiro. Esse instrumento foi criado em maio de 2009, com objetivo de aportar financeiramente as ações do CONJUS. Seu orçamento inicial foi proveniente da ALCOA e visa financiar projetos econômicos, sociais e ambientais na tentativa de minimizar os conflitos socioambientais gerados pelo seu empreendimento minerador no município de Juruti.

A ALCOA, para se firmar enquanto mineradora em Juruti e atender às exigências legais que lhe são impostas, precisa, continuamente, acionar os marcos regulatórios do setor mineral e minimizar a dimensão dos conflitos socioambientais. Por isso, mantém um setor para estabelecer contato com as comunidades e, ao mesmo tempo, contratar empresas especializadas em atividades e controle territorial das comunidades. Não obstante, essa tentativa de amortecimento dos conflitos socioambientais leva a inferir que os marcos regulatórios da questão mineral existentes não são suficientes para assegurar os direitos individuais e coletivos das populações afetadas pela implantação e pela operação de grandes projetos minerários na região. Por isso, acredita-se que a organização e as reivindicações sociais passam a ser os principais instrumentos capazes de minimizar as perdas e buscar, continuamente, as melhorias sociais, inclusive minimizando a assimetria existente entre empresa e sociedade local.

Para finalizar esta seção, é preciso ressaltar que o processo de territorialização da ALCOA, hoje em curso no município de Juruti, tem sido possível graças à colaboração de múltiplos sujeitos. Dentre eles destacam-se os setores públicos (federal, estadual e municipal), instituições contratadas pela mineradora (a exemplo do Consórcio

Nacional de Engenheiros Construtores, que foi substituído pelo Instituto Vitória Régia) e setores da sociedade local (principalmente os que engrossaram o “Movimento 100% ALCOA”, sobretudo na época da audiência pública realizada na cidade de Juruti). Esse processo conta ainda com a logística formada pela mina, ferrovia, porto, infraestrutura de habitação para os seus funcionários e pelos serviços de ordem geral necessários.

Além disso, os sujeitos operam com poderosos instrumentos de informação, tanto por meio impresso como pela internet, incluindo os elaborados pela Fundação Getúlio Vargas [“Juruti Sustentável: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local” (2006) e “Indicadores de Sustentabilidade: para onde caminha o desenvolvimento do município” (2009); Conselho Juruti Sustentável e Fundo Juruti Sustentável]. Por outro lado, as comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho não fazem parte do grupo de sujeitos que colaboram com o processo de territorialização da mineradora ALCOA e veem nele uma constante ameaça a seu território abrigo. Por isso, o conflito entre a mineradora e as comunidades de Juruti Velho encontra-se em constante retroalimentação.

E, para efeito de um melhor entendimento por parte do leitor, na seção seguinte será abordada a dinâmica territorial das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, antes da chegada do empreendimento minerador, já que isso favorecerá uma melhor compreensão do conflito socioambiental atual que se impõe.

7 DINÂMICA TERRITORIAL DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO (PAE JURUTI VELHO): A TRAJETÓRIA DA VILA MUIRAPINIMA E ADJACÊNCIAS

O PAE Juruti Velho é um assentamento coletivo criado a partir do chamado Imóvel Vila Amazônia, em novembro de 2005, pelo INCRA, portanto, no mesmo ano em que a SECTAM, hoje, SEMAS, concedeu à ALCOA a Licença Prévia e a Licença Instalação.

Não obstante, a mesma área também foi objeto de ação judicial interposta pelos supostos proprietários Antônio Cabral Abreu e espólio de Luiz Vale Miranda que tramitava na Justiça Federal de Santarém, evidenciando os interesses e a acirrada disputa pelas terras ocupadas por comunidades ao longo de gerações, condição facilmente comprovada pelo espaço de vivência comunitário, que pode ser expreso, dentre outras, pela ancianidade, edificações, habilidades, técnicas, memória, etc.

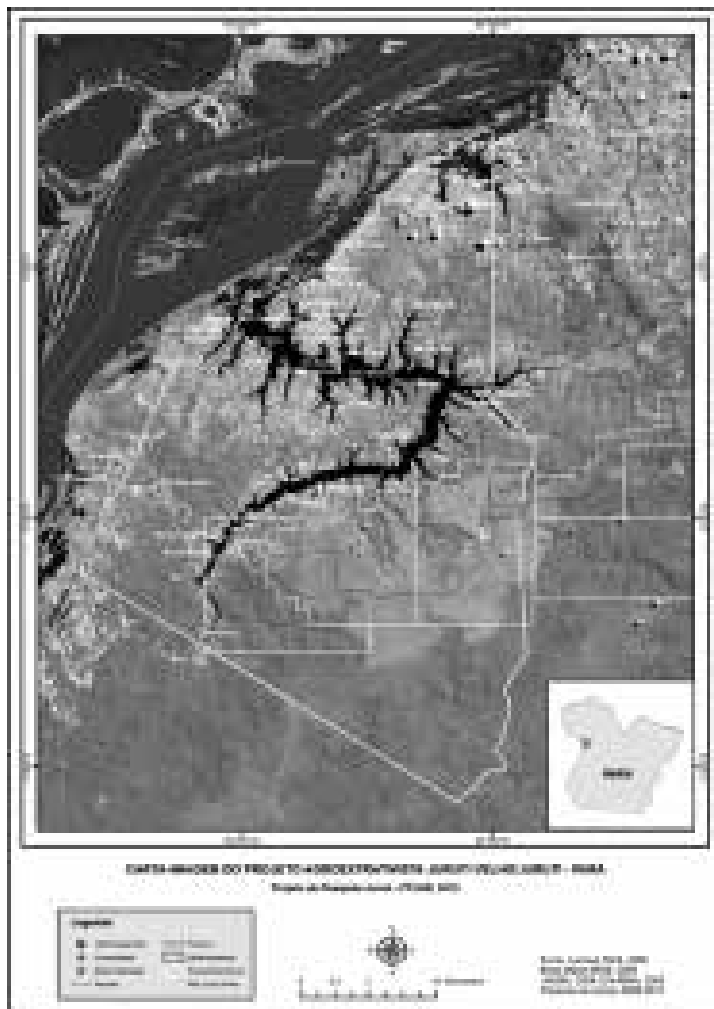
As comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho desenvolvem atividades múltiplas como formas de reprodução social. Por isso, foi decidido fazer a sua caracterização, acompanhada por suas dimensões temporais e espaciais. Do ponto de vista da temporalidade, foi preciso reiterar a existência de dois momentos:

um antes da chegada da ALCOA (o “tempo de dantes”) e outro a partir da sua chegada (NASCIMENTO, 1995; VAINER; ARAÚJO, 1992).

Do ponto de vista espacial, foi preciso estabelecer âncoras entre as ações comunitárias e os objetos por elas produzidos, alimentando permanentemente a existência do seu território. Nesse sentido, buscou-se entender o conflito socioambiental e a (re) organização territorial no PAE Juruti Velho.

Nesse capítulo, decidiu-se fazer um “zoom” sobre a área específica do estudo - o PAE Juruti Velho (Figura 13). Dois aspectos foram fundamentais: a trajetória histórica com “o tempo de dantes e a produção de novas temporalidades” e com “Vila de Muirapinima e suas adjacências como espaço de vivência”. Nessas seções, foram valorizadas as comunidades visitadas pelo projeto de pesquisa até 2012, por meio da história, características populacionais, infraestrutura e pela dinâmica territorial local que vem sendo motivada pelas disputas locais e pelo conflito socioambiental derivado da implantação e operação da mineradora ALCOA, às proximidades do lago Juruti Velho.

Figura 13: Carta-imagem do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Juruti-Pará.



Fonte: Carta-imagem elaborada por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008), Imagem de satélite Landsat 5 (2008), CNEC (2005), INCRA (2009) e Pesquisa de campo (2009 a 2012), 2012.

7.1 O “tempo de dantes” e a produção de novas temporalidades

O lago Juruti Velho passou a ser povoado por agentes colonizadores desde o princípio do século XIX. Segundo Penna (1973), em 1818 se deu o início do processo de colonização por um grupo de índios munduruku, dando origem ao que hoje se conhece como Vila Muirapinima e suas adjacências.

Em texto produzido por professores e moradores da Vila Muirapinima, baseado em relatos de viagem de D. Afonso de Moraes Torres¹¹, localizado pela pesquisa na Vila Muirapinima (Juruti Velho), atesta-se, em relação à história da paróquia em Juruti, o seguinte:

Dessa fase da história da nossa paróquia dispomos de um documento interessante de uma viagem de D. Afonso de Moraes Torres e da sua visita pastoral naquela povoação, que hoje tem nome de Juruti Velho. '23 de novembro de 1846 partimos de Santarém e chegamos pelas onze horas da noite a uma capela chamada de Maracá-Açu. 25 de novembro fomos dentro do lago Juruti, onde existe uma freguesia nova. Fomos recebidos e no dia 26 conduzidos a uma casa que se preparou durante a noite. A igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Saúde era pequena e não estava acabada. Foi filial da Matriz da vila de Faro. A povoação está colocada em uma das margens do Lago Juruti, que fica pouco distante

¹¹ 9º Bispo do Pará que, em 1846, vindo ao encontro das preocupações da população do município de Óbidos fundou um Seminário com o nome de São Luiz de Gonzaga nessa cidade. Uma vez que, até então, não foi possível se ter acesso ao referido registro de viagem, não se pôde checar as informações, porém, acredita-se que se trata de uma mesma viagem que levou o Bispo a Óbidos e a Juruti. Não foi localizado o texto-base que originou o texto citado.

do Amazonas, os habitantes quase todos são índios que se empregam a colher e fabricar guaraná. Preguei aqui em frase acomodada ao auditório composto de índios ainda mal civilizados e que pouco entendem de nossa língua, depois que subiu ao púlpito o Vigário-Geral¹² e lhes pregou na língua geral indígena, crismei trezentas e tantas pessoas, tive ocasião de conversar com vários índios Mundurucus e significar-lhes o desejo que tinha de ver aldeados todos os seus companheiros, que ainda existiam nas brenhas. Eles se mostraram dispostos a irem ao mato dar notícias da nossa viagem pelo Amazonas e das intenções a seu respeito. Dia 30 partimos, acompanhados de 46 canoas em que haviam os índios cantando os versos que costumamos ensinar ao povo em todas as freguesias e que se cantam ao fim do sermão. Seguiram-nos desde as quatro horas da tarde até alta hora da noite, quando se despediram de nós, voltando todos recompensados com rosários, verônicas e outros objetos de devoção que muito apreciam e nós seguimos a nossa viagem, com a canoa cheia de frutos, ovos, galinha etc. [...] A povoação, porém, nunca prosperou e os índios foram se extinguindo, a população diminuindo e, por fim, chegou a tal estado de decadência, que por lei provincial em 1859 foi transferida para a margem direita do Rio Amazonas, entre a ponta do Maracá-Açu e a boca do Igarapé do Balaio. (JURUTI VELHO, 2010, p.1)

Conflitos entre antigos moradores da Vila Muirapinima, no lago Juruti Velho, fizeram um grupo se deslocar rio abaixo, indo se estabelecer às margens do rio Amazonas, onde em 1859 foi criada

¹² Pde. Sanches Brito.

a Freguesia Nossa Senhora da Saúde¹³, que deu origem à sede do atual município de Juruti. Assim sendo, a origem da Vila de Muirapinima é aproximadamente quatro décadas mais antiga que a sede do município, por isso, a vila é também conhecida como Juruti Velho, o que derivou o nome do lago.

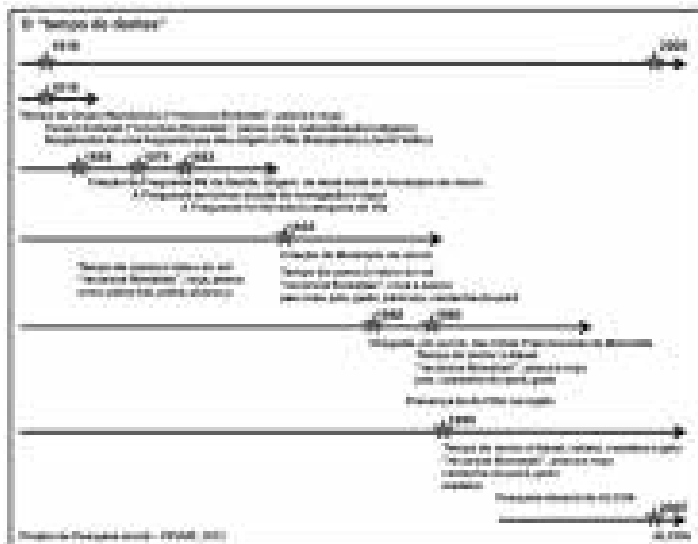
O trabalho da Igreja Católica local, com destaque para o da Irmã Bruhilde Henneberger, foi fundamental para resgatar o antigo nome da Vila. Assim, entre os quatro distritos do município de Juruti criados por meio da Lei n. 996/2010, de 15 de setembro de 2010, está oficializado o Distrito de Muirapinima, sedimentando uma longa luta por reconhecimento e definição da sua identidade.

Desde o início do século XIX, se tem conhecimento de que as estratégias de sobrevivência das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho estão baseadas em atividades múltiplas – agricultura, com destaque para cultivo de mandioca (*Manihot utilissima*), da qual se produz uma série de gêneros alimentícios, como farinha, tapioca, tucupi, etc.; pesca; caça; coleta de frutos silvestres (com destaque para a castanha-do-pará); extração de madeira; palha; cipó; criação de animais, trocas de produtos e o pequeno comércio.

É possível se observar, na figura 14, a flecha do tempo marcando a trajetória histórica do município de Juruti e, mais especificamente, do lago Juruti Velho e adjacências.

¹³ A freguesia foi transformada em município em 9 de janeiro de 1883, pela Lei n. 1.152. A extinção de Juruti ocorreu a 19 de fevereiro de 1890, pelo Decreto n. 53. Em 1913, pela Lei n. 1.295 foi reestabelecido. Em 1930 foi suprimido novamente para, em 1938, por meio do Decreto-Lei n. 2.972, de 31 de março de 1938 ser definitivamente recriado (PROVINCIA DO PARÁ, 1994).

Figura 14: Trajetória temporal das comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho, Juruti-Pará.



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), com base na pesquisa de campo (2010-2012), 2012.

Liderança: Meus avós, meus tios eram pescadores, trabalhavam num local chamado Jacaré, do outro lado do rio Amazonas, e o meio de transporte deles era a canoa a vela [...]. De 1985 pra 90 isso foi mudando pra motor a diesel [...]. O rabeta começou a chegar em grande número. E em 2007, por conta do assentamento do INCRA [...], se não estou enganado, aqui pra dentro do lago foram aproximadamente 800 rabetas [...]. Há uns seis anos abriu uma fábrica de gelo em Juruti, aí o pescador fazia essa compra, mas em quantidade pouca, só pra necessidade dele [...]. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 22 de junho de 2011).

Como se pode observar marcado na “flecha do tempo”, a partir da década de 1930 ocorreu grande exploração do pau-

rosa (*Aniba roseadora*) nas matas nativas de Juruti Velho, embora se tenha notícias de que essa atividade extrativa seja mais antiga na região. Sabe-se que o seu crescimento se deu a partir dos anos 1930 e reestimulada nos anos 1950 com a ascensão do mercado internacional de perfume.

O pau-rosa é uma árvore típica da Amazônia, de onde é possível extrair um tipo de óleo que pode ser utilizado como fixador de perfumes, por isso é muito cobiçado pelas indústrias de cosméticos a nível internacional. Porém, sua exploração inadequada desde o início do século passado promoveu a ameaça de extinção dessa espécie. Apesar disso, seus preços muito elevados estimulam a sua produção, coisa que não mais acontece em Juruti Velho, uma vez que a forma de exploração estabelecida no passado não oportunizou a sua exploração pelas gerações atuais.

O método de exploração do pau-rosa foi completamente inadequado. Extraía-se até exaurir uma área para, em seguida, se deslocar o acampamento e a usina, buscando nova instalação em área rica daquela espécie. O processo de escolha de novas áreas ocorria a cada dois ou três anos. Essa lógica promoveu a extinção da madeira¹⁴ na região de Juruti Velho e em outras áreas das

¹⁴ “Uma ideia do esgotamento pode ser estimada, considerando que, de 1937 a 2002, foram exportadas quase 13 mil toneladas de óleo essencial de pau-rosa. Sabe-se que 18 a 20 t de madeira são necessárias para produzir um tambor de óleo (180kg) e que uma árvore de porte adequado pesa, em média, 1,75t. O Diâmetro da Altura do Peito (DAP) das árvores extraídas variava de 30 a 60 cm. As estimativas de rendimento variam de 0,7% a 1,1% de óleo essencial do peso da madeira em tora de pau-rosa. Isso indica que é necessário uma tonelada de tora para produzir 10 kg de óleo essencial de pau-rosa. Estimando a distribuição média de uma árvore para cada cinco hectares e que, no mínimo, 825 mil árvores foram abatidas, pode-se concluir que mais de 4 milhões de hectares de matas foram explorados” (HOMMA, 2005, p.3).

amazônias. Para a extração do óleo, é necessário que a árvore seja abatida, completamente triturada e, posteriormente, colocada em uma caldeira para que seja extraída a essência.

Liderança: [...] eu trabalhava na usina como mecânico, fazendo tanque. Eu não trabalhava no mato, não [...]. O velho Marialva era padrinho de todo aquele pessoal [...]. A gente ia lá quando era pra fazer a mudança dos tanques grandes para o pau-rosa. Quando terminava, a gente vinha embora [...]. A mudança ocorria quando terminava o pau-rosa (próximo da usina). Aí tirava daqui e levava pra perto de onde tinha mais pau-rosa. (Entrevista realizada na cidade de Juruti-PA, no dia 3 de dezembro de 2010).

O processo de extração do pau-rosa também exigia divisão e organização, que compreendiam várias turmas de trabalho, como:

- a) a responsável por escolher as árvores no meio da floresta;
- b) a que fazia a estrada para facilitar o transporte da madeira em toras;
- c) a que fazia o transporte por meio do uso de caminhão;
- d) a que carregava, com o uso do jamanxim ou nas próprias costas, até o pátio para ser triturada;
- e) a que partia, triturava e posteriormente levava à caldeira.

Portanto, havia uma divisão do trabalho que exigia a especialização de alguns trabalhadores, como daqueles que cuidavam da caldeira, responsável pela separação da essência. Mas todos eles eram comandados pelo sistema de aviamento (feito na forma de adiantamento em mercadorias) ou do abono (feito na forma de adiantamento em dinheiro), herança do ciclo da borracha que dominava as diferentes amazônias, inclusive as relações de

produção em Juruti Velho. Com isso, restava aos trabalhadores pouca ou nenhuma possibilidade de acumulação que permitisse uma vida melhor para os seus descendentes.

Essa condição de trabalho produzia uma relação de dependência e subordinação crescente do trabalhador em relação ao patrão que lhes aviava ou abonava. Não obstante, a falta de oportunidades de trabalho - acompanhada da benevolência social da época, que entendia essas formas de exploração do trabalho, como sendo algo “natural” - fez com que muitas pessoas fossem atraídas para o trabalho de extração do pau-rosa na floresta densa, entre eles, negros das comunidades quilombolas do rio Trombetas. Assim, muitos trabalhadores, mergulhados em dívidas intermináveis, fugiam para seus lugares de origem; outros, sem perspectiva de vida melhor em outros lugares, permaneceram nas bordas do lago Juruti Velho dando origem a diversas comunidades que foram surgindo ao longo do tempo.

Os patrões aviadores ou abonadores, sem exceção, eram de fora da região de Juruti Velho e apresentavam baixa capacidade de capitalização. Dois grupos dominaram esse tipo de atividade: o primeiro era originário de Juruti e o segundo, de Parintins. Portanto, nenhum dos patrões era membro de comunidades do lago Juruti Velho. Somente um teve residência temporária na Vila Muirapinima, onde exerceu o cargo de comissário de polícia. Depois do Sr. Raimundo Marialva, muitos outros deram continuidade à exploração do pau-rosa, acentuando cada vez mais sua extinção.

Os maiores compradores da essência de pau-rosa se encontravam na cidade de Belém. O embarque era feito principalmente no porto da cidade de Óbidos ou nos portos de Juruti e Parintins, responsáveis pela exportação do produto.

Pesquisador: Quando o senhor chegou aqui, em 1968, ainda estava ativa a exploração do pau-rosa?

Liderança: Estava. O que eu mais desejava encontrar aqui era a usina de pau-rosa que funcionava onde hoje é a usina de luz.

Pesquisador: De quem era a usina?

Liderança: Diziam que era de um turco ou judeu chamado “Chadir”. Mas eu trabalhava com um cidadão por nome Marialva... Eu morava em Oriximiná. Eu tinha um comércio e me contaram como era a vida na mata [...]. Aí eu disse: eu vou pra lá... Nesse tempo eu fumava [...]. Ele perguntou o que eu precisava, aí eu disse que nada, só cigarro. Aí o velho comprou o cigarro pra mim [...], dois pacotes. Aí eu vim embora trabalhar. Aí eu conheci como era a vida na usina [...]. Tinha os exploradores que depois de derrubar na serra o pau-rosa colocavam na linha, no pico, depois a gente carregava na costa dentro do jamanxim. Aí eu trabalhei um ano e meio [...]. Aí eu vi que não era aquilo que a gente esperava [...]. Os trabalhadores que trabalhavam lá chegavam aqui e era difícil receber o dinheiro, era aquela enrolação... E esse cidadão por ter servido o Exército no Pará [...], ele também foi nomeado comissário de Polícia... Ele fazia as obras boas, mas fazia coisas más que me desgostavam [...], Aí eu comecei a enfrentá-lo. Quando o pessoal vinha me contar qualquer coisa, eu partia pra cima, aí o velho tinha um enfrentamento comigo. Quando eu marcava uma conversa, ele já sabia que reclamação vinha. Depois de um ano e meio eu resolvi vir para cá (Vila Muirapinima). Eu trabalhei no mato, eu conheci como era a vida da usina de pau-rosa. Derrubava o pau-rosa, carregava nas costas, vinha com ele pra usina, à noite, a gente ia partir, ou durante o dia. Uma equipe que partia e a outra era mateiro [...]. Depois que partia, quando a tora era muito grossa, metia uma serra e depois no triturador tudo em pedacinho. Depois de triturado, botava nuns tanques grandes e aquilo fervia lá. Por um cano descia a água e por outro, descia o óleo [...]. Ninguém sabia quanto custava um tambor

de essência de pau-rosa¹⁵. Aquilo me indignava porque o pessoal me contava muita coisa desse cidadão, que por um lado era bom porque ele era muito respeitado. Ele mantinha ordem e respeito aqui na Vila... (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011).

Enquanto a exploração do pau-rosa se processava na terra firme e tendia ao declínio devido ao processo insustentável da sua exploração na região de Juruti Velho, a juta introduzida pelos japoneses nas várzeas da Vila Amazônia ampliava cada vez mais seu raio de ação, envolvendo a cada nova safra um número maior de varzeiros, inclusive os ribeirinhos da região de Juruti Velho e de suas adjacências.

A jiticultura foi ampliando gradativamente o seu espaço de produção para as várzeas do estado do Amazonas, incluindo os

¹⁵ “Na década dos anos 40, os preços atingiram US\$ 4,00 FOB por libra-peso, provocando um verdadeiro ‘rush’ e ‘boom’ no setor. Nas décadas de 1950 e 1960, eles flutuaram entre o máximo de US\$ 3,00 e o mínimo de US\$ 1,50, tendo o setor entrado em diversas crises conjunturais durante alguns anos dessas décadas, porém, superadas em períodos relativamente curtos. A década dos anos 1970 iria, no entanto, gerar uma profunda crise estrutural com a descoberta, nos laboratórios americanos, da síntese química dos seus componentes básicos do linalol e acetato de linalina, que passaram a ser oferecidos ao mercado mundial a preços bastante reduzidos. Como o linalol e seu acetato eram sintetizados a partir de subprodutos petroquímicos, o impacto da quintuplicação dos preços do petróleo nos fins de 1973 gerou a paralisação das unidades produtoras do linalol sintético, daí decorrendo uma brusca demanda mundial do óleo natural, cujo preço especulativamente, foi elevado até atingir, em princípios de 1974, a US\$ 13,00 por libra-peso, equivalente a US\$ 5.148,00 por tambor de 180 quilos líquido (FOB Manaus), no segundo trimestre de 1974, os preços caíram verticalmente para US\$ 7,00, e, meses depois, para menos de US\$ 3,00 por libra-peso, com a reativação das unidades de produção sintética” (BENCHIMOL, 1977, p. 680-681).

municípios de Parintins, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru e no Estado do Pará, em Juruti, Óbidos, Alenquer, Oriximiná, Santarém, Monte Alegre, entre outros. Seu crescimento esteve acompanhado pelo incentivo dado pelos governos dos dois Estados.

Entre a introdução da juta, em setembro de 1931, na Vila Amazônia e o seu sucesso produtivo, ocorrido nas várzeas do rio Amazonas e alguns de seus afluentes (também de águas brancas devido à grande quantidade de sedimentos em suspensão), foi necessário um processo de adaptação que demandou observação, paciência e muitos cuidados. Nesse sentido, vale destacar:

Em 11 de março de 1934, foi realizada uma exposição dos produtos agrícolas dos imigrantes japoneses, mas a juta continuava com o tamanho reduzido. Nesse meio tempo, Ryota Oyama observou que no jutal no Paraná de Ramos, duas plantas se distinguiram das demais em termos de crescimento. A enchente levou uma dessas plantas, mas da planta sobrevivente, Oyama conseguiu obter 10 cápsulas, em junho de 1934... O professor Virgílio Ferreira Libonati, da antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), um dos pesquisadores que mais se dedicou na pesquisa da juta na Amazônia, atribuiu esse fenômeno a uma mutação. A outra hipótese é a de que as sementes recebidas pelos japoneses da Escola Superior de Colonização e do Instituto Amazônia, em sucessivas visitas à Índia, e de outras remessas tinham qualidade inferior; e não era de interesse da Índia criar um concorrente, que, naquele tempo, tinha na economia da juta uma das principais atividades econômicas (HOMMA, 2007, p. 33-34).

Documento da Divisão de Estudos da Gerência de Crédito Rural do Banco da Amazônia (BASA, 1974, p.13) também aponta o problema de aclimatação da juta na Amazônia, indicando que os primeiros resultados não foram animadores, porém, a persistência

dos imigrantes japoneses mudou o destino desse cultivo nas amazônias.

[...] em 1934, em terras de propriedade do Sr. Ryota Oyama, graças à sua persistência em continuar plantando juta, já com sementes produzidas em suas próprias terras, foram obtidos indivíduos que se assemelhavam no porte aos seus ancestrais indianos, e quando observados o comportamento quanto à progênie, foi constatado que suas qualidades eram hereditárias. A nova variedade de juta recebeu o nome de Oyama, hoje é mais conhecida como juta branca ou juta verde. Daí então as várias culturas efetuadas deram ótimos resultados e o governo passou a se interessar pelo seu cultivo em bases racionais, tanto que o IPEAN nos seus trabalhos de melhoramentos da cultura, e de processo tecnológico de preparo da fibra, passou também a produzir sementes selecionadas que eram produzidas por agricultores e, em seguida, vendidas aos jaticultores (BASA, 1974, p. 13).

Assim, a juta se transformou em uma das mais importantes fibras vegetais empregadas na confecção de embalagens, especialmente para acondicionamento de produtos agrícolas. Este vegetal pertence ao gênero *Corchorus*, da família Tiliacea, segundo Libonati (1958), e é originário do Sudão anglo-egípcio, ainda que a espécie mais cultivada seja a *Corchorus capsularis*, possivelmente de origem indiana.

Nas amazônias se cultiva a espécie *Corchorus capsularis*, que apresenta maior resistência ao calor, à seca e às enchentes dos rios. Além da qualidade superior de suas fibras, apresenta maior desenvolvimento de suas hastes, atingindo 4 metros de altura, com ciclo vegetativo de aproximadamente seis meses. Entretanto, para a produção de fibras, ela deve ser colhida, em média, com três

meses, momento da floração. De acordo com Libonati (1958), quatro variedades dessa espécie são cultivadas: Solimões, Branca (verde ou Oyama), Roxa e Lisa.

A produção de juta, após sua aclimação feita pelos japoneses nas várzeas da Vila Amazônia, no município de Parintins, espalhou-se rapidamente pelas várzeas amazônicas, graças à disposição, inteligência e necessidade dos caboclos varzeiros que a incorporaram juntamente com suas famílias, somando-a às demais atividades de subsistência que tradicionalmente desenvolviam, com profundo conhecimento da dinâmica do ambiente de várzea.

Além do domínio de aclimação da planta, o processo produtivo exigia muito conhecimento da dinâmica do ambiente de várzea, desde a escolha da área, preparo da terra de cultivo, tempo de cultivo e nível das águas dos rios, fatores muito importantes para se obter sucesso na sua produção.

A jiticultura movimentou consideravelmente os negócios na região por mais de duas décadas, quando foram instaladas quatro prensas na cidade de Óbidos, de onde eram embarcadas para a exportação em navios de grande calado. Não obstante, a retomada das importações da fibra asiática, após a superação do conflito Índia/Paquistão, ao lado da utilização crescente da fibra sintética, cada vez mais colocava em condição secundária a produção da juta nas amazônias.

Dentro desta lógica, a Companhia Paulista de Aniagem (CPA), instalada em Óbidos, perdeu interesse e sentido de se manter no processo produtivo, vendendo suas instalações, em 1964, para um grupo de empresários locais.

A difusão da jiticultura na Amazônia varzeira, absorvendo a força de trabalho do caboclo varzeiro contribuiu, de certo modo, para

a necessária derrocada do velho preconceito da “preguiça cabocla”, cunhado pelos detentores de poder econômico e exploradores dessa mão de obra desde o período colonial. É evidente a importância do varzeiro na difusão e sucesso da juticultura, como pode ser observado no trecho da entrevista a seguir.

Essa juta que o finado Fausto Pessoa trouxe foi dessa Vila Amazonas (Vila Amazônia), de lá do japonês, ele ajeitou. Ele disse (Fausto Pessoa): vou dar uma volta na Vila Amazonas, vou ver se eu consigo semente de juta, porque por aí era difícil. Então ele foi pra lá. Chegou lá, ele queria comprar. Eles (os japoneses) não vendiam. Aí os japoneses foram mostrar os plantios deles, aquele viveiro tratando. O Fausto foi por lá e viu aquelas sementes já secas, e de vez em quando...porque o japonês é vivo!...Aí ele pegava e metia no bolso, até que conseguiu encher uma caixa de fósforo. Quando ele chegou, eu fui lá perguntar se ele tinha conseguido alguma coisa. Ele me respondeu que os japoneses não vendiam, era só pro plantio deles lá. Aí nós dividimos a caixa de fósforo. Eu fiz um roçado e plantei, ela começou a galhar... Foi o tempo que o Chocron. Eu tinha um negócio com ele. Aí ele me ofereceu a semente que tava vindo de São Paulo pra ele. [...] Aí eu levei meio quilo, de lá apareceu muito. (Entrevista realizada pelo pesquisador, com o Sr. João Nogueira, em Santarém-PA, no mês de fevereiro de 1998).

A produção e a comercialização de juta na região de Juruti Velho foram desenvolvidas principalmente dentro das velhas relações de patronagem: o patrão-aviador que, geralmente, era um comerciante do entorno, com destaque para a cidade de Juruti, aviava os seus fregueses durante todo o processo produtivo e controlava a circulação da produção.

O Sistema de Aviamento se realimentava por meio das constantes dívidas ao longo dos anos e da aparente prestação de

favores do comerciante ao seu freguês. Dentro dessa lógica, no entendimento do juticultor, o patrão não era um explorador do seu trabalho e de seus companheiros, mas um amigo a quem se devia favores e lealdade e que, portanto, merecia a confiança, inclusive para ser padrinho de um de seus filhos. Dessa maneira, muitas vezes o patrão virava compadre, e com a possibilidade de se apropriar do trabalho do afilhado e de seus frutos. Atualmente, o sistema de aviamento já está em desuso no PAE Juruti Velho.

O declínio da juticultura na região de Juruti Velho acompanhou o colapso da juta em nível regional. Assim, as unidades familiares foram gradativamente abandonando a atividade e muitas delas retomaram as suas atividades tradicionais, dando continuidade às múltiplas atividades que sempre fizeram parte do seu modo de vida.

Desde as suas origens, o processo produtivo ribeirinho vem sendo tecido em diferentes níveis, estimulado, entre outros fatores, pela qualidade técnica empregada em cada momento histórico. Vale ressaltar, comparativamente, o tempo hegemônico do sal e do gelo (ambos como instrumentos de conservação do pescado); o tempo hegemônico da canoa à vela/remo e o tempo hegemônico do motor a diesel. Essas circunstâncias mediarão o grau das relações ribeirinhas, embora ainda hoje seja possível encontrar nas comunidades do lago Juruti Velho a coexistência dessas técnicas, contribuindo para a produção da singularidade territorial local.

Auxiliadas pelas técnicas (que vêm das mais remotas, utilizadas pela antiga tradição indígena, até as mais modernas como é o caso da rabeta a gasolina, antena parabólica, etc.), as comunidades ampliaram gradativamente o seu horizonte de relações com os outros lugares. Entretanto, ao longo da sua história,

essas mudanças têm acontecido sem a desestruturação do seu modo de vida, garantindo a reprodução socioespacial comunitária. Aqui reside a razão de algumas delas serem centenárias.

A introdução de novas técnicas, principalmente ao longo das três últimas décadas, tem contribuído para requalificar as relações intracomunitárias, intercomunitárias e comunidade-sede municipal. Nesse sentido, pode-se destacar a chegada de alguns equipamentos, incluindo rádio, geladeira, fogão a gás, motor a diesel, redes de nylon, aparelho de som, televisão, parabólica, telefone fixo e, mais recentemente, celular e internet.

Nos anos 1980, os territórios ribeirinhos foram marcados pela construção de novos arranjos territoriais baseados nessas novas técnicas que se difundiram em diferentes recantos da Amazônia. Esse conjunto de técnicas, ainda que não tenha introduzido um “tempo rápido”, certamente introduziu um “tempo menos lento”. Hoje, os territórios ribeirinhos de Juruti Velho estão diante de uma aceleração técnica sem precedentes na sua história, ou seja, uma aceleração imposta pelo processo de instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti da ALCOA.

A técnica que, por um lado, pode significar a libertação de um “tempo lento”, favorecendo o fazer mais rápido e a possibilidade de grandes realizações, também pode significar uma mera utopia. Nem todos os indivíduos dispõem de mecanismos para acessá-la, uma vez que a técnica se espalha desigualmente nos lugares, produzindo arranjos de acessos restritos. Por outro lado, os resultados que decorrem do uso intensivo das chamadas “novas técnicas” não conseguem agradar a todos, principalmente os que, por alguma razão, ficam alijados do seu uso, como os mais idosos, arraigados

à tradição¹⁶ ou mesmo sem maiores pretensões ou interesses em mudanças do ponto de vista do território enquanto seu abrigo.

As comunidades do lago Juruti Velho, por meio do circuito espacial da produção (SANTOS, 1988), habitualmente se articulam internamente e com uma série de comunidades localizadas nas várzeas do rio Amazonas, dos ramais e estradas, da sede do município e por intermédio desta com outras cidades, tais como Parintins e Manaus no Amazonas. Essa lógica tende a se alterar, uma vez que o território do município, como um todo, ingressou em um processo de (re)ordenamento territorial compulsório, provocado pela instalação e funcionamento da mineradora ALCOA.

É preciso ressaltar que as comunidades do lago, por meio do seu trabalho e auxiliadas por instrumentais técnicos que, historicamente, foram sendo absorvidos, construíram seu modo de vida e (re) organizam seu território, dando respostas às suas demandas e, por isso, não sucumbiram frente às adversidades. Porém, o processo de instalação e funcionamento do projeto minerador traz mudanças estruturais do modo de vida ribeirinho em diferentes níveis.

É importante destacar que, no passado, a existência dos comunitários vinculava-se, sobretudo, à ação do trabalho sobre

¹⁶ Aquilo que Giddens denominou de guardiões da tradição: “Todas as tradições, eu diria, são tradições inventadas. Nenhuma sociedade tradicional era inteiramente tradicional, e tradições e costumes foram inventados por uma diversidade de razões. Não deveríamos supor que a construção consciente da tradição é encontrada apenas no período moderno. Além disso, as tradições sempre incorporam poder, quer tenham sido construídas de maneira deliberada ou não. Reis, imperadores, sacerdotes e outros vêm há muito inventando tradições que lhes convenham e que legitimam seu mando. [...]. A ideia de que a tradição é impermeável a mudanças é um mito. As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina” (GIDDENS, 1999, p. 50-53).

a natureza, quando a coleta de “recursos florestais” tinha mais destaque. Na atualidade, embora regido pelo “tempo lento” (SANTOS, 1996), eles gradativamente vêm sendo compelidos a reduzir a ação do trabalho sobre a natureza e a aumentar a ação do trabalho sobre o trabalho preexistente, uma vez que o seu território de coleta está sendo retraído em função da territorialização da mineradora e do novo ordenamento territorial definido pelo PAE Juruti Velho.

Esses dois fatores são da maior importância para entendimento do conflito socioambiental e das mudanças territoriais que passaram a se estabelecer no espaço de vivência das comunidades do lago Juruti Velho e adjacências.

O território comunitário do PAE Juruti Velho está diante de uma aceleração técnica sem precedentes na sua história. Esse fato é instigante academicamente, uma vez que os conflitos se evidenciam e têm gerado muita preocupação no interior do espaço de vivência das comunidades locais.

7.2 Vila Muirapinima e adjacências como espaço de vivência

A Vila Muirapinima, além de ser a mais antiga, é a mais importante povoação localizada às margens do lago Juruti Velho. Ela apresenta a maior dinâmica socioespacial e possui alguns serviços essenciais na organização territorial do PAE Juruti Velho, com destaque para igrejas (católica e evangélicas), escolas (ensino fundamental e médio), estabelecimentos comerciais, mercado, unidade mista de saúde, posto policial, sede da principal associação comunitária da região do Juruti Velho (a ACORJUVE), praça, campo de futebol, cemitério, telefones fixos, rede elétrica, linha diária de barcos para Juruti e Parintins, além de outros serviços. Na Figura 15 é possível observar alguns aspectos do espaço geográfico da Vila.

Figura 15: Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho, Juruti-PA.



15A- Visão frontal, março de 2006; 15B- Igreja Católica e Centro Tabor, abril de 2010; 15C- Primeira rua, abril de 2010; 15D- Sede da ACORJUVE em construção, abril de 2012.

Fonte: Fotos do autor deste estudo (2012).

Na Vila Muirapinima estão localizados os centros administrativos das duas maiores forças políticas do PAE Juruti Velho: Igreja Católica e ACORJUVE. A primeira é coordenada pelas irmãs franciscanas de Maristella, com destaque para o longo trabalho de base da irmã Bruhilde Henneberger, que chegou a Juruti no final

da década de 1960 juntamente com as irmãs Gertrud Karlitischek, Germana Custódio de Loucena e Julieta Alcântara. Esta última, um ano depois, foi substituída pela irmã Ávila, homenageada pela Unidade Mista de Saúde Irmã Ávila, em Muirapinima, pelos seus relevantes serviços na área da saúde local.

No ano de chegada e sob a orientação do padre Paulo Suess, a irmã Bruhilde ficou responsável pelo gerenciamento do Educandário Nossa Senhora da Saúde, que foi dirigido pela professora Luciena Salgado Canto, entre 1967 e 1977: “Quando chegou à escola foi logo dizendo que não tinha vindo para ser diretora de escola, estava ali apenas para ajudar”, recorda a professora em entrevista realizada em março de 2012, na cidade de Belém. O perfil de gestão participativa tem colocado a irmã Bruhilde como uma das mais expressivas lideranças na história do município de Juruti, que já se estende por mais de quatro décadas.

Outra grande força política do PAE Juruti Velho é a ACORJUVE - associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída pela união e solidariedade dos moradores das comunidades da região de Juruti Velho -, tem sede na Vila de Muirapinima e foi fundada no dia 21 de março de 2004 (ACORJUVE, 2004).

A ACORJUVE é concessionária e administradora das terras ocupadas pelas comunidades que integram o PAE Juruti Velho¹⁷, beneficiando 1.998 unidades familiares. Atualmente, a associação é constituída por 47 comunidades, com 2.508 associados. É comandada por seu diretor-administrativo Gerdeonor Pereira dos Santos.

¹⁷ Portaria INCRA/SR-30E/n. 18/05, de 10/11/2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 220, folha 70, seção 1, de 17/11/2005, retificada no DOU n. 251, seção 1, de 30/12/2005, constante do Processo INCRA/SR-30/STM 54501.000656/2005-23.

A Igreja Católica e a ACORJUVE são as instituições que constroem os maiores amálgamas organizacionais em defesa daquilo que elas entendem como direito legítimo das comunidades no lago Juruti Velho e suas adjacências. Entretanto, vale também destacar a importância das igrejas evangélicas como lideranças em algumas comunidades, tais como Nova Galileia, Monte Carmelo (antiga Germano) e Novo Horizonte.

Também existem muitas outras associações comunitárias que passaram a fortalecer a ACORJUVE como instrumento de luta coletiva frente à falta de informação, de segurança e ao conflito socioambiental gerado pelo processo de instalação e operação da mineradora ALCOA nos territórios que, segundo as comunidades do PAE Juruti Velho, seus ancestrais construíram e legaram às gerações atuais.

À medida que a ACORJUVE se fortalecia organizacionalmente e se legitimava como representante das comunidades da região de Juruti Velho no embate político e na defesa de seus territórios, criava embaraços e dificuldades para a produção do território recurso da mineradora ALCOA. Novas associações começaram a surgir, estimuladas por empresas prestadoras de serviços e consultoria contratadas pela ALCOA, com destaque para o Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores e, em sua substituição, o Instituto Vitória Régia, como pode ser observado no texto a seguir:

COOFAJ – Cooperativa da Agricultura Familiar de Juruti-Pa. No dia 13 de maio de 2011, na sede do Instituto Vitória Régia em Juruti-PA, realizou-se a Assembleia de constituição da COOFAJ – Cooperativa da Agricultura Familiar de Juruti-Pa, originada da união das seis associações que compõem o PCA da mina de Juruti – Programa de apoio a produção familiar.

Trinta e sete sócios fundadores participaram do evento, onde foram escolhidos quatro diretores e seis membros do Conselho fiscal. A Diretoria está composta por: Sandra Vieira (Diretora presidente), Ivan Pimentel (Diretor Técnico), Jules Mascarenhas (Diretor Administrativo) e Geder Bruce (Diretor Comercial). A reunião teve como relatora a comunitária Sra. Raimunda Simões e assessoria da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, através do consultor Almerindo Pinto, além do Instituto Vitória Régia que tinha no seu planejamento para 2011, o apoio a constituição da COOFAJ. (INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA, 2011, [p.1?]).

As associações comunitárias originárias da simbiose entre empresas prestadoras de serviços e de consultoria contratadas pela ALCOA e a comunidade, de acordo com as observações feitas na pesquisa, potencializaram os conflitos entre os próprios comunitários no interior do PAE Juruti Velho. Essas associações contribuíram muito mais para dificultar a organização social dentro do PAE Juruti Velho do que efetivamente para criar melhores condições de vida e/ou formas de compensação pelos prejuízos sofridos pelas comunidades.

Outro aspecto relevante se materializa nas perdas e danos no processo de subtração do território abrigo das comunidades à medida que a mineradora construía seu território recurso. A empresa não só subtraiu, mas também impôs uma normatização sobre um antigo território abrigo comunitário produzido ao longo de gerações, como pode ser atestado pelo quadro da ancianidade de Juruti Velho (Quadro 14).

Quadro 14: Ancianidade de moradores do PAE Juruti Velho.

Comunitário	Onde mora	Idade	Local de nascimento	Ancestral na região	Participação histórica da família
Maria Pinheiro	Comunidade Maravilha	78 anos	Comunidade Maravilha	Avô Maciel Benedito	Uma das primeiras a ocupar a comunidade
Pedro Vinente	Vila Vinente	87 anos	Igarapé do Balaio	Avô Plácido Manoel	Deu nome à comunidade
Reinaldo Pereira de Souza	Vila Muirapinima	56 anos	Vila Muirapinima	Pai Fernandes Manoel	Fundador e ocupante das comunidades de Capiranga, Maravilha e Mocambo
Adriano Guerreiro Silva	Comunidade Surval	76 anos	Comunidade Pompom	Avô Guerreiro Clementino	Primeiro a ocupar a comunidade Pompom
Firmino Guerreiro	Comunidade Pompom	64 anos	Pompom	Clementino Guerreiro	Primeiro a ocupar a comunidade de Pompom e Surval
Maria Valdira Santarém	Juruti Miri	77 anos	Juruti Miri	Avô Guerreiro Pai	Uma das primeiras a ocupar a comunidade
Dário Batista	Prudente	72 anos	Prudente	Pai	Um dos primeiros a ocupar a comunidade
Antonio Ferreira Xavier	Pau D'Arco	63 anos	Lago da Valéria	Pai	Primeiro a chegar na comunidade
Domingos Pereira de Matos	Nova União	70 anos	Comunidade Centro de Espanha	Avós	Um dos fundadores da comunidade
Maria Sena dos Santos	Alemanha	73 anos	Alemanha	Pai Fausto Piranha	Uma das primeiras a ocupar a comunidade

Fonte: Arquivo digital ACORJUVE (2009).

Segundo os dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), do município de Juruti, em 2005, ano em que a empresa CNEC realizou o EIA/RIMA visando a Licença Prévia para instalação da mineradora ALCOA, a população da Vila Muirapinima atingia 847 pessoas distribuídas em 184 famílias. Dois anos mais tarde, chegou a 220 famílias com cerca de 1.250 pessoas. Portanto, seu crescimento foi de aproximadamente 50% em dois anos.

De acordo com dados levantados pela Unidade Mista de Saúde “Irmã Ávila”, localizada na própria Vila Muirapinima, em 2010 registrou-se uma população de 1.449 pessoas. Assim, em cinco anos, entre 2005 e 2010, a população de Muirapinima cresceu cerca de 70%. Três importantes fatores contribuem para explicar tão expressivo crescimento. O primeiro está vinculado ao processo de instalação da ALCOA, criando expectativa de trabalho e melhoria de vida, inclusive entre pessoas que estavam morando e trabalhando fora da Vila há alguns anos.

A pesquisa observou que, nos primeiros momentos de instalação, ocorreu absorção de mão de obra por meio de empresas terceirizadas, que contrataram muitos ribeirinhos para trabalhos que exigiam baixa qualificação, a exemplo de mateiros, barqueiros, cozinheiras, etc.

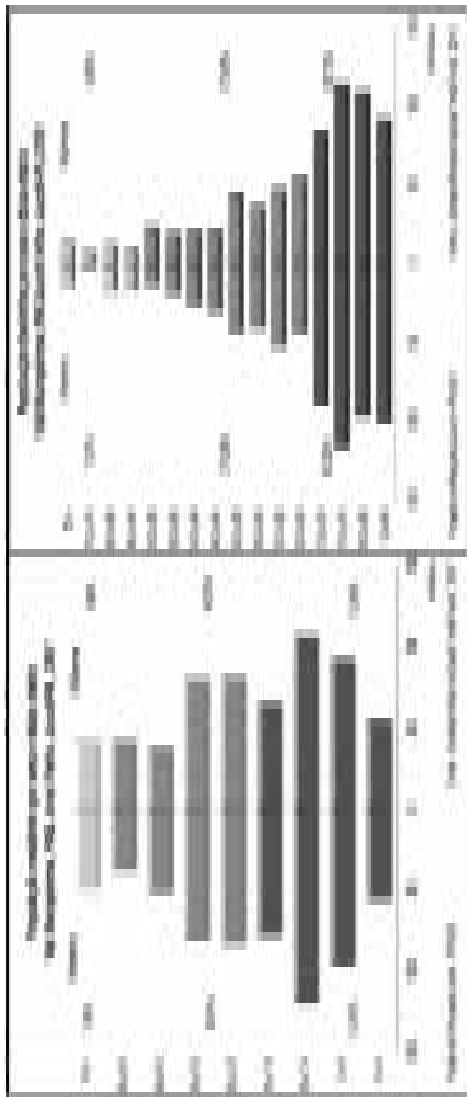
O segundo está relacionado à criação do PAE Juruti Velho, provocou uma série de medidas por parte do Governo Federal, por meio do INCRA, como a liberação de recursos para a construção de casas populares e infraestrutura.

O terceiro fator está vinculado à grande enchente de 2009, responsável pelo deslocamento de muitas famílias da área de várzea para a terra firme, foi nesse período que surgiu o mais novo bairro da Vila Muirapinima, o da Castanheira.

Liderança: [...] quando eu tive a oportunidade de ser subprefeito da Vila de Muirapinima, reuni as lideranças e decidimos abrir essas áreas do bairro da Castanheira, deixando área pro campo de futebol, escola (hoje onde foi construída a Casa Familiar Rural), Associação (ACORJUVE) [...]. O crescimento está ligado ao Projeto de Assentamento. E tivemos também o impacto muito grande com o projeto de mineração. Isso contribuiu muito para o crescimento que, em um certo momento, tivemos que ter força porque estava crescendo de forma desordenada com pessoas de outros municípios e Estados que tentaram ocupar Juruti Velho. Nós reagimos [...], por isso, a ACORJUVE sempre questionou com a ALCOA esses impactos social, econômico e ambiental [...] (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

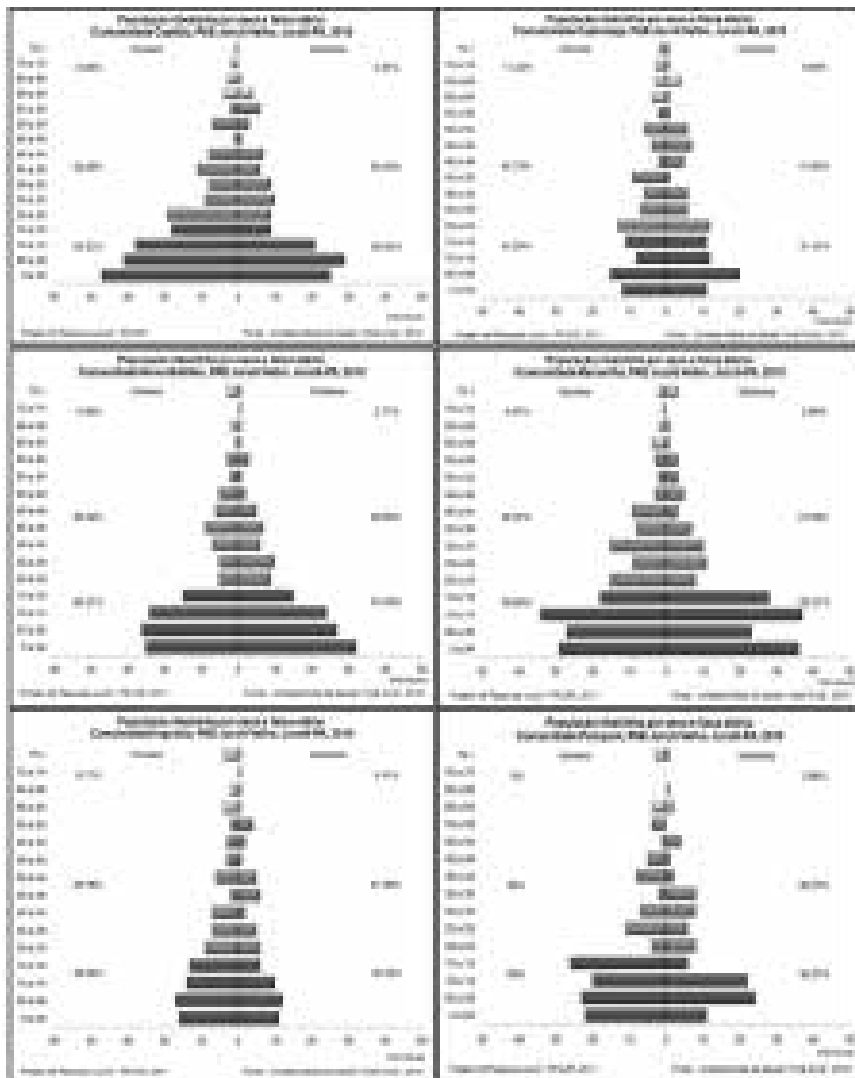
Em 2007, a população estava distribuída entre 654 homens, dos quais 53,67% jovens (0 a 19 anos), 38,83% adultos (20 a 59 anos), 7,50% idosos (60 ou mais anos); e 602 mulheres, com 53% jovens, 40,03% adultas e 6,97% idosas. Em 2010 eram 733 homens (55,25% jovens, 37,38% adultos e 7,37% idosos) e 716 mulheres (55,72% jovens, 37,98% adultas e 6,30% idosas). Esses dados podem ser observados nas pirâmides etárias (Gráfico 24). Também foram mostradas pirâmides etárias das seis maiores comunidades localizadas nas margens do lago Juruti Velho, ou seja, Capitão, Capiranga, Nova Galileia, Maravilha, Ingrácia e Pompom (Gráfico 25).

Gráfico 24: Pirâmides populacionais da Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho (2007 e 2010).



Fonte: Elaborado por este estudo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

Gráfico 25: Pirâmides populacionais de comunidades do PAE Juruti Velho (2010).



Fonte: Projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

Com base nas pirâmides etárias apresentadas é possível inferir que a estrutura populacional da Vila Muirapinima e das demais comunidades do PAE Juruti Velho refletem as mesmas características das pirâmides etárias de municípios, estados ou países com baixo nível de desenvolvimento social, ou seja, com reduzida expectativa de vida e elevadas taxas de natalidade em idade precoce. Isso requer políticas públicas eficazes para, gradativamente, minimizar os problemas derivados da condição social aos quais essas comunidades estão submetidas.

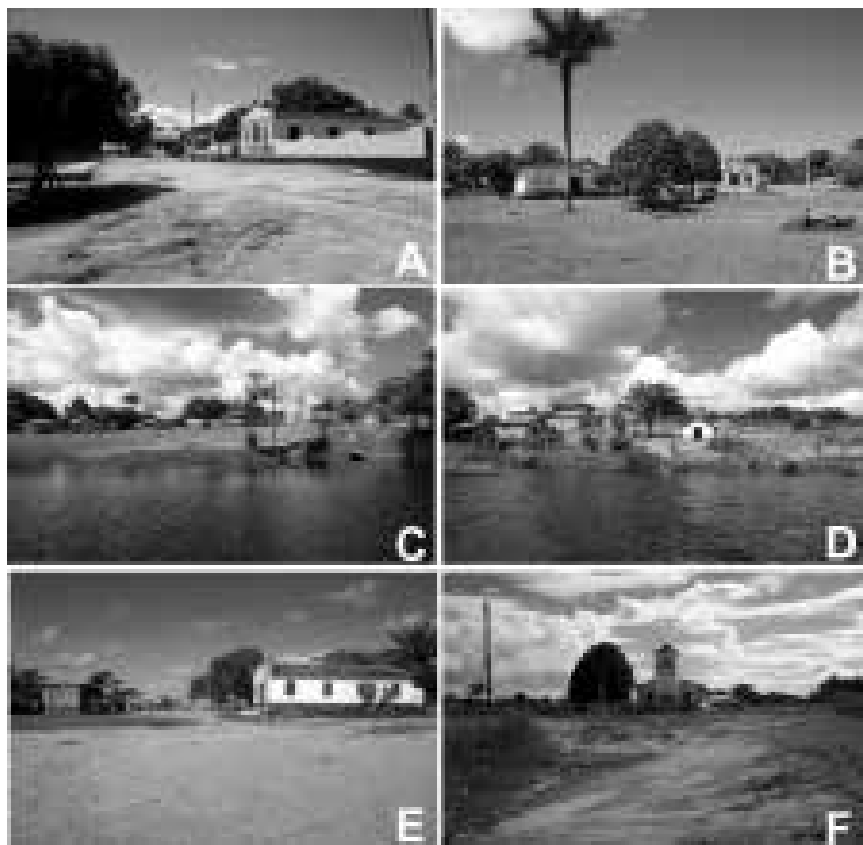
Outro importante aspecto do espaço de vivência tanto na Vila Muirapinima quanto nas comunidades do entorno, são as edificações encontradas, onde geralmente têm destaque as igrejas Católica e Evangélica (Figura 16) construídas em local privilegiado e de grande visibilidade, uma forma de apresentação comunitária àqueles que se aproximam por meio do lago. Modelo de ocupação que se reproduz desde os tempos coloniais, as edificações voltadas para os rios, lagos e igarapés servem como o ponto de controle da chegada e partida de quem circula, e isso está estreitamente vinculado ao controle territorial, facilmente identificado nas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho.

É também comum, nesse mesmo espaço, a construção de escola, “barracão” ou centro comunitário, locais onde são promovidas reuniões e festas comemorativas e se transforma no amálgama espacial da vida comunitária.

O padrão arquitetônico dessas comunidades, de modo geral, não difere dos tipos de habitações comumente encontradas em outros grupos ribeirinhos da RI Baixo Amazonas. São geralmente construídas com diversos materiais (palha, madeira, argila, etc.), seguindo arquitetura peculiar da Amazônia - um misto da cultura

indígena, portuguesa e nordestina. Por outro lado, a disposição das moradias respeita a oscilação anual das bacias de drenagens. Quase sempre a construção feita pelo próprio morador com apoio de parentes e vizinhos.

Figura 16: Igrejas das comunidades do PAE Juruti Velho, Juruti-PA.



16A- Ingrácia, julho de 2011; 16B- Novo Horizonte, julho de 2011; 16C- Prudente, junho de 2011; 16D- Monte Sinai, junho de 2011; 16E- Nova Macaiani, julho de 2011; 16F- Capitão, julho de 2011.

Fonte: Fotos do autor da pesquisa (2012).

Após a criação do PAE Juruti Velho, o poder público federal, por intermédio do INCRA, está financiando a construção de 1.830 casas populares no interior do assentamento. Entretanto, esse projeto constrói casas com materiais mais resistentes, as paredes em tijolos, cimento e os telhados são feitos utilizando telhas de argila, evitando o calor produzido pela cobertura de amianto, muito difundido na região nas últimas décadas. Dessa maneira, a cobertura de palha gradativamente vai cedendo lugar e perdendo sua importância histórica na construção das casas caboclas da região.

A planta inicial do projeto do INCRA contemplava a construção de cada unidade com 42 m², divididos em dois quartos, sala, cozinha e banheiro interno, por R\$ 15.000,00, pelo orçamento de empreiteira. Após negociação com o instituto, a ACORJUVE passou a construir unidades com 63 m² distribuídos em três dormitórios, sala, cozinha e banheiro por R\$ 14.800,00, praticamente pelo mesmo valor. Além disso, a construção das casas tem gerado ocupação e renda para os comunitários.

Até junho de 2011, 548 casas foram construídas. A previsão para a conclusão da construção das 1.830 era para 2012, de acordo com a ACORJUVE. O acabamento das casas consiste em paredes rebocadas e piso de cimento liso. O projeto, em execução, foi calculado para uma unidade familiar média de cinco pessoas.

O sistema de energia elétrica, embora tenha aumentado a sua capacidade instalada e crescido a sua disponibilidade de 5 horas/dia, entre 18 e 23 horas, para 12 horas diárias de fornecimento, entre 6 e 23 horas, continua sendo considerado pelos moradores da Vila um serviço precário.

Atualmente, são oito motores da rede pública em operação na Vila, distribuídos da seguinte maneira: três geradores na usina

central, um no bairro da Castanheira, dois nas escolas, um na Casa Familiar Rural e um na Unidade Mista de Saúde “Irmã Ávila”. Devido ao tempo limitado de fornecimento e à instabilidade do sistema, algumas residências possuem seu próprio gerador movido a diesel, utilizado na falha do sistema público de energia.

Segundo informações obtidas na subprefeitura da Vila de Muirapinima, a cobrança, uma vez que não há registro individual de uso de energia, é feita mensalmente por meio de taxas: R\$ 12,00 para residências apenas com bicos de lâmpadas; R\$ 17,00 para as residências que possuem geladeira e outros equipamentos elétricos; R\$ 22,00 para pequenos comércios e R\$ 27,00 para comércios maiores. A arrecadação gira em torno de R\$ 3.400,00 a R\$ 3.600,00 mensais. Não obstante, para atender às demandas dos três bairros que compõem a Vila - Prainha (Centro), Alegre e Castanheira – são necessários R\$ 70.000,00 para atender ao consumo mensal de combustível e manutenção de todos os motores.

As comunidades do PAE Juruti Velho possuem grupos geradores de energia e são atendidas por algumas horas diárias, apoiadas pela Prefeitura Municipal. Entretanto, a expectativa é grande quando o assunto é o programa “Luz para todos”, do Governo Federal, uma vez que o atendimento do PAE Juruti Velho está aprovado para a etapa 9. Ressalta-se ainda que as comunidades de Fé em Deus e Nova Galileia, localizadas ao sul do PAE, estão sendo beneficiadas pelo programa “Luz para todos” por intermédio da empresa Manaus Energia, de Parintins, Amazonas.

O sistema de telefonia domiciliar atende apenas à Vila de Muirapinima (uso restrito em função de seus custos). Entretanto, precariamente, desde a década de 1990, os “orelhões” atendem também outras comunidades do PAE. Recentemente, passaram a

funcionar celulares da operadora Vivo. Os sinais de TV são captados por meio de antenas parabólicas encontradas somente em algumas residências. A internet é possível ser acessada no centro de formação da ACORJUVE, na Vila.

Em geral, o sistema de esgoto sanitário no PAE Juruti Velho é composto por fossas negras, situação que vem sendo alterada desde o início da construção das 1.830 casas apoiadas pelo INCRA, já que as fossas passaram a ser protegidas em alvenaria para evitar contato com seres humanos e animais, que podem facilmente ser transformados em vetores de doenças infecto-contagiosas.

Nos últimos cinco anos, a Prefeitura, com apoio da ACORJUVE, já instalou 29 microssistemas de abastecimento de água. Onze novos microssistemas estão sendo instalados, inclusive na Vila de Muirapinima, o que tende a melhorar o antigo sistema que funcionava com dois poços artesianos e uma caixa de 40 mil litros distribuídos para as casas do núcleo.

O conjunto dessas obras tem contribuído para a (re) organização territorial das comunidades no PAE Juruti Velho e, quando a pesquisa investigou sobre a ação responsável por tantas mudanças na infraestrutura das comunidades do PAE Juruti Velho, obteve-se o seguinte depoimento:

Liderança: A ALCOA, aqui dentro da nossa região, a única coisa que ela fez foi uma pequena reforma na Unidade Mista de Saúde “Irmã Ávila”, que depois o complemento foi feito pela Secretaria de Saúde. Não existe nada feito pela ALCOA aqui dentro da nossa região... Fizeram um poço de 30 metros lá no Juruti-Açu, outro lá no Pau d’Arco, outro lá no Prudente, outro lá no Surval. Um mês depois não prestou, não tem água. Foi isso que a ALCOA fez aqui. (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

Existem áreas na borda do lago Juruti Velho que são tomadas por fazendas (Figura 17) e com expressivo número de cabeças de gado, cujos proprietários são cidadãos. Os comunitários, entretanto, possuem bovinos em número reduzido, pois as famílias, quando se dedicam a esse tipo de criação, não ultrapassam 50 cabeças. Segundo informações prestadas por habitantes da Vila Muirapinima, as criações que mais se destacam são os galináceos, criados em pequena escala em quintais, reproduzindo conhecimento e técnicas das mais antigas gerações.

Figura 17: Fazendas nas bordas do Lago Juruti Velho, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, 2006.



Fonte: Fotos do autor da pesquisa (2012).

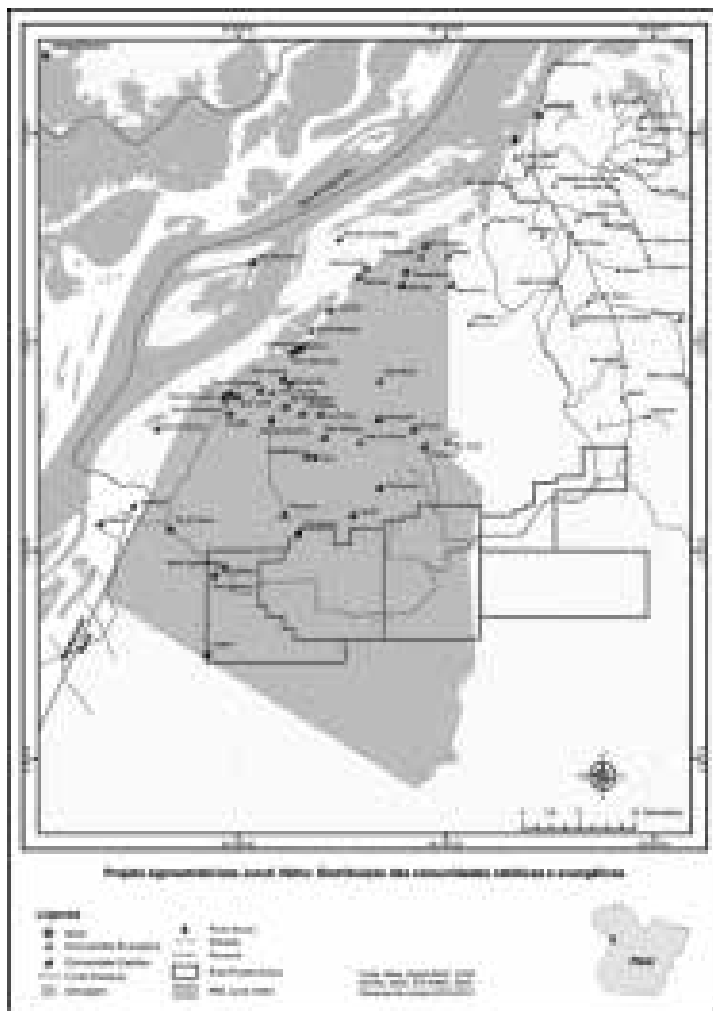
O PAE Juruti Velho é constituído por 47 comunidades, porém, nas bordas do lago Juruti Velho são encontradas 31 comunidades ribeirinhas. Essas comunidades, de modo geral, surgiram da alocação de uma ou mais famílias que doaram pequena parte do seu terreno para a instalação de capela e/ou escola, permitindo a formação de nucleações onde as famílias isoladas iam se agregando espontaneamente ou por razões de parentesco, matrimônio, compadrio, segurança e/ou religiosa.

Na vida comunitária, a religião desempenha papel muito importante, e está dividida em dois grupos: comunidades católicas e evangélicas (Figura 18). As duas coexistem por longa data, mas não sem conflitos, principalmente depois da chegada da mineradora ALCOA, que, uma vez não tendo sido apoiada pela Igreja Católica local, buscou apoio entre as comunidades evangélicas por meio de alguns programas¹⁸.

O interesse da ALCOA em se aliar aos grupos familiares evangélicos nas comunidades do PAE Juruti Velho, de acordo com as informações obtidas ao longo da pesquisa, levou a se concluir que as tomadas de decisão por aderir ou não às atividades desenvolvidas por empresas contratadas pela ALCOA partiam de grupos familiares e não da deliberação comunitária, por isso cada vez mais foi se tornando objeto de discórdia, ampliando ainda mais os conflitos que já haviam sido estabelecidos entre a ALCOA e a ACORJUVE, principal representante legal dos interesses comunitários dentro do PAE Juruti Velho.

¹⁸ “Dentre as ações previstas para o meio socioeconômico, no âmbito do Plano de Controle Ambiental (PCA), encontram-se os Programas de Apoio à Agricultura Familiar, de Valorização e Revitalização do Patrimônio Cultural e o Programa de Manejo Florestal Não Madeireiro de Uso Múltiplo para a Sustentabilidade Econômica e Cultural das Comunidades Rurais” (ALCOA, 2007, p. 9).

Figura 18: Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: distribuição das comunidades (católicas e evangélicas) visitadas pelo projeto de pesquisa, 2012.



Fonte: Mapa elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); INCRA (2009); CNEC (2005) e Pesquisa de campo (2010 a 2012), 2012.

Para desempenhar o papel de interlocutor entre Plano de Controle Ambiental (PCA/ALCOA) e comunitários do PAE Juruti Velho, notadamente os grupos de famílias evangélicas, a ALCOA contratou a CNEC, ou seja, a mesma empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, cujos resultados foram contestados e não reconhecidos pela ACORJUVE.

Aproximadamente um ano após conseguir a Licença de Operação, a ALCOA substituiu a CNEC pelo Instituto Vitória Régia, produzindo ainda mais rotatividade de pessoas e propostas que, por fim, acabaram por criar um ambiente confuso para os comunitários, dando a impressão a eles de que isso teria sido uma estratégia de gestão comunitária da própria empresa. Pode-se pensar também que a substituição ocorreu porque supostamente a CNEC já havia cumprido seu papel, ou seja, criado os mecanismos de aceitação comunitária que pudessem facilitar a obtenção das licenças junto ao órgão competente.

A Vila Muirapinima e comunidades adjacentes, embora tenham passado muitos anos de suas existências funcionando por meio de uma lógica temporal própria conduzida fundamentalmente pelas suas necessidades, hoje tem uma dinâmica territorial com nexos cada vez mais fortes com as demandas externas, nas esferas regional, nacional e internacional. O lugar passou a ser (re)produzido pela mediação cada vez maior das objetividades endógenas e exógenas. Em muitas circunstâncias, inclusive, as lógicas locais cedem lugar a uma lógica territorial derivada de outros locais, o que Maximilien

Sorre (apud SANTOS, 1986) designou de “paisagens derivadas” e Santos (1986), de “espaço derivado”¹⁹.

Sobre essa categoria analítica que é o lugar, Milton Santos ensina que “o acontecer próprio a um lugar não é indiferente ao acontecer próprio a outro lugar, exatamente pelo fato de que qualquer que seja o acontecer é um produto do movimento da sociedade total” (SANTOS, 1978, p. 176).

O mesmo autor também ensina que, à medida que os lugares se mundializam, mais eles se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. Isso ocorre em função de haver especialização cada vez maior de pessoas, das firmas, das instituições e do ambiente. Assim, cada lugar é específico, mas ligados a todos os demais por um nexo único que é o modo de acumulação hegemonicamente universal.

A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (SANTOS, 1988, p. 52).

¹⁹ “É a Maximilien Sorre que se deve a denominação “paisagens derivadas”. Depois que ele adotou para as regiões dos países subdesenvolvidos, tentou mostrar as relações entre a história dos países industriais e a dos países subdesenvolvidos. A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes. É o que chamamos espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais.” (SANTOS, 1986, p.104 -105).

A primeira escala de influência sobre as comunidades do PAE Juruti Velho é exercida pela Vila Muirapinima, configurando-se a cidade de Juruti como principal pólo de referência econômica, administrativa, institucional e de serviços (hospital, agência bancária, correios, etc.). Dessa maneira, não é possível compreender a (re)organização territorial no PAE Juruti Velho frente ao processo de instalação do projeto da ALCOA sem que, também, se tome como referência de pesquisa a escala municipal em conexão com a estadual, nacional e internacional, uma vez que o projeto da ALCOA é um empreendimento que extrapola as determinações e os interesses nacionais.

Em dezembro de 2008, o presidente da ALCOA na América Latina e Caribe, Franklin Feder, foi aos Estados Unidos para defender e garantir a continuidade do Projeto Mina de Bauxita de Juruti. A dúvida, em relação à sua continuidade, foi provocada pela crise mundial que gerou queda de, aproximadamente, 50% no preço do alumínio. A ALCOA estava decidida, naquele momento, a paralisar e suspender todos os investimentos pelo mundo. No seu discurso, Feder argumentou que a instalação do Projeto Juruti estava avançada e que a paralisação poderia provocar perda de equipamentos de alta tecnologia em meio à floresta, aumentando ainda mais os custos de instalação.

Esses argumentos fizeram com que os executivos da ALCOA decidissem pela sua continuidade (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). Portanto, foi uma decisão do mercado mundial completamente alheia ao lugar de sua instalação e funcionamento, mas dependente dele. Sobre o assunto em questão, vale observar trecho da aula inaugural proferida, em 1999, por Milton Santos no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade

Federal Fluminense (UFF):

Todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais – isto também é globalização. Desse modo, por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder que é cego, porque não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos é um poder cego, já que não olha ao redor. Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas [...]. Nesta fase da vida nacional [...] cada empresa tem interesses que somente se exercem a partir da desregulação dos outros; ajuda a organizar a empresa em questão e desorganiza tudo o mais. Em outras palavras, a presença das empresas globais no território é um fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio [...]. (SANTOS, 2007, p. 19-21).

8 NOS CAMINHOS DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO: CONFLITO SOCIOAMBIENTAL COMO VETOR DA DINÂMICA TERRITORIAL

Criado em 2005, o Projeto Agroextrativista Juruti Velho é resultado de uma longa luta pelo reconhecimento do território abrigo das comunidades de Juruti Velho. Embora, seja também, uma forma de controle territorial das comunidades que ai vive por várias gerações. Sua criação está diretamente relacionada à criação do território recurso da mineradora ALCOA.

8.1 ALCOA: a chegada do estranho

Em 1993, José de Souza Martins publicou o livro intitulado “A chegada do estranho”. Entre outras questões, o autor discute o papel do pesquisador também como sujeito do conhecimento e aborda a sociedade como algo permeado por estranhos, não somente por dominados e pobres, mas também por dominadores, inclusive aqueles que criam mecanismos de apropriação das terras e expulsam seus antigos habitantes, destroem relações sociais e apartam os sujeitos dos seus espaços de vivência, ou seja, dos seus territórios abrigo, muitas vezes de modo brutal e violento.

Nessa seção, entretanto, a expressão “chegada do estranho” está sendo aplicada para expressar a chegada da mineradora ALCOA às adjacências do lago Juruti Velho, por chegar portando

uma forma de apropriação e uso do território diferentes daquelas conhecidas pelas comunidades locais ao longo das suas trajetórias.

Em documento de 2009, intitulado “Mina de Bauxita de Juruti: balanço das ações e resultados socioambientais”, a mineradora registra, de maneira muito clara e objetiva, a preocupação em relação à sustentabilidade das suas atividades, reforçando o slogan “Sustentabilidade é a nossa natureza”.

Ademais, apresenta o “Modelo de Sustentabilidade ALCOA”, no qual são destacados três aspectos: “sucesso econômico” da empresa, “excelência ambiental” e “responsabilidade social”, sempre na perspectiva de “transparência”, “governança” e “ética”. Portanto, de acordo com esse “modelo”, a boa convivência com as comunidades faria parte da “própria natureza” da mineradora, incluindo as comunidades do PAE Juruti Velho:

Em razão dessa interseção, a ALCOA também busca a boa coexistência de seu empreendimento de mineração com o PAE Juruti Velho, e por isso vem, desde 2005, negociando com as comunidades integrantes do PAE, representadas pela ACORJUVE – Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho por indicação do Incra, com o próprio Incra, MPE-PA-Ministério Público Estadual do Pará e MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário, critérios de harmonização e pagamento de renda pela ocupação dos terrenos, indenização por efeito das pesquisas minerárias ocorridas na área, infraestrutura inserida na Gleba Juruti Velho e da lavra porvir, e participando da lavra, tudo conforme definido na legislação mineral. (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009, p. 41).

A representante da ALCOA, em entrevista sugeriu que os problemas enfrentados no passado pela empresa em relação às comunidades de Juruti Velho derivaram do trabalho realizado pelo EIA/RIMA, ao deixar de considerar questões importantes para as

comunidades locais. Não obstante, esse EIA/RIMA foi apresentado e defendido pela empresa com objetivo de operacionalizar a liberação necessária para atender aos seus interesses minerários junto ao órgão estadual responsável pelo licenciamento, que naquele momento era a SECTAM, hoje SEMAS. Além disso, a gerente, ao longo da entrevista, defende que desde a sua chegada, a ALCOA sempre esteve aberta ao diálogo com todos os segmentos sociais e preocupada em colaborar com a qualidade de vida local:

A grande problemática da ALCOA com o Juruti Velho foi em função do EIA/RIMA [...]. A partir do momento que houve o entendimento que o EIA/RIMA poderia ter considerado certos pontos que foram cobrados, por exemplo, pelo Ministério Público, pela ACORJUVE, a ALCOA no mesmo momento se colocou à disposição para dialogar e fazer os devidos entendimentos [...] não digo que houve má índole pelos pontos que foram questionados [...] não houve má intenção (Entrevista realizada pelo pesquisador no escritório da ALCOA, Juruti-PA, no dia 13 de junho de 2011).

Por outro lado, de acordo com moradores do PAE Juruti Velho, a mineradora ALCOA é o estranho que foi chegando e começou a se instalar sem pedir licença, sem dizer o que veio fazer e sem dialogar com as comunidades que ali vivem, provocando desconforto, insegurança e revolta. Esta situação foi gradativamente evidenciada à medida que os trabalhos de campo evoluíam, inclusive por meio das entrevistas, nas quais o questionamento emergiu de maneira mais direta na fala de alguns moradores do PAE Juruti Velho que acompanharam a chegada e o processo de instalação da empresa, como se observa na declaração a seguir:

Liderança: [...] a gente não era respeitado pela ALCOA. Quando eles chegaram aqui em 2000, corriam de alto a baixo

[...] em reunião da Igreja (Católica) foi decidido verificar o que o pessoal queria aí [...]. Se não me engano, em 18 de fevereiro de 2001 ou 2002 mandamos ofício em nome da Omnia Minérios. Veio um cidadão que representava a Omnia Minérios, um da ALCOA na pessoa do Charles [Charles Ferreira – então Superintendente de Meio Ambiente da ALCOA em Juruti] e a Senior [Senior Engenharia], que prestava serviço para eles. O assunto foi o que eles estavam fazendo aqui? Quem eram eles? Aí eles foram se identificar [...], explicar que o interesse deles era minerar, exploração de bauxita, que eles não queriam nada do que estava em cima da terra... Aí eu disse, mas me diga uma coisa, pra vocês chegarem lá onde vocês querem [...] vocês têm que esculhambar tudinho aqui o solo [...], então vocês vão fazer um dano perigoso aí pra nós [...]. O temor que eu tenho aqui é de vocês expulsarem todos esses ribeirinhos daí... (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011).

A prestadora de serviço Senior Engenharia, desde o início das suas atividades em Juruti, tinha como prática a contratação de membros das comunidades locais, por reconhecer que os comunitários eram profundos conhecedores dos ecossistemas locais, por isso, úteis como mateiros e para auxiliarem os profissionais responsáveis pelas pesquisas que apoiariam a futura implantação da mina.

A pesquisa ouviu diversos comunitários que haviam trabalhado na Senior Engenharia e percebeu que o mais comum entre eles era o desconhecimento do real objetivo do trabalho que realizavam. Alguns deles revelaram que sabiam apenas que o serviço para ajudar a cavar poços era para extrair amostras de minério nas adjacências do lago Juruti Velho²⁰, mas demonstraram

²⁰ Nesse período ainda não havia surgido a ideia de criar o PAE Juruti Velho e nem a ACORJUVE, as comunidades estando muito dispersas, ainda que já existisse a organização que vinha sendo promovida pelas irmãs franciscanas há alguns anos.

não fazer a menor ideia da magnitude do empreendimento e nem a sua capacidade de transformação do seu espaço de vivência. Alguns deles hoje lamentam a ausência de conhecimento que tinham naquele momento, que acabou facilitando o envolvimento de muitos deles com os discursos e ofertas de funcionários ou de agentes contratados pela mineradora:

Liderança: A ALCOA, quando chegou para querer agradecer, para querer se implantar [...], é a história dos portugueses quando chegaram ao Brasil. Eles fizeram pequenos trabalhos na comunidade, tipo [...] trabalho de meio ambiente [...], faziam sorteio de sandálias havaianas, lanternas, bicicletas e o povo começou a acreditar (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

Outro aspecto de singular importância diz respeito ao interesse minerário existente na região. Conforme os dados do DNPM, diversas empresas e pessoas físicas demandaram autorização e requerimento de pesquisa, requerimento de lavra, de licenciamento, de registro de extração, concessão de lavra e disponibilidade na área do PAE Juruti Velho e adjacências, conforme pode ser observado na Figura 19.

Ainda que, segundo Schotte (2012), na fase de execução da pesquisa mineral seja necessário estabelecer acordos²¹, as

²¹ “Não havendo acordo, a pesquisa poderá ser realizada via judicial, porém acarreta um longo tempo de trâmite. Como o DNPM comunica ao juiz da comarca que existe uma pesquisa naquele local, este intimará o titular da pesquisa a apresentar o nome e endereço dos proprietários do solo, para que estes sejam intimados a se manifestar sobre acordos (ao apresentar acordo com os mesmos, normalmente o processo é extinto). O não cumprimento desta fase não implica em perda do alvará, mas se a pesquisa for feita à revelia do proprietário do solo, este poderá posteriormente entrar na justiça pedindo cancelamento do processo, retirada de seu imóvel da área de pesquisa, etc. A pesquisa não precisa necessariamente ser feita em toda a área autorizada, podendo ser reduzida aos limites onde o titular possui acordo” (SCHOTTE, 2012, p. 2).

mineradoras ALCOA e Vale, não têm respeitado essa condição na região de Juruti.

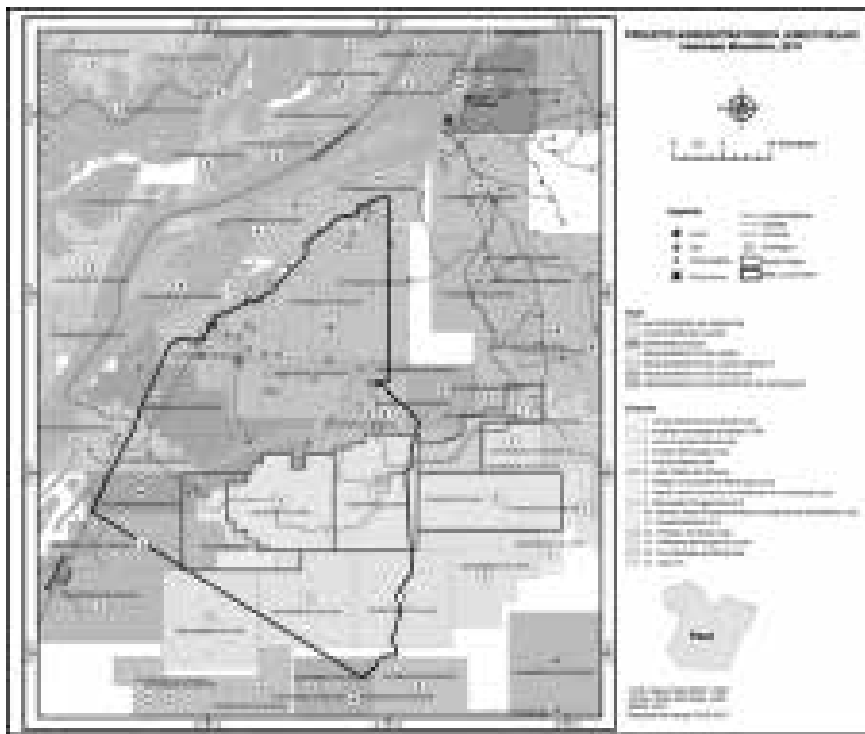
O conflito estabelecido entre mineradoras e comunidades rurais tem origem no interesse minerário que começa com os pedidos de autorização de pesquisa junto ao DNPM. A partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), o titular, autorizado a processar a pesquisa em prazo de dois ou três anos, dependendo da substância mineral²², poderá criar canal de diálogo com os chamados superficiários, que na verdade são proprietários individuais (arrendatários, fazendeiros, unidades familiares rurais, etc.), unidades familiares organizadas em comunidades rurais e comunidades organizadas em projetos de assentamentos, como é o caso do PAE Juruti Velho.

O acesso do titular à área poderá ser realizado através de acordo amigável com o proprietário do solo ou através de acordo judicial, em que são fixadas, pelo juiz da comarca, as rendas e indenizações devidas por conta dos trabalhos de pesquisa. (BRASIL. Ministério de Minas e Energia, 2012,[p.1]).

Ao apresentar às lideranças comunitárias do PAE Juruti Velho, às entidades civis e ao poder público local os dados do DNPM relativos aos interesses minerários no território de Juruti (ver figura 19 abaixo), foi constatado total desconhecimento sobre o assunto. As pessoas ouvidas não sabiam, por exemplo, que o território municipal já está zoneado pelos interesses minerários de empresas e de particulares, salvo exceção para a ALCOA e para a VALE, principalmente naqueles locais onde se estabeleceram tensões entre comunitários e empresa.

²² Artigo 3º, da Portaria DG DNPM n. 392/04.

Figura 19: Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: Interesse mineral, 2011.



Fonte: Mapa elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); INCRA (2009); CNEC (2005); DNPM (2011) e Pesquisa de campo (2010 a 2012), 2012.

A situação relativa ao interesse mineral dessas empresas chama atenção para o fato de que as comunidades rurais de Juruti passaram a conhecê-lo quando as empresas já se encontravam no interior do seu território abrigo, provocando conflitos que se arrastam desde então. Ainda que, para a ALCOA, não haja conflito, como pode ser notado no trecho da entrevista abaixo:

Pesquisador: Há conflito entre a ALCOA e as comunidades rurais de Juruti?

Representante da ALCOA: Não! A gente não tem conflito! Eu posso te dizer que hoje eu não usaria a palavra conflito. A gente já passou por conflito no Juruti Velho. Hoje eu vejo que há divergências e ainda há uma herança de uma sociedade que era mantida sob um regime assistencialista, e isso tende a mudar, mas é um processo também. Conflito?... Não vejo conflito. (Entrevista realizada no escritório da ALCOA, Juruti-PA, no dia 13 de junho de 2011).

Por outro lado, não é o que pensa o representante da ACORJUVE:

Pesquisador: Há conflito entre a ALCOA e as comunidades rurais de Juruti?

Liderança: Sim! Estamos sempre em conflito... Eles já provaram que não são bons vizinhos. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, no dia 16 de junho de 2011).

Tampouco o que revelou uma liderança da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Muirapinima, ao se manifestar sobre o futuro de Juruti Velho:

Pesquisador: O Futuro?... Como o senhor vê o futuro para Juruti Velho?

Liderança: O nosso futuro [...], dos meus filhos [...], dos meus netos ainda está na nossa responsabilidade [...]. Se ninguém se preocupar hoje, eles não vão mais conhecer tracajá [...], veado, cutia, porco catitu [...], então isso traz muitos conflitos, porque há uma mineradora muito forte e bem aqui perto de nós. Estamos encostados nela através da nossa união, da nossa força, pedindo a Deus que a gente tenha coragem pra dizer a verdade pra eles. Tem embate muito forte... [...], foi dito pelo presidente da ALCOA nos Estados Unidos [...], que

nós vamos ser vizinhos, mas nós não vamos ser amigos [...], porque se eles passarem 30 ou 40 anos. Vão ser 40 anos de briga. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, no dia 5 de julho de 2011).

O acirramento dos conflitos entre comunidades e profissionais a serviço da ALCOA para execução de pesquisas minerais nos municípios de Juruti e Santarém fez a empresa, juntamente com a Matapu – Sociedade de Mineração Ltda.²³, ajuizar ação na Justiça Federal (Subseção Judiciária de Santarém), em agosto de 2010, contra a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE) e mais de 20 comunitários, entre eles, lideranças como o Sr. Teófilo Gomes Borges, da comunidade Retiro, e Manoel Magno Marques, da comunidade São Francisco do Aruã, ambas localizadas próximo ao limite entre Juruti e Santarém.

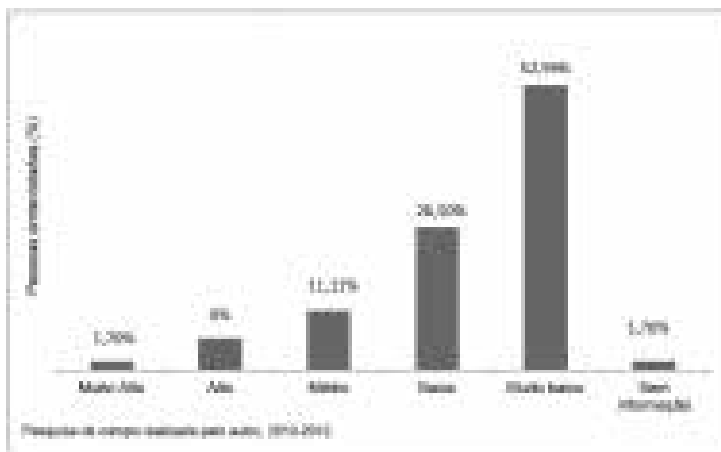
Essa forma de relação estabelecida pode evidenciar o nível de conflito entre comunidades e a mineradora ALCOA, ou seja, uma condição que vem sendo mediada pela Justiça. Diante desse quadro, pode-se entender que a proposta “Juruti Sustentável”, da mineradora, se fragiliza e tem se tornado apenas um instrumento figurativo para a sociedade local, isso pode ajudar a compreender o porquê da insatisfação entre as lideranças entrevistadas no município de Juruti.

Considerando o nível geral das categorias sociais entrevistadas durante a pesquisa, a insatisfação (definida pelos níveis “baixo” e “muito baixo”), atinge aproximadamente 80% e, quanto ao grau de escolaridade dessas lideranças, 69,25% (Gráficos 26 e 27)

²³ Vale esclarecer que o endereço dessa mineradora pertence à ALCOA, ou seja, Enseada do Lago Grande de Juruti, s/n., Porto Capiranga, Juruti, Pará.

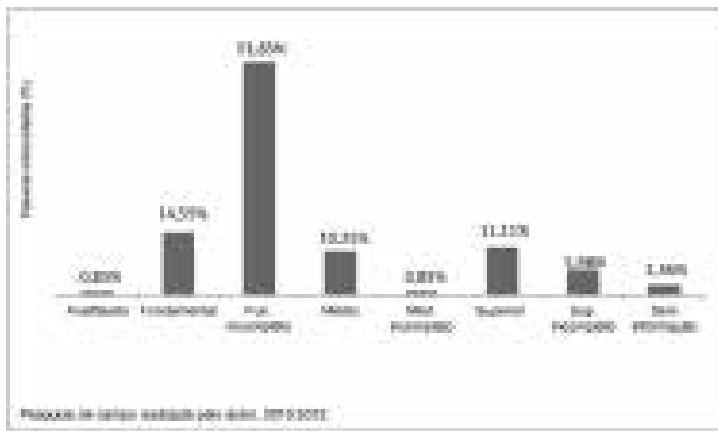
encontram-se entre analfabetos e os que cursaram algumas séries do Ensino Fundamental. Portanto, o nível de escolaridade das lideranças do município de Juruti deve ser objeto de preocupação e investimento dos diferentes setores, tanto das esferas pública e privada, para que se possa criar, de fato, condições de promover o chamado “desenvolvimento local sustentável” e reduzir a acentuada assimetria entre os sujeitos envolvidos no conflito socioambiental no município.

Gráfico 26: Nível de satisfação em relação à ALCOA: pessoas entrevistadas pela pesquisa, Juruti-Pará, entre dez. de 2010 e maio de 2012.



Fonte: Projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

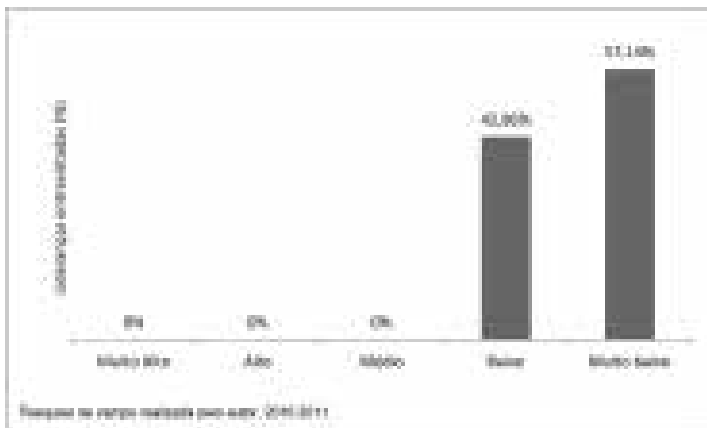
Gráfico 27: Nível de escolaridade das pessoas entrevistadas pela pesquisa, Juruti-Pará, entre dez. 2010 e maio de 2012.



Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

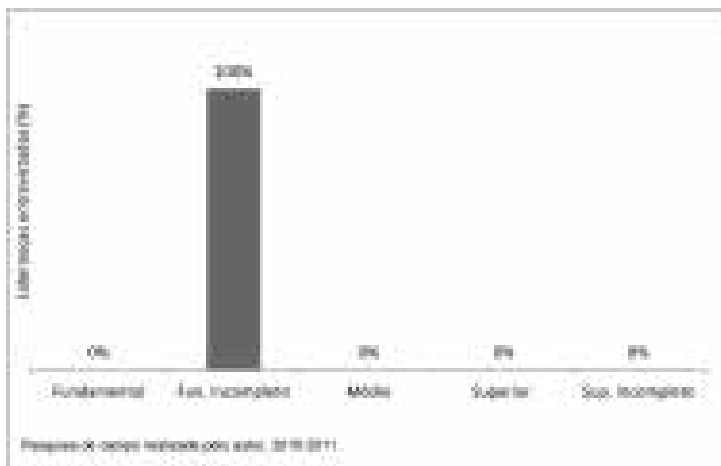
Considerando, entretanto, o nível de satisfação por categoria de entrevistados, observa-se que os percentuais variam entre 45% a 100% de insatisfação em relação à atuação da mineradora ALCOA, do mesmo modo que os níveis de escolaridade são baixos, com exceção para os membros do CONJUS, que apresentam 55% com ensino superior completo e incompleto. Os gráficos 28 a 39 mostram, por categoria, o grau de satisfação em relação à ALCOA e o nível de escolaridade das lideranças entrevistadas.

Gráfico 28: Nível de satisfação em relação à ALCOA: Comunidades do Centro - PA Nova Esperança, Juruti-Pará.



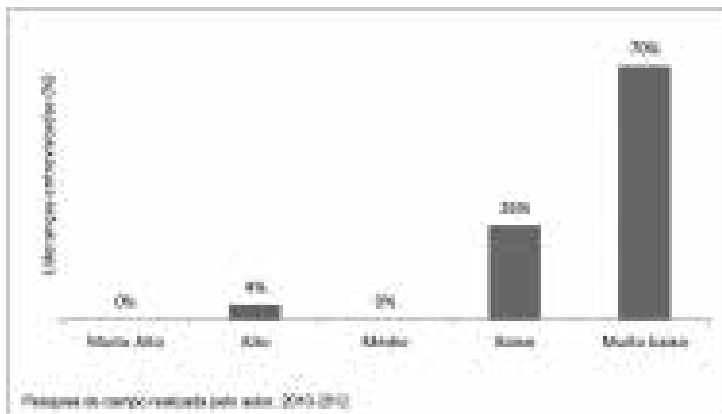
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 29: Nível de escolaridade das lideranças entrevistadas nas Comunidades do Centro - PA Nova Esperança, Juruti-Pará.



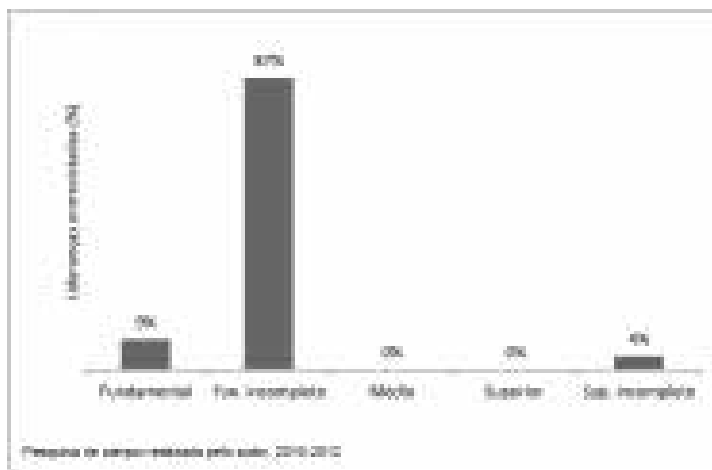
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 30: Nível de satisfação em relação à ALCOA: Comunidades do Centro - PA Socó I, Juruti-Pará.



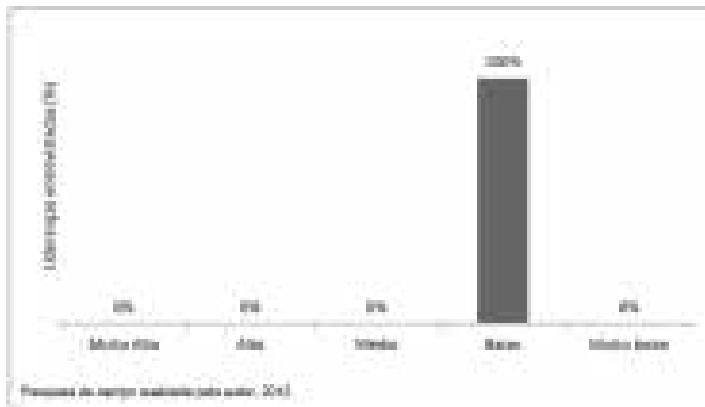
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 31: Nível de escolaridade das lideranças entrevistadas nas Comunidades do Centro - PA Socó I, Juruti-Pará.



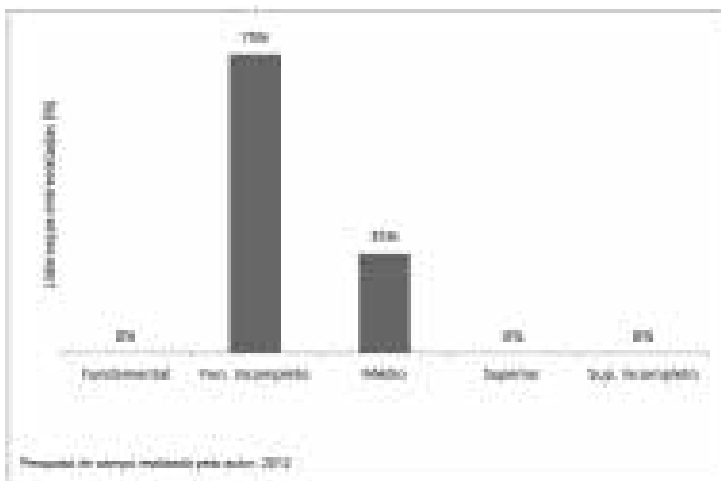
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 32: Nível de satisfação em relação à ALCOA: PAEs Balaio, Valha-me Deus, Santa Rita e Paraná de Dona Rosa, Juruti-Pará.



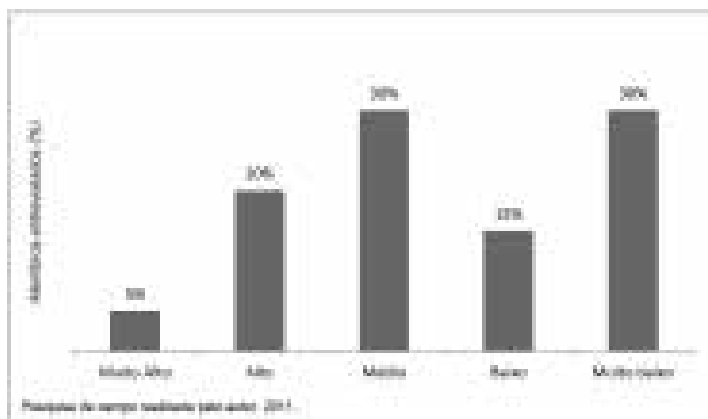
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 33: Nível de escolaridade das lideranças entrevistadas nos PAEs Balaio, Valha-me Deus, Santa Rita e Paraná de Dona Rosa, Juruti-Pará.



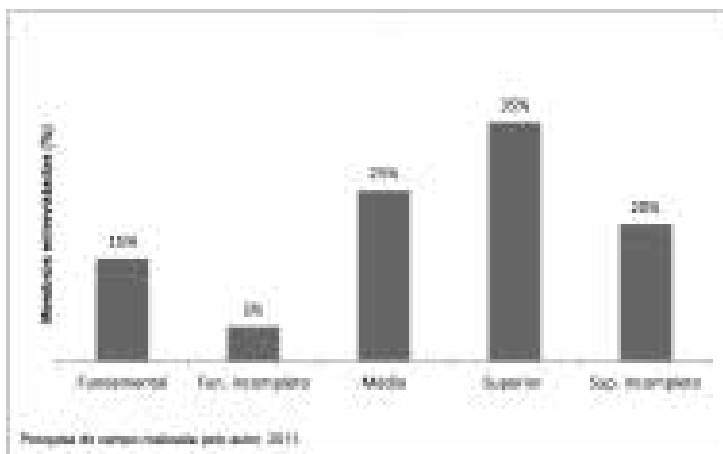
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 34: Nível de satisfação em relação à ALCOA, CONJUS, 2011.



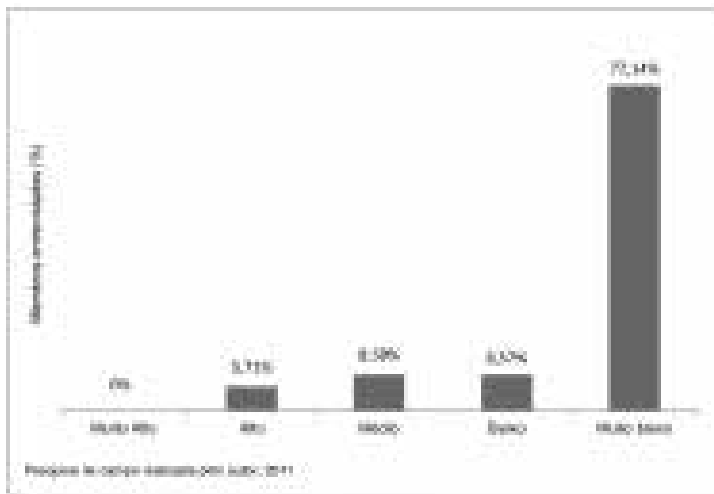
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 35: Nível de escolaridade dos membros do CONJUS, 2011.



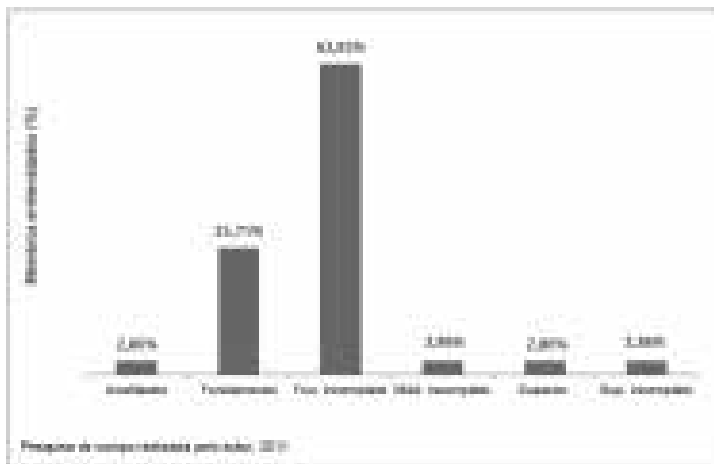
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 36: Nível de satisfação em relação à ALCOA, PAE Juruti Velho, Juruti-Pará, 2011.



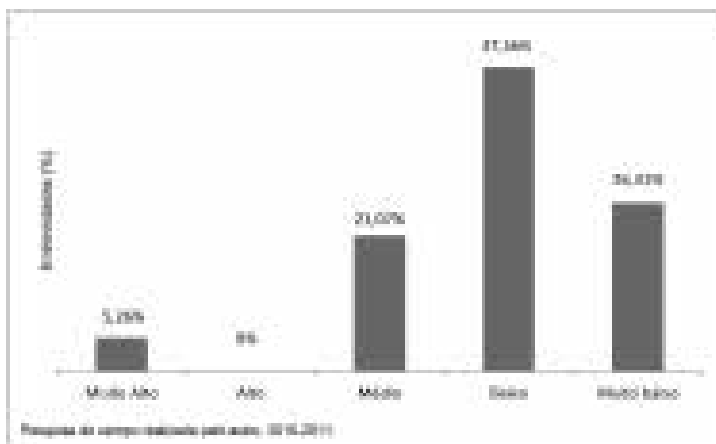
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 37: Nível de escolaridade dos membros do PAE Juruti Velho, 2011.



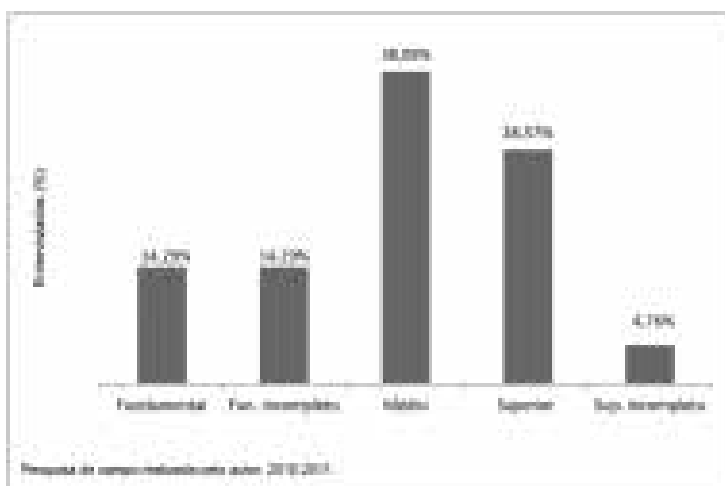
Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 38: Nível de satisfação em relação à ALCOA: lideranças locais e outras lideranças da sociedade civil, Juruti-Pará.



Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Gráfico 39: Nível de escolaridade de lideranças locais entrevistadas em Juruti-Pará.



Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

Identificou-se com frequência entre as lideranças que habitam a cidade, a avaliação de que o maior problema provocado pela instalação e operação da mineradora ALCOA ocorre pela falta de cumprimento das promessas por parte da empresa relativas às oportunidades econômicas para “todos”. Por isso, expressam grande insatisfação, uma vez que se sentem lesados por terem acreditado e apoiado o processo de instalação da mineradora no município, inclusive aderindo ao chamado “Movimento 100% ALCOA”, desencadeado pela empresa, em contraposição ao chamado “Movimento 100% Juruti”, liderado por setores sociais da cidade insatisfeitos com as condições que estavam sendo impostas pela mineradora no processo de sua instalação. Eles reclamavam a falta de um amplo diálogo com a sociedade jurutiense.

Por outro lado, para as comunidades visitadas pelo pesquisador, o maior conflito ocorre pela apropriação e uso da terra, condição fundamental para assegurar o seu território abrigo e o seu território recurso. Para elas, manter seus territórios por várias gerações sempre foi seu grande desafio. Mas, na década de 2000, devido à chegada da mineradora ALCOA, a luta pela regularização fundiária se tornou o epicentro das reivindicações coletivas entre muitas comunidades do município de Juruti, mais especificamente na região de Juruti Velho.

A partir desse momento, cada vez mais os comunitários se envolveram em luta coletiva, e a regularização fundiária passou a ser um dos instrumentos indispensáveis para reivindicar e negociar com a empresa. Não obstante, o cenário do conflito socioambiental teve sua dimensão ampliada com a chegada da ALCOA, que se somou a vários outros sujeitos em conflito nos diferentes ambientes que compõem a região do PAE Juruti Velho, como pode

ser observado no diagrama a seguir. Vale ainda ressaltar que essa síntese, na forma de diagrama (Figura 20), demandou grande esforço e pretende se transformar em instrumento para auxiliar possíveis planejamentos de gestão territorial e futuras pesquisas que possam dar continuidade à este estudo, no PAE Juruti Velho.

Figura 20: Ambientes, usos e conflito socioambiental no PAE Juruti Velho.



Fonte: Projeto de Tese (Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR), 2012.

8.2 PAE Juruti Velho: conflito e ordenamento territorial

Os Sistemas de Aviação e de Abono serviram de base, por longo período, para a exploração da força de trabalho das comunidades de Juruti Velho, incluindo atividades como extração e comércio de castanha-do-pará, peles de animais silvestres, pau-rosa, juta e madeira. Esses sistemas, que perduraram por várias

décadas na região, acabaram tendo sua vigência prolongada pela ação da ditadura militar e seus aliados, como comerciantes, funcionários públicos e políticos interessados em manter seu status de controladores da vida econômica e social. Esses agentes geralmente eram vinculados a grupos familiares locais.

Em meados da década de 1970, ainda sob os auspícios da ditadura, algumas lideranças comunitárias se lançaram na árdua tarefa de se organizar para minimizar problemas derivados de um longo processo histórico de submissão das comunidades da região do Lago Juruti Velho aos patrões aviadores e abonadores. Um dos primeiros passos, apoiados pelas irmãs franciscanas de Maristella, foi ajudar a articular um sindicato de trabalhadores rurais que lutasse pelos interesses dos trabalhadores do campo, e não dos políticos vinculados aos velhos partidos da época.

Por volta de 1975, já era notada a presença de madeireiros clandestinos em Juruti Velho, evidenciando o perigo da transformação de seu território abrigado em território recurso dos exploradores clandestinos de madeira. Essa condição, entretanto, cada vez mais se materializava causando preocupação e estabelecendo acirramento das disputas. Nessa época, um grupo de comunitários sindicalizados passou a trabalhar em “puxirum” para demarcar os lotes dos grupos familiares, tudo de modo muito precário, com uso de terçado e machado, fazendo picos e demarcações na tentativa de defender seus territórios frente a uma ameaça que se anunciava cada vez mais intensa e tensa.

Do conjunto dessas preocupações vinculadas à terra, da presença ameaçadora de madeireiros ilegais, do apoio intelectual que recebiam das irmãs franciscanas e da organização sindical rural gradativamente emergiram as primeiras manifestações coletivas

de luta em defesa dos territórios abrigo nas comunidades de Juruti Velho, que, mais de trinta anos depois, resultaram na criação do PAE Juruti Velho. Portanto, a regularização fundiária nessa região era uma antiga reivindicação que antecede a presença da mineradora ALCOA.

Em 1979, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti (STRJ), sob nova direção, passa a formatar uma nova estratégia de luta. A partir de então, a discussão relativa ao problema da terra passou a ter lugar privilegiado em relação às demais reivindicações. Foi nesse período que o presidente do Sindicato, depois de uma viagem a Belém e Santarém, tomou conhecimento de que havia mais uma dificuldade em relação à regularização fundiária a ser enfrentada pelas comunidades da região de Juruti Velho. Tratava-se da existência de supostos donos das terras, em uma emaranhada e confusa história de apropriação.

Em 1927, o governo do Amazonas fez concessão de cerca de um milhão de hectares a dois cidadãos japoneses, Geusaburo Yamanishi e Kinroko Anazu. A concessão foi feita por meio de contrato de opção, que permitia apenas que os beneficiários realizassem estudos técnicos para a escolha do local apropriado para efetuar a implantação de um núcleo de colonização em território amazonense (JUSTIÇA, 2012).

A concessão feita pelo governo do Amazonas não teria maiores problemas se parte dela - mais de 250.000 hectares - não estivesse dentro do território do Pará. Além disso, sua matrícula foi feita em cartório paraense²⁴. As sucessivas transferências de domínio da área provocaram um grande imbróglio fundiário. Essa condição demonstra a magnitude dos equívocos cometidos por instituições

²⁴ Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Óbidos.

públicas, com destaque para INCRA e Banco do Brasil. Caso que fez com que o advogado Carlos Lamarão, então procurador do Estado, em 2005, expedisse o seguinte parecer: “...o caso se reveste de tantas irregularidades que representa, sem dúvida alguma, um dos mais graves atentados aos princípios jurídicos do país” (JUSTIÇA, 2012. [p.1?]).

Em 1934, houve a renovação contratual com a área reduzida para 300.000 hectares e os direitos transferidos para Tsucasa Uyetsuka. Este, por sua vez, em 1942, transferiu a área para a Companhia Industrial Amazonense (antigo “Instituto Amazonas”), com sede na Vila Amazônia²⁵. Quatro meses depois, o presidente Getúlio Vargas baixou decreto incluindo a Companhia Industrial Amazonense numa lista de expropriações que seriam executadas como forma de reparação por perdas de guerra.

O Banco do Brasil, como agente do governo, fez execução dos bens da Companhia Industrial Amazonense, incluindo a área de 300.000 hectares e alienada em hasta pública para a Sociedade de Comércio e Transporte Ltda. Em 1972, a área foi transferida para Luiz do Valle Miranda e Antônio Cabral Abreu.

²⁵ “Em abril de 1930, o japonês Uyetsuka, designado em 29 de fevereiro como chefe de uma missão governamental japonesa, acompanhado de 21 pessoas viajaram para a Amazônia. Saíram do Japão em julho e do Rio de Janeiro no dia 1º de setembro, chegando em Manaus em meados daquele mês. Imediatamente promoveram a inspeção da área de 700.000 ha e efetuaram a aquisição de uma área de 1.500 ha, no Município de Parintins, em uma localidade chamada Vila Batista, pertencente ao senhor Francisco Barreto Baptista, que Uyetsuka mudou o nome para Vila Amazônia, para ser o núcleo do empreendimento no Brasil, obtendo a extensão do contrato de opção por mais dois anos. Um dos membros da equipe foi o médico japonês Masakasu Sassada, que coletou amostras de sangue dos ribeirinhos para verificar se havia presença de malária” (HOMMA, 2007, p.28).

Depois de tomarem conhecimento que tramitava na Justiça ação para lhes expulsarem das terras que receberam como herança de várias gerações e que o INCRA não respondia à altura suas demandas (ver trecho da entrevista a seguir), as comunidades ribeirinhas de Juruti Velho foram gradativamente tomando consciência da necessidade de, cada vez mais, se unirem em torno da defesa do seu território abrigo e ampliarem as suas formas e estratégias de luta. Disso resultou a criação da maior organização civil do município de Juruti, a ACORJUVE, associação responsável por liderar e administrar o PAE Juruti Velho.

Liderança: O presidente do Sindicato (dos Trabalhadores Rurais) confirmou isso em 1980 [...], aí fizemos um abaixo-assinado [...]. Pegamos um camarada (Raimundo Mapará) lá da Comunidade de Parintinzinho. Aí percorreu pegando assinatura, sem ganhar um centavo [...]. Não pegou 200 assinaturas, o povo tinha medo [...] e mandamos para o INCRA [...]. Aí o executor do INCRA (Santarém) era o Miranda. Ele engavetou e nada [...]. Não ficamos com cópia [...]. Aí fizemos por um cidadão da Capelinha mais de 200 assinaturas, o pessoal ainda com medo [...]. Por volta de 1984, porque em 82 tinha um cidadão que queria se eleger deputado estadual veio aqui dar as LO (Licença de Ocupação) pro povo, que era válida por 4 anos, [...]. Não lembro o nome dele, mas era do INCRA [...]. Aí convocamos o Miranda [...], que veio aqui mas começou a enrolar [...]. Eu fui a Santarém. E como eu tenho um primo que trabalha no INCRA em Santarém, através dele eu fiz amizade com o pessoal. Aí, um deles disse –“olha [...], eu vou te mostrar uma coisa aqui”’: abriu uma gaveta e lá estavam os dois abaixo-assinados... Quantos anos arquivados lá??? Puta merda!!! (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011).

Em 1987, um decreto presidencial (n. 94.969) destinou parte da área (78.000 hectares do lado do município de Parintins-AM) como de interesse social para reforma agrária. Em 10 de novembro de 2005 – em função da forte pressão das comunidades organizadas da região de Juruti Velho e pela necessidade de estabelecer regulação e controle territorial, uma vez que a ALCOA já estava se instalando para explorar as ricas minas de bauxita do platô Capiroanga, às proximidades do lago Juruti Velho, situação que contava com apoio irrestrito dos governos federal e estadual -, o INCRA superou a morosidade que se arrastava há décadas, criando o PAE Juruti Velho por meio da Portaria SR 30, n. 18, com 109.551 hectares, atendendo a 1.998 unidades familiares.

A agilidade do INCRA, neste caso, não tem precedentes na história do órgão em Juruti, de tal maneira que, ao final de agosto de 2009, 15 dias antes de zarpar o primeiro navio carregado de bauxita, a então governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, foi a Juruti entregar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para os comunitários. Mesmo assim, continuava tramitando na Justiça, ação de reintegração de posse impetrada pelos supostos donos da área. Em fevereiro de 2012, em audiência no Fórum de Juruti, o Judiciário negou tal pleito.

O reconhecimento do território das comunidades ribeirinhas de Juruti Velho pelo poder público por meio da criação do PAE Juruti Velho é o resultado da ação de várias instituições e da organização comunitária. Nesse contexto, merece destaque a ACORJUVE, que desempenhou e desempenha papel muito importante tanto na criação como no gerenciamento do território abrigo comunitário.

Antes da criação da ACORJUVE²⁶, que hoje representa 45 comunidades da região de Juruti Velho, as comunidades tinham individualmente suas representações por meio de associações ou simplesmente representantes que, na maioria das vezes, eram também os responsáveis pela manutenção dos instrumentos materiais e rituais religiosos (capela, cultos e a festa anual do(a) santo(a)). Muirapinima, por exemplo, criou, em 1995 a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Muirapinima (ACOPRUM), sob a influência das irmãs franciscanas de Maristella.

Também foram essas irmãs que influenciaram para a criação de uma nova associação que congrega todas as comunidades da região de Juruti Velho, cujas estratégias convergiam para a defesa do território abrigo por meio da luta coletiva. Desse modo, buscaram se apropriar de experiências relativas ao conflito socioambiental entre comunidades rurais e mineradoras, a exemplo do município vizinho de Oriximiná, onde as comunidades se defrontam desde a década de 1970 com o projeto de exploração de bauxita da MRN²⁷.

²⁶ De acordo com a ata de criação da ACORJUVE (21 de março de 2004), participaram do ato de criação as seguintes comunidades: Açai, Açailândia, Alemanha, Boa Esperança, Capelinha, Capiranga, Capitão, Diamantino, Nova Galileia, Germano, Ingrácia, Jaurari, Juruti-Açu, Juruti-Miri, Maravilha, Mocambo, Monte Muriá, Monte Sinai, Monte Sinai (Evangélico), Nova Aliança, Nova Macaiani, Nova Olinda, Nova União, Parintinzinho, Pau d'Arco, Pedreira, Pompom, Prudente, Rio Jordão, Santa Fé, Santa Madalena, Santa Luzia do Miritituba, Santa Maria do Miritituba, São Francisco do Barro, São João do Laguiño, São José do Laguiño, Surval, Uxituba, Vila Muirapinima.

²⁷ Subsidiária da antiga Vale do Rio Doce, hoje Vale. A participação acionária da ALCOA, nesse empreendimento é de 18,2% (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009).

Nessa empreitada, contaram com o apoio da Paróquia de Oriximiná, com destaque para o Padre José, e da Prelazia de Óbidos, com Dom Martinho Lammers. Por outro lado, se lançaram em busca de divulgação e apoio às lutas por meio das redes sociais, nas quais questionavam as promessas do projeto da ALCOA e seus perigos sociais e ambientais.

Além disso, fizeram um grande manifesto chamado “SOS Juruti Velho”, responsável pela farta divulgação do problema via internet, chamando atenção da opinião pública para mais uma empreitada da mineradora no extremo oeste do Pará.

A ACORJUVE é constituída pelo principal movimento político que congrega as comunidades do PAE Juruti Velho. Sua principal atividade tem sido organizar as comunidades para reivindicar, junto às autoridades competentes, os seus direitos e defender a integridade do seu território enquanto abrigo coletivo, embora seja necessário reconhecer que é também território recurso. Três grandes lutas foram objetos fundamentais para a construção e fortalecimento desse movimento na defesa do seu território.

A primeira delas corresponde à luta pela regularização fundiária e sua manutenção, trabalho que consome muita energia dos comunitários desde a década de 1970 e se arrasta até hoje. Um dos exemplos é a última audiência ocorrida no Fórum de Juruti, em fevereiro de 2012, para apreciar o pedido de reintegração de posse por parte dos supostos proprietários de Juruti Velho. A ACORJUVE mobilizou e concentrou mais de mil pessoas em frente ao Fórum.

O Judiciário, sob pressão da opinião pública e do movimento popular, negou tal pedido. Portanto, ainda que o PAE tenha sido criado em 2005 e o Contrato de Concessão de Direito Real de

Uso tenha sido entregue pelo INCRA às comunidades em 2009, a necessidade da organização e mobilização comunitária é constante para manter seu território em movimento e sob o seu controle.

A segunda, também histórica, que tem justificado a manutenção e o fortalecimento da ACORJUVE, diz respeito à ameaça constante feita por madeireiros. Assim, ao final da década de 1990, cansados de recorrer às autoridades sem obter os resultados esperados, os comunitários resolveram se organizar e partir para uma ação mais objetiva. Eles retiveram uma grande quantidade de madeira que era transportada pelo lago Juruti Velho e chamaram a atenção das autoridades para o problema.

Essa luta se mantém até hoje, de tal ordem que, no início de 2011, dada a ausência da ação pública, os comunitários, para defender seu território abrigo e o território recurso, decidiram instalar um grande portão no ramal que liga a estrada da Mina à Base Capiranga da ALCOA, com objetivo de impedir a saída ilegal de madeira de dentro do PAE (situação ilustrada na da figura 24, que mostra a operação de fiscalização para coibir exploração ilegal de madeira no PAE Juruti Velho).

A terceira luta se estabelece diretamente com a mineradora ALCOA, que, após negar o território abrigo das comunidades de Juruti Velho, passou a conhecer e identificar a força do movimento à medida que se negava a dar importância e a negociar com ele. Essa postura provocou uma maior unidade do movimento e a ocupação por nove dias consecutivos das bordas da Base Capiranga (Figura 21) pelo “Movimento Juruti em Ação”, liderado pela ACORJUVE, em janeiro de 2009.

Figura 21: Ocupação da Base Capiranga da ALCOA pelo “Movimento Juruti em Ação”, sob a liderança da ACORJUVE, janeiro de 2009.



21A- Tropa de Choque; 21B- Representante da ALCOA e comunitários; 21C- Mobilização comunitária; 21D- Mobilização comunitária; 21E- Irã Bruhilde Henneberger discursando; 21F- Mesa de negociação (Ministério Público, INCRA, ACORJUVE, Governo, ALCOA, SEMA e ITERPA).
Fonte: Arquivo digital ACORJUVE, 2009.

A base só foi desocupada após as autoridades de diferentes esferas do poder (federal, estadual, municipal, local e empresarial)

sentarem à mesa de negociação com os representantes do movimento. Essa situação, portanto, exigiu a presença de autoridades para mediar o conflito que chegara a um dos seus níveis mais elevados de tensão e de reconhecimento dos direitos das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho. A partir dessa luta, a ACORJUVE conquistou o direito de receber pagamento da ALCOA referente à participação no resultado da lavra no interior do PAE Juruti Velho. De acordo com dados fornecidos pela ALCOA foram realizados os seguintes repasses para a ACORJUVE: R\$ 757.000,00 em 2009; R\$ 5.600.000,00 em 2010 e R\$ 3.600.000,00 em 2011. Valores que, se bem aplicados pelos seus gestores, poderão potencializar a qualificação profissional, capacidade técnica para a produção agropecuária e outras atividades, estimulando ainda mais as mudanças territoriais hoje em curso no interior do PAE.

Para acompanhar e responder às demandas exigidas a partir do conflito socioambiental que envolvem o PAE Juruti Velho e o seu entorno, a ACORJUVE mantém a orientação de advogados, das irmãs franciscanas de Maristella, de uma rede de apoio institucional (tanto público quanto privado) e das comunidades organizadas em defesa do seu território abrigo, como se pode perceber na fala, a seguir, de uma liderança da Vila de Muirapinima. Dessa forma, se pode compreender como o conflito socioambiental alimenta a organização e o fortalecimento da ACORJUVE:

Liderança: [...] os caras lá fora se admiram porque foi o único município, o único lugar que já fizeram o presidente da ALCOA vir aqui, porque em outros lugares é só passando o rolo por cima das famílias, do povo e pronto. Mas aqui não, eles sabem que têm uma união muito forte, que quando o chefe grita é mesmo que ser um bando de queixada, quando o que vai na frente dá um eco a turma se espalha [...] (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 5 de julho de 2011).

8.3 Territórios de caça, pesca, extração florestal, roças e roçados

O PAE Juruti Velho, com seus territórios de caça, pesca, extração florestal, roças e roçados, foi construído como projeto coletivo, por isso, não há títulos individuais de terra, ainda que existam moradores que sonham com título individual (como pode ser observado na fala, em destaque a seguir) e reconheçam a grande importância da luta e a conquista do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. O título é em nome da ACORJUVE e por ela são concedidas autorizações individuais de uso. Dessa maneira, a terra não poderá ser negociada com pessoas de fora do PAE. A cessão de benfeitorias poderá ocorrer entre os beneficiários, desde que com a intermediação da ACORJUVE.

Pesquisador: Como foi para vocês conquistarem o título?

Liderança: Eu creio que foi através da organização [...]. Foi criado a ACORJUVE [...], e a gente sentiu que conseguiu coisas que, se não fosse assim, seria muito difícil [...]. A gente ia ficar só sendo posseiro no lugar que a gente estivesse ocupando. Através dessa associação, a gente teve uma força tão rápida [...]. O Incra tem ajudado bastante [...] porque através da nossa organização [...] foi exatamente quando houve a criação da ACORJUVE pra tirar documentos e legalizar nossas terras que até hoje estão num só título. Ainda não estão dividindo o bolo, pra cada um uma fatia. Mas, na esperança de que um dia vai chegar, por mais que eu não consiga chegar a esse ponto, meus filhos, netos vão chegar, mas pra chegar nesse ponto, meus pais, meus avós lutaram pra chegar nesse ponto. (Entrevista realizada na Comunidade Capiranga, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, 22 de junho de 2011).

Os ambientes de uso comum (lago, rio, floresta, capoeira e várzeas) são de livre acesso e uso, respeitando a legislação ambiental vigente. A associação fica responsável pela resolução eventual de

problemas entre os moradores. Caminhos, ramais e estradas são de uso irrestrito dos moradores do PAE, do mesmo modo que a conservação e zelo é responsabilidade de todos que dele fazem uso:

As áreas de uso comum como rios, lagos, praias, barrancos e várzeas, serão utilizadas pelos moradores do projeto, respeitando a legislação ambiental, ficando a associação com a responsabilidade de resolver os problemas que venham a existir entre os moradores. (INCRA, 2007. p.2).

Cada morador do PAE é potencialmente um fiscal, portanto, pode denunciar à ACORJUVE, ao INCRA e ao IBAMA qualquer atividade irregular que esteja sendo praticada no interior e no entorno imediato do PAE, para evitar que seu território abrigo possa se transformar em apenas território recurso sob o controle daqueles que chegam cobiçando o que ali existe na forma de “recursos naturais” da área.

A ACORJUVE, juntamente com técnicos do INCRA e fiscais dos órgãos ambientais competentes, faz a fiscalização do PAE, que não tem apenas caráter punitivo. Também são desenvolvidas estratégias educativas que incluem o Projeto Pé-de-Pincha, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e o Programa Quelônios da Amazônia (PQA), desenvolvido pelo IBAMA com apoio da ALCOA. As iniciativas serão mostradas na seção a seguir, relativa ao território de pesca.

8.3.1 Territórios de caça

Liderança: As caçadas que eles faziam aqui [...] eram feitas com cachorro [...]. Aí, vamos supor o camarada tinha três ou quatro cachorros e bem cedo ele pegava o pico da roça, onde o veado estava comendo. Aí eles botavam os cachorros em cima e aí já tinha outro aqui na canoa esperando de lá pra

cá. Quando os cachorros sentiam a caça eles latiam e podiam esperar que o veado vinha pro lago [...]. Quando chegava o da canoa cacetava e colocava (a caça) para dentro da canoa. Quando eu cheguei aqui [1968] tinha muita caça. (Entrevista realizada pelo pesquisador, na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011).

Tradicionalmente, as comunidades da área tinham na caça uma das suas principais fontes de alimento. A redução da atividade está atrelada ao consumo local e ao mercado de carne salgada, com destaque para a capivara (*Hydrochoerus capivara*), porco-do-mato (*Dicotyles labiatus*), anta (*Tapirus americanus*), veado (*Coassusrufus*), paca (*Coelogenis paca*) e cutia (*Dasyproctaguti*), pelo menos até a grande exploração do pau-rosa na região.

O mercado de peles contribuiu para reduzir drasticamente a quantidade de onça (*Panthera onça* e *Puma concolor*), gato-maracajá (*Leopardus wiedii*) e jacaré (*Melanosuchus niger*). Por outro lado, os desflorestamentos decorrentes da expansão agropecuária, principalmente na margem do lago, em direção ao interior, também vem contribuindo para a redução cada vez maior dos territórios de caça.

Atualmente, a caça no PAE Juruti Velho é uma atividade com baixa capacidade complementar, uma vez que seus estoques foram muito reduzidos ao longo do tempo. Porém, a pesquisa detectou por meio de diálogos e entrevistas gravadas que a frequência de caça aumentou nas proximidades das comunidades localizadas nas bordas dos lagos, e que tal situação passou a ocorrer em função do grande desmatamento e do barulho frequente provocado pela instalação e expansão da mineradora ALCOA no interior da floresta, perturbando a vida silvestre e afugentando animais para as proximidades das margens do lago onde está localizada a maioria das comunidades ribeirinhas do PAE.

Por outro lado, várias comunidades reconhecem que o deslocamento desses animais facilitou a caça, mas por outro, tem criado muitos problemas, estimulando ainda mais o conflito entre comunidades e a mineradora. A expansão da mineração, além de colocar sob ameaça seus estoques de caça, também tem provocado o deslocamento dos bandos de porcos-do-mato ou queixada (*Tayassu pecari*) do interior da floresta, causando sérios prejuízos às suas roças. Além disso, onças e gatos-do-mato passaram a ameaçar, com certa frequência, animais domésticos e suas criações, como cachorro, gado, carneiros, bodes, galinhas, como retrata uma liderança na comunidade Santa Rita.

Liderança: [...] na vizinha, ela veio à noite, os cachorros atacaram e correram pra cozinha pra se esconder da onça, aí ela entrou na cozinha e pegou um dos cachorros e levou para o mato. No dia seguinte, ela se arrumou, pegou as crianças e se passou aqui pra comunidade (núcleo), como medo da onça pegar os filhos dela [...]. De lá, ela passou pra cá [...], veio pegar o bezerro da vaca do vizinho. Aí ela enfrentou eles, porque eles gritavam com a onça e ela chiava. A vaca também bradou com a onça, ainda deu uma furada na onça e ela não conseguiu levar o bezerro. Aí ela abandonou [...]. Eles ficaram com medo de matar ela, mas ela veio pra levar o bezerro da cozinha, mas ela não conseguiu [...]. Isso está fazendo uns três ou quatro anos [...]. O ano passado o dano delas foi perigoso. O pessoal já tinha medo dela vir e agredir qualquer pessoa pra pegar. Não era só uma, era lote delas, era muita onça... Os porcos-queixada acabaram com a roça dos vizinhos [...]. Depois que a mineradora já estava trabalhando eles foram se mudando pra cá pra perto do rio. (Entrevista realizada pelo pesquisador na comunidade Santa Rita, Lago Miri, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, no dia 19 de junho de 2011).

De posse dessas informações, a pesquisa procurou verificar nos órgãos competentes que atuam no município, dentre eles a representação do IBAMA, se havia ocorrido ou se ainda estava em curso alguma ação para resolver esse tipo de problema causado às comunidades do lago Miri. A resposta foi negativa. Nesse sentido, registrou-se a manifestação do conflito socioambiental no município de Juruti, ao mesmo tempo em que foi constatado que não houve para essa situação qualquer ação compensatória²⁸ por parte da ALCOA, em favor das comunidades ribeirinhas que reclamam dos transtornos sofridos por perdas e danos.

Outras comunidades reclamaram durante a pesquisa da perda de seus territórios de caça para a mineradora. Destacaram as cabeceiras dos igarapés do Jauarí, Prudente e Capiranga, onde a lavra de bauxita está em franca expansão pelas próximas décadas. Eles não vislumbraram solução para o conflito que se estabeleceu em função do processo em curso.

8.3.2 Territórios de pesca

Em sua maioria, os pescadores do PAE Juruti Velho desenvolvem atividades múltiplas. A pesca é feita em um raio de ação muito restrito, próximo do seu local de residência e, principalmente para atender ao consumo familiar. A pesca no PAE Juruti Velho é praticada em embarcações pequenas, ou seja, em botes ou cascos, canoas, rabetas e bajaranas (parecidas com as chamadas, no passado, de igarités) (Figura 22). A bajara tem capacidade de fazer trajetos mais longos e armazenar o pescado em urnas ou isopor com gelo, para atender ao abastecimento do mercado local.

²⁸ Esclarece-se que aqui não se refere ao pagamento realizado, por força da lei, pela mineradora ALCOA às comunidades do PAE Juruti Velho, correspondente à chamada Participação no Resultado da Lavra. Refere-se, entretanto, à compensação por prejuízos e danos causados aos comunitários.

Figura 22: Instrumentos de pesca utilizados no PAE Juruti Velho, Juruti-Pará.



22A- Bajara e apetrechos de pesca, julho de 2011 e 22B- Rabetas no porto de Muirapinima, julho de 2011.

Fonte: Fotos do autor da pesquisa (2012).

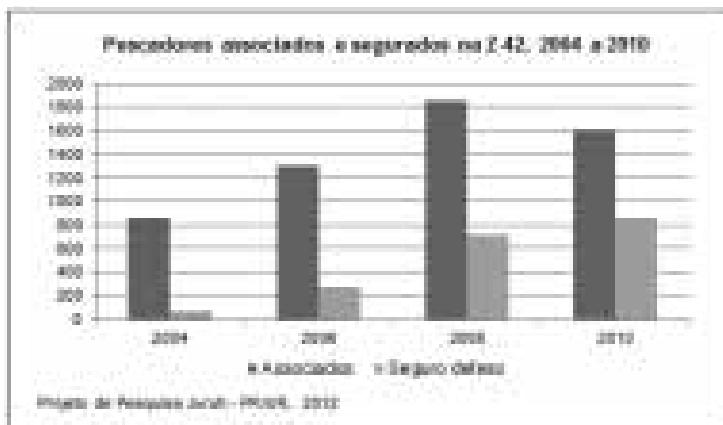
Geralmente, os pescadores do PAE Juruti Velho são filiados à Colônia dos Pescadores de Juruti (Z-42) localizada na sede do município. Entretanto, eles reclamam da frágil atuação do órgão, principalmente quando o assunto é o seguro-defeso. Para receber qualquer benefício, os pescadores devem estar regularizados e em dia com a Colônia.

Como o nível de escolaridade e as condições financeiras são muito baixos, uma parte dos pescadores não se interessa em procurar ou manter as suas obrigações junto à Colônia, o que dificulta no momento de receberem os benefícios derivados da mesma.

Dados da Z-42 mostram significativas conquistas para ampliar do universo de seus associados, passando de aproximadamente 850, antes do início da instalação do projeto de mineração da ALCOA,

para mais de 1.600 em 2010. Por outro lado, em 2004, apenas 9,42% dos associados receberam o seguro; em 2008, porém, o índice subiu para 38,39%; atingindo 54,02% em 2010 (Gráfico 40).

Gráfico 40: Pescadores associados e segurados na Z-42.



Fonte: Elaborado pelo Projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012, com base nos dados da Colônia Z-42, Pesquisa de campo 2010-2012.

A pesquisa detectou que dois fatores foram decisivos para o aumento da procura, pelos pescadores, da Colônia Z-42 para legalizar suas situações. O primeiro está vinculado ao interesse pelo seguro-defeso, aliado à ampliação da fiscalização pelos órgãos competentes, com objetivo de coibir a sobrepesca de algumas espécies em determinadas épocas do ano, em período de reprodução e proibição permanente para outras, a exemplo dos quelônios, muito apreciados pela população local.

Impedidos de pescar ou passíveis de terem seus apetrechos de pesca apreendidos por agentes do órgão de fiscalização, muito deles passaram a aderir ao seguro-defeso por intermédio da Z-42. Alguns deles, segundo informações extra-oficiais, recebem o seguro,

mas continuam suas atividades de pesca, mesmo correndo risco de terem seus instrumentos apreendidos. Não obstante, a pesquisa não conseguiu comprovar essa situação apontada por colaboradores locais.

O segundo fator está relacionado à divulgação e chamamento para a necessidade da organização da categoria. Nesse sentido, o movimento de organização social que se estabeleceu no município, em função dos debates provocados ao longo do processo de instalação e operação da mineradora ALCOA, também foi muito importante para despertar o interesse pela participação em seu órgão representativo.

O representante da Z-42 avalia como positiva a chegada da mineradora e suas contratadas em relação ao crescimento do número de sócios da entidade que ele representa. Isso pode ser observado no trecho da entrevista abaixo:

Liderança: Juruti, a partir de 2004, teve um bom desenvolvimento através das empresas (contratadas pela ALCOA) e da população que chegou para o município. No caso da Z-42, ela se desenvolveu muito a partir de 2006 pra cá, com o crescimento dos sócios [...]. Eu venho trabalhando na Colônia de Pescadores desde 1997. Conheci essa Colônia baixinha, com 160 sócios e hoje, com o crescimento das empresas, da população [...], a Colônia teve um crescimento muito bom. Hoje, nós temos 2.143 sócios. Com isso, deixa um resultado [...]. A Colônia trabalha em prol de ajudar o pescador, tem o seguro-defeso, por exemplo. Hoje nós já temos duas caixas que já pagam o pescador aqui, foi um crescimento [...]. Por outro lado, hoje tem barco todo dia pra Santarém, Oriximiná, Parintins. Melhorou muito [...]. (Entrevista realizada pelo pesquisador na cidade de Juruti-PA, no dia 9 de fevereiro de 2011).

Considerando o tipo de ambiente onde a pesca é realizada por pescadores do PAE Juruti Velho, é possível destacar três territórios de pesca (Figura 23). O primeiro tipo corresponde à pesca no interior do lago Juruti Velho e igarapés, para esse tipo é utilizado com grande frequência linha de mão, caniço, tarrafa, zagaia e pequenas redes denominadas de malhadeiras. Vale registrar a existência centenária de uma técnica de pesca proveniente dos antigos habitantes indígenas, em desuso. É a chamada xiripana ou siripana.

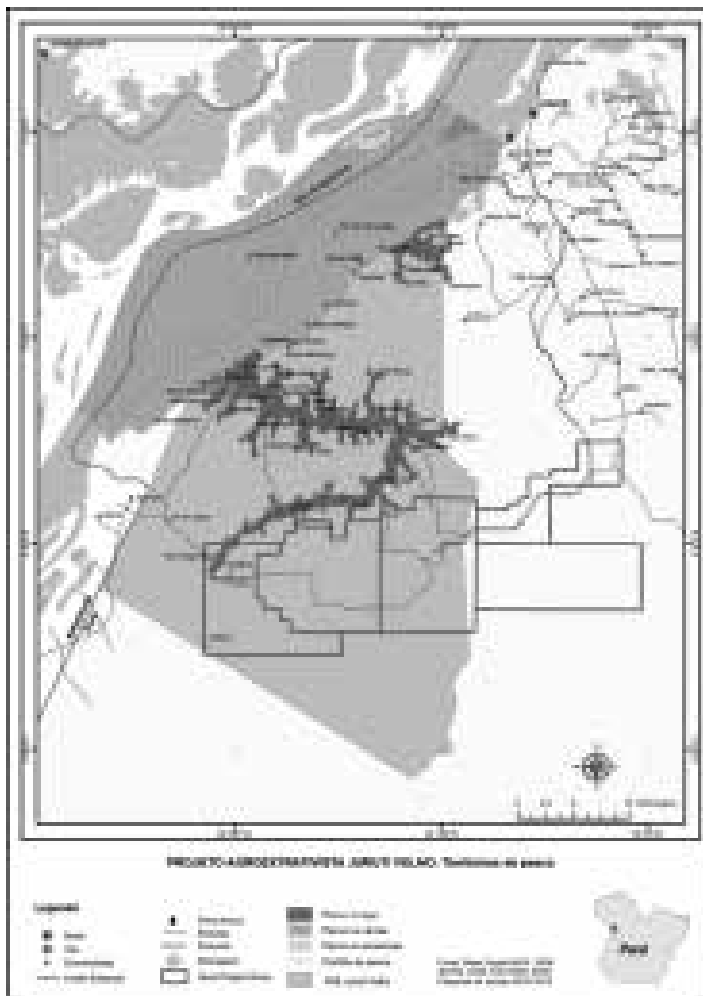
Pesquisador: O senhor me falou da xiripana ou siripana. Como é isso?

Liderança: Siripana é uma pescaria que foi feita ao longo dos anos aqui na nossa comunidade. Ela era aqui na Vila Juruti Velho. Se aproveita o período da seca, quando a seca é grande e facilita porque diminui o espaço do rio [...].

Pesquisador: O que é a pesca da siripana?

Liderança: Não é nada mais do que um lazer pra pegar a comida. A gente pega, vai no mato, tira a palha, de preferência a palha do inajazeiro e abre [...], depois a gente amarra, emenda uma na outra de acordo com a largura do lago e localiza onde estão os peixes em cardume. A preocupação do pescador da siripana é o habilitador que vai com as canoas atrás da palha. Então, se vão quatro na frente arrastando as palhas, entram quatro nas canoas [...]. Quando o peixe sente que a palha está penetrando no cardume, ele pula por cima da palha, aí o que vem atrás, incumbido de aparar, faz o manuseio do casco para aparar o peixe. Quando tem muito, ele não aparar todos mais. Se pulam 50 (peixes), com certeza de 20 a 30 ficam dentro da canoa... Eu cheguei a fazer com meus avós, com meus tios, com meus parentes e aprendi a fazer [...]. Em 1978, eu acredito que foi a última pesca da siripana que aconteceu, porque a partir daí entraram aqui uns senhores que trouxeram pela primeira vez a malhadeira... (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

Figura 23: Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: territórios de pesca, 2012.



Fonte: Mapa elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); INCRA (2009); CNEC (2005); Pesquisa de campo (2010-2012), 2012.

O referido entrevistado também esclarece sobre dois outros tipos de pesca muito usados no passado pelos pescadores locais: a pescaria de facho, ou seja, a queima do facho de palha que clareia o baixio (fundo do rio), permitindo que se veja e alveje os peixes, com uso da flecha ou zagaia. O facho foi substituído pela poronga a querosene ou diesel e depois pela lanterna a carbureto (carbeto de cálcio) ou à pilha. Esse tipo de pesca ocorria principalmente na época da vazante do rio e demandava duas pessoas, uma que remava na popa da canoa e a outra que clareava e alvejava os peixes.

O outro tipo que, segundo o entrevistado, hoje está em desuso é a pescaria com auxílio do boto. O pescador atraía o boto por meio de assovios ou barulho produzido com remo na água e fazia-se a pescaria nas margens do lago:

Liderança: [...] boto pescador.

Pesquisador: Como é que é isso?

Liderança: O boto pescador é aquele boto que hoje vigia a malhadeira pra nós aqui. Ele é um grande fiscal do IBAMA. Ele não permite que a gente demore tanto com a malhadeira na água, ele fura tudo, ele arrasta, ele arrebenta toda malha da gente. Naquela época, a gente fazia o seguinte: pegava a lanterna e nós íamos para a beirada (do lago), onde a gente chamava o boto através de um assovio ou mesmo batia o remo no lago e soltava a cachaça dele; ai ele vinha, acompanhava a gente aonde a gente fosse e, quando dava no cardume do peixe, principalmente do tucunaré, ele fazia todo um... Porque o tucunaré vinha se esconder pra terra, no baixo mesmo, ai o pescador só tinha o cuidado de colocar pra dentro [...]

Pesquisador: Então o boto acabava, digamos assim, encurralando os peixes?

Liderança: Encurralando os peixes [...] pra beira [...]. O cuidado do pescador era não deixar que o boto comesse, porque se ele pegasse um peixe, ele comia e lá mesmo, quando a gente

via que já estava feito o almoço, permitia que ele comesse o tucunaré, que sabia que após a alimentação dele, ele não ia mais acompanhar, ele saía gratificado [...] Hoje... é muito raro, só tem uns cinco pescadores que ainda fazem isso. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

No interior do PAE Juruti Velho, dois lagos se destacam pelo tamanho, número de praias, comunidades existentes nas suas bordas e pela diversidade pesqueira: Miri e Juruti Velho. Esta último, tem sido motivo de grande preocupação das comunidades ribeirinhas com o futuro da atividade pesqueira, uma vez que já foram identificados sinais de poluição dos igarapés tributários do lago. Esse fato ocorreu às proximidades das comunidades Monte Sinai e Prudente, em consequência do deslocamento de grande quantidade de sedimentos em função da movimentação do solo para implementação das atividades do projeto de mineração. De acordo com as informações obtidas pela pesquisa, a suposta poluição do lago Juruti Velho é um dos principais temores e ponto de atrito entre comunidades ribeirinhas e a mineradora ALCOA.

O segundo tipo corresponde à pesca nos ambientes de várzeas localizadas entre a “boca” do lago Juruti Velho e o rio Amazonas, além das adjacências do paraná do Balaio. Essas áreas também se constituem em território de pesca das comunidades do PAE Juruti, embora esse ambiente de várzea pertença ao PAE Balaio, que é constituído integralmente por áreas de várzea do rio Amazonas, onde a pesca ocorre com maior frequência durante os períodos de enchente e vazante, praticada pelas comunidades dos dois PAEs. Os atritos se estabelecem, porém, com os chamados “pescadores de fora”.

Durante os dois outros períodos (seca e cheia), a atividade pesqueira torna-se mais difícil, uma vez que, na época da seca,

os peixes ficam restritos aos lagos e muitas espécies ficam protegidas pelo defeso. Durante a cheia, os peixes se espalham demais, dificultando a localização pelos pescadores. É um tipo de autoproteção natural dos estoques pesqueiros. Sem o sistema de várzea, provavelmente muitas espécies já teriam desaparecido frente ao processo de apropriação dos recursos, tanto por pescadores locais quanto pelos chamados “pescadores de fora” que, segundo a Z-42, são provenientes principalmente do vizinho município de Óbidos.

O ambiente de várzea, periodicamente inundado, e os igapós, permanentemente inundados, se tornam locais de reprodução, criadouro e difusão de muitas espécies de peixe. Por isso, esses ambientes deveriam receber atenção especial para sua utilização e preservação. Entretanto, durante os anos de produção de juta, a maior parte das matas foi derrubada para dar lugar ao seu cultivo. Posteriormente, algumas famílias um pouco mais capitalizadas transformaram suas áreas em pastagens, nas quais mantêm o gado no período do chamado “verão”.

Outras famílias, como forma de obter renda, passaram a arrendar essas áreas para a criação de gado de terceiros. Essa lógica, ao longo das últimas décadas, tem contribuído para deteriorar a qualidade do ambiente de várzea. A criação do PAE Balaio, em 2005, pode contribuir para desacelerar o processo de destruição desse sensível ecossistema, historicamente muito importante para a reprodução social dos varzeiros e ribeirinhos da região.

O crescimento e a diminuição do nível das águas do rio Amazonas mudam significativamente a paisagem nas margens do rio. A “cheia” é o tempo que pode significar escassez. É nessa época que os peixes se espalham pelas matas alagadas, dificultando sua captura. É também o período de reprodução de muitas espécies.

Por isso, os tempos de “cheia” e “seca” são de extraordinária importância para a organização social dessas populações, uma vez que o tempo da natureza influencia de modo direto na orientação das atividades que serão desenvolvidas, estando a organização socioespacial das comunidades estreitamente ligada a essa lógica da dinâmica anual dos ambientes. Nesse sentido, no PAE Juruti Velho torna-se impossível entender a (re)organização do território sem compreender a estreita relação entre natureza e sociedade/culturas locais.

O terceiro tipo corresponde à pesca no rio Amazonas e exige maior preparo e técnica. Geralmente realizada em equipe e com o uso de espinhel e/ou malhadeiras de maior alcance, tanto em comprimento quanto em altura.

A atividade pesqueira no PAE Juruti Velho varia bastante de acordo com a sazonalidade anual das águas e com os ambientes em que os peixes se encontram. De acordo com a espécie de peixe e do ambiente onde se encontra é escolhido o tipo de arreo a ser utilizado (Tabela 7).

Tabela 7: Principais espécies e disponibilidade de captura nos respectivos ambientes, pelos pescadores do PAE Juruti Velho.

Continua

Nomeclatura local	Família ou Espécie	Captura lago	Inst. de pesca	Captura várzea	Inst. de pesca	Captura rio Amazonas	Inst. de pesca
Acará	<i>Geophagus proximus</i>	alta	1-2-3-7-8	alta	1-2-3-7-8	-	-
Acarí	<i>Liposarcus pardalis</i>	baixa	7-8	alta	7-8	-	-
Apapá-amarelo	<i>Pellona castelnaeana</i>	alta	5-7-8	média	8	alta	8-9-10
Apapá-branco	<i>Pellona flavipinnis</i>	baixa	8	alta	7-8	alta	8-9-10
Aruaná	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	baixa	2-3-5-7-8	alta	2-3-5-7-8	-	-
Aracu	<i>Schizodon fasciatus</i>	alta	1-7-8	alta	1-7-8	alta	7-8
Branquinha	<i>Psectrogaster</i> spp.	alta	7-8	alta	7-8	média	7-8
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	baixa	7-8	alta	2-7-8	alta	7-8
Cujuba	<i>Oxidoras niger</i>	baixa	7-8	alta	7-8-9	alta	7-8-9-10
Charuto		alta	8	alta	8	baixo	8

Tabela 7: Principais espécies e disponibilidade de captura nos respectivos ambientes, pelos pescadores do PAE Juruti Velho.

Conclusão

Nomeclatura local	Família ou Espécie	Captura lago	Inst. de pesca	Captura várzea	Inst. de pesca	Captura rio Amazonas	Inst. de pesca
Dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	baixa	5-8	média	8-9	alta	5-6-7-8-9-10
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	média	5-6-8	média	6-8-9	alta	5-6-8-9-10
Jandiá	<i>Rhandia spp.</i>	baixa	6	baixa	6-9	alta	6-8-9-10-11
Jaraqui	<i>Semaprochilodus theraponura</i>	média	7-8	média	7-8	alta	7-8
Jatuarana ou matrinchã	<i>Brycon cephalus</i>	alta	1-7-8	média	1-8	média	7-8
Mapará	<i>Hypophthalmus spp.</i>	alta	8	alta	8	alta	8
Peixe moela ou Fura-calça	<i>Pimelodina flavipinis</i>	baixa	8	alta	8	baixa	8
Mandií	<i>Pimelodus blochii</i>	média	1-5-7	alta	1-5-7	alta	7
Pescada	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	alta	7-8	alta	7-8	média	8
Pacu	<i>Mylossoma spp.</i>	alta	1-2-7-8	alta	1-2-7-8	alta	7-8
Pirapitinga	<i>Piaractus brachipomus</i>	baixa	1-7-8	alta	1-2-6-7-8	média	7-8
Piracatinga	<i>Calphysus macropterus</i>	alta	1-5-6-7-8	alta	1-5-6-7-8	alta	5-6-7-8
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma sp.</i>	baixa	5-7-8	média	7-8-9	alta	5-6-7-8-9-10
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	difícil	4	média	4-9	baixa	4
Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	baixa	5-6	alta	5-6-9	alta	5-6-9-10-11
Piranha	<i>Characidae</i>	alta	1-7-8	alta	1-7-8	baixa	7
Surubim	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	média	4-7-9	alta	4-6-7-9	alta	6-7-9-10
Sardinha	<i>Triportheus elongatus</i>	baixa	1-7-8	alta	1-7-8	média	7-8
Tucunaré	<i>Cichla ocellaris</i>	alta	1-5-7-8	alta	7-8	baixa	8
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	média	1-7-8-9	alta	1-7-8-9	média	9
Traira	<i>Hoplias gr. malabaricus</i>	alta	1-7-8	alta	1-7-8	baixa	7
Tamoatá	<i>Hoplosternum littorale</i>	média	7-8	alta	7-8	baixa	7
Arraia	<i>Chondrichthyes</i>	alta	5-6	alta	5-6	baixa	6
Pitiú	<i>Podocnemis sextuberculata</i>	rara	5-7-8	rara	7	média	8
Peixe-boi	<i>Trichechus inunguis</i>	rara	4	rara	4	rara	4
Tracajá	<i>Podocnemis unifilis</i>	média	2-9	média	2-4-9	rara	9
Tartaruga	<i>Podocnemis expansa</i>	rara	2-4	rara	2-4	rara	2-4-9
Irapuca (calalumã)	<i>Podocnemis erythrocephala</i>	rara	-	rara	-	rara	-

Caniço (1); flecha (2); zagaia (3); arpão (4); linha comprida (5); espinhel (6); tarrafa (7); miqueira (8); malhadeira de nylon (9); malhadeira; bubuieira (10) e curumim (11).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2011.

Ao respeitarem os limites estipulados por meio de acordos tácitos, os comunitários estabelecem o controle da pesca e, ao mesmo tempo, interditam dentro do PAE Juruti Velho a ação dos chamados “pescadores de fora”, comum nos grandes lagos de várzea, como é o caso do Lago Grande do Curuai e no rio Amazonas.

No interior do PAE é estabelecido o controle da atividade pesqueira pelos próprios comunitários e pela ACORJUVE, evitando a pesca predatória e a sobrepesca. Na área, o “acordo de pesca”²⁹ tem tido êxito em função do grau de organização alcançado pelos comunitários nos últimos anos.

Preocupados em assegurar estoques pesqueiros para os moradores do PAE, os comunitários passaram a evitar a pesca em locais estratégicos de reprodução, tais como as cabeceiras de igarapés que alimentam o lago Juruti Velho (igarapés Guaraná, Taxi, Prudente, Igarapé-Açu) e outras áreas previstas em acordos de pesca.

A ACORJUVE e as comunidades têm incentivado e participado de projetos de manejo, como o “Projeto Pé-de-Pincha”, coordenado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), voltado à proteção de quelônios. Por meio dessa iniciativa são recolhidos os ovos para incubar e fazer a soltura em lugares menos vulneráveis aos predadores (os humanos principalmente). Entretanto, a ALCOA, por intermédio

²⁹ Constituído por um conjunto de normas criadas pelas comunidades interessadas, para regular a atividade pesqueira em nível local. O acordo é uma maneira de reconhecer o conflito socioambiental existente e, ao mesmo tempo, é uma tentativa de evitar perdas irreversíveis do estoque pesqueiro, para que as comunidades envolvidas possam ter acesso coletivo ao recurso sem comprometer uma de suas principais fontes de alimento. Em 2003, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) publicou a Instrução Normativa n. 29, reconhecendo o acordo de pesca como um instrumento de ordenamento pesqueiro.

de suas contratadas, tem apoiado grupos de famílias em algumas comunidades, fundamentalmente evangélicos, para promover a criação de peixes em gaiolas. Isso, inclusive, tem colaborado para estimular atritos entre membros das próprias comunidades, como observou Castro:

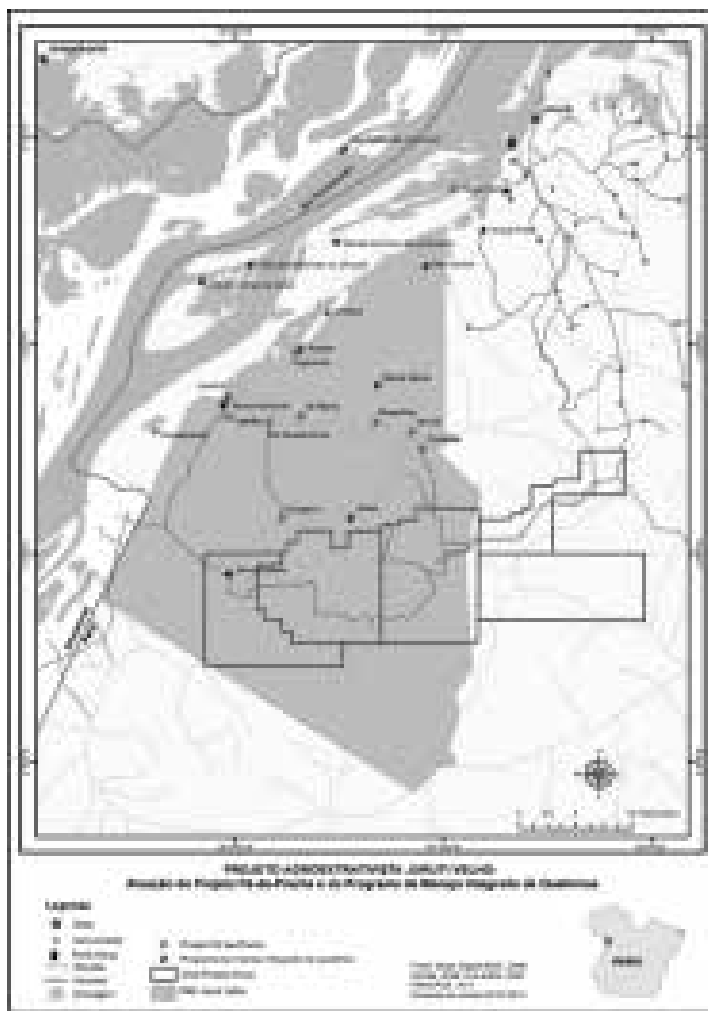
O fato tem gerado o isolamento de algumas comunidades que se beneficiaram desse apoio. Parte das comunidades que não aceitou os investimentos para manejo da fauna aquática, cedido pelo empreendimento, não o utilizam por serem contrários à instalação da mina, e por entenderem que os projetos atenderiam apenas os interesses do próprio empreendimento (CASTRO, 2010, p. 32).

Outra importante iniciativa conservacionista em relação aos quelônios nas comunidades do município de Juruti vem sendo desenvolvida desde o ano de 2008, por meio do Programa de Manejo Integrado de Quelônios (PMIQ), vinculado ao Projeto Quelônios da Amazônia (PQA – reinstitucionalizado pelo IBAMA), e apoiado pela mineradora ALCOA. A figura 24 espacializa a ação do programa de conservação de quelônios no município de Juruti, mais especificamente, no PAE Juruti Velho.

De acordo com o PMIQ/PQA (2011), as principais espécies de quelônios por eles manejadas no município de Juruti são o tracajá, a cabeçuda, o irapuca, o pitiú e a tartaruga, sendo que as quatro primeiras espécies também são encontradas no interior do PAE Juruti Velho.

Ao longo dos anos tem ocorrido a ampliação do número de comunidades participantes do PMIQ/PQA. Em 2011, ano fechado de operação, atingiu o montante de 26 comunidades, das quais seis pertencem ao PAE Juruti Velho (Nova Galileia, Jauari, Monte Muriá, Novo Horizonte, Miri Centro e Raifran).

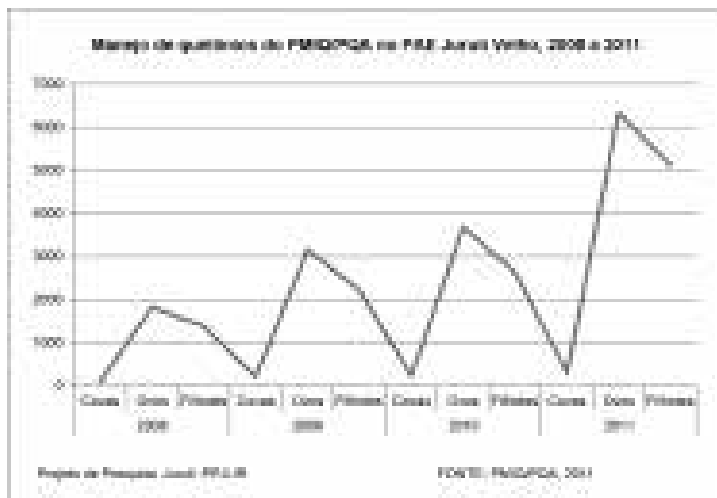
Figura 24: Mapa do Projeto Agroextrativista Juruti Velho: atuação do Projeto Pé-de-Pincha e do Programa de Manejo Integrado de Quelônios, 2012.



Fonte: Mapa elaborado pelo projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); INCRA (2009); CNEC (2005); BRASIL (2011); Pesquisa de campo (2010 a 2012), 2012.

A pesquisa constatou que o PMIQ/PQA tem apresentado bons resultados, tanto do ponto de vista da participação e organização comunitárias quanto do número de quelônios reproduzidos e devolvidos (Gráfico 41) para ajudar no repovoamento dos ambientes (lagos e rios) que no passado eram ricos nas espécies. Por outro lado, as atividades de educação ambiental têm contribuído para sensibilizar principalmente os mais jovens em relação à necessidade de preservar essas espécies que correm risco de extinção, caso não haja uma política séria de controle, inclusive colocando as diferentes esferas institucionais como corresponsáveis pela preservação de uma das principais fontes de alimento das populações ribeirinhas e das demais populações locais.

Gráfico 41: Manejo de quelônios no PAE Juruti Velho (2008- 2011).



Fonte: PMIQ, 2011.

Não obstante, houve omissão do poder público e da própria sociedade civil organizada durante o processo de licenciamento

da ALCOA, por isso essas espécies ficaram ainda mais ameaçadas, uma vez que o crescimento populacional local passou a fazer maior pressão de consumo sobre os estoques restantes nos ambientes naturais. Mesmo assim, a preservação dessa importante fonte de alimento local não entrou como uma condicionante para instalação e operação do projeto de mineração. Diante desse fato, entende-se que essa condição pode desobrigar a empresa de reparar seus efeitos negativos em relação à preservação dessas espécies.

Ainda como parte das ações do referido programa, em 2012 os rios e lagos da região receberam mais de 53 mil filhotes de quelônios, um incremento de 112% em relação a 2010 e 418% em relação a 2008. Tais percentuais foram possíveis pela ampliação do compromisso e da participação comunitária, além das adaptações e melhorias das metodologias de manejo empregadas por técnicos do programa e comunitários. Também de acordo com dados do programa, até agora se envolveram nas ações em todo o município de Juruti 1.254 famílias, em um total de 7.579 pessoas. Apesar desse esforço, existe ainda muita fragilidade e pouca segurança em relação à conservação e contribuição para a segurança alimentar das populações locais.

8.3.3 Territórios extrativistas florestais

O extrativismo florestal é uma atividade essencial e acompanha toda a trajetória de formação e reprodução espacial ou territorial das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho. A floresta é fonte de diversos “recursos naturais” que ajudam a sustentar modos de vida comunitários que vêm se desenvolvendo por várias gerações.

Essa é uma das razões pelas quais as comunidades sentem-se inseguras frente à instalação e operação da ALCOA. Sabem

elas que parte dos “recursos naturais”, sempre disponíveis aos comunitários, hoje esta sob o controle da empresa. Assistiram chegar mais um agente externo, sofreram pela falta de informação e sentiram a ameaça cada vez mais próxima, subtraindo os seus territórios, tanto de caça quanto de acesso aos bens que a floresta sempre lhes ofereceu, tais como o cipó-ambé (*Philodendron imbe*), cipó titica (*Heteropsis jenmani*), palha, breu, óleos, tucumã-açu (*Astrocaryum princeps*), mucajá (*Acrocomias clerocarpa*), uxi (uxicuruá – *Soccoglottis verrucosa* e uxipucu – *Soccoglottis uxi*), piquiá (*Caryocar villosum*), patauá (*Oenocarpus pataua*), bacaba (*Oenocarpus distichus*), açai (*Euterpe oleracea*), cumaru (*Coumarouna adorata*) e castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*). Essas espécies são coletadas nos meses chuvosos de final e início de cada ano, constituindo-se em uma importante fonte de renda anual.

A prática dos artesãos que trabalham no fabrico de botes, canoas, barcos, cestarias, tipiti, paneiros, vassouras, abanos, etc, é buscar, no interior da floresta, a matéria-prima necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Seus territórios de coleta são completamente irregulares e dependem do ciclo da natureza. Por isso, as ações que possam promover supressão de mata sempre são vistas como ameaça às suas atividades.

A atividade dos artesãos, pelos levantamentos da pesquisa, não oferece ameaça aos ecossistemas florestais, uma vez que a produção é de baixa escala e, por isso, com pouca intervenção direta na floresta, mesmo para aqueles que trabalham nas construções de pequenos barcos, canoas e botes. Entretanto, as atividades de roça que se estabelecem, sobretudo, às proximidades dos ramais e das bordas do lago Juruti Velho promovem maiores sinais de substituição da mata nativa, ainda que, por conta da técnica de pousio (descanso

do solo), faça com que seus efeitos destrutivos sejam bem menores que exploração de madeira com a seguida substituição da mata por pasto, prática muito comum nas diversas amazônias, inclusive na região Baixo Amazonas.

A exploração madeireira tem grande destaque para atender as demandas históricas das comunidades para fabrico de suas casas, barracões, escolas, barcos, canoas, botes, remos, estacas para cercados, lenha, artesanatos, entre outros. Também é retirada para atender ao mercado legal e ilegal, com o consentimento ou não de comunitários.

Algumas espécies de madeira retiradas em toras do PAE Juruti Velho podem ser destacadas: itaúba (*Silvia itauba*), muiracatiara (*Astronium*), angelim (*Heymenolobium excelcium*), maçaranduba (*Mimusops huberi*), carapanaúba (*Aspidosperma nitidum*), cedro (*Poupartia amazônica*), copaíba (*Copaifera reticulata*), andiroba (*Carapa guianensis*), ipê (*Eperuafalcata*), uxi (*Soccoglottis verrucosa*), piquiá (*Caryocar villosum*), castanha-do-pará (*Bertholetia excelsa*), pau-rosa (*Aniba roseadora*) e cumaru (*Coumarona adorata*).

Muito antes da chegada da mineradora ALCOA, disputas já ocorriam entre as comunidades do lago Juruti Velho e madeireiros provenientes de fora da região, aliados a alguns indivíduos da cidade de Juruti e das próprias comunidades do lago Juruti Velho. Alguns comunitários viam a oportunidade de ganhar algum dinheiro produzindo prejuízos aos demais, mas a maioria, indignada, passou a se organizar com a ajuda das irmãs franciscanas de Maristella, residentes na Vila de Muirapinima. Com o processo de instalação da ALCOA, a exploração irregular de madeira foi reaquecida, como pode ser observado por meio da fala de uma liderança comunitária residente no lago do Miri, pertencente ao PAE Juruti Velho:

Liderança: Um outro prejuízo foi provocado pela abertura de estradas, que aconteceu aí, e que facilitou a entrada de invasores pra tirar madeira. São vários lotes invadidos, e tem área que está sendo invadida [...] (Entrevista realizada pelo pesquisador na comunidade Alemanha, Lago Miri, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, no dia 19 de junho de 2011).

A Igreja Católica até hoje tem sido de fundamental importância no processo de organização e luta contra a exploração madeireira, responsável por conflitos no entorno do lago Juruti Velho, como demonstra a entrevista abaixo.

Liderança: [...] O que mais motivou a nossa luta foi quando eu disse na igreja: - Nós só vamos ser respeitados quando nós pararmos uma balsa cheia de madeira ou uma jangada grande, e a gente mexer com essas autoridades todinhas. Foi o que nós fizemos...

Pesquisador: Que tipo de madeira?

Liderança: Cedro, que depois entrou em extinção. Depois o Assis se localizou próximo da (comunidade) Galileia [...]. Eu não sei de onde ele era, e começou tirar madeira pouca, e depois meteu maquinário. Conversou com o pessoal pra lá e, como eles eram extrativistas, eles precisavam de estrada para buscar castanha, breu, cipó, palha, bote [...], ele observou tudo isso, pegou um papel e saiu fazendo um abaixo-assinado pra eles assinarem, para dizer que para eles interessavam a estrada e, vamos supor (frase do madeireiro): “se eu pagar pra vocês cinco cruzeiros pela árvore do breu vocês embarcam pra mim?” [...]. Aí eu comecei brigar por isso [...], me ameaçaram dizendo que tinha um presente novo pra me entregar [...]. Foi acionado o Ibama [...]

Pesquisador: O que seria o presente novo?

Liderança: Eu acho que seria um revólver.

Pesquisador: Ele falava num tom de ameaça?

Liderança: Exatamente, ameaçador [...], mas o abaixo-assinado, que eu disse que ele tinha ludibriado o povo, ele

ficou muito indignado comigo e não deu uma tábuca sequer para a população daí da Galileia e (da comunidade) Capiroanga [...]. A madeira saía pelo lago, de balsa ou jangada. A nossa luta, através da Igreja Católica, mostrou que nós não somos bobos assim [...]. Em 1999 pra 2000, estavam fazendo uma limpeza (puxirum), e vinha passando uma balsa e um barco cheios de pau-rosa. Aí eles partiram para cima, tomaram a jangada e detiveram o barco que vinha com não sei quantas toneladas de pau-rosa levando pra Parintins, no Estado do Amazonas. Ai foi começando a briga [...]

Pesquisador: E depois que prenderam essa balsa?

Liderança: [...] Aí que foi o negócio [...]. Quando ia saindo uma balsa a gente corria lá com a irmã (Bruhilde). A gente já tinha negociado um barco [...]. A gente corria pra lá, batia foto, mas nada dava [...]. Então aquilo morria ali. Esse era o negócio. Quando foi um dia eu já estava indignado e disse pro fiscal do Ibama de Oriximiná que eu ia tomar todas as providências e não sabia como ia ficar. Aí eu comecei a mexer com o Ibama de Santarém [...]. Então o cara chegou a me dizer: “Não adianta vocês brigarem aqui por causa de madeira” [...]. Foi muito difícil... (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011).

A disputa pela exploração de madeira remonta à década de 1970, entretanto, segundo informações levantadas durante a pesquisa, sua intensificação ocorreu na década de 1990³⁰. Não obstante, a condição “muito difícil”, como se referiu o entrevistado acima, estava apenas começando, em razão da crescente cobiça pelos “recursos naturais” da região.

³⁰ “Meyer Finkelstein, então com 80 anos (1999) de idade, polonês, madeireiro, que vive numa localidade difícil de ser apontada no mapa, no interior de Juruti, com o curioso nome de Nova Galileia. Ali, Meyer possui 30 hectares de terra há oito anos, explora madeira e castanha, buscando transportar sua riqueza num pequeno caminhão de 1928.” (VELTMAN, 2005, p. 49).

Da década de 2000 aos dias atuais, a região de Juruti Velho continuou a ser aberta pelos ramais clandestinos feitos por madeireiros, condição atestada pela pesquisa com uso de imagens de satélite do período em questão e nos trabalhos de campo entre 2006 e 2012.

Durante um dos trabalhos de campo, realizado em junho de 2011, o pesquisador teve a oportunidade de acompanhar um grupo de comunitários, liderados pela ACORJUVE e pela Igreja Católica, em uma operação conjunta (ACORJUVE, INCRA, IBAMA, Polícia Federal e Força Nacional) de fiscalização no PAE Juruti Velho, que culminou com apreensão de madeira extraída ilegalmente da área. No mesmo período, havia sido construída uma guarita para abrigar grupos de comunitários que se revezavam para operar um grande portão instalado sobre a estrada que dá acesso à Base Capiranga, da ALCOA, e a uma infinidade de ramais que foram abertos por madeireiros clandestinos. O objetivo da guarita e do portão é coibir a saída de madeira ilegal de dentro do assentamento, uma vez que o controle, por iniciativa federal ou estadual, é praticamente inexistente.

Liderança: Hoje nós estamos combatendo os madeireiros aqui dentro. Fizemos uma guarita, conseguimos trazer a Força Nacional, Polícia Federal, IBAMA e INCRA para dentro da floresta, para mostrar para eles o que os madeireiros estão fazendo aqui na região do nosso assentamento. Esta é a razão deles estarem aqui. (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 21 de junho de 2011).

Ao acompanhar a ação, foi possível registrar (Figura 25) a presença de madeireiros por meio da existência de vários ramais clandestinos abertos recentemente, além da grande quantidade de

toras de madeira localizadas nas proximidades dos ramais. Essa condição denuncia claramente a fuga rápida dos seus responsáveis, em função da presença das forças legais no município, condição corriqueira da rede de informação corrupta que permeia a ação madeireira ilegal e faz com que a eficiência da fiscalização seja minimizada e, por vezes, sem o efeito esperado por parte daqueles grupos sociais que tentam se proteger utilizando as vias institucionais.

A ACORJUVE tem demonstrado ser representante de um grupo que acredita na organização e na força das instituições, mas demonstra ter clareza da necessidade da luta no campo político. Esta parece ser uma das maiores estratégias das comunidades do PAE Juruti Velho para atingir os seus objetivos na defesa dos seus territórios e minimizar a enorme assimetria entre o poder dos sujeitos envolvidos no conflito, principalmente ALCOA e madeireiros ilegais.

A informação relativa à presença da fiscalização quase sempre corre à frente da sua chegada, indicando a existência dos arranjos de corrupção envolvendo pessoas que podem ter acesso privilegiado dentro dos órgãos públicos de fiscalização, dificultando o combate a esta forma generalizada de exploração madeireira em curso nos mais diferentes lugares do Pará, incluindo estradas e ramais do município de Juruti, Santarém, Uruará, Itaituba, etc.

Figura 25: Operação de fiscalização contra exploração ilegal de madeira no PAE Juruti Velho, jun. 2011.



25A- Comunitário examina local da árvore roubada; 25B- Comunitários no ramal construído por madeireiros; 25C- Força Nacional e Polícia Federal; 25D- Portão construído para inibir o roubo de madeira e, ao fundo, a locomotiva da mineradora ALCOA (fev. 2012).

Fonte: Projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012

Outra disputa de grande monta que envolve “recursos florestais” no interior do PAE Juruti Velho, diz respeito à redução de espécies madeireiras por conta da implantação e expansão das

atividades da ALCOA³¹, subtraindo centenas de hectares de floresta densa. Seu cronograma exige continuidade da supressão florestal por vários anos, conforme pode ser observado no quadro de autorizações dadas pela SEMAS nos últimos dois anos e que foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará (Tabela 8).

Tabela 8: Autorizações dadas pela SEMA à ALCOA (2010 e 2011).

Continua

DOEPA	Interes-sada	Autorização SEMA	Objeto	Validade	Área/ha
06/09/2010	ALCOA	816/2010	Supressão florestal para área de exploração de bauxita do empreendimento	19/05/2014	975,21
06/09/2010	ALCOA	844/2010	Supressão florestal para área do aterro sanitário do empreendimento	03/08/2014	41,40

³¹ Utilizando como fonte a ALCOA, a FGV, em documento intitulado “Indicadores de Juruti”, mostra que as instalações industriais da Mina de Juruti ocupam uma área aproximada de 400 hectares, sendo 82 hectares pelo porto, 293 hectares pela planta de beneficiamento e 25 hectares pela ferrovia. Além disso, teria-se que somar a área de exploração de bauxita, que, em 2008, seria de 33 hectares (FGV, 2009, p. 34). De acordo com o site <http://mineracaosudesteparaiense.wordpress.com> com acesso em: 20 out. 2011, ligado à CPT: “serão desmatados 5.371 hectares de floresta densa, durante 15 anos e nos primeiros 5 anos serão desmatados 262 ha/ano, no platô Capiroanga, no período de 6 a 10 anos serão 328 ha/ano, no platô Guaraná, e de 11 a 15 anos serão desmatados 421 ha/ano, no platô Mauari”. Esses dados, entretanto, apresentam inconsistências, uma vez que a soma dos 15 anos é de 5.055, uma diferença de 315 hectares. Isso demonstra a falta de informação precisa e manipulação dos dados conforme as conveniências dos sujeitos envolvidos no conflito.

Tabela 8: Autorizações dadas pela SEMAS à ALCOA (2010 e 2011).

					Conclusão
DOEPA	Interes-sada	Autorização SEMA	Objeto	Validade	Área/ha
05/08/2011	ALCOA	1068/2011	Afugentamento, captura e resgate de fauna na área da “Mina Juruti”	27/06/2012	2.458,61
05/08/2011	ALCOA	1144/2011	Supressão florestal para área de ampliação de exploração de bauxita	21/06/2015	600
02/12/2011	ALCOA	1750/2011	Supressão florestal para área de beneficiamento do empreendimento	19/05/2014	135,83

Fonte: PARÁ – Diário Oficial do Pará, 2011.

Por outro lado, a madeira extraída para instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti foi estocada nos chamados “bota-fora” da empresa e passou a ser objeto de disputa entre a empresa e os comunitários do PAE Juruti Velho. A pesquisa identificou interlocutores afirmando que a empresa enterrou parte da madeira extraída³². Embora se tenha visitado áreas de deposição de madeira em tora durante a pesquisa, não foi possível constatar se, de fato, havia madeira enterrada.

A ALCOA, por meio do seu site, diz que: “Quanto à madeira

³² Em nota pública, em fevereiro de 2009, o “Movimento Juruti em Ação”, coordenado pela ACORJUVE, denuncia que as comunidades do PAE Juruti Velho reivindicam reparação dos danos causados pela derrubada de árvores nativas e enterramento das mesmas, pela ALCOA, diminuindo a coleta de recursos florestais como: castanha, andiroba, bacaba, etc.

extraída durante os trabalhos de supressão vegetal, a gerência da Companhia respondeu que confirma os compromissos assumidos nas reuniões preparatórias e audiências públicas”. Não obstante, a pesquisa pôde observar e constatar o apodrecimento de madeira em toras no “bota-fora” da mineradora (Figuras 26B, 26C, 26D).

Figura 26: Supressão vegetal para instalação da mineradora ALCOA.



26A- Instalação da mineradora ALCOA, janeiro de 2008; 26B- Madeira estocada após supressão, janeiro de 2008; 26C- Madeira estocada, dezembro de 2010; 26D- Madeira estocada, dezembro de 2010.

Fonte: Projeto de tese (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012

8.3.4 Territórios de roças e roçados

A roça é uma das principais atividades desenvolvidas pelas comunidades do PAE Juruti Velho. Há quem faça diferença entre roçado e roça. O primeiro seria a área de cultivo de ciclo curto, como

feijão, milho, jerimum (abóbora), melancia, banana, abacaxi, batata, cará e maxixe, além de outros cultivos. A roça seria a área de cultivo exclusivo de mandioca ou, no máximo, mandioca consorciada a outro cultivo, geralmente o milho, que é basicamente utilizado para consumo animal.

O sistema agrícola utilizado é o de corte-queima-plantio, quase sempre feito em áreas de antigas capoeiras. Geralmente, são necessárias duas a três capinas antes da colheita, que ocorre entre um e dois anos. As áreas são relativamente pequenas, girando em torno de 1,5 hectares por unidade familiar.

Como essas culturas são de ciclo curto, também podem ser cultivadas nas várzeas já desmatadas, localizadas entre o lago Juruti Velho e o rio Amazonas, embora a maioria dos comunitários faça o plantio na terra firme, uma vez que o período de colheita é maior e, assim, a roça pode funcionar como uma espécie de poupança, algo que não poderia acontecer na várzea, porque as enchentes obrigam a realização da colheita em um tempo determinado pelo ritmo das águas do rio no período de enchente, que vai de janeiro a julho.

O cultivo da mandioca acompanha a trajetória histórica das comunidades e apresenta uma grande variedade de produtos dela derivados. Essa condição fez com que a Comissão Pastoral dos Direitos Humanos (CPDH), fundada em 1994, criasse o I Festival da Mandioca que hoje já está na 16ª edição, ocorrendo sempre na última semana do mês de agosto (ver na figura 27C, espaço destinado ao festival e outras imagens relativas ao cultivo da mandioca). Ligado à Comissão Pastoral da Terra e ao STRJ, o evento tem por objetivo promover e valorizar esse cultivo, buscando melhorar a cadeia produtiva e a qualidade de seus produtos.

Figura 27: PAE Juruti Velho.



27A- Comunitário oferece caçuma no puxirum, comunidade Pompom, junho de 2011; 27B- Preparo da mandioca na casa de farinha, junho de 2011; 27C- Espaço do Festival da Mandioca, Vila Muirapinima, abr. 2010; 27D- Casa de Farinha, crianças aprendem ofício dos pais (jun. 2011).
 Fonte: Estudo realizado pelo autor (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

Entre os produtos derivados da mandioca que mais se destacam, na alimentação e na geração de renda das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, estão farinha, tucupi, molho de tucupi com pimenta, tapioca, beiju, crueira, carimã, manicuera, tarubá, caçuma ou pajiroba. De acordo com a cultura local, o modo de preparar é o seguinte:

Farinha: Uma vez descascada, a mandioca é triturada (sevada). A massa é colocada em um instrumento tecido de talas (tipiti) para que ocorra a sua desidratação à medida que a parte líquida amarela (tucupi) escorre para dentro de uma vasilha (quando se quer aproveitar o tucupi). Depois desse processo, a massa, seca, é peneirada e, aos poucos, colocada para torrar em um forno quente, manipulado por um(a) torrador(a) de farinha. Esta é uma função que exige muito treinamento por parte de quem a executa.

Tucupi: Depois de extraído, o tucupi é fervido para ser utilizado de múltiplas formas como, por exemplo, no tacacá (prato constituído de goma de tapioca, tucupi, folhas de jambu e camarão) e para preparar um tipo de molho apimentado.

Tapioca: Farinha muito fina e branca que lembra maizena, constituída pelos resíduos decantados do tucupi após um tempo de residência, depois de ter escoado do tipiti. Ela é utilizada para fazer bolo e tapioquinha, muito apreciado com café pela população do Pará.

Beiju: É feito da massa da mandioca e pode receber outros ingredientes como a castanha-do-pará.

Crueira: É constituída por pequenos pedaços da mandioca que não foram completamente triturados. Depois de separados da massa, são levados ao forno para desidratação. É utilizada para alimento de animais ou triturada, geralmente no pilão, para fazer o carimã, que é muito usado para mingaus.

Manicuera: É uma bebida feita de um tipo de mandioca ou maniva doce, podendo ser tomada fria ou quente, misturada ou não com banana, batata, cará ou arroz.

Tarubá: é uma bebida forte que, dependendo quantidade ingerida, pode embriagar. É feita de mandioca. A massa, antes

de ser extraído o tucupi, é embalada durante três dias na folha de bananeira ou sororoca, quando a massa fermentada é prensada no tipiti. Depois disso, a massa, seca, é misturada com água, sal, açúcar e espera-se por dois ou mais dias de fermentação (quanto mais tempo, mais forte ele fica). Essa bebida é muito utilizada durante os trabalhos de puxirum nas roças.

Caiçuma ou *Pajiroba*: bebida forte feita preferencialmente da mandioca coaraci ou rosarinha. Uma vez ralada, a mandioca é levada ao tipiti. Depois, passa a ser chamada de taperatí, quando é peneirada. Em seguida vai ao forno para fazer o beiju. Na sequência, é colocada na água e preparada com batata preta, depois levada a outra vasilha com água, sal e açúcar. Isso tudo resulta na rabuçada, da qual é extraída a massa, que pode ser aproveitada para alimentar porcos e galinhas. O suco é misturado a gosto com água. Após algumas horas pode ser consumida. Quanto mais tempo passar na forma rabuçada, mais forte a caiçuma fica.

Uma das mais importantes formas de organização para o trabalho nas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho é o puxirum ou puxirão. O puxirum é constituído pelo trabalho coletivo, mas o resultado da atividade pode servir a um interesse coletivo ou individual. Entre exemplo de interesse coletivo está a preparação ou limpeza de um campo de futebol; de familiar ou individual, a construção de casa ou roça familiar.

O Puxirum, além de ser uma organização para o trabalho, no PAE Juruti Velho também pode se tornar uma grande festa. Quase sempre acompanhado do uso de tarubá, caiçuma ou pajiroba. O uso dessas bebidas parecem ser uma espécie de amálgama de solidariedade. Assim, os comunitários trabalham, se divertem e tecem relações de amizade e de reciprocidade.

Esta forma de produzir espaços de vivências ou território abrigo tende a se fragilizar com a instalação e funcionamento da ALCOA, com a ampliação de conflitos que destroem possibilidades da (re)produção do território enquanto abrigo dessas comunidades. O território recurso, compulsoriamente criado pela empresa e seus aliados, pela sua própria natureza contraditória tende a negar a existência do território abrigo e a impor condições de expropriação às comunidades.

Esse processo mostra algumas evidências no município de Juruti, uma delas em Santo Hilário, comunidade que teve parte do seu espaço de vivência ou território abrigo desestruturado pela construção da estrada que dá acesso à mina de bauxita. Até julho de 2011, era possível ver as ruínas das antigas capela e escola, referências para encontros comunitários semanais. A mineradora, pressionada pelos comunitários e tentando reparar as perdas impostas à comunidade, decidiu pela construção de uma nova estrutura comunitária (escola, microsistema de água e um campo de futebol) na comunidade vizinha de Jabuti. Porém, os membros da comunidade de Santo Hilário continuaram insatisfeitos, reivindicando a reconstrução da escola, da igreja e do seu campo de futebol. Entretanto, apesar da pressão exercida pelos comunitários, até a última visita do pesquisador (para o fechamento desta etapa do estudo), ocorrida em maio de 2012, a mineradora só havia atendido parcialmente as suas reivindicações. Situação que pode ser constatada por meio da entrevista a seguir:

Liderança 1: [...] duas coisas pra nós têm prioridade [...] a nossa escola e a nossa igreja. Eles [ALCOA] disseram que não iam fazer para nós. Eles disseram para nós que, para construir uma escola, tinha que ter autorização do prefeito.

O prefeito respondeu para nós que já tinha uma escola aqui, então deveria fazer outra [...]

Liderança 2: Mas o Prefeito não autorizou a gente por documento e, quando nós fomos conversar, eles [ALCOA] ouviam o que a gente tinha a dizer, mas que a gente tinha que ter uma autorização por escrito para poder eles cumprirem com a obrigação [...] mas não construíram [...] minha mãe doou uma área muito mais espaçosa que dá para colocar tudo que estava no projeto, mas não foi [...] mas nós já estamos lutando com o nosso próprio esforço para ver se a gente adquire recursos financeiros [...] conversando com amigos para ver se ajudam construir pelo menos a igreja [...], eles prometeram um motor de luz pra comunidade, escola melhor, um microssistema de água, uma sede comunitária. Tudo que pudesse ser de melhor para comunidade eles iam construir. Só que esse projeto foi feito em outro lugar, e a comunidade não tem escola. E o mais precioso da comunidade, que nós estamos lutando, lutando pra ver se a gente consegue e ainda não conseguiu, por falta de recurso financeiro, é a igreja da comunidade [...] a gente tinha, nós não tínhamos uma igreja grande, era de madeira, onde nós nos reuníamos nos finais de semana, no dia de domingo, onde a gente fazia nossas orações. A comunidade foi registrada através dessa igreja. Hoje nós não temos a igreja e a ALCOA, na pessoa do seu Brício, veio pra negociar, e nós apresentamos uma lista do que a gente queria para poder passar com a estrada. Ele negou o que a gente pediu. Eles (ALCOA) colocaram o que eles bem quiseram colocar [...], eles fizeram um prédio, fizeram a limpeza da área e, com pressão, eles fizeram uma rua ao redor da área, com pressão, com pressão, brigando, questionando [...], eles deram para nós o prédio, o microssistema de água, mas funciona com motor da comunidade, que veio do governo público do município [...], o campo de futebol que até hoje não está pronto, porque o nosso era gramado e a estrada passou por cima [...] e todo tempo a gente está lá pressionando [...] não colocaram o motor de luz, não colocaram a escola e a igreja, porque eles dizem

que a empresa não tem time, não tem partido político e nem religião e deixaram a comunidade só com um prédio, lá onde a gente se reúne nos finais de semana pra fazer as orações [...]. (Entrevista realizada pelo pesquisador na comunidade de Santo Hilário, Juruti-PA, no dia 8 de dezembro de 2010).

Ao longo da pesquisa foi possível verificar que a ALCOA - por meio da ação de seus representantes para o tratamento de assuntos comunitários ou de empresas contratadas, empenhadas em legitimar a necessária construção do território recurso da empresa - negligenciou a organização e a existência do território abrigo comunitário construído ao longo das gerações.

Diante desse fato, impôs-se uma organização comunitária mais agressiva e disposta a lutar pela defesa daquilo que entende como seus direitos, embora muitos comunitários tenham aceitado as condições de negociação impostas pela mineradora. Diante disso, muitos deles deslocaram-se para a sede do município e para Manaus, entre outros lugares, incluindo o campo. Por outro lado, a pesquisa também encontrou aqueles que se desfizeram de tudo, foram para a cidade e, não se adaptando a ela, voltaram para o campo. Exemplo: famílias que saíram da antiga comunidade Terra Preta (onde hoje está instalado o porto de exportação de minério), que retornaram, (re)criando sua comunidade agora com o nome de Cruzeiro, próximo à ferrovia.

Essa forma de chegada da mineradora e o estabelecimento do conflito socioambiental impuseram às comunidades a necessidade de organização e de luta cada vez mais fortes, com destaque para as comunidades do PAE Juruti Velho. Elas passaram a entender que a possibilidade de reconhecimento do seu território abrigo pela empresa só viria por meio da luta pelos seus direitos. Assim,

a organização e as diversificadas estratégias de luta, inclusive buscando o apoio de setores do poder público, gradativamente levaram a empresa a reconhecer a existência e o direito de uso do território abrigado, evitando a desarticulação ainda maior dos espaços de vivência de várias comunidades, a exemplo do que ocorreu com as já citadas comunidades da Terra Preta e Santo Hilário.

Os primeiros sinais desse fenômeno foram revelados nos primeiros momentos da chegada da empresa, quando ela, mesmo sabendo da existência e do direito das comunidades que ali vivem por várias gerações, demonstrava não reconhecê-las. O reconhecimento só ocorreu depois que a empresa foi obrigada, por força da lei, em resposta às ações do movimento social. Assim sendo, a sociedade local passou a contar, cada vez mais, como elementos para questionar a proposta de sustentabilidade apresentada pela empresa e suas contratadas. Essa condição contribuiu para o esvaziamento do “Movimento 100% ALCOA”, em oposição ao “Movimento 100% Juruti”, ambos bastante ativos na fase de instalação do Projeto.

9 CONCLUSÕES

A implantação e a operacionalização de grandes projetos nas amazônias apresentam dinâmicas territoriais marcadas por conflitos socioambientais e prejuízos às comunidades locais. O projeto MRN, com 18,2% (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009, p.12) de participação acionária da ALCOA, no município de Oriximiná, é um exemplo dessa condição desde a década de 1970 (ACEVEDO; CASTRO, 1993). Entretanto, existem várias outras experiências desde o século passado, como a da *Ford Company*, que substituiu milhares de hectares de floresta pelo cultivo de seringueiras (*Hevea brasiliensis*), na Amazônia do Baixo Tapajós (Pará), entre 1928 e 1945; a Indústria e Comércio de Minério S/A, com extração de manganês na Serra do Navio (Amapá), entre 1947 e 2003; o Projeto Jari - florestal, mineral e agropecuário (Pará e Amapá), a partir da década de 1970; a mineradora Vale em Parauapebas (Pará), a partir da década de 1980; e Canaã dos Carajás (Pará), a partir da década de 2000, entre outras.

De acordo com o acompanhamento da pesquisa, nos últimos anos, no município de Juruti, o empreendimento da ALCOA não foge à regra histórica da territorialização dos grandes empreendimentos em detrimento dos territórios comunitários locais, ainda que a pesquisa tenha detectado um grande esforço da mineradora para minimizar os efeitos do conflito socioambiental por ela gerado. Nesse sentido, é possível destacar o papel das empresas de consultoria contratadas pela mineradora para esse fim,

principalmente, nas fases que antecederam a obtenção da Licença Prévia, Licença Instalação e Licença Operação, que demandavam a “conquista” dos diferentes sujeitos que compõem a sociedade local no sentido de facilitar o processo de territorialização da empresa.

Dentre os sujeitos envolvidos no conflito socioambiental em Juruti, dois deles tiveram maior atenção por parte dessa pesquisa: a ALCOA, por meio do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, e as comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho. A escolha destes se deu durante os trabalhos exploratórios de campo, a partir do acirramento das disputas territoriais entre eles. Aos poucos se pôde compreender que ali residia a maior densidade do conflito naquela região.

Este estudo é fruto da aproximação entre dois campos de ação do pesquisador. O primeiro está vinculado às lembranças de infância e juventude que se aliaram na construção de um desejo: produzir conhecimentos para além das reminiscências. O segundo se assenta na investigação com âncoras teóricas e metodológicas definidas, cujos objetivos são produzir conhecimentos para além daquilo que se expressam por meio de aparências manifestadas localmente. Dessa maneira, a fusão dos dois campos de ação se fez presente em todas as fases de sua construção: elaboração inicial, construção e execução do projeto.

Da conexão entre perspectiva empírica e perspectiva teórica houve a problematização e conseqüentemente a formulação do problema de pesquisa, hipótese, objetivos e a trajetória metodológica que se ajustava ao longo do estudo, considerando as especificidades e necessidades reveladas pela pesquisa de campo. Dessa conexão também houve a formulação de duas questões básicas: a) Como se configura o conflito socioambiental gerado pela

implantação e operação da mineradora ALCOA em Juruti? b) Como o conflito socioambiental influencia na (re)organização territorial de comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, a partir do processo de instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti?

Essas questões foram responsáveis pela orientação da ação do pesquisador no campo e pela construção da pesquisa. Do mesmo modo, tinha-se em mente que o processo compulsório de transformação do território abrigado em território recurso, pela ALCOA, no PAE Juruti Velho é a expressão maior do conflito socioambiental envolvendo vários sujeitos e relações. Nesse sentido, ao longo da pesquisa foram identificados sujeitos, relações e ambientes em que ocorriam tais conflitos.

Reminiscências, análises de entrevistas e de documentos escritos levaram o pesquisador a concluir que a mineradora, mesmo que de forma discreta, está presente e interessada no potencial mineral do município de Juruti, pelo menos desde a década de 1970, momento em que o Brasil era governado por uma ditadura militar inaugurada em 1964. Foi, entretanto, a partir de 2005 que ela passou a exercer intervenções sistemáticas tanto na zona rural quanto na zona urbana do município, a partir da execução dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA), exigência da legislação brasileira para licenciar projetos minerários de grande monta, tal qual a ALCOA pleiteava. A partir de então, os contatos se tornaram mais frequentes, muitos deles amistosos e outros bastante conflituosos, impondo (re) organização territorial importante ao município, situação que será pontuada nesta seção conclusiva.

Ao tentar construir imagem nacional e internacional de empresa que prima pelo desenvolvimento sustentável, a ALCOA

tem divulgado, em site e documentos impressos, um modelo sustentável (“Juruti Sustentável: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local”). Porém, a pesquisa feita por meio das análises de entrevistas e observações de campo constatou que aproximadamente 80% das lideranças locais entrevistadas demonstram insatisfação com a atuação da mineradora no município (Gráfico 26). Essa condição pode ser um indicador importante para abrir um novo canal de diálogo, obviamente além dos já existentes, no qual se possa repensar e requalificar o padrão de exploração mineral hoje em atuação no município de Juruti, caso seja o desejo das partes envolvidas no conflito. Sem isso, conclui-se que não será possível promover o chamado “desenvolvimento local sustentável”.

Com base nas análises de documentos, inclusive da proposta “Juruti Sustentável” da ALCOA, do conteúdo divulgado em seu site e da fala dos seus representantes entrevistados, a pesquisa concluiu que a mineradora minimizou a importância do problema derivado da sua atuação no município de Juruti, demonstrando que não há interesse em reconhecer a existência do conflito.

Assim, negar a existência do conflito socioambiental parece fazer parte de uma estratégia da empresa, uma vez que o aguçamento do conflito tem demonstrado a fragilidade do modelo de desenvolvimento local sustentável que tem produzido insatisfação entre diferentes sujeitos locais.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que, dos seis grupos de lideranças entrevistadas em Juruti (total de 117), a maioria deixou muito clara a insatisfação em relação à atuação da mineradora no município (45% do Conselho Juruti Sustentável; 100% do Projeto de Assentamento Nova Esperança; 95,65% do Projeto de Assentamento Socó I; 100% dos Projetos Agroextrativistas da Várzea; 73,67% de

outras lideranças do município, e 81,71% do Projeto Agroextrativista de Juruti Velho).

O conflito socioambiental resultante da disputa entre ALCOA e os sujeitos locais de Juruti não resulta da extração ou não do minério de bauxita. A pesquisa concluiu que o problema real decorre da forma de apropriação desse “recurso natural”, na qual a infraestrutura e o funcionamento da mina territorializam a empresa. E ela se sobrepõe aos territórios preexistentes como os de caça, pesca, extração e de roças e roçados, sem que muitos dos seus antigos ocupantes tenham sido adequadamente compensados, gerando disputas e níveis elevados de insatisfação demonstrados no curso desse trabalho.

Este trabalho também verificou que a maioria das pessoas envolvidas na pesquisa não se manifesta contrária à implantação e operação do projeto de extração de bauxita, pois acredita ser importante seu processamento. Todavia, questiona a forma de atuação da mineradora, principalmente a partir da sua operação. Dessa maneira, a pesquisa pôde concluir que a maior parte dos questionamentos feitos é relativo ao modelo de operação implantado pela ALCOA e não à exploração da bauxita em si.

Apesar do município de Juruti apresentar produtos econômicos primários relativamente diversificados, sobretudo derivados da agricultura, pecuária e extrativismo, se caracteriza como uma economia frágil. O setor produtivo é pouco organizado e conta com baixo nível de formação profissional e de escolaridade da maioria de sua população, inclusive observável pelo perfil de escolaridade das lideranças entrevistadas contidas na seção destinada aos aspectos metodológicos deste trabalho, condição que

produz enorme assimetria entre os representantes dos interesses da mineradora e os representantes dos interesses da sociedade local.

De acordo com as análises feitas a partir dos dados do IBGE, verificou-se que durante a implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti da ALCOA, iniciado em 2005 e concluído em 2009, ocorreu expressiva queda dos setores agrícola, pecuário e do extrativismo (ver a seção relativa à caracterização do município de Juruti), demonstrando a fragilidade econômica municipal e desestruturação produtiva do município provocada pela intervenção da mineradora ALCOA.

O mais importante produto agrícola, a mandioca, base de sustentação das unidades familiares rurais, conheceu a mais abrupta queda da sua história. De exportador de farinha de mandioca, Juruti passou a importador, principalmente na curva ascendente da instalação do projeto de mineração, período compreendido entre 2005 e 2008. Por outro lado, na pecuária, o gado bovino foi o único a se manter estável, em função de melhor condição financeira de seus criadores, que não abandonaram seus rebanhos para buscar trabalho nas empresas contratadas para instalar o projeto da ALCOA.

A madeira, entretanto, foi o único produto que teve crescimento com a chegada da ALCOA, graças à abertura e melhoria das estradas, facilitando o acesso de madeireiros, inclusive com o corte indiscriminado da castanheira. Embora proibido, era comum encontrar, durante os trabalhos de campo, caminhões transportando toras de castanheira e outras espécies.

Apesar da desestruturação dos arranjos produtivos locais, a população não parou de crescer de modo acelerado. Na última década, o crescimento atingiu mais de 30%, alcançando aproximadamente 50 mil habitantes. Esse fenômeno de crescimento populacional

acelerado, principalmente entre 2005 e 2010, se explica por meio da atração populacional provocada pelo processo de implantação do projeto de mineração da ALCOA em Juruti. Acompanhando esse fenômeno ocorreu grande aumento das demandas sociais nas áreas da saúde, educação, segurança pública, habitação, etc., sem que a ALCOA tenha criado/fomentado estruturas de serviços sociais necessária e compatível com a (re)organização territorial imposta pelo seu empreendimento.

O conflito motivado pelo interesse minerário da ALCOA se estabeleceu à medida que a empresa e suas contratadas passaram a se tornar mais presentes no município e a promover (re) organização territorial compulsória, fazendo com que diferentes grupos sociais, tanto na área urbana quanto na rural, reagissem frente às transformações aceleradas de seus espaços de vivência, seja pela ação dos membros da própria empresa ou de empresas terceirizadas.

O maior foco de tensão em Juruti continua sendo no interior do PAE Juruti Velho, onde ocorre a extração de bauxita e há constante invasão por parte de madeireiros ilegais. O PAE é dotado de múltiplos “recursos naturais”, por isso é muito cobiçado por diferentes sujeitos, demandando grande esforço de vigilância e controle por parte das comunidades para assegurar o usufruto coletivo por parte daqueles que ali vivem e trabalham.

A pesquisa constatou, entretanto, que a criação do PAE e seus marcos regulatórios não são suficientes para assegurar o direito de seu usufruto comunitário, necessitando, assim, a luta organizada para as comunidades fazerem valer os seus direitos. Assim sendo, o conflito socioambiental instalado no PAE é o principal vetor que impulsiona a(re)organização territorial em Juruti Velho.

Desde as suas origens, a organização territorial das comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho vinha sendo tecida de acordo com um tempo hegemonicamente lento, em que o “relógio da natureza”, de certo modo, comandava a organização do território. A partir da década de 1980, a organização territorial passou por importantes mudanças, marcadas pela introdução de novas técnicas que se difundiram nos mais diferentes recantos das amazônias (motor a diesel, malhadeira, rabeta, etc.). Esse conjunto de técnicas, ainda que não tenha introduzido um “tempo rápido”, impôs um “tempo menos lento”.

O espaço de vivência ou território abrigo das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho foi construído ao longo de várias gerações e se constituiu em legado de transformação lenta, dando sentido ao que os comunitários de Juruti Velho passaram a incorporar, aceitar e se identificar, em muitos casos, como “populações tradicionais”. Certamente, encontram-se ligadas à tradição, mas fugindo dela. Abraçam a tradição para defender, por exemplo, o direito ao uso da terra que vem dos seus pais, avós, etc. Por outro lado, refutam, com veemência, a tradição do aviamento e da consequente subordinação aos padrões que historicamente lhes exploravam.

Sendo assim, conclui-se que não se trata de comunidades tradicionais por inteiro, principalmente diante da transformação de seu território abrigo em território recurso da mineradora ALCOA, impondo novas formas de viver e produzir a sua existência.

Pode-se destacar que, no passado, a organização territorial das comunidades ribeirinhas nas bordas do lago Juruti Velho vinculava-se, sobretudo, à ação do trabalho sobre a natureza, tendo a coleta de “recursos naturais” como maior destaque. Na atualidade,

embora ainda regidos pelo tempo lento, eles gradativamente vêm sendo compelidos a reduzir a ação do trabalho sobre a natureza e a aumentar a ação sobre o trabalho preexistente, uma vez que o seu território foi retraído para dar lugar ao território recurso da mineradora ALCOA. Assim, seu território foi compulsoriamente (re)organizado e passou a ser balizado pelo conflito socioambiental em curso.

Do ponto de vista da questão fundiária, a pesquisa chegou à conclusão de que a presença da mineradora ALCOA, no município de Juruti, contribuiu para a agilidade das instâncias governamentais que passaram a se interessar pela regulação e controle territorial fundamentais para a territorialização da mineradora. Dessa maneira, na década de 2000 foram criados seis projetos agroextrativistas, cinco dos quais em ambiente de várzea e um, o PAE Juruti Velho, em terra firme.

Durante a pesquisa, foi constatado que a luta das comunidades ribeirinhas, com o intuito de promover a regularização fundiária das terras por elas habitadas há gerações, já ocorria há décadas junto aos órgãos competentes. Entretanto, esses órgãos só deram a devida atenção à causa a partir do momento que a ALCOA passou efetivamente a demonstrar interesse em instalar seu projeto para extrair bauxita. A partir de então, portanto, passou a ser necessário lançar mão da norma. Definir o domínio territorial passou a ser imprescindível para colocar cada um no seu “quadrado”.

Ainda que, por princípio, a institucionalização das terras pelo PAE tenha parcialmente atendido a uma antiga reivindicação de regularização fundiária (porque o título é coletivo e a reivindicação inicial das comunidades era por titulação individual), essa forma de solução apresentada pelo INCRA pode sugerir a existência de

uma manobra, por parte do Estado, para facilitar a implantação da mineradora ALCOA. O Estado tornou-se ágil fundamentalmente para atender aos interesses da empresa e, sendo assim, tem-se a justificativa o porquê das conquistas por melhorias no PAE Juruti Velho terem sido o resultado da luta organizada pelos comunitários e não pelo reconhecimento dos prejuízos e danos causados pela instalação do grande projeto de mineração da ALCOA.

Com a criação do PAE Juruti Velho, a regularização fundiária se expressa fundamentalmente como ganho das comunidades ribeirinhas, seja pela conquista histórica da legalidade do uso da terra ou pela possibilidade de obtenção de linhas de crédito, infraestrutura, apoio ao setor produtivo oriundo dos diferentes órgãos de estado, etc. Por outro lado, houve sérias perdas. É preciso atentar para o fato de que a tão reivindicada regularização fundiária acompanhada de um plano de utilização para atender às exigências legais, também serviu para produzir a “prisão” dos comunitários, uma vez que, no passado, essas comunidades podiam circular livremente ao longo de uma vasta área nas adjacências do lago Juruti Velho sem serem incomodadas, e hoje não. Assim, por meio das normas, os ribeirinhos tornam-se mais “vigiados”. Dessa maneira, conclui-se que a criação do PAE Juruti Velho, que atendeu um antigo sonho da terra regularizada para as comunidades ribeirinhas que ali viviam, passou também a ser forte instrumento de controle e regulação por parte da empresa ALCOA e de seus aliados.

É importante destacar que, na Vila Muirapinima, está instalado o centro administrativo e político do PAE Juruti Velho. As duas maiores forças políticas se expressam por meio da Igreja Católica e da ACORJUVE, sendo que a primeira, até a finalização desta etapa da pesquisa (2012), era uma das principais apoiadoras

da segunda. Elas são as instituições que constroem os maiores amálgamas organizacionais em defesa daquilo que entendem ser o direito das comunidades que habitam a área do PAE Juruti Velho.

Finalmente, reitera-se a perspectiva de que o território em questão se constitui em um campo de possibilidades, ou seja, é um constante exercício de conflito socioambiental (re)organizando indefinidamente o território local, respondendo aos múltiplos interesses em conflito. Assim sendo, chega-se à conclusão definitiva de que não há solução para o conflito enquanto a mineradora estiver operando no PAE Juruti Velho e adjacências, uma vez que a transformação do território abrigo em território recurso é intrínseco ao processo de operação da mineradora. Embora tentativas de mediação venham sendo feitas, seus efeitos são apenas paliativos para minimizar o atrito entre as partes em disputa. Por outro lado, é o próprio conflito socioambiental que tem provocado a (re)organização territorial das comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, sejam (re)organizações consideradas “negativas” ou “positivas”, dependendo da perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo de mudanças no território abrigo. Nessa perspectiva, o importante não é solucionar o conflito, porque ele não é passível de solução; o importante é criar mecanismos de oportunidades para o acesso democrático aos recursos e aos seus benefícios. Só assim seria possível construir um desenvolvimento local sustentável.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiões de matas e rios. Belém: Ed. UFPA, 1993.

ACSERALD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2004.

ALCOA. **Relatório de sustentabilidade 2004**: responsabilidade social, excelência ambiental, sucesso econômico. Juruti, 2004.

_____. **Histórico do artesanato de Juruti**. Juruti, 2007.

_____. Agenda positiva avança. **Revista Juruti**, Juruti, ano 2, n. 13, [p.1-3?], ago. 2007.

_____. **Retrato das comunidades**: município de Juruti. Juruti, 2007.

_____. **O maior desafio**: conquistar diariamente o direito de operar o empreendimento garantindo a sustentabilidade. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.alcoa.com.br>>. Acesso em: nov. 2009.

_____. **Mina de bauxita de Juruti**: balanço de ações e resultados socioambientais. Juruti, 2009.

_____. **Mina de Juruti**: perguntas & respostas, [2010-2011?, p.3?]). Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti_faq.asp>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. **Espia o trem**. Juruti, [2011?].

ALCOA investe US\$ 1,5 bilhão no meio da selva. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, [p.1?], 13 de julho de 2009.

ALCOA. **Programa de qualificação profissional do Projeto Juruti**. Juruti: Alcoa, 2007. Disponível em <<http://www.ALCOA.com.br>>. Acesso em: nov. 2009.

_____. **Projeto Gaiolas flutuantes**: Município de Juruti. Juruti, [2009?].

_____. **Projeto hortas familiares**: Município de Juruti. Juruti, [2009?].

_____. **Projeto Conexão Local**: desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno. Juruti, 2008. Disponível em: <<http://www.alcoa.com.br>>. Acesso em: nov. 2009.

_____; INSTITUTO PEABIRU. **Relatório de avaliação do curso de formação de agentes de sustentabilidade de Juruti**. Juruti, 2009. Disponível em: <www.ALCOA.com.br>. Acesso em: nov. 2009.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.).

Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997. v. 1, p. 33-55.

ALMEIDA, R. **Juruti**: território em disputa no coração da Amazônia. [Entrevista com Gerdeonor Pereira, fev. 2009].

Disponível em: <<http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com>>. Acesso: 15 fev. de 2009.

ARAÚJO, R. De la communauté aux populations traditionnelles: aspects de la modernité amazonienne. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, Paris, v. 10, 2009. p. 1-10.

_____. (Coord.). **Projeto de pesquisa: violência, espaço público e dependência social na Amazônia Oriental.** Belém: FINEP, 2009. (Relatório de Pesquisa).

_____. (Coord.). **Projeto de pesquisa: modelagem de arranjos institucionais e mudanças de uso da terra em múltiplas escalas.** São José dos Campos: REDE GEOMA-INPE-MCT, 2010. (Relatório de Pesquisa).

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE JURUTI VELHO (ACORJUVE). **Estatuto social da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - ACORJUVE:** Vila Muirapinima, Juruti-PA. Juruti, 2004.

BACELAR, M.D. **Epidemias de malária no Pará e sua relação com os padrões de uso da terra nos últimos quarenta anos: uma análise com sistema de informação geográfica.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2009.

BASA. **Informações sobre algumas culturas da Amazônia.** Belém, 1974.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007b. (Col. Espaço, Território e Paisagem). p. 22-40.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco antes e além depois.** Manaus: Umberto Calderaro, 1977. (Col. Amazoniana, 1).

BOBBIO, N. et.al. **Dicionário de política.** Brasília: Ed. UnB, 1995. v.1.

BOURG, D. **Natureza e técnica**: ensaio sobre a ideia de progresso. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, F.N.A. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Decreto n. 6.040, Art. 30**. 7 de fevereiro de 2007.

_____. Ministério Público Federal. Composição e forma de trabalho da equipe de consultores serão escolhidos com a participação da comunidade. 2010. Disponível em: <www.noticias.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2010.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Sistemas**. [2011?]. Disponível em: <<http://sistemas.dnpm.gov.br>>. Acesso: 15 maio 2012.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Guia do minerador, regime de autorização e de concessão**. 2012. Disponível em: <http://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/Guia/Guia_2.htm>. Acesso em: 2 abr. 2012.

CÂMARA, E.; McGRATH, D. Viabilidade da Reserva de Lago como Unidade de Manejo Sustentável dos Recursos da Várzea Amazônica. **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi: Sér. Antrop.**, Belém, ano 11, v. 1, p. 87-132, 1995.

CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CANTO, O. **Várzea e varzeiros**: a vida de um lugar no Baixo Amazonas. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária)

– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007. (Col. Eduardo Galvão).

_____. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Pará - Amazônia - Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

_____; VENTURIERI, A. (Org.). **São Luiz do Tapajós: organização do território na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

_____. Comunidades do lago. In: TEISSERENC, P. et al. (Org.). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 245-255.

_____. (Coord.). **Projeto série evolutiva por sexo e faixa etária dos municípios paraenses: 1ª Série**. Belém: Idesp, 2009.

_____. (Coord.). **Projeto série evolutiva por sexo e faixa etária dos municípios paraenses: 2ª Série**. Belém: Idesp, 2010.

_____. (Coord.). **Projeto série evolutiva por sexo e faixa etária dos municípios paraenses: 3ª Série**. Belém: Idesp, 2012a.

_____. (Coord.). **Projeto série evolutiva por sexo e faixa etária dos municípios paraenses: 6ª Série**. Belém: Idesp, 2012b.

_____; SOUZA, A.; FERRÃO, E. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G. et al. **Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 225-235.

_____; SOUZA, Armando. **Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará: agricultura familiar.** Belém: Pará Rural, 2009. p. 11-12.

CASTRO, E. (Org.). **Sociedade, território e conflito: BR-163 em questão.** Belém: NAEA, 2008.

CASTRO, M. **Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho.** Trabalho de conclusão (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas - FIPAM XXIII) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CHABENAT, G. Pescadores caboclos: antropologia fluvial do rio Rhône ao rio Amazonas. In: FURTADO, L.; QUARESMA, H. **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. [p. 129-151].

COELHO, A. **Dinâmica do uso da terra e cobertura vegetal na região de Santarém.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2009.

COELHO, M.C.; CUNHA, L.; WANDERLEY, L. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. [p. 80-100?].

COIMBRA, J. **O outro lado do meio ambiente.** São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Violência no campo, 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2011.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES (CNEC). **Relatório de impacto ambiental do Projeto Juruti**: Identificação, caracterização e avaliação de impactos ambientais. Juruti, 2005.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES (CNEC). **Programa de ordenamento urbano da cidade de Juruti**. Juruti, 2006.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Ata da primeira assembleia geral do Conselho Juruti Sustentável**. Juruti, 2008.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **O que é o Conselho Juruti Sustentável?**. Juruti, 2009.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Boletim do CONJUS**. Juruti, CONJUS, n. 1, abr. 2010a.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Boletim do CONJUS**. Juruti, CONJUS, n. 2, jun. 2010b.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Boletim do CONJUS**. Juruti, CONJUS, ano 2, n. 2, jun. 2010c.

DIAS, M.; MAIA, D. Comunidades rurais do Baixo Amazonas: município de Juruti-PA. In: SEMINÁRIO REDESTRADO: NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA, 7., jul. 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Editora, 2008. p.10-12.

DISTRITO DE JURUTI VELHO. **Histórico da Comunidade de Juruti Velho**: histórico da Paróquia de Juruti baseado nos documentos e com citações autênticas. Vila Muirapinima, 2010. Mimeografado.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém):** diagnóstico dos meios, jurídico e arqueologia. Belém, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Zoneamento Ecológico-Econômico da área de influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém):** gestão territorial. Belém, 2007.

FALESI, I.; SILVA, B. **Ecosistema de várzea da região do Baixo Amazonas.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999.

FEBVRE, L. **A terra e a evolução humana:** introdução geográfica à História. Lisboa: Cosmos, 1991.

FENZL, N.; MACHADO, J. **A sustentabilidade de sistemas complexos:** conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável. Belém: NUMA/UFPA, 2009.

FERREIRA PENNA, D. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna.** Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

FERREIRA, L. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n.1, p. 47-68, 2004.

FLEURY, L. **Cerrado para ser o quê?:** representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____; ALMEIDA, J. Populações tradicionais e conservação ambiental: um a contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.
- FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- FURTADO, L. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GARCIA, A. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GENTIL, J. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém Médio Amazonas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi: Sér. Antropol.**, Belém, n. 2, p. 1- 60, 1988.
- GEOFISICA BRASIL. **Balanço da mineração** [2009?]. Disponível em: <<http://www.geofisicabrasil.com/mineracao.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.
- GERHARDT, C.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 3, n. 2, p.53-83, 2005.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A. LASH, S. (Org.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. [p. 1-20?].
- . **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GONÇALVES, C. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.
- . **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRANDIN, G. **Fordlândia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: o 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

———. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. [p. 1-20?].

HAGER, A. et al. **Projeto Juruti: determinação do tempo ótimo de implantação**. Juruti, 2009. Disponível em <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

HARDIN, G. Tragedy of Commons. **Science**, New York, vol.162, n.3859.1968. p.1243-1248.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, Hucitec, 1973.

HÉBETTE, J. et al. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

HEIDRICH, A. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HOMMA, A. **A imigração japonesa na Amazônia**. Belém: EMBRAPA, 2007.

———. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, São Paulo, ano 19, n. 54, p. 115-135, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Base digital**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Plano de Utilização (PU) do PAE Juruti Velho**. Santarém: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico, 1940-2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base digital**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da pecuária municipal, 2000-2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2010/>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal, 2000-2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Estatística municipal: Juruti**. Belém, 2011.

INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA (IVR). **Oficina de produção de mudas**: Programa de Controle Ambiental, Região do Lago. Juruti, 2010.

INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA (IVR). Cooperativa da Agricultura Familiar de Juruti-Pará. 2011. Disponível em: <<http://institutovitoriaregia.org.br/blog/>> Acesso em: 14 ago. 2011.

JUSTIÇA poderá tomar terras de Juruti. **Diário do Pará**, Belém, [2011, p. 1,?]. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

JUSBRASIL. **Juruti**: comunidades tradicionais recebem título coletivo [2010?]. Disponível em: <<http://jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

LA BLACHE, V. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmus, 1954.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: 34, 1994.

_____. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na natureza. Bauru: EDUSC, 2004.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Lisboa: 70, 1969.

LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

LEFÈBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Maspero, 1974.

LIBONATI, V.F. A juta na Amazônia. **Bol. Tec. IAN**, Belém, n. 34, [p. 1-20?], 1958.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1988.

LOCKWOOD, D. Algumas observações a propósito de The Social System. In: BIRNBAUM, P. et al. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1977. [p.1-20?].

_____. Integração social e integração sistêmica. In: BIRNBAUM, P. et al. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1977. [p.1-20?].

LOPES, S. Sobre o processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64. jan./jun. 2006.

MARTINS, J. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MÁRTIRES, R. **Informe mineral Regional Norte: Amazônia (2008/2007)**. Belém: DNPM, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1975. Tradução portuguesa da edição original alemã de 1890.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARINI, O. Mineração e mapeamento das províncias minerais da Amazônia. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 59., Belém. **Anais...** Belém: Editora, jun. 2007. [p.1-10?].

MAUÉS, R. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades**. Belém: Ed. Cejup, 1999.

McGRATH, D. et al. Varzeiros, grileiros e o manejo dos recursos “naturais” na várzea do Baixo Amazonas. **Paper NAEA**, Belém, n. 4, p. 1-20, 1991.

MERTON, R. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

_____. Um paradigma da análise funcional. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1977. [p.1-10?].

MEGALE, J. (Org.). **Max Sorre: geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

MELLO, A. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. In: SILVEIRA, I. et al. (Org.). **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi: Ser. Antro.**, v.1, n. 11, p. 19-39, 1995.

_____. O tamanho do Pará. **Revista de Estudos Paraenses**, Belém, v.1, n.2, p.9-10, 2008.

MONZONI, M. (Org.). **Juruti sustentável**: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: FGV; Juruti: ALCOA; São Paulo: FUNBIO, 2008.

_____. (Coord.). **Indicadores de Juruti**: para onde caminha o desenvolvimento do município. São Paulo: FGV, 2009.

_____. (Coord.). **Indicadores de Juruti**: monitoramento 2011. São Paulo: FGV, 2011.

MORAES, R. **Controle da gestão ambiental**: desafios e perspectivas. Belém: Tribunal de Contas da União, 2007.
Disponível em: <<http://www.numamp@mp.pa.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010.

MORAES, S. **Uma arqueologia dos saberes da pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

NASCIMENTO, I. Tempo da natureza e tempo do relógio: tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi**: Ser. Antrop., Belém, v. 1, n. 1, p. 5-18, 1995.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **A ICOMI no Amapá**: comportamento social e trabalhista: relatório geral de observação. Macapá: ICOMI, 2003.

OLIVEIRA, M. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PAIVA, A. **Na floresta têm direitos**: justiça ambiental na Amazônia. Mapa dos conflitos socioambientais na Amazônia Legal

[2010.p. 5-10?]. Disponível em <<http://www.fase.org.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística municipal: Juruti**. Belém: IDESP, 2011.

_____. Ministério Público do Pará. **Ministério Público ajuíza ação contra Alcoa por poluição de igarapés em Juruti**. Santarém, [2009?]. Disponível em: <www.amazonia.org.br>. Acesso em: 13 out. 2011.

_____. [Licenças para Alcoa]. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 6 set. 2010; 5 ago. 2011; 2 dez. 2011. 2011.

_____. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Regiões de Integração do Pará**. [2009?]. [p.01?]. Disponível em: <<http://www.seir.pa.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____. Instituto de Terras do Pará. **Base digital**. 2011.

_____. Instituto de Terras do Pará. **Plano de Utilização (PU) do PEAEX Curumucuri**. 2010. Mimeografado.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1966.

PRECCANI, G. (Org.). **Coletânea de legislação agroambiental e correlata**. Belém: Iterpa/Ford Fudation. ago. 2010. Disponível em DVD.

PROJETO QUELÔNIOS DA AMAZÔNIA. **Programa de Manejo Integrado de Quelônios: Juruti 2011**. Juruti, [2011?]. No prelo.

PROJETO VIOLÊNCIA, ESPAÇO PÚBLICO E DEPENDÊNCIA SOCIAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL. **Dinâmica populacional de comunidades rurais**. Belém: FINEP, 2009. (Relatório de pesquisa).

PROVINCIA DO PARÁ. **História dos municípios do Pará**. Belém, 27-28 mar., 1994.

PUTY, C. **Requerimento do Sr. Claudio Puty, março de 2011**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUT, C. **As relações ser humano/natureza: a arqueologia social de uma ruptura**. 2006b. Mimeografado.

REGALIA, I. **Conflito**. [2010?]. Disponível em <http://www.saudebucalcoletiva.unb.br/ensino/introducao_ciencia_politica/Conflito.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

ROCHA, G. **Todos convergem para o lago!:** Hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

_____. (Org.). **Município e território**. Belém: NUMA/UFPA, 2011.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994b. [p.1-10?].

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: ENCONTRO

NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12. jul. 2000, Florianópolis.

Anais... Florianópolis: Editora, 2000a. p.103-109.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000b.

_____. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p.1-12, jun. 2005a.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do séc. XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005b.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 1-15.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800/1920).** São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A.; SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. [p. 1-20?].

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. [p. 1-20?].

SCHOTTE, S. **Geopará: engenharia e meio ambiente**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.geoparana.com.br/legalizacao.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

SENTO-SÉ, J. et al. **Juruti mais segurança**. Juruti: ISER, 2009.

SOUZA, R. **O funcionalismo sistêmico nas teorias social e organizacional: evolução e crítica**. 19. ed. Santa Maria: UFSM, 2001.

SOUZA, A.; CANTO, O. (Coord.). **Comunidades agroextrativistas do rio Mapuá, Breve-PA: diagnóstico socioeconômico**. Belém: FADESP: NOVA AMAFRUTA, 2002.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. (Ed.). **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes: resistir à barbarie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA). [Zona Franca]. [2012, p.1?]. Disponível em: <www.suframa.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2012.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

VAINER, C.; ARAÚJO, F. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992. v. 1.

VAZ FILHO, F. **Ribeirinhos da Amazônia identidade e magia na floresta: estudo da cultura e das tradições das comunidades do rio Tapajós**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

VELHO, O. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

VELLOSO, L. **Empreendimento econômico e política ambiental na Amazônia**: um estudo sobre os programas ambientais e a educação ambiental no contexto da mineração Alcoa no município de Juruti no estado do Pará, 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

VELTMAN, H. **Os hebraicos da Amazônia**. 2005. Disponível em: <www.veltman.qn.com>. Acesso em: 23 ago. 2010.

VIEIRA, L. **Amazônia: seus solos e outros recursos naturais**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987.

VIVA COMUNIDADE: informativo sobre o Projeto Juruti. Juruti: ALCOA, n.1, Juruti, 2005.

VIVER JURUTI. Juruti: ALCOA, ano 1, n. 2, mar. 2010.

VIVER JURUTI. Juruti: ALCOA, ano 2, n. 7, Juruti, jan./fev. 2011.

VIVER JURUTI. Juruti: ALCOA, ano 2, n. 9, Juruti, jul./ago. 2011.

VIVER JURUTI. Juruti: ALCOA, ago. 2011. Encarte.

VIVER JURUTI. Juruti: ALCOA, ano 2, n. 10, set./out. 2011.

VIVER JURUTI. Juruti: ALCOA, ano 3, n. 11, fev./mar. 2012.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Itatiaia : EDUSP, 1988.

WANDERLEY, L. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

APÊNDICE A - Registro fotográfico do trabalho de campo



Hortas implantadas pelo CNEC no PAE Juruti Velho, durante o período de implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da ALCOA. Em julho de 2011, durante uma das visitas realizadas pelo pesquisador, a maioria estava completamente abandonada, dentre elas: A- Comunidade Capitão; B- Comunidade Galileia; C- Comunidade Pompom; D- Comunidade Ingrácia; E- Comunidade Jauari; F- Comunidade Nova Esperança.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012

APÊNDICE B - Registro fotográfico do trabalho de campo



Criação de peixe em gaiola implantada pelo CNEC no PAE Juruti Velho, durante o período de implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da ALCOA. A- Comunidade Novo Horizonte; B- Comunidade Jauari; C- Comunidade Monte Carmelo; D- Comunidade Capitão; E- Sitio Três Vistas (Comunidade Capiranga); F- Comunidade Boa Esperança, jun. 2011.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

APÊNDICE C - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Placa de divulgação do projeto Mina de Bauxita de Juruti, dez. 2010; B- Pavimentação da PA-257 que serve a Mina de Bauxita de Juruti, out. 2007; C- Mina de Bauxita de Juruti, jul. 2011; D- Mina de Bauxita de Juruti, jul. 2011; E- Alojamentos na área da mina, jul. 2011; F- Captação de água pelo projeto Mina de Bauxita de Juruti, no lago Juruti Velho, abril 2010.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

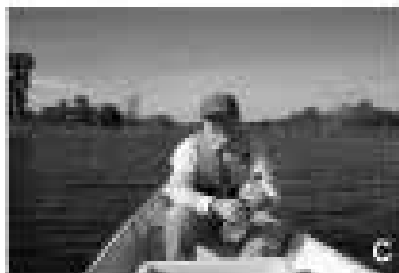
APÊNDICE D - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Porto de Juruti, jan. 2007; B- Porto de Juruti, abr. 2010; C- Chegada de trabalhadores em busca de emprego na cidade de Juruti, jan. 2008; D- Construção do Hospital da ALCOA, abr. 2010; E- Feira do Produtor, dez. 2010; F- Câmara Municipal de Juruti, jan. 2008.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

APÊNDICE E - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Caminhonete do MCT utilizado no trabalho de campo, por meio do projeto Violência, Espaço Público e Dependência Social na Amazônia Oriental, coordenado pelo Antropólogo Roberto Araújo, out. 2007; B- Pesquisador fazendo georreferenciamento da comunidade São Caetano, jan. 2008; C- Prof. Jalcione Almeida acompanha a pesquisa de campo em Juruti Velho, mai. 2011; D- Prof. Jalcione acompanha pesquisa de campo na comunidade Santo Hilário, jun. 2011; E- Pesquisador entrevista liderança comunitária na Feira da Agricultura Familiar de Juruti, jun. 2011; F- Pesquisador bebe caçuma após entrevista com liderança comunitária em Juruti Velho, jun. 2011.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

APÊNDICE F - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Primeira atividade de campo no PAE Juruti Velho, comunidade Maravilha, mar. 2006; B- Atividade de campo na comunidade São Francisco do Aruã, abr. 2010; C- Atividade de campo na comunidade Jararaca, abr. 2010; D- Atividade de campo na comunidade Jauari, fev. 2012; E- Atividade de campo, entrevista com uma liderança comunitária, mai. 2012.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

APÊNDICE G - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Coleta de lixo, jan. 2007; B- Alojamento da Polícia Militar, jan. 2008; C- Melhoramento de vias urbanas, jan. 2008; D- Ambulância socorre acidentado no trânsito, abr. 2010; E- Surgimento de um novo bairro na cidade de Juruti, abr. 2010; F- Cidade de Juruti, jan. 2007.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

APÊNDICE H - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Chegada de material de construção à Vila de Muirapinima, durante o período de seca, dez. 2010; B- Chegada de material de construção à Vila de Muirapinima, durante o período de cheia, jun. 2011; C- Construção de casas apoiada pelo INCRA e ACORJUVE, jun. 2011; D- Primeira casa construída pelo INCRA em Juruti Velho, posteriormente modificada pela ACORJUVE, jun. 2011; E- Casa de madeira sendo substituída por alvenaria jun. 2011; F- Placa da construção da Casa Familiar Rural na Vila Muirapinima, abril 2010. Fonte Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012

APÊNDICE I - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Comunidade Ordem, jun. 2011; B- Comunidade Pompom, fev. 2012; C- Comunidade Maravilha, fev. 2012; D- Comunidade Monte Carmelo, jun. 2011; E- Chegada de material de construção no PAE Juruti Velho, abr. 2010; F- Desembarque de material de construção na Comunidade Surval, abr. 2010.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012

APÊNDICE J - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Comunidade Jabuti, dez. 2010; B- Placa de inauguração da escola da comunidade por meio da Agenda Positiva, dez. 2010; C- Antiga escola da comunidade Santo Hilário, jan. 2008; D- Comunidade Santo Hilário, dez. 2010; E- Comunidade São Pedro, jan. 2007; F- Comunidade São Brás, dez. 2010.

Fonte: Trabalho de campo (Projeto de Pesquisa Juruti – PPJUR), 2012.

APÊNDICE L - Registro fotográfico do trabalho de campo



A, B e C- Madeira apreendida por comunitários no PAE Juruti Velho, set. 2008; D, E e F- Manifestação do Movimento Juruti em Ação pedindo justiça pela morte do comunitário Jurandi Nunes da Comunidade São Francisco do Aruã, Juruti-Pará, fev. 2011.

Fonte: Arquivo digital da ACORJUVE. Acesso: julho 2011.

APÊNDICE M - Registro fotográfico do trabalho de campo



A- Movimento Juruti em Ação mobiliza comunitários, jan. 2009; B- Movimento Juruti em Ação organiza a manifestação comunitária, jan. 2009; C- Tropa de choque da Polícia Militar protege a Base Capiranga, da ALCOA; D- Em meio ao clima tenso na Base Capiranga, homem passa mal e é socorrido por outros comunitários, fev. 2009; E- Comunitários preparam acampamento em frente à Base Capiranga, fev. 2009; F- Lideranças conduzem movimento de reivindicação comunitária, fev. 2009. Fonte: Arquivo digital da ACORJUVE. Acesso em: julho 2011.



A presente edição impressa pela gráfica GTR na fonte Palatino Linotype em Belém do Pará, em sistema offset, miolo em papel Ap90g. e capa em papel couchê 250g., em outubro de 2016.